estudos históricos

EH

60 | *Perspectivas Globais e Transnacionais*

ISSN 2178-1494

FGV CPDOC
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Estudos Históricos, volume 30, número 60, jan.-abr. de 2017. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 1988 ——.

Quadrimestral

Resumos em português, inglês e espanhol

Editada e distribuída pela Editora Fundação Getulio Vargas

ISSN: 2178-1494.

1. História 2. Historiografia 3. Periódicos 4. Ciências Sociais 5. Economia e Sociedade.

I – : Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas

CDD 981.005

CDU 981(051)

E-mail: eh@fgv.br

Endereço na internet: http://www.fgv.br/cpdoc/revista

Endereço postal:
Fundação Getulio Vargas/CPDOC
Secretaria da Revista Estudos Históricos
Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Rio de Janeiro 22.523-900 RJ

EH *estudos históricos* 60 | *Perspectivas Globais e Transnacionais*
Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 1-304, janeiro-abril 2017

Sumário

Vida (e morte?) da História Global | **5**
Life (and death?) of Global History | **11**
Alexandre Moreli

Artigos

Connecting the Indies: the hispano-asian Pacific World in Early Modern Global History | **17**
Conectando as Índias: o mundo hispano-asiático do Pacífico na História Global Moderna
Conectando a las Indias: el mundo hispano-asiático del Pacífico en la Historia Global Moderna
Ryan Dominic Crewe

Instrução islâmica na Senegâmbia e práticas de muçulmanos africanos em Portugal: uma abordagem atlântica (séculos XVI e XVII) | **35**
Islamic instruction in Senegambia and practices of African Muslims in Portugal: an Atlantic approach (16th and 17th centuries)
Instrucción islámica en Senegambia y las prácticas de los musulmanes africanos en Portugal: un enfoque del Atlántico (siglos XVI y XVII)
Thiago Henrique Mota

Small money, big problems: how an investigation on small Latin American republics shaped the financial market for sovereign debt in the 19th century | **55**
Pequeno dinheiro, grandes problemas: como uma investigação sobre pequenas repúblicas latino-americanas moldou o mercado financeiro da dívida pública no século XIX
Pequeño dinero, grandes problemas: cómo una investigación sobre las pequeñas repúblicas latinoamericanas moldeó el mercado financiero de la deuda soberana en el siglo XIX
José Augusto Ribas Miranda

The transnational imagined community of the black press of Sao Paulo and Chicago, 1900-1940s | **71**
A comunidade transnacional imaginada da imprensa negra de São Paulo e Chicago, 1900-1940
La comunidad transnacional imaginada de la prensa negra de Sao Paulo y Chicago, 1900-1940
Cristián Castro

La Primera Guerra Mundial, crisis económica y agudización del conflicto obrero en Argentina | **93**
A Primeira Guerra Mundial, crise econômica e agravamento do conflito trabalhista na Argentina
World War I, economic crisis and aggravation of labor conflict in Argentina
Juan Suriano

Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais | **115**
Between Chicago and Salvador: Donald Pierson and the sociology of race relations
Entre Chicago y Salvador: Donald Pierson e los estúdios de relaciones sociales
Marcos Chor Maio e Thiago da Costa Lopes

Between the Cold War and the Global South: Argentina and Third World solidarity in the Falklands/Malvinas crisis | **141**
Entre a Guerra Fria e o Sul Global: a Argentina e a solidariedade do Terceiro Mundo na crise das Malvinas
Entre la Guerra Fría y el Sur Global: la Argentina y la solidaridad del Tercer Mundo en la Crisis de las Malvinas
Stella Paresa Krepp

Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão | **161**
Peripheral historiographies in a global or transnational perspective: eurocentrism in question
Las historiografías periféricas en una perspectiva global o transnacional: el eurocentrismo en cuestión
Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Thiago Lima Nicodemo e Mateus Henrique de Faria Pereira

Escribiendo la Guerra Fría latinoamericana: entre el Sur "local" y el Norte "global" | **187**
Escrevendo a Guerra Fria latino-americana: entre o Sul "local" e o Norte "global"
Writing the Latin American Cold War: between the "local" South and the "global" North
Aldo Marchesi

Ensaio bibliográfico

Conceptual readings into the Cold War: towards transnational approaches from the perspective of Latin American studies in Eastern and Western Europe | **203**
Leituras conceituais na Guerra Fria: rumo a abordagens transnacionais a partir da perspectiva dos estudos latino-americanos na Europa Oriental e Ocidental
Lecturas conceptuales en la Guerra Fría: hacia enfoques transnacionales desde la perspectiva de los estudios latinoamericanos en Europa Oriental y Occidental
Albert Manke, Kateřina Březinová and Laurin Blecha

Colaborações especiais

Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013 | **219**
On the origins of Global History: inaugural lecture at the Collège de France on November 28th 2013
En busca de los orígenes de la Historia Global: conferencia inaugural en el Collège de France el 28 de noviembre 2013
Sanjay Subrahmanyam

Doing Global History: reflections, doubts and commitments | **241**
Fazendo História Global: reflexões, dúvidas e compromissos
Haciendo Historia Global: reflexiones, dudas y compromisos
José Antonio Sánchez Román

Latin America in Global History: an historiographic overview | **253**
América Latina na História Global: uma visão historiográfica
América Latina en la Historia Global: una visión Historiográfica
Diego Olstein

Entrevista

entrevista com Robert Frank | **273**
Interview with Robert Frank
Alexandre Moreli

Perspectivas Globais e Transnacionais

Vida (e morte?) da História Global

Alexandre Moreli
Editor convidado

O debate sobre os termos e os limites da chamada "virada global" das Humanidades encontra-se atualmente tão intenso e disperso que há alguns meses começou até mesmo a conhecer reflexões especulando sobre o seu fim. De fato, quando este número de *Estudos Históricos* estava em suas últimas semanas de edição, no que se acreditava ser, ainda, um momento de profusão de perspectivas globais e transnacionais, o historiador americano Jeremy Adelman publicou os ensaios "What is Global History now?" e "The clash of global narratives". Para Adelman, não só estamos entrando rapidamente em uma era de violenta antiglobalização, como as novas realidades sociais e políticas impostas por figuras como Donald Trump e Marine Le Pen, por exemplo, estão mostrando como as perspectivas nacionais estão se tornando mais importantes do que nunca, e como alguns historiadores talvez se tenham precipitado na "farra" da História Global, que ele chama provocativamente de *short ride* (viagem curta). Na verdade, Adelman parece criticar aqueles que viram na História Global um "elixir, uma maneira de se tornar relevante para o seu público", em uma precipitação que ao longo do caminho, de forma equivocada, desconsiderou a importância da complexidade do espaço e do jogo de escalas.

Será mesmo que chegamos ao fim do que se poderia, então, chamar de uma das mais ambiciosas, mas breves, escolas dentro da História? Na verdade, apesar das interessantes reflexões que propõe e da importante crítica a certo modismo imperante, a própria perspectiva

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100001

Alexandre Moreli é professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV).

dos textos de Adelman, fortemente centrada na realidade política, acadêmica e historiográfica do eixo Atlântico Norte (o efeito local da eleição de Trump parece ser desproporcionalmente transportado para o resto do mundo pelo historiador), mostra que os debates em torno da História Global ainda podem avançar, sobretudo se buscarem uma plataforma comum para novas redes de pesquisa e para a contínua provincialização da Europa (e do eixo Atlântico Norte...).

Continuar considerando essas perspectivas torna-se uma das maneiras mais incisivas de entender que a globalização (ou nova fase da globalização), lançada nos anos 1970, deve ser tomada de forma muito relativa como motor ou estopim do movimento da História Global, sobretudo porque ela é fortemente baseada no impacto sobre os europeus do fim do processo de descolonização e nos efeitos sobre a sociedade americana da guerra do Vietnã. Ou seja, ela própria é centrada na experiência histórica e na perspectiva do eixo Atlântico Norte, apresentando, portanto, condições muito delimitadas como fenômeno histórico projetado no tempo e no espaço. Se algumas tradições historiográficas apenas começam a procurar novas vias de reflexão, e mesmo se são perceptíveis diversas convergências, discussão sobre transferências, circulação de ideias e influências recíprocas entre elas ainda é rara. Há uma fragmentação clara, efeito da fundação positivista das novas Ciências há cerca de um século e meio, com forte influência da agenda de criação dos Estados-Nação, mas há também uma imensa riqueza de arcabouços teóricos, conceituais e metodológicos, alguns com várias décadas de existência. A novidade parece estar, na verdade, em um diálogo inédito dentro da academia.

De fato, como disse o historiador Robert Frank, que dá uma interessante entrevista para este número, lembrando o clássico texto de 1928 de Marc Bloch, "já faz muito tempo que nós sabemos que devemos sair do quadro nacional" (Frank, 2012/1: 7). Sabemos disso desde muito, muito antes dos anos 1970. Séculos antes, se lermos atentamente o rico texto que Sanjay Subrahmanyam publica aqui. A cacofonia atual por trás do debate sobre História Global, que provoca um momento de "incerteza e transição" na disciplina histórica, como disse Maxine Berg (2013: 18), entretanto, é facilmente identificada no conjunto das obras de síntese ou que se lançam em uma discussão teórico-conceitual e até mesmo epistemológica sobre a questão dentro das Ciências Humanas. Ela provavelmente se explica porque, desde o início do século XX, historiadores têm saído do quadro nacional em tempos e de formas diferentes.

Zhang Xupeng (2013/4 n. 16: 89), por exemplo, em um interessante exercício de revisão da historiografia chinesa contemporânea, revela que a influência de um projeto político de construção de Estado-Nação na China fez com que, na segunda metade do século XX, os historiadores do país apenas começassem a adotar o modelo que, duas década antes, já estava sendo questionado por Bloch. No Brasil, por sua vez, depois da era das "mitografias" do século XIX, como escreveu Maria Helena P. T. Machado (2000), o país conheceria os projetos nacionalistas de

Vargas e Capanema e a fundação dos cursos de História nos anos 1930, com profundos efeitos na área até hoje, a ponto de criar até mesmo uma forte historiografia regionalista, que pouco dialoga entre si (dentro do próprio Brasil!), como lembrou o historiador Jeffrey Lesser durante uma palestra de lançamento de seu livro *A invenção da brasilidade*, no CPDOC, em março de 2016. O caos fica ainda mais complexo quando se percebe que, na África, segundo as palavras de *mea-culpa* de Catherine Coquery-Vidrovitch (2013/4: 111), não só existe uma enorme produção negligenciada por redes de pesquisa fora da região, como essa produção forma um conjunto extremamente complexo, com pouca organicidade, com assimetrias provocadas por questões materiais e pelas diferentes línguas em que as narrativas são produzidas.

Hoje, quando as facilidades de comunicação colocam a comunidade acadêmica de historiadores em contato de forma mais rápida e acessível, ainda que vetores de difusão continuem concentrados no eixo Atlântico Norte (como as referências bibliográficas desta Apresentação atestam), as diferenças e o caos historiográfico por trás do rótulo do global ficam mais evidentes do que nunca. Se a História Global conseguir ser um palco comum para que essas realidades se encontrem e dialoguem, além de discutir as unidades de análise a serem utilizadas no futuro, então ela merece estar mais viva do que nunca.

Sensível a esse contexto, este número de *Estudos Históricos*, mais do que trazer interessantes exemplos de como se pode fazer História reconsiderando tempo e espaço projetados no passado, pretende apresentar um estado da arte e ser, ele mesmo, uma plataforma de debate.

Estudos Históricos, de certa forma, tem sido uma caixa de ressonância dessas discussões de quase 100 anos. Tem sido mesmo palco delas desde seus primeiros números, nos anos 1980, como atesta o n. 2, que tem como tema *Identidade Nacional* (v. 1, n. 2, 1988) e é aberto por um artigo de Elisa Reis sobre "O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro". Enquanto Reis analisou criticamente a realidade construída do Estado-Nação no Brasil, expondo suas entranhas e alertando os leitores para os diferentes significados das fronteiras, outros números, desde então, exploraram distintos aspectos dessa mesma realidade, como o número sobre *Heróis Nacionais* (v. 14, n. 25, 2000), ou sua contestação, através da desconsideração ou do desafio das mesmas fronteiras construídas, como os números dedicados à *Globalização* (v. 6, n. 12, 1993), à *América Latina* (v. 10, n. 20, 1997, e v. 22, n. 44, 2009) e aos *Estados Nacionais e Globalização* (v. 23, n. 46, 2010).[1] A conjugação desses debates demonstra claramente não bastar que um ser humano cruze uma fronteira e estabeleça uma relação com outro ser humano para que o fenômeno da nação tenha que deixar de ser considerado, ainda que aquela pessoa não esteja a serviço do Estado. Essa bagagem de debate faz-se importante para entender que, se hoje há desconstrução, descentralização e descompartimentalização de processos sociais, houve e continua a haver seu contrário. Todos merecendo a atenção do historiador.

Agora, neste número sobre *História Global*, a revista oferece uma nova rodada de discussão sobre como se fazer História. Depois das iniciativas de *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, com o dossiê "Brazil in the Global Context (1870-1945)" (v. 21, n. 1, jan./mar. 2014), e da *Revista Brasileira de História*, com o dossiê "O Brasil na História Global" (v. 34, n. 68, jul./dez. 2014), e aproveitando-se da organização da *Global History Conference* pelo CPDOC, em outubro de 2016,[2] *Estudos Históricos* lançou uma chamada "global" e publica um número contendo contribuições advindas de diferentes tradições, horizontes culturais e espaciais, todas oferecendo subsídios para a construção da plataforma da História Global.

De fato, uma boa parte dos textos pôde ser debatida durante os encontros da referida Conferência e refletem a riqueza das discussões e a dimensão dos desafios. A contribuição do historiador José Antonio Sanchez-Román, por exemplo, é fruto direto do relatório final apresentado por ele no encerramento do encontro, trazendo um riquíssimo balanço das ideias e dos debates que lá tiveram lugar. Utilizar as diferentes ideias possíveis de "América Latina" (como de espaço e de cultura, por exemplo) serviu de ponto de partida para os textos aqui apresentados. A sofisticação das análises apresentadas pelos autores, entretanto, lhes permite dialogar diretamente com todas as outras iniciativas que discutem, hoje, como escreveremos história no futuro.

Sem que, necessariamente, uma ordem cronológica defina sozinha sua organização, a seção Artigos traz primeiramente a contribuição de dois historiadores preocupados com um corte cronológico bem distante do tempo presente e bem anterior à febre de construção do Estado-Nação no Ocidente no século XIX. Ryan Crewe, de um lado, e Thiago Mota, de outro, construíram narrativas que transformam os espaços oceânicos não em zonas de vazio, mas de intensas e diferentes presenças; uma maneira interessante de reconsiderar áreas como Ásia e África a partir do eixo das Américas e de seus canais de comunicação no Pacífico e no Atlântico.

Em seguida, o artigo de José Augusto Ribas Miranda apresenta uma inovadora modalidade de entender circulação e constituição de conexões em amplos espaços no século XIX. Enquanto considera o sistema internacional de mercado financeiro e de dívida soberana, revela dinâmicas transnacionais que o permeiam e também o constituem, como a história do próprio capital, da reputação, da ambição e até mesmo do crime.

Já o texto de Cristián Castro, avançando pelas primeiras décadas do século XX, apresenta-se como um interessante exemplo de como, dentro do debate da História Global, se pode aproveitar a riqueza teórico-conceitual existente há décadas para propor novas narrativas hoje, sem que seja necessário reivindicar rupturas na História. Ao analisar a imprensa negra em São Paulo e Chicago, Castro lança mão da obra de Benedict Anderson para construir uma "comunidade imaginada transnacional", focando na construção de um discurso anti-hegemônico sobre raça nesses espaços.

Os esforços para relativizar o forte nacionalismo metodológico ainda presente em diversas comunidades acadêmicas na América Latina encontram eco no artigo de Juan Suriano. Assim como têm feito historiadores brasileiros ao discutir o trabalhismo no Brasil considerando o contexto global de conflitos bélicos, Suriano analisa as consequências para o movimento operário argentino dos impactos provocados pela Grande Guerra, propondo, assim, um interessante caminho para a História Global na região.

Mais adiante, reforçando a riqueza de possibilidades de debates, Marcos Chor Maio e Thiago Costa oferecem ainda outra forma de se questionar as diversas ideias de fronteira que possam existir nas Humanidades. Para além de relativizar e desarranjar fronteiras políticas e culturais, o texto de Maio e Costa é um convite para se pensar a virada global como um momento de questionamento das fronteiras entre as próprias Ciências Humanas ao analisar a pesquisa do sociólogo Donald Pierson sobre relações raciais.

Encerrando a sequência de textos com forte corte temático, encontra-se o artigo de Stella Krepp sobre a complexidade da Guerra das Malvinas. A contribuição de Krepp é reverter perspectivas imperantes sobre o conflito, geralmente marcadas por olhares do eixo Atlântico Norte, corrigindo assimetrias e questionando o já mencionado eurocentrismo através da análise da solidariedade terceiro-mundista em torno do conflito.

Os dois últimos textos da seção de Artigos, sendo o penúltimo dos pesquisadores Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Thiago Lima Nicodemo e Mateus Henrique de Faria Pereira, e o último de Aldo Marchesi, oferecem uma interessante ponte para os artigos que fecham este número, consolidando-o como uma plataforma de debate sobre as potencialidades e os limites de uma escrita global da história latino-americana. Enquanto Santos, Nicodemo e Pereira analisam as possibilidades de uma "história global autocrítica", inspirados pelos Estudos Subalternos e pelos Estudos Pós-coloniais, Marchesi traz uma contribuição às iniciativas que procuram vincular as tradições globais e locais de escrita da história da Guerra Fria, uma das frentes mais densas do debate atual da História Global.

Em seguida aos artigos, temos na seção Ensaio Bibliográfico uma copiosa contribuição de Albert Manke, Katerina Brezinova e Laurin Blecha, os quais, tendo em mente a importância de se integrar o "sul global" aos estudos sobre Guerra Fria, oferecem uma revisão da literatura produzida nos últimos anos na Europa e nas Américas, indicando os avanços já conquistados e os potenciais a serem ainda explorados.

Passando para a seção das Contribuições Especiais, temos o texto de Sanjay Subrahmanyam, que, muito gentilmente, não somente cedeu a *Estudos Históricos* os direitos de publicação em português de sua Aula Inaugural no Collège de France em 2013, como se ofereceu para rever o texto e fazer os ajustes necessários. Suas reflexões, como já mencionado, ajudam-nos a entender a profundidade do debate por trás do rótulo do "global". Em seguida temos

o texto de José Antonio Sanchez-Román, um rico balanço da *Global History Conferece*, mas também um rico debate sobre espaço, tempo e escrita da história, e o texto de Diego Olstein, um promissor acadêmico que tem se esforçado nos últimos anos para oferecer um pouco de ordem ao caótico debate sobre a História Global.

Lembrando as expressões utilizadas no título do artigo de Sanchez-Román, a leitura de todos esses importantes estudos aqui publicados certamente provocará "reflexões", mas resultará igualmente em diversas "dúvidas". Talvez ainda seja cedo para algum "compromisso", pois, se a História Global puder ser definida como um encontro, ainda estamos apenas em seu início. De toda a forma, a entrevista com Robert Frank, que encerra este número, oferece diversas pistas nesse sentido. Frank desmistifica vários apelos da História Global e enfrenta a difícil tarefa de compreender o todo e o que está em jogo nesse debate, inclusive politicamente.

A todas e a todos, uma excelente leitura!

Notas

1 Todos os artigos de *Estudos Históricos* podem ser livremente acessados no website da Revista: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/index.

2 A Conferência reuniu, no Rio de Janeiro, o 2º Coloquio Internacional: Latinoamérica y la Historia Global e o 2nd Workshop Latin America in Global Context, em um encontro organizado pela Escola de Ciências Sociais da FGV, pela UFRRJ, pela USP/Labmundi, pela University of Pittsburgh, pela Universität Bern e pela Red Latinoamericana de Historia Global. O programa da conferência pode ser acessado em: http://ri.fgv.br/sites/default/files/noticias/arquivos-relacionados/ghc_programa.pdf.

Referências bibliográficas

ADELMAN, Jeremy. What is global history now?, Aeon, publicado on-line em 2 de março de 2017 em https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment, visitado em 3 de março de 2017.

_____. The Clash of Global Narratives, H-Diplo/ISSF, Policy Seriesm America and the World – 2017 and Beyond, publicado on-line em 15 de março de 2017 em https://issforum.org/roundtables/policy/1-5U-clash, visitado em 15 de março de 2017.

BERG, Maxine. Global History: approaches and new directions. In: _____ (org.). *Writing the History of the Global. Challenges for the 21st Century*. Oxford: Oxford UP, 2013.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. L'historiographie africaine en Afrique, *Revue Tiers Monde*, 2013/4, nº 216.

FRANK, Robert. Avant-propos. Pourquoi une nouvelle revue?, *Monde(s)* 2012/1 (nº 1), p. 7.

LESSER Jeffrey. *A invenção da brasilidade. Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX, *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.

REIS, Elisa. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro, *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, 1988, p. 187-203.

ZHANG XUPENG. Historical writing in the People's Republic of China since 1978, *Revue Tiers Monde*, 2013/4 nº 216.

Life (and death?) of Global History

Alexandre Moreli
Guest editor

The debate about the themes and limits of the so-called 'global turn' in the Humanities is currently so intense and disperse that considerations have appeared even speculating about its end. In fact, when this issue of *Estudos Históricos* was in its final weeks of editing, in what was still believed a moment of profusion of global and transnational approaches, the historian Jeremy Adelman published the essays "What is Global History now?" and "The clash of Global Narratives." According to Adelman, not only we are rapidly entering an era of violent anti-globalization, but the new social and political realities imposed by figures such as Donald Trump and Marine Le Pen, for example, show how national approaches are as important as ever and that perhaps some historians had rushed into the 'bender' of Global History, which he provocatively calls a 'short ride.' Adelman appears to criticize those who saw in Global History an "elixir, a way to return to public relevance", in a precipitation which mistakenly disregarded along the way the importance and the complexity of space and the game of scales.

Have we really reached the end of what can thus be called one of the most ambitious, and short lived, schools of History?

Actually, despite interesting insights and the important criticism of a type of prevailing vogue, Adelman's own texts remain strongly centered on the political, academic, and historiographical

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100001

Alexandre Moreli is associate Professor at the School of Social Sciences of Getulio Vargas Foundation (CPDOC).

reality of the North Atlantic axis (the local effect of the election of Trump appears to have be disproportionately transported to the rest of the world by the historian). This shows that the debates about Global History can still move forward, especially if a common platform is sought for new research networks and for the continuous provincialization of Europe (and of the North Atlantic axis...).

Continuing to consider these perspectives becomes one of the most incisive means of understanding that the globalization (or the new phase of globalization) which begun in the 1970s has to be taken in a very relative form as the motor or fuse of the movement of Global History. Above all, that is because that approach is strongly based on its impact on Europeans at the end of the decolonization process and on the effects of the Vietnam War on US society. In other words, it is centered on the historic experience and the perspective of the North Atlantic axis and, therefore, with very limited conditions as a historic phenomenon projected in time and space. While some historiographic traditions only begin to look for new approaches, and even if various convergences are perceptible, discussions about transference, circulation of ideas, and reciprocal influences remain rare. There is a clear fragmentation, a result of the positivist foundation of the new Sciences around a century and a half ago, combined with the strong influence of the nation state building agenda. On the other hand, there is also an immense wealth of theoretical, conceptual, and methodological frameworks, some with various decades of existence. In fact, the novelty seems to lie in an unprecedented dialogue within academia.

According to the historian Robert Frank, who gave an interesting interview to this issue, remembering Marc Bloch's 1928 classic text, "we have known for a long time that we had to leave the national framework" (Frank, 2012/1: 7). Much longer before the 1970s, centuries before, if we attentively read the rich text Sanjay Subrahmanyam publishes here. However, the current cacophony behind the debate on Global History, which has provoked a moment of "uncertainty and transition" in the discipline of History, as Maxine Berg (2013/4: 89) states, is easily identified in the set of synthesizing works, or in those released as part of a theoretical and conceptual – and even epistemological – discussion within the Humanities. This is probably explained by the different forms and paces with which historians have left the national frameworks since the beginning of the twentieth century.

Zhang Xupeng (2013/4, 89), for example, in an interesting review of contemporary Chinese historiography, reveals that the influence of a political project of nation state building in China meant that, in the second half of the twentieth century, Chinese historians only began to adopt the model which had already been questioned by Bloch two decades before. Yet in Brazil, after the age of 'mitographies' of the nineteenth century, according to Maria Helena

P. T. Machado (2000: 63), the country experimented the nationalist projects of Vargas and Capanema and the foundation of History courses in the 1930s, with profound effects in the area that are still felt, to the point of even creating a strong regionalist historiography which dialogued little among itself (within Brazil!), as the historian Jeffrey Lesser noted during a talk at the launch of his book *A invenção da brasilidade*, at the CPDOC in March 2016. The chaos is even more complex when one, as in Catherine Coquery-Vidrovitch's *mea culpa* words (2013/4: 111), considers that in Africa not only does there exist an enormous production neglected by research networks outside the region, but that it is extremely multifaceted, with little organicity, and with asymmetries provoked by material reasons and by the different languages in which the narratives are produced.

Nowadays, when the facilities of communication put the community of historians in contact in a quicker and more accessible manner, even though the vectors of diffusion remain concentrated in the North Atlantic axis (as the footnotes in this Presentation testify), the historiographic chaos and differences behind the label of global are more evident than ever. If Global History manages to be a common platform for all these realities to meet and dialogue, as well as to discuss the units of analysis to be used in the future, then it deserves to be more alive than ever.

Taking into account this context, this volume, rather than just presenting interesting examples of how to do History reconsidering time and space, intends to offer a state of the art and to provide a platform for debate.

Estudos Históricos, to a certain extent, has been a witness of these almost 100-year-old discussions. It has been even a place for them since it started being published in the 1980s, as shown in its second issue, entitled *National Identity* (vol. 1, n. 2, 1988), which opens with an article by Elisa Reis on "The National State as Ideology: the Brazilian case." While Reis critically analyzed the constructed reality of the nation state in Brazil, exposing its entrails and altering readers about the different meanings of borders, other issues since then have explored distinct aspects of this same reality, such as the volume about *National Heroes* (vol. 14, n. 25, 2000), or their contestation, through the ignoring or challenging of the same constructed borders, as in the volumes dedicated to *Globalization* (vol. 6, n. 12, 1993), *Latin America* (which deserved two issues, one in 1997 – vol. 10, n. 20, and another in 2009 – vol. 22, n. 44) and *National States and Globalization* (vol. 23, n. 46, 2010).[1] The conjugation of these debates clearly demonstrates that it is not enough for a person to cross a border and establish a relation with another human being for the phenomenon of the nation to be left aside, even if this person is not at the service of State. The whole of this debate becomes important to understand that, while today there exist the deconstruction, decentralization, and decompartmentalization

of social processes, their opposite also existed and exists, and that all of them deserve the attention of the historian.

In this *Global and Transnational Perspectives* issue, the journal offers a new round of discussions about how to *do* History. After the initiatives of *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, with the dossier "Brazil in the Global Context (1870-1945)" (v. 21, n. 1, jan./mar. 2014), e da *Revista Brasileira de História*, with the dossier "O Brasil na História Global" (v. 34, n. 68, jul./dez. 2014), and taking advantage of the organization of the *Global History Conference* by the FGV/School of Social Sciences in October 2016,[2] *Estudos Históricos* launched a 'global' Call for Papers and is publishing an issue containing contributions from different traditions and cultural and spatial horizons, all proposing to collaborate with the construction of the Global History platform.

A large part of the texts was discussed during the Conference in question and reflect the wealth of the discussions and the dimension of the challenges. The contribution of the historian José Antonio Sanchez-Roman, for instance, is a direct fruit of the final report he presented at the closing of the meeting, containing a rich overview of the ideas and debates alive there. The use of different possible definitions of 'Latin America' (as space or culture, for instance) served as a starting point for the texts presented here. The sophistication of the analyses presented by the authors, however, perfectly allows them to dialogue with any other initiative (or approach) discussing how history should be written in the future.

The Articles section starts presenting the contribution of two historians concerned with a topic distant chronologically, from a time long before the fever of the nation states building. Ryan Crewe, first, and Thiago Mota, later, construct narratives which conceive oceanic spaces not as empty zones, but as experiencing intense and different dynamics. Both reconsider areas such as Asia and Africa from the axis of the Americas and their channels of communication in the Pacific and the Atlantic.

Following, the article by José Augusto Ribas Miranda presents an innovative way of understanding the circulation and constitution of connections in ample spaces in the nineteenth century. Looking beyond the international financial and sovereign debt markets, he reveals transnational dynamics such as the history of capital itself, but also of reputation, ambition, and even crime.

Cristián Castro's text, advancing through the first decades of the twentieth century, presents itself as an example of how, within the debate on Global History, the theoretical and conceptual richness existing for decades can be taken advantage of to propose new narratives, without it being necessary to demand ruptures in History. Analyzing the black press in São Paulo and Chicago, Castro uses the work of Benedict Anderson to construct an 'imagined transnational community,' focusing on the construction of an anti-hegemonic discourse about race in these spaces.

The efforts to relativize the strong methodological nationalism still present in various academic communities in Latin America found an echo in the article of Juan Suriano. As well as Brazilian historians have recently taken the global context of armed conflicts into their discussions on Labor History, Suriano analyzes the consequences for the Argentine workers' movement of the impacts caused by the Great War, proposing an interesting path to Global History in the region.

Later, reinforcing the wealth of possibilities for debates within the arena of Global History, Marcos Chor Maio and Thiago Costa offer another manner of questioning the various ideas of borders that can exist in the Humanities. In addition to exam and challenge political and cultural borders, Maio and Costa's text invites us to think about the global turn as a moment of questioning the borders between the Human Sciences through the analysis of the sociologist Donald Pierson's work on racial relations.

Closing the group of texts having a strong thematic cut is the article by Stella Krepp on the complexity of the Malvinas War. Krepp's contribution is to reverse the prevailing perspectives about the conflict, generally marked by a North Atlantic focus. Her argument corrects asymmetries and questions the already mentioned Eurocentrism through the analysis of Third World solidarity in relation to the conflict.

The final two texts in the Articles Section, the second to last by the researchers Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Thiago Lima Nicodemo, and Mateus Henrique de Faria Pereira, and the last one by Aldo Marchesi, offer an interesting bridge to the articles closing this issue, consolidating it as a platform of debate about the potentials and limits of a global writing of Latin American history. While Santos, Nicodemo and Pereira analyze the possibility of a 'self-critical global history,' inspired by Subaltern and Post-Colonial Studies, Marchesi contributes to initiatives which have sought to link global and local traditions of writing the history of the Cold War, one of the most dense fronts of the current debate on Global History.

After the Articles Section, there is a rich contribution from Albert Manke, Katerina Brezinova and Laurin Blecha in the Bibliographic Essay Section. The piece, taking into account the importance of integrating the 'global south' in Cold War studies, offers a review of the literature produced in recent years in Europe and the Americas, indicating the advances already achieved and the potential still to be explored.

Moving on to the Special Contributions Section, we have the text of Sanjay Subrahmanyam who very kindly not only ceded to *Estudos Históricos* the publication rights in Portuguese of his 2013 *Collège de France* Inaugural Lecture, but offered to revise the text and make the necessary adjustments for the version published here. As mentioned above, his reflections help us to understand the depth of the debate behind the 'global' label. Along with Subrahmanyam, there

appear the text by José Antonio Sanchez-Román, a rich overview of the *Global History Conferece* (held in Rio de Janeiro in October 2016), but also a rich debate about space and time and the writing of history, and the text of Diego Olstein, a very skilled academic who has made efforts in recent years to offer a little bit of order to the chaotic debate about Global History.

To use the expression present in the title of Sanchez-Román's article, the reading of all these important articles published here will provoke 'reflections,' but equally it will result in various 'doubts.' Perhaps it is still early for some sort of 'commitment,' since as long as Global History can be defined as a meeting we are still at its beginning. None the less, the interview with Robert Frank, closing this issue, offers numerous clues in that sense. He demystifies various appeals of Global History and confronts the difficult task of understanding the whole and what is at stake in this debate, including politically.

Excellent reading to everyone!

Notes

1 All *Estudos Históricos* articles can be freely accessed on the journal's website: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/index.

2 The Conference brought together in Rio de Janeiro the *2º Coloquio Internacional: Latinoamérica y la Historia Global* and the *2nd Latin America in Global Context Workshop*, in an event organized by the FGV School of Social Science, UFRRJ, USP/Labmundi, the University of Pittsburgh, Universität Bern, and by Red Latinoamericana de Historia Global. The conference program can be accessed at: http://ri.fgv.br/sites/default/files/noticias/arquivos-relacionados/ghc_programa.pdf.

Bibliography

ADELMAN, Jeremy. What is global history now?, Aeon, published online on 2 March 2017 in https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment, accessed on 3 March 2017.

_____. The Clash of Global Narratives, H-Diplo/ISSF, Policy Seriesm America and the World – 2017 and Beyond, published online em 15 de março de 2017 in https://issforum.org/roundtables/policy/1-5U-clash, accessed on 15 de March 2017.

BERG, Maxine. Global History: approaches and new directions. In: _____ (org.). *Writing the History of the Global. Challenges for the 21st Century*. Oxford: Oxford UP, 2013.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. L'historiographie africaine en Afrique, *Revue Tiers Monde*, 2013/4, nº 216.

FRANK, Robert. Avant-propos. Pourquoi une nouvelle revue?, *Monde(s)* 2012/1 (nº 1), p. 7.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade. Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX, *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, 2000.

REIS, Elisa. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro, *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, 1988, p. 187-203.

ZHANG XUPENG. Historical writing in the People's Republic of China since 1978, *Revue Tiers Monde*, 2013/4 nº 216.

Connecting the Indies: the hispano-asian Pacific World in Early Modern Global History

Conectando as Índias: o mundo hispano-asiático do Pacífico na História Global Moderna

Conectando a las Indias: el mundo hispano-asiático del Pacífico en la Historia Global Moderna

Ryan Dominic Crewe

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100002

Ryan Dominic Crewe é PhD em História pela Universidade Yale e professor de História da Universidade do Colorado em Denver, Estados Unidos (ryan.crewe@ucdenver.edu).

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Segundo Coloquio Internacional Latinoamérica y la Historia Global realizado no Rio de Janeiro em outubro de 2017. O autor deseja agradecer a Rafael Marquese, Gabriel Finkelstein, e aos revisores do texto por seus comentários e sugestões procedentes.

Abstract

This article reconsiders the place of colonial Latin America in global history by examining the Transpacific interactions, conflicts, and exchanges between Latin America and Asia in the sixteenth and seventeenth centuries. Setting aside earlier imperial histories that present the Pacific as a 'Spanish Lake', I conceptualize a dynamic Hispano-Asian Pacific World that was forged by a myriad of actors in and around the Pacific basin. Instead of a Pacific dominated by far-off Spain, my research reveals a Transpacific world that in fact defied imperial efforts to claim, regulate, or convert it. I structure this study along three broad lines of inquiry: the economic ties that made the Asian-Latin American 'Rim', the consequences of human transits and cultural exchanges along new Transpacific conduits, and the barriers of distance and culture that limited both cosmopolitanism and imperialism. For societies in Latin America, this Hispano-Asian Pacific world provided them with greater autonomy than the Atlantic world. They shared, alongside diverse groups in this maritime world, a common story of circumvention, of freewheeling exchanges, and of checked powers, for no single shoreline, empire, or group predominated. Ultimately, by charting the currents of Hispano-Asian interactions in the Pacific world, I provide a riposte to theories in global historiography that have situated Latin America at the periphery of Western Europe.

Keywords: Early Modern Period; colonial Mexico; New Spain; Philippines; China; Transpacific History.

Resumo

Este artigo reconsidera o lugar da América Latina colonial na história global examinando as interações transpacíficas, os conflitos e os intercâmbios entre a América Latina e a Ásia nos séculos XVI e XVII. Deixando de lado histórias imperiais anteriores que apresentam o Pacífico como um "lago espanhol", concebo um dinâmico Mundo Pacífico Hispano-Asiático que foi forjado por uma miríade de atores na e ao redor da bacia do Pacífico. Em vez de um Pacífico dominado pela longínqua Espanha, minha pesquisa revela um mundo transpacífico que de fato desafiava os esforços imperiais para reivindicá-los, regulá-los ou convertê-los. Estruturo este estudo de acordo com três grandes linhas de investigação: os laços econômicos que fizeram o "laço" asiático-latino-americano, as consequências dos trânsitos humanos e dos intercâmbios culturais ao longo de novas condutas transpacíficas, e as barreiras da distância e da cultura que limitavam o cosmopolitismo e o imperialismo. Para as sociedades da América Latina, esse mundo do Pacífico hispano-asiático lhes proporcionou maior autonomia do que o mundo atlântico. Eles compartilhavam, ao lado de diversos grupos neste mundo marítimo, uma história comum de evasão, de trocas livres e de poderes controlados, pois nenhuma linha de costa, império ou grupo predominava. Em última análise, ao traçar as correntes das interações hispano-asiáticas no mundo do Pacífico, dou uma réplica às teorias da historiografia global que situaram a América Latina na periferia da Europa Ocidental.

Palavras-chave: Idade Moderna; México colonial; Nova Espanha; Filipinas; China; História Transpacífica.

Resumen

Este artículo reconsidera el lugar de la América Latina colonial en la historia global examinando las interacciones transpacíficas, los conflictos y los intercambios entre América Latina y Asia en los siglos XVI y XVII. Dejando a un lado anteriores historias imperiales que presentan al Pacífico como un "lago español", conceptualizo un dinámico mundo hispano-asiático del Pacífico que fue forjado por una miríada de actores en y alrededor de la cuenca del Pacífico. En lugar de un Pacífico dominado por la lejana España, mi investigación revela un mundo transpacífico que de hecho desafiaba los esfuerzos imperiales para reclamar, regular o convertirlo. Estructura este estudio a lo largo de tres grandes líneas de investigación: los lazos económicos que hicieron el "Borde" asiático-latinoamericano, las consecuencias de los tránsitos humanos y los intercambios culturales a lo largo de nuevos conductos transpacíficos y las barreras de distancia y cultura que limitaban el cosmopolitismo y imperialismo. Para las sociedades latinoamericanas, este mundo del Pacífico hispanoasiático les proporcionó mayor autonomía que el mundo atlántico. Compartieron, junto a diversos grupos en este mundo marítimo, una historia común de elusión, de intercambios libres y de poderes controlados, pues no existía ninguna línea de costa, imperio o grupo. En última instancia, trazando las corrientes de las interacciones hispanoasiáticas en el mundo del Pacífico, ofrezco una respuesta a las teorías de la historiografía global que han situado a América Latina en la periferia de Europa Occidental.

Palabras clave: Periodo Moderno Temprano; México colonial; Nueva España; Filipinas; China; Historia Transpacífica.

Manila, July 1589. A Spanish missionary named Fray Juan de Cobo disembarked from a galleon after a long voyage from Acapulco and stepped into an emerging Pacific world. Only eighteen years had passed since the Spanish conquest had transformed what had been a minor port on the South China Sea into the pulsing center of a new Transpacific economy. On the docks and in the markets, Fray Juan witnessed the lucrative first encounter between the riches of Asia and the brash new mineral wealth of America. This new emporium drew people from every corner of the world. Astonished by what he saw, he wrote to his brethren back in Mexico: "the diversity here is immense, such that I could go on forever trying to differentiate lands and peoples. There are Castilians from all provinces. There are Portuguese and Italians; Dutch, Greeks, Canary Islanders, and Mexican Indians. There are slaves from Africa brought by the Spaniards [through America], and others brought by the Portuguese [through India]. There is even an African Moor with his turban here. There are Japanese, Javanese from Java, and Bengalese from Bengal. Among all these peoples are the Chinese, whose numbers here are untold and who outnumber everyone else. From China there are peoples so different from each other, and from provinces as distant, as Italy is from Spain. Finally, of the *mestizos*, the mixed-race people here, I cannot even write, because in Manila there is no limit to the combinations of peoples with peoples. This is in the city, where all the buzz is" (Remesal, 1629: 680-1).

The place of Latin America in global history can be rewritten from sites like the docks of Fray Juan's Manila.[1] In the contact zones that formed part of the early modern Pacific World we can reconsider the interactions, conflicts, and *mestizaje* that linked Latin American societies to global processes.[2] Seen from without we can better gauge the global interactions and impacts of colonial societies in the Americas.[3] Global history tends to relegate Latin America to a peripheral role as a supplier of commodities: decisive in economic terms, the region is all too often cast as a passive actor on a global stage erected by others (Brown, 2015: 368-9).[4] The history of the early modern Pacific world has the potential to provide a powerful riposte to the Eurocentric narratives that have prevailed in global history, as well as the inward-looking Area Studies paradigm. Like the routes that linked Brazil to Africa and Asia across the 'Ethiopic Ocean' of the South Atlantic, the early modern Pacific presents us with an early modern maritime space that decentered Europe (Alencastro, 2015).[5] At the very antipodes of Iberia, this marchland between the East and West

Indies allows historians to trace the agency of colonial Latin American societies in global history, especially in overseas settings that regional experts have tended to ignore.

For two and half centuries, between the Spanish conquests of the Philippines and early nineteenth-century decolonization in Latin America, yearly voyages between Acapulco and Manila ferried people, goods, and ideas between Asia and Latin America, generating an unprecedented global *mestizaje* (intermingling and intermixture). This emerging early modern Pacific world did not resemble Mediterranean or Atlantic systems. Instead it was an early modern ocean of fragile balances of power and intense linkages of economies and cultures, which connected places as varied as the silver mines of Potosí in Bolivia and the pottery kilns of Jĭngdézhèn in China, or the churches of Mexico City with Franciscan missions in Nagasaki. These transpacific relations and encounters set the stage for far-reaching transformations in Asia and America – cultural exchanges and conflicts, voluntary and forced migrations, global *mestizaje* and ecological changes.

This early modern Pacific world has long been the domain of imperial and economic history. To this day historians of the Spanish Empire examine the early modern Pacific as an antipodal 'Spanish Lake' that was Spanish only for lack of serious European challengers. Yet this is a misnomer, since far-off imperial Spain was ambivalent, and at times even hostile, regarding Asian ties to its Latin American colonies (Shurz, 1939; Spate 1979; Buschmann et al., 2014). Instead, actors *in and around* the Pacific basin itself forged these transpacific ties: Mexican creoles, Chinese traders, Japanese Christians, Filipino mariners, Spanish friars, and *mestizo* soldiers from both American and Asian shores, among many others. These diverse groups made a Hispano-Asian Pacific world: a fluid space of encounter at the intersection between monsoonal Asia and Transpacific America. They engaged in lucrative material exchanges, negotiated the terms of cultural and religious encounters, and changed the material cultures and worldviews of societies around the Pacific basin. I structure this study along three broad lines of inquiry: the making of the Asian-Latin American 'Rim' as a sphere of economic and cultural interaction and exchange, the social and cultural consequences of mobility and exchange along new Transpacific conduits, and the barriers of distance and culture that limited imperial projects and transoceanic integration. By connecting the two 'Indies' of America and Asia, I propose a global history that challenges both Eurocentrism and Area-Studies regionalism, is bottom-up as opposed to systemic, and that ultimately attests to the fragility and incompleteness of global interactions and exchanges.

The rim

In global historiography, Latin America's role in the Pacific World has largely consisted of a story of material exchange. Over the last thirty years, economic his of colonial Latin America and Ming China have revealed the sheer scale of the material exchange of American silver for Asian luxury products. Sustained contact between Asia and America commenced with three concurrent changes that took place in the Pacific in the 1570s. Each development occurred independently of the others, but they all had one common element: silver. The first event happened in China, where prolonged monetary crises resulting from overprinting paper money led the government to require that all tax payments be made in silver, which was scarce and highly valued. This rising demand for silver changed China's trading policy. After centuries of bans on foreign trade, in 1567 the emperor legalized it, hoping that this would bring more silver into the economy (Flynn and Giraldez, 1994: 71-77; Boxer, 2004: 191-192; Lin, 1990: 172; von Glahn, 1996: 117-188). Meanwhile, across the Pacific in Potosí, Bolivia, miners revived a declining silver industry by introducing the mercury amalgamation process of refining, which quadrupled production, while labor costs plummeted due to forced indigenous labor (Cross, 1983: 405). Thus, a rising Chinese demand for silver was paired by a rising supply of American silver. Supply and demand then converged in the third event, the conquest of Manila in 1571. For the economic historians Arturo Giráldez and Dennis Flynn, this was the birth of the 'Pacific Rim', and indeed of globalization itself (1995: 209; 1994: 78).[6]

Yet it bears notistorianng that in speaking of a 'Pacific Rim', we are employing a term that is loaded with hype and expectation regarding the fortunes to be made from the economic relations between America and Asia. And so it was centuries ago, when even Hernán Cortés dreamed of Asia, as if Tenochtitlán did not suffice (León Portilla, 1985). Asia held a powerful place in Spanish American imaginations as a rich emporium, as a vineyard of souls, and as a field of martyrdom when relations soured. Whereas the Portuguese reached East Asia having faced their limitations in their interactions with South Asian rulers, Spaniards who voyaged westward from Mexico into the Pacific carried the experience of recent New World conquests. Although Spanish rule in America was constantly negotiated and contested, the depth and extension of Spanish hegemony imbued colonial culture with a sense of inexorable advance. The path to Asia from the New World produced a uniquely Spanish American orientalism with its own aspirations, knowledge base, and representations. This colonial culture of Transpacific expansion exalted and actively pursued an ideal of Asian opulence, and it drew heavily on the brashness and utopianism of recent American conquests (Crewe, 2015). This orientalist culture was not a mere derivative of globalizing commerce, as grand macro-economic narratives

assume. Instead it shaped aspirations and patterns of consumption that in turn spurred trade and expanding worldviews (Hunt, 2014: 55, 68; Ellis, 2012; Carr et al., 2015).

The tale of this early Pacific Rim is not so much a story of economic integration as one of mutual attraction. In Manila, Mexican and Peruvian merchants traded their abundant silver for Chinese silks and porcelains, as well as ivories, jades, and spices from throughout Asia. Due to high Chinese demand, American silver carried twice the purchasing power in China than it had in Europe (Flynn and Giraldez, 1995: 206). In the coastal Chinese province of Fujian, one observer marveled that in Manila "the foreigners use silver like we use copper money" (Lin, 1990: 207). Around the same time, a Spanish governor of Manila wrote derisively of the Chinese: "Silver is their god, and whatever way they can get it is their religion" (Blair and Robertson, 1905: vol. xxii, p. 248). Thus, Mexican traders thought the Chinese sold off their silks for a steal, while Chinese merchants marveled at how much silver Mexicans put up for medium-grade products. Culture clashes were bound to arise, but business was very good. Nonetheless, most of this trade took place despite opposition from imperial courts in Madrid and Beijing. Official bullionism and protectionism sought to re-establish Mexican dependence on a Seville-centered Atlantic economy. This, however, partly explains why the Pacific was so alluring in Mexico. There, Creoles and Peninsular Spaniards alike – priests, port officials, even viceroys – invested in a booming contraband trade with Asia that flouted all Spanish regulations and bans. Between 1580 and 1640, Mexican merchants shipped an estimated 2 to 3 million pesos *per year* (50 to 75 *tons*), far surpassing the Crown's limit of 500,000 pesos. Investors regularly quadrupled and quintupled their original investments (Flynn and Giraldez, 1994: 82 and 1995: 206; Te Paske, 1983: 435-6; Atwell, 1982: 74; Chuan, 1969: 79). In the colonized Philippines, even a native Tagalog *cabildo* (town council) boosted its treasury by investing in the Transpacific trade.[7] Rather than a 'Spanish Lake', then, this was an Asian-American Rim *in spite of Spain* (Borah, 1954).[8]

In silver-rich Mexico, people of all classes consumed Asian goods, donning silk shawls, decorating homes with *biombos* (*byōbu*, Japanese folding screens), and drinking chocolate in blue-and-white *mancerinas*, chocolate-drinking cups that Chinese potters produced for the Mexican and Peruvian markets (Kuwayama, 1999; Pierce and Otsuka, 2009; Carletti, 1701: 118; Gage, 2005: 85; TePaske, 1983, 429-435). The Transpacific trade also opened up new mental horizons for residents in Mexico City. In 1603, the local poet Bernardo de Balbuena boasted that "From the Philippines comes the finest: everything the Chinese manage to pack into their junks". Though a colony, Mexico's position between two oceans allowed Balbuena to imagine it at the center of a global economy: "México divides the world equally into two, and as if to a sun, it seems the whole earth gravitates towards *her*" (Balbuena, 2009: 20).

In China, meanwhile, the sudden influx of American silver transformed the economy. Porcelain kilns proliferated in the interior, where workers mass-produced export wares for wages paid in silver (Medley, 1993; Scott, 1992). At the customs house in the port of Haicheng in Fujian province, where silver-laden junks returned from Manila, revenues jumped ten-fold between 1570 and 1590. Local trading families in Fujian increased not only their wealth, but also their political power and social status. Over the course of the seventeenth century, the principal merchants of Fujian entered the Chinese gentry class despite the fact that merchants lay at the lower rungs of the Confucian order (Brook, 1998: 134-5, 211-2). In Beijing, meanwhile, imperial coffers doubled during the first two decades of Transpacific trade (Atwell, 1982: 74). "The King of China could build a palace with all the silver bars from Peru that are carried to his country", grumbled one Spanish admiral in Manila (Blair and Robertson, 1905, vol. 29, p. 71). In the Chinese emperor's actual palace, Father Matteo Ricci's world map identified the distant South American source of Beijing's rising revenues in three Chinese characters: *pei-tu-hsi* – Potosí (Giraldez, 2008: 18; Ch'en, 1939: 349). Manila was also the site of a more mundane 'Columbian Exchange'. As they shuttled between Manila and Fujian, Chinese migrants introduced to China American crops such as tobacco, tubers, and corn. In Fujian a governor noticed one American plant that seemed nothing short of magical: "Over there grows the sweet potato, which grows anywhere and does not need sowing or planting. The barbarians habitually eat it." The new crop could not have come at a better time in Fujian, for when famine struck the province in 1590, the spud "sufficed the people for a whole year" (Lin, 1990: 207; Atwell, 2001: 60-1). Over the next two centuries, this and other American crops would revolutionize Chinese agriculture and demography (Mazumdar, 2000: 70).

The early modern Transpacific economy thus allowed people on both shores – whether in imperial China or colonial Mexico – to imagine themselves at the center of an expanding world.

Conduits and contact zones

While histories of Latin America in Pacific and global history thoroughly examine the continent's role in material exchanges, the lived experiences of mobility and cross-cultural interactions that made such exchanges possible are only beginning to be examined in all their diversity. In this regard, it is essential to move past macro-historical narratives that tend to deal with early modern Latin America in exclusively economic terms. Trade, after all, was contingent on human connections. It depended on the human transits that interlinked colonial Latin America with the maritime world of monsoon Asia, and it was entirely a product

of cross-cultural encounters that unfolded in volatile milieux scattered along these Transpacific circuits. Ports, mining camps, missions, markets, and *presidios* connected the Hispano-Asian Pacific world. These were destinations and way stations in innumerable tales of displacement, migration, exploration, and human trafficking. At the interstices between Latin American and Asian histories, these contact zones fall in what Sanjay Subrahmanyam has called "the cracks between Area Studies". Subrahmanyam states that "it may very well be here, at the uncomfortable edges of our categories, that we may find important clues that help us to define the key elements of connectedness and transmission that characterize early modern history" (Subrahmanyam, 1997: 735-762). As a methodology, 'connected history' holds out the promise of producing global history from the bottom up – from sites like military encampments in the Moluccas, Colombian mines where indigenous laborers dug up emeralds coveted by Persian shahs, or the busy stalls in Mexico City that ran a brisk trade in Chinese silks (Lane, 2010). Synchronic instead of diachronic or comparative, this approach recovers the linkages of global history "like an electrician who repairs what time and historians have disconnected" (Gruzinski, 2010: 44; Bertrand, 2015: 3-20).[9]

For 250 years, the Manila galleon, though solitary and precarious in its reach across this vast ocean, was also a vehicle for sustained exchanges, migrations, and transformations. While the Westward voyage from Mexico to the Philippines was generally *pacífico*, the stormy return trip Eastward averaged an unbearable seven months; the Italian world-traveller Gemelli Careri thought it "the longest, most terrible navigation in the World" (Gemelli Careri, 1704: vol. 5, 255). These galleons swelled with goods and people. Crowding around the luxury goods and chests of silver, passengers from dozens of nations – some willing, others forced – crossed the Pacific in both directions. Westward-bound Mexican-born Creoles were vital to the colonization of the Philippines. As conquistadors they acquired *encomiendas* on far-flung islands, as missionaries they 'raised a Church in Mexico's image' (as one chronicler put it), and as business agents they made tremendous wealth for their families back home (Grijalva, 1624). But the most significant Westward migration was that of Mexican mestizos and Indians. Recruits and press-ganged soldiers boarded the galleon in Acapulco to serve in Spain's unending wars against Muslim resistance in Mindanao and the Moluccas, and they manned Spanish fortresses throughout the Philippine Archipelago. In all, *guachinangos* – as these Mexican-born colonists were called – outnumbered Peninsular Spaniards in the Philippines (García de los Arcos, 1996: 249; Mawsom, 2016: 87-125; Mehl, 2014, 547-579). On the Eastward voyage to Acapulco, there were returning veterans of wars and missions, Mexican and Peruvian traders, and even Armenian merchants, whose networks brought Persian rugs and Bengalese cotton from the Indian Ocean all the way to Mexico City (Aslanian, 2011: 254-257; Shurz, 1939: 136-138).

And all around them were Filipino mariners, who formed four fifths of galleon crews, some of whom had been pressed into service through the *repartimiento*. Upon their arrival in Acapulco, deserters would flee the cruel life of the galleon and settle among coastal Mexican Indians. Finally, ever-present on both voyages were servants, slaves and concubines from Asia, America, and Africa – the victims of a globalizing trade in human beings (Seijas, 2015).

The Western terminus of the galleon route spurred migration from all parts of maritime Asia, especially China. Just two decades after the founding of Spanish Manila, 30.000 Chinese migrants had arrived from Fujian province, which suffered chronic over-population and land scarcity. Wealthy merchants' vessels brought thousands of immigrants who came to work in trades that were vital for Manila's development. Virtually every mission church that was built in the Philippines, for example, was the work of Chinese masons who were paid in silver drawn from the *situado*, the yearly Mexican viceregal subsidy that funded the Philippines. In the words of one Spanish Dominican, Manila was *las Indias para los chinos,* "the Indies for the Chinese, just as the Western Indies in America are for our Spaniards".[10] Fearful of the rising numbers of Chinese migrants as well as their considerable economic leverage, Spanish authorities confined the Sangleys into a segregated district known as the Parián. Ethno-religious tensions between the Sangleys and Spanish settlers erupted into revolts and massacres nearly every generation. Despite this, however, over the *longue durée* from the late sixteenth century to the early nineteenth century the Sangleys were indispensable to the most lucrative Transpacific exchanges. Sangleys defended their foothold in Manila by converting to Christianity, establishing their own local government under Spanish sovereignty, and through intermarriage and kinship networks with Filipino natives and Spaniards (Crewe, 2015). Their commerce with Mexico-based Creole and Spanish traders depended on their abilities to negotiate and adapt to the culture of Spanish colonialism. In this way, this crowded and contained space of ethno-religious exclusion on the banks of Manila's Pasig River connected other milieux in the Pacific world: the mines of Potosí with the counting houses of Fujian, and the markets of Bengal with the Plaza Mayor (Zócalo) in Mexico City.

Opulence and opportunity drew migrants from the Americas and Asia to Manila, creating a multicultural society that tensely hung between Spanish-American norms of ethno-religious exclusion and the cosmopolitanism of maritime Asia. This was not only a meeting-place of commerce or political projects; it was also a contact zone for racial and ethnic notions from America, mainland Asia, and the Indian Ocean World. Commercial success and fragile Spanish strategic interests made Manila a unique port in the Spanish empire, for this city could not survive without accommodating thousands of non-Christians – including Muslims – and many thousands more New Christians from Asia, America, and Africa. Exiles, merchants, slaves,

missionaries, soldiers, sailors, tradesmen and inquisitors from across the globe made their homes or passed through here, and the global scale of their *mestizaje* and cultural borrowing produced a multicultural society that was both by-product and guarantor of the city's commercial power. As in Spanish America, colonial authorities sought to control a bewilderingly diverse population by reducing it to ethno-religious categories, or *castas*: Spaniards (both American Creole and Peninsular), American-born *mestizos, indios* (non-Muslim natives of Asia as well as American natives), *mulatos* (both of American and Asian origin), Chinese *mestizos* (*mestizos de sangley*, of Chinese-Filipino intermarriage), Asian migrants from places as far-flung as Bengal (*bengalas*) or Japan (*japones*), and Chinese (*chinos* or *sangleyes*). Also present were so-called *cafres*: black Africans, Southern Indians, or islanders of Eastern Indonesia. Confounding things even further was the global scale of *mestizaje* in Manila among all of the above groups. The seventeenth-century traveller Gemelli Careri dismissed all attempts to categorize *mestizos* was a fool's errand (13).[11] The history of caste in Manila is the story of a transoceanic projection of colonial Latin American concepts of caste and race, which assumed that hereditary cultural traits and *naturaleza* (disposition) of non-European converts were still heavily influenced by ancestral non-Christian religions (Martínez, 2008: 15, 203). Similarly, on the other side of the Pacific Ocean Chinese and Filipino immigrants and slaves in New Spain confounded local understandings of race and caste (Seijas, 2015). Alongside the bars of silver, silks, and passengers in the galleon holds, concepts of race and ethnicity were fellow travellers: mobile, unstable, intermingling, and adapting to the local milieux of every port where they made landfall.

Barriers

For all its opulence and cosmopolitanism, however, the Hispano-Asian Pacific world also presents us with a reminder that global history is uneven, fragmented, and incomplete. More often than not, it is a graveyard of grand designs hatched in moments of optimism, a record of ambitious plans of economic integration and social transformation. The vast distances and limited reach of imperial powers in this Transpacific world raised barriers to transoceanic integration on the scale of the Atlantic or Indian Ocean worlds. In particular, tensions arose between Spanish America, with its official religious exclusivism and theological imperialism, and Asia, whose maritime networks pragmatically allowed for religious pluralism.

In addition to moving goods and people, the Manila Galleon convoy also seemed to open a new horizon for ambitious missionaries in Spanish America. Looking Westward from Mexico, where indigenous populations were diminishing, Spanish and Creole friars saw

– or thought they saw – a 'vineyard of souls' ready for harvest in Asia. Mexico served as a base for Transpacific mission networks stretching into the Philippines and East Asia, right until Independence in 1821. Mexico's viceroyalty sent substantial public funds and private donations, its Creole clergymen enlisted in missions, and its Inquisition even tried to police a jurisdiction that laid claim to all of Asia. Moreover, the American experience, in which missions relied heavily on secular power and confrontation, informed these missionaries' strategies for extending Christianity into Asia – precisely the opposite lessons that contemporary Portuguese missionaries were drawing from their own Asian experiences. In the words of one religious chronicler in Mexico, "they thought themselves the saviors of all Asia" (Grijalva, 1624: 272).

Yet the mission enterprise met its outer limits in the major empires of Asia. While the Mexican mission model worked in the Philippine islands, the very way by which missions had enabled Spanish colonization presented a clear warning to Chinese and Japanese observers, who were beginning to hear of how the Spanish had conquered Mexico and Peru. In East Asia, Transpacific consciousness was not only about material exchange; it also contained a dire warning about the threat that missionaries seemed to pose to their sovereignty. The Spanish mission was, according to one Japanese Buddhist monk, "a plot to take over our country without even a battle. Right before our eyes, the King [of Spain] has installed his own governors in Luzon and Mexico" (Elison, 1988: 355).[12] In Beijing, a courtier warned that missionaries employed "resourceful schemes" by which "they have subdued over thirty countries" (Ch'en, 1939: 349). The Japanese Shōgun, Hideyoshi, stated his position clearly enough in 1597, when he ordered the mass crucifixion of Spanish missionaries in Nagasaki – news of this 'martyrdom' transfixed Macau, Manila, and Mexico, who came together to have the victims beatified (Conover, 2011: 451-453). Even in Manila, the missionaries' persistent efforts to convert Chinese traders had few results. But given China's crucial role in the Transpacific economy, they had to accept the presence of 30.000 pagans in their midst. The Chinese of Manila thus became the largest group of non-Christians residing legally in the Spanish Empire; their economic leverage allowed them to freely choose *not* to convert (Crewe, 2015). Trade therefore proceeded on the condition that the mission enterprise would not play the preeminent role it had in Spanish America (Blair and Robertson, 1905: vol. xiii p. 222, vol. xvi p. 150, vol. vi p. 287, vol. xvii p. 230).[13] Or, as a Ming chronicle put it: "The savages, seeing that they profit by trading with China, do not oppose us" (Laufer, 1908: 272). This Pacific would not be a sea of faith.

Due to its vastness, both in geography and cultural differences, the early modern Pacific world defied all efforts to claim, regulate, or convert it. There was no Braudelian convergence here. Threading through it are tales of circumvention, of freewheeling exchanges among

diverse groups, and of checked powers, for no single shoreline or group predominated. It developed in isolation from other Pacific worlds not mentioned here, like the Polynesian 'Sea of Islands' or the Russian/Native American Far North. By the late-eighteenth century, scientific expeditions, multinational traders, hunters, and tricksters were linking the Rim, North, and islands in new and destructive ways (Yokota, 2014: 204-19; Igler, 2013). Numerous examples could highlight this transition, but one detail from the archives in Manila will suffice. In 1790, Spanish authorities opened Manila to free trade. In a register of arriving vessels, alongside the usual arrivals from China, Vietnam, and Java, we have evidence that a harbor official strained his ears to make sense of the odd name of a new vessel's home port. In Spanish, he scrawled: "*Rodislán*", from a country called "*La América Ynglesa*". The Yankees were on their way to Canton.[14] As late as 1825, Mexican officials in newly-independent Mexico were sanguine enough about their commercial prospects in East Asia that they published an official map charting the way westward to China for Acapulco merchants. An emblem depicts an eagle perched atop a sailing ship – a maritime stand-in for the cactus-perch of the eagle of Mexica prophetic myth – pointing the way forward as it had for the founders of Tenochtitlán (Espinosa y Tello, 1825). Yet the Wars of Independence crippled Mexico's Transpacific fleet, and North American and British merchants decisively stepped into the breech. Nonetheless, the newcomers' cargoes carried a legacy from Fray Juan's Manila of 250 years before: to ease their trade with the Chinese, they carried Mexican silver pesos – which, well into the 19th century, was still the preferred means of exchange, long after Mexican Independence had grounded the Manila galleon (Valdés Lakowsky, 1985: 73-81; McMaster, 1959: 372-399; Irigoin, 2009: 215-220).

Conclusion

Largely the domain of Europeanists and Asianists, early modern global history presents both promises and pitfalls to scholars of Latin American history. Eurasia-centric global historiography is dense, has provoked lively debates in recent years, and offers a wide array of methodologies, from macro-history and histories of globalization, to microhistorical studies that discover the globe even in the most intimate of settings (Reinhard, 2015; Darwin, 2009; Andrade, 2010; Subrahmanyam, 2011; Brook, 2008). Latin Americanists and scholars of Iberian worlds are only beginning to make their presence felt (Gruzinski, 2010; Lane, 2010). The challenges that lie ahead for Latin Americanists as they engage global history are twofold.

First, global history runs the risk of becoming whiggish, a modernization narrative that seeks to historicize globalization for present audiences. These are narratives of continuous

convergence and integration, a story of globalization's expanding reach over the past five hundred years. "La historia global", Romain Bertrand observes, "rara vez es discontinuista" (Bertrand, 2015: 17). The histories of the Hispano-Asian Pacific reveal global interactions and processes of change that instead move like advancing tides: waves of global history advance, recede, and move sideways in riptides. The worlds of East Asia, maritime Southeast Asia, and the Indian Ocean interacted with colonial Latin America in transformative ways, often beyond the gaze or regulatory abilities of Iberian or Asian empires. Fragile linkages bound together local histories into a common field of circulation and exchange, and for two centuries these transpacific connections transformed societies throughout the Pacific basin. As quickly as the Hispano-Asian Pacific emerged in the 1560s, by the 1820s the currents had shifted: meanings and priorities changed, routes shifted, and new actors reconfigured and reconnected the points on the map. Told from below, global history is more a series of incomplete advances and accidental crossings than a teleological account of globalization.

The second problem concerns the place that global histories often attribute to early modern Latin American societies. Global historiography situates Latin America at the periphery of Western Europe, its importance firmly anchored in the Atlantic World. Scholarship in colonial Latin American history over the past decades has provided us with a more nuanced vision of how colonial power operated in a state that was limited in its reach. In this context, the Hispano-Asian Pacific world can force a reconsideration of imperial and colonial power. The Pacific world provided for greater autonomy than the Atlantic system because transpacific commerce, missions, and administration were generally handled in Mexico City. For this reason commercial interests in Spain continuously protested against colonial Latin American involvement in the Pacific. Given that global history runs the risk of lapsing into old imperial or Eurocentric narratives, spaces like the Pacific shed light on the ways in which Latin American societies impacted global history not solely with commodities and labor, but also with migration flows, knowledge, and culture.

Notes

1 I employ the term 'Latin America' when referring to current scholarly debates and global historiography. As a geo-historical term, 'Latin America' has met with important criticism in recent years. Commonly encompassing the Caribbean, Mexico and Central America, and South America [sometimes including, other times excluding Brazil], historically the term was cast in opposition to Anglo-America. Nonetheless, it is still a useful geographical label that refers to comparable Iberian colonial experiences, bureaucratic-religious institutions, ever-tenuous negotiations and conflicts between colonial regimes and indigenous peoples, and global networks that extended outward to Europe, Africa, and Asia ('East Indies'). Less anachronistic – though no less colonial – is the contemporary term 'West Indies' (*Indias Occidentales*/*Índias Ocidentais*), which Iberians applied to the American continent.

Most importantly, 'Latin America', like other geo-historical constructions such as 'South Asia' or 'West Africa', is universally recognizable among scholars in other parts of the globe. Ultimately, transoceanic and transnational approaches remind us that geographical conceptions are merely tools of analysis and communication, the starting points of conversations rather than finite containers of history and identity. On the origins and rising usage of 'Latin America' in the nineteenth century, see Mignolo (2011).

2 On 'contact zones', see Mary Louise Pratt (1992: 7).

3 On writing the history of colonial and post-colonial societies from an overseas, global perspective, see Alencastro (2000) and Yokota (2011).

4 John Darwin (2009: 60), for example, writes that the Spanish conquest of Mexico – a process that several generations of Mexicanists have explained in terms of Mesoamerican imperial crises and demographic catastrophes – was "more like science-fiction than history". See also Reinhard (2015) and Bayly (2004).

5 While this paper examines transpacific linkages between the East and West Indies along the Acapulco-Manila galleon line, Portuguese colonies in Brazil were also connected to Asia through maritime routes to Portuguese colonies in Goa, Malacca, Macau, the Moluccas, and Nagasaki. See Amaral Lapa (2000), Muhana (2003: 41-3), Russell-Wood (2001).

6 For a critique of the historiography of early modern globalization, see VRIES, Jan de, The limits of globalization in the early modern world, *The Economic History Review*, vol. 63, no. 3, 2010, 710-733.

7 Dominican records in Manila reveal that in 1668, a native *cabildo* in Pampanga invested in the galleon trade. Archivo Provincial del Sagrado Rosario, Archive of the University of Santo Tomás (APSR-AUST) Consultas vol. 4, f. 84r.

8 Referring to this enormous contraband economy, Bishop Miguel de Benavides of Nueva Segovia (Philippines), stated: "there is nothing to be expected except thunderbolts from heaven to punish what is done." Fray Miguel de Benavides to King Philip II. Manila, 17 May 1599, in Blair and Robertson (vol. 10, p. 94).

9 Romain Bertrand (2015) argues that 'connected history' should be considered separately from 'global history' because this methodology differs from more macro and comparative variants of global history. Yet the synchronicity of 'connected history' could very well help to diversify global history.

10 Juizio del papel escrito en Manila, sobre que no permitan el asiento de los sangleyes en Filipinas. Anon. Dominican ms. Manila, 1677. Archivo de la Provincia del Santo Rosario de Filipinas – Archive of the University of Santo Tomás (APSR-AUST), Sección Sangleyes, tomo 1, f. 695r.

11 The subcategories that he listed were similar to those in Mexico. Rather dismissively, Gemelli Careri states that his list of *castas* is only a sample: *criollo* (born of a Spanish male and indigenous female), *mestizo* (Spanish female and indigenous male), *castizo* or *tercerón* (born of two mestizos), *quarterón* (Spanish female and black male), *mulato* (Spanish male and black female), *grifo* (black female and mulato male), *sambo* (mulata female and indigenous male), and *capra* (sambo and indigenous).

12 Elison draws from the Japanese Buddhist anti-Christian polemic *Kirishitan Monogatori.* See also the tracts of ex-Christian Buddhist re-converts Fabián Fucán, *Ha Daiusu (Against Dios)* and Suzuki Shosan, *Ha Kirishitan (Against the Christians).*

13 AUST Libros, vol. 81, f. 231v.

14 The ship hailed from Rhode Island in the newly-independent United States. Arribada de barco de Rodislán, Manila 1793. Philippine National Archives, Galeones, bk. 1 (1693-1809), f. 443.

Bibliography

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. The Ethiopic Ocean: History and Historiography, 1600-1975. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, no. 27, 2015.

AMARAL LAPA, José Roberto. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editorial Unicamp, 2000.

ANDRADE, Tonio. A Chinese farmer, two African boys, and a warlord: toward a Global Microhistory. *Journal of World History,* Honolulu, vol. 21, no. 4, 2010.

ASLANIAN, Sebouh David. *From the Indian Ocean to the Mediterranean: the global trade networks of the merchants of New Julfa*. Berkeley: University of California Press, 2011.

ATWELL, William S. International Bullion Flows and China, *Past and Present*, Oxford, no. 95, 1982.

_____. Volcanism and short-term climactic change in East Asian and World History. *Journal of World History*, Honolulu, vol. 12, 2001.

BALBUENA, Bernardo. *Grandeza Mexicana*. Mexico City: Porrúa, 2009.

BAYLY, Chris A. *The birth of the Modern World, 1780-1914: global connections and comparisons*. Oxford: Blackwell, 2004.

BERTRAND, Romain. Historia global, historias conectadas: ¿un giro historiográfico? *Prohistoria*, Buenos Aires, no. 24, 2015.

BLAIR, Emma, and Robertson, James Alexander. *The Philippine Islands,1493-1803*. Cleveland, 1903.

BORAH, Woodrow. *Early colonial trade and navigation between Mexico and Peru.* Berkeley: University of California Press, 1954.

BOXER, Charles. *South China in the Sixteenth Century*. Bangkok: Lotus Press, 2004.

BROOK, Timothy. *The confusions of pleasure: commerce and culture in Ming China*. Berkeley: University of California Press, 1998.

_____. *Vermeer's hat: the Seventeenth Century and the dawn of the Global World*. New York: Bloomsbury Press, 2008.

BROWN, Matthew. The Global History of Latin America, *Journal of Global History*, Cambridge, vol. 10, 2015.

BUSCHMANN, Rainer, SLACK, Edward R. and Tueller James B. *Navigating the Spanish Lake: the Pacific in the Iberian World, 1521-1898*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2014.

CARLETTI, Francesco. *Raggionamento dei miei viaggi.* Rome, 1701.

CARR, Dennis, Bailey, Gauvin, Brook, Timothy, Codding, Mitchell, Corrigan, Karina and Pierce Donna. *Made in the Americas: the New World discovers Asia*. Boston: Museum of Fine Arts, 2015.

CH'EN, Kenneth. Matteo Ricci's contribution to, and influence on, geographical knowledge in China. *Journal of the American Oriental Society*, Ann Arbor, vol. 59, no. 3, 1939.

CHUAN, Hang Sheng. The inflow of American silver into China from the late-Ming to the mid-Ching Period. *Journal of the Institute of Chinese Studies of the Chinese University of Hong Kong*, Hong Kong, vol. 2, 1969.

CONOVER, Cornelius. Saintly biography and the cult of San Felipe de Jesús in Mexico City, 1597-1697. *The Americas*, Cambridge, vol. 67, no. 4, 2011.

CREWE, Ryan. Pacific purgatory: Spanish Dominicans, Chinese Sangleys, and the entanglement of mission and commerce in Manila, 1580-1620. *Journal of Early Modern History*, Minneapolis, vol. 19, 2015.

CROSS, Harry E. South American bullion production and export, 1550-1750. In Richards, J. F. (ed). *Precious metals in the later Medieval and early Modern Worlds*. Durham, N.C.: Carolina Academic Press, 1983.

DARWIN, John. *After Tamerlane: the rise and fall of Global Empires, 1400-2000*. New York: Bloomsbury, 2009.

DE VRIES, Jan. The limits of globalization in the early modern world. *The Economic History Review*, Hoboken, vol. 63, no. 3, 2010.

ELISON, George. *Deus destroyed: the image of Christianity in early Modern Japan*. Cambridge, 1988.

ELLIS, Robert Richmond. *They need nothing: Hispanic-Asian encounters in the Colonial Period*. Toronto: University of Toronto Press, 2012.

ESPINOSA Y TELLO, J. *Carta general para las navegaciones a la India Oriental por el Mar del Sur y el grande Océano que separa el continente americano del asiático*. Mexico City, 1825.

FLYNN, Dennis O. and Giráldez, Arturo. China and the Manila Galleons. In Latham, A. J. H. and Kawakatsu, Heita (eds). *Japanese industrialization and the Asian economy*. New York: Routledge, 1994.

_____. Born with a silver spoon: the origin of world trade in 1571. *Journal of World History,* Honolulu, vol. 6, no. 2, 1995.

GAGE, Thomas. *The English-American: a new survey of the West Indies*. London: Routledge, 2005.

GARCÍA DE LOS ARCOS, María Fernanda. *Forzados y reclutas: los criollos novohispanos en Asia (1756-1808)*. Mexico City: Portilleros Editores, 1996.

GEMELLI CARERI, Francesco. *Giro al mondo*. Naples, 1704.

GIRÁLDEZ, Arturo. China and counterfeiting in 1650 Potosí. In: Hirzel, Thomas and Kim, Nanny (eds). *Metals, monies, and markets in early modern societies: East Asian and global perspectives*. Berlin: Lit Verlag, 2008.

GRIJALVA, Juan de. *Crónica de la Orden de N.P.S. Agustín en las provincias de la Nueva España*. Mexico City, 1624.

GRUZINSKI, Serge. *Las cuatro partes del mundo: Historia de una mundialización*. Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 2010.

HUNT, Lynn. *Writing History in the Global Era*. New York: W.W. Norton and Company, 2014.

IGLER, David. *The Great Ocean: Pacific worlds from Captain Cook to the Gold Rush*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

IRIGOIN, Alejandra. The end of a silver era: the consequences of the breakdown of the Spanish peso standard in China and the United States. *Journal of World History*, Honolulu, vol. 20, no. 2, 2009.

KUWAYAMA, George. *Chinese ceramics in colonial Mexico*. Los Angeles: LA County Museum of Art, 1999.

LANE, Kris E. *Colour of Paradise: the emerald in the age of the gunpowder empires*. New haven: Yale University Press, 2010.

LAUFER, Berthold. The relations of the Chinese to the Philippine Islands. *Smithsonian Miscellaneous Collection*, vol. 50, 1908.

LEÓN PORTILLA, Miguel. *Hernán Cortés y la mar del Sur*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1985.

LIN, Renchuan. Fukien's private sea trade in the 16th and 17th centuries. In Vermeer, E. B. (ed). *Development and decline of Fukien Province in the 17th and 18th Centuries*. Leiden: E.J. Brill, 1990.

MARTÍNEZ, María Elena. *Genealogical fictions: Limpieza de Sangre, Religion, and Gender*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

MAWSOM, Stephanie J. Convicts or *Conquistadores?* Spanish swoldiers in the Seventeenth-Century Pacific. *Past and Present*, Oxford, no. 23, 2016.

MAZUMDAR, Sucheta. The impact of New World food crops on the diet and economy of China and India, 1600-1900. In GREW, Raymond (ed). *Food in Global History*. Boulder, CO: Westview Press, 2000.

MCMASTER, John. Las aventuras asiáticas del peso mexicano. *Historia Mexicana*, Mexico City, vol. 8, no. 3, 1959.

MEDLEY, Margaret. Organization and production in Jingdezhen in the Sixteenth Century. In SCOTT, Rosemary (ed). *The porcelains of Jingdezhen*. London: Percival Davies Foundation of Chinese Art, 1993.

MEHL, Eva. Mexican recruits and vagrants in late-Eighteenth Century Philippines: empire, social order, and Bourbon reforms in the Spanish Pacific World. *Hispanic American Historical Review*, Chapel Hill, vol. 94, no. 4, 2014.

MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Oxford: Blackwell Press, 2011.

MUHANA, Adma. Brasil: Índia ocidental. *Revista USP*, Sao Paulo, n. 57, 2003.

PIERCE, Donna, and OTSUKA, Ronald. *Asia and Spanish America: Trans-Pacific artistic and cultural exchange, 1500-1850*. Denver: Denver Art Museum, 2009.

PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. New York: Routledge, 2007.

REINHARD, Wolfgang. *Empires and encounters: 1350-1750*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

REMESAL, Antonio de. *Historia de la provincia de S. Vicente de Chyapa y Guatemala de la orden de nuestro glorioso padre Sancto Domingo*. Madrid, 1629.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2001, 9-40.

SCOTT, Rosemary E. *Elegant form and harmonious decoration: four dynasties of Jingdezhen Porcelain*. London: Sun Tree Publishing, 1992.

SEIJAS, Tatiana. *Asian slaves in Colonial Mexico*. New York: Cambridge University Press, 2015.

SHURZ, William. *The Manila Galleon*. New York: Dutton, 1939.

SPATE, O. H. K. *The Spanish Lake*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1979.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. In *Modern Asian Studies*, Cambridge, vol. 31, no. 3, 1997.

_____. *Three ways to be alien: travails and encounters in the Early Modern World.* Waltham: Brandeis University Press, 2011.

TE PASKE, John. New World silver, Castile, and the Philippines 1590-1800. In Richards, J. F. (ed). *Precious metals in the later Medieval and early Modern Worlds*. Durham, N.C.: Carolina Academic Press, 1983.

VALDÉS LANKOWSKY, Vera. Cambios en las relaciones transpacíficas: del Hispanis Mare Pacíficum al Océano Pacífico como vía de comunicación internacional. *Estudios de Asia y África*, Mexico City, vol. 20, no. 1, 1985.

VON GLAHN, Richard. *Fountain of fortune: money and monetary policy in China, 1000-1700*. Berkeley: University of California Press, 1996.

YOKOTA, Kariann Akemi. *Unbecoming British: how the United States became a postcolonial nation*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

_____. Transatlantic and transpacific connections in early American History. *Pacific Historical Review*, Berkeley, vol. 83, no. 2, 2014.

Instrução islâmica na Senegâmbia e práticas de muçulmanos africanos em Portugal: uma abordagem atlântica (séculos XVI e XVII)

Islamic instruction in Senegambia and practices of African Muslims in Portugal: an Atlantic approach (16th and 17th centuries)

Instrucción islámica en Senegambia y las prácticas de los musulmanes africanos en Portugal: un enfoque del Atlántico (siglos XVI y XVII)

Thiago Henrique Mota

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100003

Thiago Henrique Mota é mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e doutorando em História em regime de cotutela entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Lisboa, com bolsa oferecida pela FAPEMIG. Foi professor temporário na Universidade Federal de Viçosa (2012-2013) e pesquisador visitante na Universidade Eduardo Mondlane (2014-2014), em Moçambique. É investigador no Centro de História da Universidade de Lisboa (2016). Esta pesquisa contou com recursos da Cátedra Jaime Cortesão, à qual o pesquisador remete seus agradecimentos. (thiago.mota@ymail.com).

Artigo recebido em 11 de julho de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Resumo

Práticas islâmicas de africanos escravizados em Portugal no século XVI são analisadas à luz da metodologia atlântica, buscando-se compreendê-las em relação às instituições muçulmanas na região dos rios Senegal e Gâmbia. Parte-se desta perspectiva para estudar culturas africanas na diáspora identificando elementos africanos em Portugal; retornando à África, são relacionados às sociedades de origem; voltando a Portugal, os dados obtidos são confrontados. As fontes da pesquisa são memoriais de viajantes europeus, cartas de jesuítas e processos inquisitoriais. Argumenta-se que as práticas islâmicas em Portugal expõem continuidades de experiências africanas, evidenciando o papel do Islã nas sociedades da Senegâmbia.

Palavras-chave: Islã, Senegâmbia, Wolof, metodologia atlântica, Portugal, Inquisição.

Abstract

Islamic practices of enslaved Africans in 16th century Portugal are discussed through an Atlantic methodology, high-lighting relations between Islam in Senegal and Gambia Rivers' region and Muslim African religiosities in Portugal. This approach aims to analyze African cultures in a diaspora context. Then, Muslim African features are discussed in Portugal; back to Africa, those features are connected to local institutions; back again to Portugal, both data are compared. The sources analyzed are European travelers' accounts, jesuits' letters and inquisitorial records. Muslim beliefs in Portugal are linked to their African experiences, what emphasizes the role of Islam in Senegambian societies.

Keywords: Islam, Senegambia, Wolof, Atlantic methodology, Portugal, Inquisition.

Resumen

Prácticas islámicas de esclavos africanos en Portugal en el siglo XVI se analizan a la luz de la metodología del Atlántico, buscando entender en relación con las instituciones musulmanas en la región de los ríos Senegal y Gambia. Se inicia esta perspectiva para estudiar las culturas africanas en la diáspora que identifican elementos africanos en Portugal; volver a África, que están relacionados con las sociedades de origen; regresar a Portugal, se comparan los datos obtenidos. Las fuentes de investigación son monumentos conmemorativos de los viajeros europeos, cartas jesuitas y procesos inquisitoriales. Se argumenta que las prácticas islámicas en Portugal exponen continuidades de las experiencias africanas, destacando el papel del Islam en las sociedades de Senegambia.

Palabras clave: Islam, Senegambia, Wolof, metodología atlántica, Portugal, Inquisición.

Introdução

Neste artigo, objetivamos compreender o desenvolvimento da instrução religiosa muçulmana na bacia dos rios Senegal e Gâmbia, a Senegâmbia, nos séculos XVI e XVII, destacando sua continuidade no Mundo Atlântico. Analisamos documentos produzidos a partir de experiências europeias na África e provenientes da presença africana em Portugal. No primeiro caso, destacam-se fontes narrativas, como memoriais, cartas e tratados elaborados por comerciantes, burocratas e missionários europeus. No segundo, analisamos processos inquisitoriais contra homens jalofos[1] acusados de prática islâmica em Portugal. Na documentação narrativa, povos Jalofo, Mandinga e Fula aparecem constantemente vinculados ao Islã. Contudo, na Inquisição portuguesa, somente jalofos estão presentes: do total de 288 processos contra muçulmanos em Portugal com origem identificada, no século XVI, 15 correspondem a este etnônimo, o único referente a povos da Senegâmbia (Ribas, 2005).

As fontes narrativas trazem informações decorrentes de vivências e oralidades, europeias e africanas, que exprimem concepções tanto locais quanto externas sobre os eventos reportados (Horta, 2011). Contudo, elas são filtradas por interesses europeus, que selecionam, substituem e eliminam informações nos seus textos com vistas ao papel a ser desempenhado pelas narrativas no processo de produção, circulação e consumo das informações (Maingueneau, 1997). Complementando este acervo, o recurso a fontes judiciais para acessar vozes e agências de indivíduos subalternizados tem sido um campo de atuação crescente dos historiadores (Ginzburg, 1991; Faria, 2016). Os processos inquisitoriais enquadram-se nesta categoria. Apesar da violência e desigualdade das relações estabelecidas diante do Tribunal do Santo Ofício, a documentação proveniente destes inquéritos traz dados ausentes em outras fontes, que contribuem para o entendimento de questões que superam os incidentes judiciais em pauta. Revelam práticas, memórias e experiências anteriores à escravidão. Ao lidar com fontes judiciais, interessam-nos as memórias, referentes às experiências muçulmanas africanas, e as práticas continuadas em Portugal.

Os estudos sobre a presença africana em Portugal são extensos. Os primeiros trabalhos portugueses sobre o tema, em contexto abolicionista, buscavam evidenciar a universalidade da escravidão e defender Portugal diante da acusação de ser responsável pela instituição

do tráfico de pessoas escravizadas. No Estado Novo português (1933-1974), desenvolveu-se uma historiografia ocupada em legitimar as atitudes portuguesas, limitando a pesquisa aos interesses do Estado. As renovações temáticas e metodológicas que impactaram o campo da História em geral, a partir das décadas finais do século XX, influenciaram os estudos sobre africanos em Portugal, destacando contribuições no campo das artes, religiosidades e cultura, além de evidenciar o peso demográfico desta população (Saunders, 1982; Tinhorão, 1988; Fonseca, 2016).

Na Inquisição portuguesa, os muçulmanos da Senegâmbia aparecem apenas em terras lusitanas. As visitações do Tribunal do Santo Ofício em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e na Guiné, entre 1536 e 1821, focaram nos desvios de fé de portugueses e afro-portugueses, com destaque para a perseguição aos judeus e cristãos novos (judeus convertidos ao catolicismo e seus descendentes), e aos aderentes às religiosidades locais (Silva, 2002). Nenhum processo foi movido contra muçulmanos. Já na Inquisição europeia e na América, os africanos foram tema de várias pesquisas, que se inserem na renovação dos estudos a partir de fontes inquisitoriais.

Neste processo metodológico, Carlo Ginzburg (1991) aponta a influência da antropologia sobre a história e debate o modo como questões antes tratadas de forma residual, como feitiçaria e manifestações da cultura popular, ganharam destaque frente aos estudos acerca do funcionamento dos tribunais. Nesta nova configuração, os processos judiciais têm alcançado dimensões significativas na produção historiográfica, superando a perseguição como objeto de estudo em favor dos delitos reportados. Recente artigo de Alexandre Marcussi (2016) evidencia as possibilidades e limites do uso desta documentação, sobretudo ao lidar com tema central à estrutura social do Antigo Regime português: a ideologia da escravidão do ponto de vista de um pregador africano. Marcussi destaca o contexto de produção dessas fontes, marcado por esquemas de pensamento alheios aos réus, que exige cuidados dos pesquisadores.

Daniela Calainho (2008) estudou processos contra africanos acusados de feitiçaria em Portugal entre os séculos XVI e XVIII. Entre suas conclusões, destaca o caráter atlântico da religiosidade dos escravizados, resultante da circulação entre África, Brasil e Portugal. Vanicléia Santos (2012) analisou o modo como africanos, afro-portugueses e afro-brasileiros incorporaram novas práticas a partir de velhos significados. Através de processos inquisitoriais, demonstrou como as bolsas de mandinga excederam o grupo étnico Mandinga, resultando de circulação e ressignificação cultural através do Atlântico. No trato específico da população jalofa, destacam-se os estudos de James Sweet (2007) e Rogério Ribas (2005): o primeiro interessado nas práticas culturais de africanos no mundo afro-português; o segundo dedicado a estudar a presença islâmica no Portugal quinhentista. Ambos os autores consideram

a presença jalofa na Inquisição portuguesa como resultado de conflitos travados na África, reconhecendo as transformações na política africana como condição para a inserção daqueles indivíduos em Portugal.

No quadro historiográfico, esta pesquisa se posiciona nos debates sobre rupturas ou continuidades culturais, no contexto do tráfico de pessoas escravizadas. As teses crioulistas forjadas na década de 1970, que afirmavam que as culturas africanas não haviam sobrevivido ao tráfico atlântico e, portanto, que as culturas negras nas Américas resultaram de novos arranjos, foram largamente criticadas a partir dos anos 1990. Hoje, teórica e empiricamente refinado, este debate apresenta duas posições fundamentais: o deslocamento da crioulização para a África e a defesa da continuidade cultural africana, entre aquele continente e o Mundo Atlântico.

Um dos expoentes do deslocamento da crioulização para África, John Thornton (2004: 49) defende que "as influências europeias na vida africana, como o cristianismo, o dialeto crioulo e a moda, com frequência já existiam antes na África e só mais tarde transferiram-se para as Américas". Portanto, as sínteses americanas seriam, na verdade, sínteses produzidas no continente africano. Por outro lado, James Sweet – contrapondo as conclusões de Thornton acerca do cristianismo no Congo – argumenta que tal compreensão parte de suposta ênfase no caráter superior da religião cristã, que teria levado ao despojamento da espiritualidade congolesa. Para este autor, a ideia de crioulização como nascimento de novas culturas não é suportada pela documentação, que evidencia continuidades africanas no Mundo Atlântico.

Buscamos trazer alguma contribuição a este debate a partir de um tema pouco visitado pela historiografia sobre culturas africanas: o Islã. Sylviane Diouf ([1998] 2013) e Michael Gomez (2005) constataram a importância do Islã na África Ocidental na época do tráfico e reconhecem sua continuidade na América. Por diferentes caminhos, os autores apontaram a presença islâmica africana na América, suas formas institucionais de continuidade e seu impacto na estruturação de comunidades muçulmanas americanas a partir do século XVII. João Reis (2003) abordou os muçulmanos atuantes na Bahia no início do século XIX, no contexto da Revolta dos Malês de 1835, destacando as experiências anteriores como centrais na organização do levante. Nossa pesquisa busca contribuir com este campo, discutindo aspectos do Islã na Senegâmbia a partir de dados da presença de muçulmanos jalofos em Portugal.

Para tanto, utilizamos uma metodologia de abordagem atlântica: apontamos elementos das culturas negras na escravidão atlântica; retornamos à África para compreendê-los no contexto social de origem dos indivíduos; voltamos à escravidão atlântica para comparar os dados obtidos neste processo. Tal procedimento busca historicizar a cultura a partir de conexões transcontinentais (Bailyn, 1996; Gilroy, 2001; Chambers, 2008). Argumentamos que

a instrução islâmica na Senegâmbia foi fundamental para a continuidade do Islã entre a população jalofa em Portugal. Ao confrontar fontes narrativas e inquisitoriais, notamos que os dados procedentes das memórias e práticas mobilizadas pelos processados subsidiam o entendimento da instrução religiosa descrita na África e ratificam seus impactos na atribuição de sentido às experiências dos muçulmanos jalofos na diáspora atlântica.

Islã na Senegâmbia

A presença islâmica no Senegal remonta ao século XI, quando o movimento dos Almorávidas partiu do vale deste rio rumo ao Magrebe. A instalação do Islã no Mali, a partir do século XIII, e as tradições orais familiares do estado[2] do Caior, que ligam as famílias mais antigas a linhagens marabúticas, e do Salum, que descrevem a presença de um bexerim ao lado do conquistador Mbegan Nduur, no final do século XV e início do XVI, atestam a antiguidade desta presença (Boulègue, 2013: 89-91). Marabutos e bexerins são os personagens mais proeminentes na documentação europeia sobre o Islã devido à função de divulgação religiosa que exerciam. Não obstante a expressiva presença de pregadores muçulmanos na região, autores como Jean Boulègue e Nehemia Levtzion consideram a islamização na Senegâmbia, no período em tela, um fenômeno superficial, ligado à conversão comunitária, em detrimento de individual.

Boulègue, amparado nas narrativas de Valentim Fernandes e Alvise de Cadamosto referentes ao século XV e início do XVI, afirma que a islamização esteve vinculada sobretudo às elites com as quais comerciantes muçulmanos estiveram em contato. Ao analisar práticas culturais jalofas, Boulègue destaca a continuidade de aspectos culturais ligados às religiosidades locais, em detrimento de paradigmas islâmicos. Tal interpretação é construída na esteira da crítica feita por reformadores religiosos magrebinos ao Islã praticado no sul do Saara. Ao citar a descrição do governante do Songai, Sonni Ali, feita pelo reformador magrebino Al-Maghili (1425-1505), que criticava a simultaneidade entre Islã e crenças locais, Boulègue (2013: 96) aplica estes termos aos governantes jalofos: "a Senegâmbia terá seus reformadores, na linha de Al-Maghili, nos séculos XVII, XVIII e XIX".

Tal interpretação mobiliza o conceito de conversão comunitária em detrimento de individual, conforme elaborado por Nehemia Levtzion. Segundo este, o Islã foi adotado pelas sociedades africanas sem implicar modificação da identidade cultural e, portanto, sem rupturas com tradições, costumes e crenças locais. Por este processo, a população passaria a sofrer influência islâmica, que tomaria longo tempo para superar a religião anterior. Este intervalo temporal é compreendido como continuidade, em detrimento de ruptura: desde a aceitação nominal do Islã até o engajamento popular em seus aspectos fundamentais. Partindo deste

modelo, Boulègue acredita que, embora o Islã fosse uma realidade coletiva, seu desenvolvimento ainda se encontrava no início.

Tal interpretação traz dois elementos: 1. a comparação entre diferentes culturas que aderiram ao Islã, hierarquizando-as como expresso nas figuras e opiniões de reformadores estrangeiros; 2. a crença num caráter de homogeneidade cultural a partir da adesão ao Islã como processo progressivo. Concordamos com a tese da islamização como um processo em curso, no século XVI. Contudo, a busca por um complexo cultural referenciado a partir de outras regiões ou a adequação entre realidade e uma definição sobre *o que é o Islã* mostra-se perspectiva inadequada à análise da religiosidade muçulmana jalofa. Seguiremos a proposta de Clifford Geertz (2004: 16) ao afirmar que, nos estudos das religiões, o problema não é defini-las, mas encontrá-las. Portanto, buscamos compreender a fé muçulmana entre os jalofos para além das alegorias culturais. Partimos da autoconcepção islâmica associada à aceitação da unidade de Deus e à crença profética em Maomé, como indicativo individual da islamização; e a existência de instituições de instrução religiosa, formais ou informais, como expressão social deste processo. Para tanto, a análise do Islã na Senegâmbia é enriquecida pelo confronto entre informações procedentes da região e outras oriundas da escravidão atlântica.

Muçulmanos jalofos em Portugal: trajetórias e projetos

Francisco Jalofo nasceu entre 1527 e 1528, na Senegâmbia, em meio aos conflitos políticos decorrentes da fragmentação da confederação Jolof, diante da busca por autonomia das províncias costeiras. O esfacelamento da confederação foi seguido pela expansão territorial de povos Fula, em busca de melhores pastagens para seus rebanhos num contexto em que o couro despontava como importante *commodity*. Os conflitos desencadearam processos de escravização, alimentando o incipiente mercado atlântico de tráfico de pessoas, através do qual os jalofos foram compulsoriamente inseridos em Portugal. Devido à crença muçulmana que professavam, muitos foram perseguidos pela Inquisição. Nos processos, emergem dados sobre saberes religiosos prévios e relações estabelecidas com outros muçulmanos, em Portugal. Descrevendo sua trajetória aos inquisidores, Francisco contou que "havia cinco ou seis anos que cativaram a ele e a outra muita gente de sua terra" e

> levaram ao castelo d'Arguim onde o venderam ao capitão João Sardinha / onde o [deixou?] um mês e meio pouco mais ou menos e que de lá se vieram a esta cidade onde o [trouxe?] consigo. E dado que chegaram a esta cidade que havia cinco anos e meio pouco mais ou menos o levaram à Casa da Índia com outros negros e que dali o levou seu senhor Bernaldim Estevam não sabe se comprado (...).[3]

A feitoria de Arguim[4], estabelecida em 1448 num arquipélago próximo à costa da Mauritânia, foi o principal entreposto escravista atlântico no século XV e no início do XVI. Na primeira metade do século XVI, a partir de 1510, cerca de 90% dos escravizados desembarcados em Lisboa eram provenientes dos portos de Arguim e Cabo Verde. Entre 1535-1540, estima-se que tenham chegado anualmente à Casa da Mina e da Índia, em Lisboa, cerca de 1.500 escravizados oriundos de Arguim (Mendes, 2004). Entre os jalofos réus na Inquisição, muitos passaram pelo arquipélago mauritano: em 1553, Antônio Fernandes, "negro jalofo", informou aos inquisidores que "havia dois anos mais ou menos que veio a Portugal e que o trouxeram de Arguim e que em Arguim o batizaram [derramando]-lhe água na cabeça".[5] O mesmo aconteceu com "Pedro preto Jalofo de nação", que afirmou ao inquisidor, em 1566, que "era cristão e o batizaram em Arguim e que isto havia um ano".[6] Francisco Jalofo da vila de Setúbal, processado entre 1554 e 1555, também havia passado por Arguim, onde recitava orações e praticava jejuns "da dita seita de Mafamede".[7]

Inseridos no tráfico atlântico, estes homens passaram a construir novas relações sociais no exílio, organizadas a partir de uma pluralidade de identidades, como pertencimento religioso, condição de cativo e região de procedência, conjugadas de diferentes maneiras. O objetivo comum de atingir o norte da África e desvencilhar-se das interdições impostas pelo contexto português mobilizava vários indivíduos. No processo de Francisco Jalofo, morador de Lisboa, que aconteceu entre 1553 e 1554, foi desbaratada pelos inquisidores uma grande conspiração de fuga, formada por homens jalofos, sereres, "mouros brancos" e suas mulheres. Pressionado pelo inquisidor, Francisco denunciou vários de seus companheiros:

> Um mourisco preto jalofo que se veio tornar cristão e não lhe sabe o nome de cristão, e que em sua terra se chamava Hibraim, e anda a ganhar e é forro (...) e tem por mulher uma negra cativa (...) e que este mourisco, lhe disseram outros mouros jalofos, se queria ir para sua terra de mouros com outros mouros brancos e com suas mulheres, assim tornavam [lá a ser] mouros. E que um negro jalofo que se chama Bastiam, o qual é cativo de um homem manco que anda num cavalo (...), lhe disse que o dito mouro jalofo se queria ir para terra de mouros com ele Bastiam dizendo também a ele [?] se queria ir com eles. E que também outro negro barbacim, que se chamava Gaspar (...), também lhe disse que se queria ir com o dito negro jalofo e outros para terra de mouros. E que também um negro barbacim, que se chama Pedro (...), também disse que se queria ir para terra de mouros com duas mulheres negras de barbacim (...). E que também um Domingos jalofo (...) lhe disse que também queria fugir para terra de mouros e que este Domingos sabe ler e é grande mouro e que estes todos queriam ir em companhia.[8]

Francisco refere-se a Hibraim pelo nome islâmico, cuja identidade remete às vivências anteriores à escravidão atlântica, indicando a manutenção desta identidade em Portugal,

ainda que se tratasse de um homem batizado – condição para acesso à alforria e ao estatuto de mourisco, ou seja, muçulmano convertido ao catolicismo. Além dos sobreditos personagens, havia outro homem jalofo também chamado Bastiam, "o qual é um homem branco da barba", que também desejava ir ao norte da África. A liderança religiosa era desempenhada por Domingos, que "sabe ler e é grande mouro e lhe disse que a lei de Mafamede era boa": um reconhecido marabuto. Contudo, alguns membros do projeto não professavam a fé islâmica. A religião não era o único elemento a dar sustentação à fuga: antes, a própria perspectiva de desvencilhar-se da escravidão tomou importante papel, mediada por relações africanas. Segundo Francisco, Gaspar e Pedro "que são barbacim, não lhe disseram mais senão que se queriam ir pra terra de mouros como dito e que nunca estes dois lhe falaram na seita do Mafamede".[9]

O grupo que desejava fugir "em companhia" era formado por homens e mulheres, negros e brancos, muçulmanos e não-muçulmanos, cativos e forros. Esta associação indica que as organizações sociais não estavam sujeitas apenas a arranjos de fundo étnico ou religioso, como as nações ou as confrarias, mas poderiam surgir de demandas específicas cuja causa tocava os interessados que compartilhavam um estatuto subalterno. Além disso, as classificações *jalofo* e *barbacim* remetem a identidades políticas e linguísticas africanas, a última aplicada à população de Sine e Salum, formada por indivíduos de língua e etnia Serere. Em Portugal, barbacim era o designativo aplicado ao Serere que, no idioma jalofo, corresponde a *buur ba Siin,* o governante de Sine, e aplica-se àqueles sujeitos a este potentado (Boulègue, 2013: 23-27). A documentação, portanto, explicita identidades forjadas a partir de relações políticas anteriores e manejadas no contexto da escravidão atlântica.

Os estados de Sine e Salum estiveram menos sujeitos à islamização que aqueles jalofos, ao longo do século XVI. Em narrativa destinada ao rei luso-espanhol Felipe II, em 1594, o cabo-verdiano André Almada escrevia que "fica no beira-mar destes Jalofos uma casta de negros a que chamam Barbacins, e são gentios, e não têm seita nenhuma de mouro" (Brásio, 1964: 256). Este argumento corrobora a delação de Francisco sobre a ausência de elementos islâmicos nas conversas que teve com Gaspar e Pedro. Por outro lado, dá relevo à religiosidade muçulmana de seus companheiros jalofos, cuja população, conforme Almada, "é a mais dificultosa em receber a fé de Jesus Cristo N. S. que todas as outras nações dos negros de Guiné, porque quase todos seguem a seita de Mafoma, ou muitas coisas dela, e são Mouros" (Brásio, 1964: 233). O estabelecimento de relações entre pessoas que respondiam a diferentes estruturas políticas, linguísticas e religiosas antes da escravização atlântica sugere o compartilhamento de projetos pessoais e coletivos marcados pela condição cativa e/ou subalterna, além de outras identidades possíveis.

Contudo, entre os escravizados muçulmanos interessados em escapar para no norte da África, havia uma agenda de temas religiosos que permeava as discussões, empreendidas a partir da mobilidade geográfica possível no ambiente urbano lisboeta. Questões teológicas, como os dogmas católicos e as perspectivas muçulmanas sobre a natureza de Deus caminhavam ao lado de debates sobre as possibilidades de salvação da alma em ambas as religiões. Nos encontros dos mouriscos nas ruas de Lisboa, este assunto era pauta recorrente: Francisco dirigia-se "ao terreiro do paço onde se juntaria com outros mouriscos [que] lhe diziam muitas vezes (...) que não há senão um só deus nos céus e que a lei de Mafamede é boa (...) para salvar sua alma nela".[10] O ambiente urbano favoreceu o compartilhamento de crenças e articulações de projetos.

A religião foi um dos vetores que permitiram a aproximação entre os sujeitos subjugados pela perseguição inquisitorial, principalmente quando outras esferas de identificação eram difusas. Tal foi o caso de Francisco Jalofo, morador da vila de Setúbal, arrolado no processo de Antônio Dacunha, "mourisco turco de nação".[11] Antônio Dacunha desejava fugir para o norte da África e, para tanto, buscou auxílio de Francisco, possuidor de um barco que poderia levá-lo. Dacunha prometia a Francisco que, se o levasse em seu barco, "lhe daria lá cavalo e terras".[12] A eles, unir-se-iam outros mouriscos. Francisco aceitou a proposta e "sendo cristão batizado se apartou de nossa santa Fé católica e se tornou à seita de Mafamede".[13]

Porém, o dito Jalofo afirma ter se arrependido e, no dia programado para partir, alegou a seus companheiros que o tempo não estava bom para viajar, buscando retardar a travessia. O período de planejamento da viagem durou cerca de um ano, no qual Francisco alegou que "andou assim enganado para se ir para terra de mouros para lá ser mouro".[14] Afirmou que Antônio, o turco, ensinou-lhe orações, embora ele já soubesse outras. Contudo, Antônio foi capturado pela inquisição e, em seu depoimento, denunciou Francisco, que se disse enganado por Antônio e se mostrava arrependido. Manuseando habilmente os recursos que lhe estavam disponíveis, como a negação de ter feito qualquer juramento islâmico – profissão de fé – e dizendo-se arrependido, Francisco Jalofo da vila de Setúbal conseguiu apaziguar sua situação. No processo, os inquisidores afirmaram que, embora sua heresia incorresse em sentença de excomunhão, seu arrependimento e confissão o habilitavam à reconciliação. Ao término, lhe foi imposto "cárcere e hábito penitencial pelo tempo que parecer aos inquisidores".[15]

Em comum, os muçulmanos jalofos em Portugal tiveram a passagem por Arguim, o batismo como passaporte para o mundo católico português e o ingresso em redes sociais formadas por muçulmanos e/ou nãomuçulmanos, que tinham afinidades linguísticas, religiosas ou eram provenientes de regiões próximas. Não obstante a diversidade de parcerias, as

crenças islâmicas que professavam tiveram destaque em seus depoimentos. Antes de analisar tais crenças, passemos ao processo de instrução islâmica na África, que lhes permitiu acessar os saberes religiosos muçulmanos, que lhes foram caros em suas redes sociais, em Portugal.

Escolas corânicas na Senegâmbia

Francisco Jalofo sabia orações muçulmanas; Domingos sabia ler, escrever e conhecia o *Alcorão*, "a lei de Mafamede"; Francisco Jalofo de Setúbal queria ir ao norte de África para *voltar* à prática islâmica. Como estes saberes e práticas, descritos em Portugal, foram acessados pelos jalofos? Quais processos permitiram a adesão ao Islã não apenas comunitária, como suposto por Boulègue e Levtzion, mas individual, expressa na prática sistemática, pessoal, voluntária e consciente da religiosidade islâmica? Como o Islã mobilizado em Portugal se desenvolveu na África? Acreditamos que a resposta esteja nas escolas corânicas.

Segundo André Almada, ao longo do rio Gâmbia havia "três casas principais grandes, como entre nós conventos, de grande religião e devoção entre eles, nas quais residem estes religiosos e os que aprendem para esse efeito" (Brásio, 1964: 275). Estes religiosos eram os *bexerins*, os mestres responsáveis pelo ensino nas *daaras*, as escolas corânicas. O primeiro centro localizava-se na costa atlântica; o segundo a 70 léguas ao interior, em Malor, e o terceiro a 50 léguas do segundo, em Sutuco. Essas aldeias haviam integrado o império do Mali até meados do século XVI, quando este entrou em decadência. Neste período, compreendiam unidades políticas mandingas relativamente autônomas, ainda que formalmente vinculadas ao governante do Mali. Sutuco era um importante entreposto comercial e, assim como Malor, dava lugar à prática de jejuns e abstinências. Nestas aldeias desenvolviam-se culturas escritas, realizavam-se grandes feiras, e a oração islâmica, a *salat*, era praticada várias vezes ao dia: "fazem suas salas para o Oriente postos os rostos, e antes de as fazerem lavam primeiro o traseiro e depois o rosto. Rezam juntos com uma vozaria alta como muitos clérigos em coro, e no cabo acabam com Ala Arabi, e Ala mimi" (Brásio, 1964: 275-276).

Nos séculos XVI e XVII, muçulmanos jalofos frequentavam um dos principais centros produtores e divulgadores de saberes muçulmanos na África Ocidental, localizado na mesquita de Timbuctu (Mota, 2016b). Lá se estudavam diversas disciplinas concernentes à formação clássica islâmica, como lógica, gramática, direito, sufismo, história, geografia, poética e outras. Aqueles que realizavam esta formação eram os grandes marabutos, que atuavam com juristas nas cortes dos governantes e instruíam novos religiosos, os bexerins, a quem cumpria a instrução das crianças nos saberes islâmicos, nas *daaras* (Mota, 2016a). Em 1606, o jesuíta Baltazar Barreira descrevia a existência de escolas e mesquitas no Gâmbia: "seguem a seita de

Mafoma como os mais que atrás ficam, e têm mesquitas e escolas de ler e escrever, e muitos casizes, que levam esta peste a outros Reinos da banda do Sul" (Brásio, 1964: 166).

A circulação de pessoas Mandinga e Jalofo pelo Gâmbia é notória, como evidenciado pelo comerciante inglês Richard Jobson. Em Sutuco, Jobson (1999: 126) presenciou o desenvolvimento da educação islâmica nas escolas locais entre 1621 e 1622, quando apontou o espaço onde se utilizavam pranchas de madeira como suporte para a escrita, realizada com o auxílio de tinta preta produzida pelos próprios bexerins:

> (...) eles têm certas casas redondas construídas abertas, e são espaçosas, à moda deles, onde eles ensinam os jovens, desta maneira: Todas as crianças do sexo masculino que prosseguem a partir destes Mary-buckes [i.e. marabutos] são ensinadas a escrever e a ler, e visto que não há papel entre eles, além do que os nossos ou outros levam na rota de comércio; e, portanto, é de estima, eles por seus livros têm um pequeno quadro liso, próprio para segurarem em suas mãos, no qual as lições das crianças são escritas com uma espécie de tinta preta que eles fazem, e a pena é de uma forma de um lápis.

Jobson descreveu a estrutura da escola e os materiais utilizados nos estudos. Ainda em Sutuco, o jesuíta Manuel Álvares (s.d.: 11-verso) afirmava que "aqui existe uma escola comum onde a leitura e a escrita são ensinadas" e complementa:

> Têm suas mesquitas; e os bozes ou bexerins põem escolas de ler e escrever letra arábica, de que usam em suas nôminas, sendo algumas regras delas a maldita relíquia. O ofício destes é criar meninos, que venham depois a servir de ministros. Todos aprendem ao nosso modo, escrevendo as matérias por seus traslados de dia gozando da sua luz e de noite ao fogo. E assim é espantoso ver a multidão de fogueiras a que se assentam, lendo e repetindo as lições, com uma gritaria que é uma confusão ver os infernais discípulos. Estes pedem esmola pela manhã e à noite e disto se mantêm.

No estado do Niumi, também descrito na documentação como "reino da Barra", à margem norte do rio Gâmbia próximo à foz, o médico francês Michel de La Courbe (1913: 191) encontrou forte desenvolvimento de uma cultura escrita muçulmana. O francês afirmou, em 1685:

> Seguem a lei maometana, da qual são mais conhecedores que os povos do Cabo Verde [a península], tendo escolas públicas, onde eles aprendem a ler em Árabe, que é a língua da religião deles e na qual o Alcorão está escrito. Eles enviam a esta escola suas crianças, durante a noite, e se lhes escuta ler cantando as lições do Alcorão, ou orações em Árabe, que são escritas sobre pequenas placas de madeira; não há entre eles quem não saiba escrever e as letras arábicas

> servem a eles também para escrever sua língua natural; quando eles começam qualquer obra, eles dizem esta palavra: *bissimilaye*, que quer dizer *Em nome de Deus*, que é o começo do Alcorão, e muitos entre eles observam sua lei muito exatamente, não bebem nem vinho nem brande, e jejuam durante o Ramadã ou quaresma, muito regularmente.

La Courbe evidencia a aljamia, uma vez que aponta a escrita do idioma mandinga no alfabeto árabe. O cronista destaca o comprometimento de muitas pessoas nesta região com os preceitos islâmicos, entre os quais as permissões (*halal*) e restrições (*haram*) no tocante a consumo de alimentos e bebidas alcoólicas. O exercício dos Cinco Pilares também é destacado: entre os ritos a que todo muçulmano deve se dedicar (1.Profissão de Fé, 2.Oração, 3.Esmola, 4.Jejum do Ramadã e 5.Peregrinação a Meca), La Courbe aponta o compromisso com a oração e jejum no mês do Ramadã. No tocante às escolas, demonstra a forma de aprendizagem e o estudo sobre madeira em detrimento de papel, cujo uso era restrito à escrita permanente.

A educação era realizada no alfabeto e idioma árabe, uma vez que "a religião e a lei que eles ensinam não são escritas na mesma língua que eles falam publicamente" (Jobson, 1999: 127). Era um aprendizado intenso, pois na formação religiosa muçulmana a recitação memorizada do *Alcorão* é condição para prosseguimento nos estudos (Ware, 2014: 54). Assim, a leitura e repetição de lições descritas por Álvares, La Courbe e Jobson buscavam a incorporação da revelação divina pelos novos aprendizes. Após a formação, a eles cumpriria a função de divulgar e expandir a palavra de Deus: estes aprendizes tornar-se-iam os sujeitos que possibilitaram que homens como Francisco Jalofo, Domingos e outros dessem continuidade à crença islâmica desenvolvida na África em meio à escravidão atlântica, vivida em Portugal.

Práticas religiosas de muçulmanos jalofos na inquisição portuguesa

Em 1553, Antônio Fernandes, muçulmano jalofo, era interrogado na inquisição de Lisboa. Ele estava em Portugal desde 1551, onde manteve sua crença, produto da formação religiosa recebida na África. Seu depoimento é elucidativo acerca do Islã na Senegâmbia na primeira metade do século XVI:

> Perguntado [sobre] antes de ser vendido para Portugal como se chamava e em que seita vivia e se é retalhado [i.e. circuncidado][16] e que orações sabia, disse que em sua terra se chamava Amaçambat e que era da seita de Mafamede e que Mafamede na sua terra se chama Hamat e que era retalhado de pequeno e que bem lhe lembra quando o retalharam e que sabia muitas orações de sua seita que lhe ensinaram em pequeno como que fazem aos meninos.[17]

Fernandes aponta o papel central da educação islâmica na instrução das crianças e destaca a presença das escrituras sagradas. Amaçambat foi instruído na religião islâmica através da narrativa corânica, uma vez que o nome Hamat expõe uma corruptela de Ahmad, o profeta Maomé anunciado por Jesus, no *Alcorão*, como se lê na sura As Fileiras (61, 6): "E quando Jesus, o filho de Maria, disse: 'Ó filhos de Israel, sou o Mensageiro que Deus vos enviou. Corroboro tudo quanto está na Tora e anuncio a chegada de um Mensageiro que virá depois de mim, chamado Ahmad'". A presença da circuncisão e das orações cumpre fortalecer a evidência da religiosidade jalofa vinculada aos saberes islâmicos em vigência na África Ocidental.

Os inquisidores esforçavam-se para conduzir o interrogatório de modo a levar o réu a confessar o que se lhe aplicava. Neste esforço, demonstraram conhecer parte dos rituais islâmicos, sobretudo no que tange aos Cinco Pilares. Na condição de cativos, muitos escravizados encontravam-se impossibilitados de realizar peregrinações a Meca ou a santuários de substituição. Os outros pilares, contudo, encontravam-se em seu horizonte de possibilidades. Ao recolher o depoimento de Francisco Jalofo, em 1553, o agente do Santo Ofício conduzia o interrogatório:

> E logo foi perguntado se depois que se tornou cristão além das orações que diz que dizia da seita de Mafamede se ele fez o *cila* e o *algo doch* que é o lavatório dos mouros e se jejua o jejum de Ramadã e se fez o *Alacar* e se jurou juramentos de mouros para *Alquiba*. E se sabe de outras pessoas que fizeram isto que dissesse a verdade.

As perguntas do inquisidor incidem diretamente sobre a oração (*Al-salat* ou *sala*, tratada por *cila* nesta fonte), precedida pela ablução ou purificação ritual (*Wudu*), os lavatórios citados. Ao tratar de juramentos para *Alquiba*, o oficial do Santo Ofício explicita não saber exatamente do que se tratava, uma vez que o termo *Alquiba* ou *Alquibla* significa a direção da grande mesquita de Meca, ou seja, o rumo que os fiéis devem tomar no exercício de suas orações. O termo *Alacar* não é acompanhado de nenhuma explicação. Contudo, é possível tratar-se de variação do termo *Araka* ou *Hasaka* que, no idioma jalofo, equivale ao Zakat, palavra aplicada à esmola islâmica.[18] Já o jejum do Ramadã é corretamente apresentado pelo inquisidor. Estes elementos estavam presentes na fé professada na Senegâmbia (Mota, 2016a: 289-314). Ao descrever a prática do jejum, por exemplo, Manuel Álvares explicava:

> O jejum é de um mês, começando com a lua nova e acabando com ela. Durante este tempo, não tomam nada em todo o dia; pondo-se o sol mandam pilar milho e dele fazem água, a qual bebem, comendo o cuscus, carne e o mais que têm; antes do canto do galo mandam fazer papas de milho com leite para estarem com mais força para o jejum (...) fazem suas rezas à noite em certo lugar que para isto escolhem mais acomodado, fazendo-lhe uma tabanca de paus que

> prendem para o sítio ficar mais fresco, no meio se edifica uma cozinha pequena capaz de três ou quatro pessoas; finalmente, segundo a oportunidade, escolhem o lugar para as tais cerimônias, que são contínuas, durando o tempo de sua quaresma, que acaba aparecendo a lua nova, a qual recebem com muita festa e celebram a sua páscoa com todas as músicas e banquetes (Álvares, s.d.: 12).

A indicação de Álvares sobre hábitos alimentares noturnos durante o Ramadã, na África, chamado quaresma pelo jesuíta, lança luz sobre a prática islâmica em Portugal e nos auxilia na compreensão do relato de Francisco, ao afirmar ao inquisidor que "depois que foi cristão nunca jejuou ao modo de mouro, nem fez lavatório, nem fez o *cila*, nem se alevantava de noite a comer como fazem os mouros quando jejuam nem nunca jurou juramento de mouro".[19] O termo mouro é uma atribuição portuguesa aos muçulmanos, atrelada à ocupação islâmica da península Ibérica por contingentes berberes (os mouros), cuja expulsão definitiva aconteceu apenas em 1492, com a conquista de Granada. No depoimento dos jalofos, o termo equivale a muçulmano, em detrimento de referir-se à procedência mauritana. Este sentido é notado na atribuição da condição de mourisco a Antônio Dacunha, "turco de nação", citado acima.

Os processados afirmam que aprenderam as práticas islâmicas em sua terra, remetendo ao ambiente institucionalizado da islamização através das *daaras*, na Senegâmbia, no início do século XVI. Francisco Jalofo confessou "que de noite quando acabava [a oração] dizia *hala hulala mafamede Risarala* que dizia Deus é grande e Mafamede seu mensageiro. E que essa oração sabia ele na sua terra e quando dizia a essa oração ela lhe par[ecia?] que era boa para sua alma".[20] A profissão de fé compreendida como oração esteve presente em vários depoimentos. Tal constatação evidencia certa confusão diante de um dos pilares do Islã. Não obstante, as vozes dos processados e inquisidores por vezes se misturam, dificultando-nos a percepção de quem, de fato, operava a diferenciação. Francisco distinguiu estes pilares, ao estabelecer diferenças entre "oração de mouro" e "oração grande", a profissão de fé:

> era verdade que quando se deitava na cama dizia oração de mouro. Uma que começa /*cimila Avaman*/*Avaym*. E é oração grande e que quando de noite acordava dizia *Hala Ilala Mahame crela*/ que quer dizer Deus é Deus e Mafamede é seu [cri?]ado. E que também de noite e de dia dizia outra oração que começa com *colma ovya* e assim dizia outras orações de mouros.[21]

Há processos nos quais aparecem orações, mas não é enfatizada a profissão de fé. Antônio Jalofo afirmou que, de fato, ele recitava orações muçulmanas, mas não praticava a ablução antes delas nem jejuava: "quando lhe vinha lembrar a Lei de sua terra de Mafamede a tinha por boa e rezava orações que sabia dela, dizendo *bismila/ aramanse/ avaim.* E assim outras orações e que esta oração é do *Alcorão* e que se não lavava nem fazia jejuns de

mouros".[22] Por outro lado, há depoimentos que referenciam orações, entre as quais aparece a profissão de fé, sem incorrer em qualquer distinção:

> Rezava a oração de *bismila/* e *dam suvula/* e *leyla lá hala mahoma laava* que quer dizer Deus é Deus, Mafamede que rogasse a Deus por ele e que nestas orações rezava sempre e que antes que andasse com esta proposta de se ir para terra de mouros rezava as ditas orações de mouro por não saber outra nenhuma oração de cristão.[23]

Destacamos que as expressões "*Hala Ilala Mahame crela", "hala hulala mafamede Risarala"* e "*leyla lá hala mahoma laava"*, resultado da transcrição da oralidade presente numa língua que os inquisidores desconheciam, possivelmente indicam apropriações/transcrições incompletas e/ou incorretas da fórmula "*la 'ilaha 'illal-lah an Muhammadur rasulu llahi*". Trata-se do primeiro dos Cinco Pilares, *shahada* ou profissão de fé, cujo reconhecimento é fundamental para a adesão do fiel às fileiras do Islã. Seu significado é "não há outra divindade além de Deus e Maomé é o seu profeta", análogo ao transcrito nos processos acerca dos ditos pronunciados e traduzidos pelos muçulmanos jalofos. Este rito implica a aceitação da unidade divina e do caráter profético atribuído a Maomé. É, portanto, o "juramento de mouro" buscado pelos inquisidores como pecha para condenação e renegado pelos inquiridos, manuseando habilmente as condições que lhes eram apresentadas no processo.

As expressões "*bismila aramanse avaim"* ou "*cimila Avaman Avaym"* são corruptelas de *bismillah rahmani rahim*: a fórmula "Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso", presente em muitos textos muçulmanos, inclusive no *Alcorão*, ensinada na África Ocidental, como discutimos acima. As diferenças na grafia decorrem de variações na pronúncia/forma como os termos foram entendidos pelos inquisidores. Ademais, na primeira expressão, a palavra *bismila* indica uso do idioma árabe, sendo que *cimila* indica a pronúncia do mesmo termo no idioma jalofo.

Tais práticas religiosas, desempenhadas pelos muçulmanos jalofos e descritas na documentação inquisitorial portuguesa, sugerem o alcance da instrução islâmica realizada na Senegâmbia, cuja continuidade se evidencia no Mundo Atlântico. Os saberes islâmicos acessados, produzidos e reproduzidos, na Senegâmbia e em Portugal, possibilitaram-lhes estabelecer redes sociais que superavam limites étnicos e políticos africanos, estigmas de cor e de condição social: através do Islã e dos saberes compartilhados, aliaram-se a "mouros brancos" e a muçulmanos turcos com o fito de escapar das imposições de ordem religiosa e social da sociedade escravista portuguesa. O Islã foi mobilizado como linguagem, cujas orações e ritos concernentes aos Cinco Pilares demonstram o sucesso da instrução anterior e a possibilidade oferecida por ela para a integração dos jalofos na *Umma*: a comunidade global muçulmana.

Considerações finais

A partir desta análise, constatamos que o estudo da fé islâmica professada pelos jalofos em Portugal necessita de abordagem que considere o contexto cultural do qual seus praticantes foram retirados. A despeito de parte da historiografia afirmar que o Islã na Senegâmbia tomou abrangência social apenas a partir do século XVIII, acreditamos que este processo tenha sido anterior. As escolas corânicas e os ritos e práticas dos muçulmanos jalofos processados pela Inquisição evidenciam tal interpretação. Notamos, portanto, que o desenvolvimento da instrução religiosa na África possibilitou a continuidade de crenças e práticas muçulmanas em Portugal. Os processos evidenciam elementos centrais da educação islâmica, como a leitura e escrita árabe, conhecimentos do *Alcorão* e dos ritos concernentes aos Cinco Pilares, amplamente praticados na Senegâmbia.

Estas conclusões partem do uso da metodologia atlântica, uma vez que o confronto entre fontes decorrentes de experiências europeias na África e da presença africana em Portugal possibilita novos arranjos dos dados disponíveis, contribuindo para a ampliação dos conhecimentos tanto sobre o Islã na África quanto sobre a escravidão africana em Portugal. Neste ínterim, concluímos que, na interação entre estas duas agendas de pesquisa, ambas se iluminam mutuamente, evidenciando elementos que a abordagem separada não é capaz de trazer ao debate devido à natureza fragmentada da documentação. A perspectiva atlântica mostra-se rica ferramenta para estudos do Islã na África Ocidental e na diáspora jalofa entre os séculos XVI e XVII. Seguimos neste desafio.

Notas

1 Utilizamos o termo jalofo conforme aparece nas fontes portuguesas. Equivale ao francês *djolof* e ao inglês *wolof*. Optamos pela grafia portuguesa pelo apelo fonético presente no termo, tal como ouvido e registrado na documentação. São etnônimos aos quais se aplica a mesma regra: fula, equivalente a *peul* e *pulo*; mandinga, equivalente a *mandinka* e *manding*; serere, equivalente a *serer*.

2 Utilizamos o termo estado para identificar uma unidade política com graus relativos de autonomia, sem incorrer nas definições aplicáveis ao Estado moderno, no sentido europeu. Evitamos termos como reino ou império em situações nas quais a natureza da unidade política representada não esteja clara e/ou não seja equivalente. O Caior, por exemplo, foi uma unidade vinculada ao Jolof, com sede no interior, cujo grau de dependência não equivale ao sentido europeu atribuído a reino, como aplicado pela historiografia para descrever, entre outros, o reino do Congo.

3 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo/Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa/028/processo 4031, fls. 5-6 (a partir de agora, IAN/TT/TSO/IL/028/processo).

4 Criada em meados do século anterior, é curioso que Arguim figure nos dados do projeto *Slave Voyages – The Trans-Atlantic Slave Trade Database* como porto de aquisição de escravizados em apenas uma viagem, entre 1690 e 1691, em navio sob bandeira dinamarquesa.

5 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 10832, fl. 4. O batismo na fortaleza cumpria determinação régia de 1516, que afirmava a necessidade de se batizarem os cativos nas embarcações ou no local de recolhimento, com vistas a se evitarem falecimentos sem o sacramento.

6 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 10949, fl. 4.

7 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 07565, fl.06.

8 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 4031, fl.11.

9 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 4031, fl.12.

10 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 4031, fl.06.

11 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 07565, fl.02.

12 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 07565, fl.05.

13 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 07565, fl.07.

14 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 07565, fl.06.

15 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 07565, fl. 07.

16 "Circuncidar: v. at. talhar o prepúcio por motivo religioso ou outro (...)"; "Circuncidado: p. pass. de circuncidar. Fanado, que tem o prepúcio talhado (...)" (Silva, 1789: p.399).

17 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 10832, fl. 05.

18 Sou grato a Fatime Samb, Fanny Longa Romero, Domy Kara e a Maraba, que me auxiliaram na tradução destes e outros termos presentes nesta pesquisa. Contudo, as diferenças entre uma língua oral e sua escrita no século XVI e as transformações históricas do idioma isentam meus interlocutores de responsabilidade sobre erros de tradução. Caso haja, estes cabem somente a mim.

19 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 4031, fl. 09.

20 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 4031, fl. 06.

21 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 4031, fls. 06, 09.

22 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 10832, fl. 05.

23 IAN/TT/TSO/IL/028/processo 07565, fl.06.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Manoel. *Etiópia Menor e descrição geográfica da Província da Serra Leoa composta pelo Padre Manoel Álvares da Companhia de Jesus estando assistente na mesma Província da Serra Leoa que não concluiu nem pôs a limpo por causa do seu falecimento no ano de 1616*. Copiada do próprio original que se

conserva no Real Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa. S. d. Manuscrito disponível na Sociedade de Geografia de Lisboa, Res.3 E-7.

BAILYN, Bernard. The ideia of Atlantic History. *Itinerario*, v. XX, n. 1, 1996.

BOULEGUE, Jean. *Les Royaumes Wolof dans l'espace Sénégambien* (XIIIe-XVIIIe siècle). Paris: Khartala. 2013.

BRÁSIO, Antônio (ed.). *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental.* Segunda Série, vol. III. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1964.

CALAINHO, Daniela. *Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime.* Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CHAMBERS, Douglas. The Black Atlantic: theory, method, and practice. In: Toyin Falola/Kevin Roberts (eds.). *The Atlantic World, 1450–2000*. Bloomington and Indianapolis: Indiana.

DIOUF, Sylviane. *Servants of Allah*: *African Muslims enslaved in the Americas.* NewYork and London: New York University Press, 2013.

FARIA, Patrícia Souza de. De Goa a Lisboa: memórias de populações escravizadas do império asiático português (séculos XVI e XVII). *Revista Ultramares*,vol. 5, nº 9, 2016.

FONSECA, Jorge. A historiografia sobre os escravos em Portugal. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 33, 2016.

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência.* São Paulo/Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GOMEZ, Michael A. *Black crescente: the experience and legacy of African Muslims in the Americas.* New York: Cambridge University Press, 2005.

GREEN, Toby. *The rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589*. New York: Cambridge University Press, 2012.

HORTA, José da Silva. *A Guiné do Cabo Verde: produção textual e representações (1578-1684).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

JOBSON, Richard. The Golden Trade: or, A Discovery of the River Gambia. In: GAMBLE, David; HAIR, P. E. H. (orgs.). *The Discovery of River Gambia by Richard Jobson*. London: The Hakluyt Society, 1999.

LA COURBE, M. *Premier voyage du Sieur de La Courbe fait à la coste d'Afrique en 1685.* Cultru P. (ed.). Paris: Société de l'Historie des Colonies Françaises, 1913.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso.* Campinas, SP: Ed. da UNICAMP/ Pontes Editores, 1997.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Um pregador africano na inquisição portuguesa: Bento de Jesus e a ideologia da escravidão em Cabo Verde no século XVII. *Odeere*: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, janeiro-junho de 2016.

MENDES, Antônio de Almeida. Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI. *Africana Studia*, n.7, 2004.

MOTA, Thiago Henrique. *Portugueses e muçulmanos na Senegâmbia: história e representações do Islã na África (c.1570-1625).* Curitiba: Prismas, 2016a.

———. "Sobre o Alcorão e por Maomé": Islã, produção intelectual e capital cultural na Senegâmbia (séculos XVI e XVII). In. REIS, R.; RESENDE, T.; MOTA, T.. *Estudos sobre África Ocidental*: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835.* 2a. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBAS, Rogério. *Filhos de Mafoma: mouriscos, cripto-islamismo e inquisição no Portugal quinhentista*. Tese (Doutorado em História Moderna – sociedades islâmicas). Universidade de Lisboa. Lisboa, 2005.

SANTOS, Vanicléia. Africans, Afro-Brazilians and Afro-Portuguese in the Iberian Inquisition in the seventeenth and eighteenth centuries. In: *African and Black Diaspora*: *an International Journal*, n.5, v.1, 2012.

SAUNDERS, A. C. *História Social dos escravos e libertos negros em Portugal, (1441-1555).* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado.* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

SILVA, Filipa R. *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe (1536-1821): contributo para o estudo da política do Santo Ofício nos territórios africanos.* Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 2002.

Slave Voyages – The Trans-Atlantic Slave Trade Database, http://slavevoyages.org/, acesso em 22 de outubro de 2016.

SWEET, James. *Recriar a África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1440-1770).* Lisboa: Edições 70, 2007.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800*. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TINHORÃO, J. R. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa.* Lisboa: Caminho, 1988.

WARE III, Rudolph T. *The Walking Qur'an: Islamic Education, Embodied Knowledge, and History in West Africa.* Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

Small money, big problems: how an investigation on small Latin American republics shaped the financial market for sovereign debt in the 19th century

Pequeno dinheiro, grandes problemas: como uma investigação sobre pequenas repúblicas latino-americanas moldou o mercado financeiro da dívida pública no século XIX

Pequeño dinero, grandes problemas: cómo una investigación sobre las pequeñas repúblicas latinoamericanas moldeó el mercado financiero de la deuda soberana en el siglo XIX

José Augusto Ribas Miranda

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100004

José Augusto Ribas Miranda é mestre e doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (joseribas50@hotmail.com).

Artigo recebido em 30 de novembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Abstract

In 1875 the British Parliament set up a Committee to investigate frauds on loans underwritten by British and French banks to the Republics of Honduras, Costa Rica, Santo Domingo and Paraguay, reaching an amount of £12 million. The reports of the Committee and the press coverage issue revealed financial malpractices by banks and diplomats in order to induce millionaire defaults at expense of the bondholders, whilst the loan agents were living in luxuriant mansions in southern France. After the investigation, these shoddy practices were exposed to the public, reshaping the loan business for the rest of the century.

Keywords: Latin America, high finance, corruption.

Resumo

Em 1875 o Parlamento britânico instaurou um Comitê para investigar fraudes cometidas em empréstimos subscritos por bancos britânicos e franceses para as repúblicas de Honduras, Costa Rica, Santo Domingo e Paraguai em um montante de £12 milhões. Os relatórios do Comitê e a cobertura da imprensa especializada revelaram usuais práticas ilegais de bancos e diplomatas buscando induzir moratórias milionárias à custa dos investidores e dos orçamentos dos Estados envolvidos, enquanto os negociadores compravam luxuosos castelos no sul da França. Após as investigações essas práticas fraudulentas foram expostas ao público, transformando o mercado de empréstimos soberanos pelo resto do século XIX.

Palavras-chave: América Latina, finanças, corrupção.

Resumen

En 1875 el Parlamento británico estableció un comité para investigar el fraude en los préstamos contraídos por las Repúblicas de Honduras, Costa Rica, Santo Domingo y Paraguay en una cantidad de £12 millones. Los informes de la Comisión y la cobertura de la prensa revelaron prácticas ilegales de los bancos y diplomáticos que buscaban inducir moratorias millonarias a expensas de los inversores y los presupuestos de las Repúblicas, mientras que los negociadores vivían en lujosos castillos en Francia. Después de estas investigaciones, las prácticas fraudulentas fueron expuestas al público, transformando el mercado de préstamos para el resto del siglo 19.

Palabras clave: América Latina, finanzas, corrupción.

The loan boom of the 1870s

The 1870s were a busy decade for the loan business in European financial markets. Prior to the 1873 financial crisis, lenders were in an optimistic mood, looking for profitable investments in Southeast Asia, Africa, and Latin America. The age of global investments had reached its apex, with the European financial markets at the centre. Never before had choosing portfolio investments around the world been so easy and common. Investors based in London, Paris, and Berlin could see a global investment scenario opening before their eyes.

The approximate total of British investments in Latin America more than doubled between 1865 and 1875, reaching an average of £175 million sterling. The major share of these investments went to government securities in the form of large loans.

Latin American governments were not beginners in the European and British financial markets. The first wave of public loans occurred in the 1820s during the first years of the Latin American countries as independent political units. Initially the majority of loans were taken to fund the wars of independence and to establish bureaucracies in the new states. The promise of economic restructuration after the wars faded and the new states were brought down by internal conflicts and economic insolvency, leading to the first big wave of defaults in modern financial history.[1]

This first default wave bequeathed more than two decades of financial ostracism in the European financial markets to Latin American governments. The only exception was the Brazilian empire, which managed to service all its debts from the 1820s, and was the only Latin American country to contract new loans in the 1830s and 1840s. The second wave of loans to Latin America began in the 1860s with its recovery from internal conflicts and the development of commodity export complexes. The advent of new transportation technologies (steamships and railways) opened and linked the hinterlands to the ports and to world trade. The expressive increase in exports reopened the doors of financial centres to Latin American securities seeking developmental loans to enhance their export sectors.

European credit was cheap and plenty in the 1870s. The increase in the volume of world trade, especially European trade, created a large capital surplus in the main European economic centres. In Britain the savings rate reached an average of 9% of GDP between 1840

and 1870, while loans climbed from 1.7% to 7.6% of British GDP (Ferguson, 2001: 297; Floud and McCloskey, 1994: 175). The City of London became the head of the modern financial world, with the British banks as its arms.

In the 1870s there were some important financial novelties that cheapened credit. These new developments in modern finance laid the foundations for an impressive outflow of capital in a cycle that would end with the 1873 financial crisis.

New communication and transportation technologies made news and and prices to circulate quicker. As information about financial institutions become more widely available through, for instance, the publication of balance sheets, and as reputations become better known, depositors and shareholders required banks, on average, to hold less capital. The more information about bank proceedings, the less capital holdings that were necessary. As money markets developed, they were able to hold some fractions of their assets in liquid securities – instead of only liquid cash and illiquid loans. That made credit cheaper, attracting a wide range of borrower states, from east and west. (Grossman, 2007: 143)

In addition, during the previous fifteen years the British parliament had approved two important bills. The Joint Stock Act of 1854 and the Limited Liability Act of 1855 not only gave protection and stimulus to the formation of new companies in the Stock Exchange but also transformed financial markets with the rise of the joint stock banks. These new joint stock banks were eager to gain a share in the loan business among the traditional and familiar banking houses such as Rothschild and Baring's, serving new and untried countries in the capital market, increasing competition with other banks and making credit more available and cheaper (Chapman, 1984). This mad run for fresh loan deals with new states by smaller banks and financial houses was one of the reasons for the big scandals and frauds of the 1870s financial markets.

Government bonds were also rising in investor preferences. With railway and other company stocks reaching a saturation point in the 1860s, lending to governments seemed a more profitable way to allocate investors' hard earned savings. After the bankruptcy of the well-established bill broker and acceptance house Overend, Gurney & Co in 1866, the London financial market turned sour for the next two years. The firm, founded in 1775 in Norfolk, became the largest discount house in Britain, bigger than its next three competitors combined. In 1850 the volume of commercial bills discounted by the firm amounted to half the total yearly British funded debt (Sowerbutts, Schneebalg and Hubert, 2016). With the expansion of its business in the 19th century, the new board of directors tried to explore the new and dynamic business of company loans. After a complicated time for company loans (especially railway companies) in the 1860s, with the securities markets reaching a saturation point in

terms of railway shares, the firm saw itself in a delicate position with a series of bad loans in its portfolio. After an unsuccessful attempt to go public in 1865, Overend, Gurney & Co declared bankruptcy in May 1866, results in hundreds of investors and savings account holders losing their money.

This banking crisis led to an increase in the Bank of England discount rate, an uninvesting period for the British industry and a consequent inflow of bullion, increasing the British savings rate and cheapening the credit for next decade.[2] According to a contemporary witness and analyst, Walter Bagehot, the high savings rate reached by the British public after the failure of Overend, Gurney & Co helped government securities find a welcoming environment at the London Stock Exchange, "That made the 1870s a special and short age of cheap credit, as much internal as external" (Bagehot, 1873: 142-46).

With abundant credit and rising commodity prices, a new loan frenzy began. In the Middle East, the Ottoman Empire became heavily dependent on fresh capital inflows from European Banks. After the Crimean War, the debt burden was only made bearable by the influx of fresh capital from new British and French loans. Egypt was also a very important borrower due the newly built Suez Canal. The maintenance of these two Middle Eastern states was strategic for the politics of the Western great powers, so British and French Banks and financial houses acted to support these governments and to make handsome profits from these loans. Until the default crisis of the 1870s the Ottomans contracted approximately £100 million in loans and Egypt another £63 million in London alone (Jenks, 1938: 421-24).[3]

In Latin America it was no different. The region absorbed a quarter of all British capital for sovereign loans between 1850 and 1880. While the first wave of loans for the region was intended to pay soldiers and to buy military supplies, the second wave was much more successful, in its goal of improving continental infrastructure.

In the middle of the century commodity exports by Latin American countries surged. With the majority of the internal problems settled, the region witnessed a rapid increase in the exports of agricultural and mineral products. A green revolution in Europe created a significant demand for Peruvian natural fertilizer, guano. Copper from Chile, silver from Mexico, sugar and tobacco from the Caribbean and Brazilian coffee reached the European markets on an unprecedented unseen scale. In Britain alone, imports of raw materials from the region increased by 300% between 1850 and 1880. (Marichal, 1989: 68-97) With export sectors rapidly developing, Latin American countries became monetized, and were able to turn again to European financial markets looking for fresh loans.

Latin American Governments were looking for money for infrastructure projects to enhance their exports sectors, propelled by the favourable economic *momento* of 1850-1870.

The biggest borrower, Peru, had more than £44 million in debts with British and French houses, followed by Brazil (£24 million) and Mexico (£23 million). Under the illusions of the guano wealth, the Peruvian Government contracted two big loans in 1870 and 1872 with a syndicate of British and French banks to build two monumental railways to cross the Andes at the sum of £31 million payable in 30 years. The Chilean government made three infrastructure loans (1870, 1873, 1875) for railway building and urban public works in the capital, Santiago. Furthermore, the province of Buenos Aires contracted more than £3 million for improvements in Buenos Aires harbour in mid-1870s.

Having set the tone, the newcomers also joined the great game of finance in London and Paris. Small countries, previously unknown by European investors, floated large loans on the London Stock Exchange seeking fresh capital for infrastructure projects, similar to the larger and more solvent economies. Despite the inexpressive trade volume of these countries with European markets, their trade growth rate was nonetheless satisfactory. In Central America, exports to Britain rose tenfold between 1850 and 1873, reaching £1.4 million sterling. Bolivia previously had not even existed in British trade accounts, but reached £1 million of exports in late 1872, as much as Colombia in the same year (Platt, 1972: 320-21).

Bolivia, Paraguay, Santo Domingo, Costa Rica, Honduras and Guatemala were listed on the London Stock Exchange as investment options, advertising their natural riches and profitable railway lines with rates of return rates up to 10% on capital invested.

The presence of these governments' bonds was only made possible by the effort of the smaller banks, eager to reap profits on dubious business that would never be underwritten by the traditional and powerful banks of the City of London, such as N. M. Rothschild & Sons or Baring Brothers & Co. Less reputable banking houses, such as Bischoffsheim & Goldschmidt, London County Bank, and Thomson Bonar & Co took advantage of the favourable economic moment, the willingness of these governments to borrow large sums, and the eagerness of investors for highly profitable business to create a network of interests involving banks, government agents, and railway contractors. The results were often large loans taken at the expense of bondholders and state treasuries to the benefit of the banks and the loan negotiators. As one insider of the *haute finance* once stated:

> It is here that the distinction is to be found between honest and dishonest financing. The honest financier does not present to the public for his own profit, a business in which subscribers are not likely to find a profit for themselves. The dishonest financier, on the contrary, is content when he has foisted his wares on the public, indifferent as to the ultimate result. In the teeth of experience, the public believes in the promises of a prospectus. This is well ascertained, and the weakness of humanity has been well worked (Wolff 1908, vol II: 60).

These malpractices found fertile ground in Latin America, where inexperienced countries met inexperienced investors through 'dishonest financiers' at the expense of all involved apart from financiers and diplomatic agents.

Between 1867 and 1872 small Latin American republics contracted ten loans with less reputable banks, producing the second wave of defaults in the region, joining the global financial debacle of the largescale defaults of the Ottomans, Egypt, and Peru. These investments had shown themselves to be unsustainable as news of the financial insolvency of the countries reached investors along over the years. Countries with a yearly income of £200,000 were burdened with servicing a debt twice as large, as was the case of Honduras.

Starting in 1873 Bolivia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Paraguay, and Santo Domingo stopped servicing their debts, leaving the bondholders with more than £12 million of valueless papers in their hands.

	Interest Rate and Date of Issue	Nominal Value (£ thousands)	Default	Bank
Bolivia	6% – 1872	1,654	01.1875	Lumb, Wanklyn
Costa Rica	6% – 1871 7% – 1872	940 2,362	11.1874 04.1874	Bischoffsheim Bischoffsheim
Guatemala	6% – 1869	469	04.1875	Thomson, Bonar & Co.
Honduras	10% – 1867 7% – 1869 10% – 1870	1,000 2,177 2,243	01.1873 03.1873 01.1873	Bischoffsheim Dreyfus & Co Dreyfus & Co
Paraguay	8% – 1871 8% – 1872	957 548	06.1874 07.1874	Robinson & Fleming Robinson & Fleming
Santo Domingo	6% – 1869	714	01.1873	Peter Lawson

(Marichal, 1989: 120)

These defaults were a bitter blow to British investors. With promises of high profit rates in a short time, the banks involved usually attracted inexperienced investors – widows, clerks, shopkeepers – looking for more than the 3% return of British treasury bonds, the Consol.

Latin America had previously been the stage for large corruption scandals involving state loans. The most impressive case took place in Central America in 1822 when a Scottish soldier and adventurer, Gregory McGregor, deceived hundreds of investors and settlers. In the middle of the Latin American revolutions, McGregor, after many years fighting alongside Francisco de Miranda and Simón Bolivar's armies in New Granada, returned to Europe advertising the wonders of the prosperous but underdeveloped country of Poyais, on the Mosquito shore, neighbouring the British colony of Belize. MacGregor was self-designated 'Cazique of Poyais'

under the authority of the so-called 'King of Poyais,' George Federic Alexander, a tribal leader in the tropical forest of Mosquito Shore. Launching a sophisticated scheme, McGregor drafted a constitution, created a fictional Poyais Bank, and established a 'Poyer' embassy in London to sell small farms to British settlers. He also launched a daring loan of £200,000 on the London Stock Exchange to enhance the country's infrastructure for the arriving settlers.

The scheme did not last long. In 1825 the news of the abandoned settlers reached the British press, where dozens of families perished under the harsh tropical conditions. McGregor fled to France, and then to Venezuela, leaving hundreds of bankrupt investors and tarnishing the reputation of Latin American countries for investment.[4]

Although these defaults were substantially smaller than the Middle Eastern and Peruvian ones – £12 million against more than £200 million – the indecency of the banks and government agents' practices, misleading advertising, and the hidden and underhand deals between government agents and banks attracted attention to the sharp practices commonly in use in high finance. The British parliament installed a Special Committee in 1875 to investigate the Honduran, Dominican and Paraguay loans, revealing Latin America to be a laboratory for corrupt schemes and market rigging.

The honduran loans

In 1875 the British Parliament set up the Select Committee on Foreign Loans (Select Committee on Loans to Foreign States, 1875) to investigate malpractices and corruption in loans contracted by the republics of Honduras, Santo Domingo and Paraguay in default at the time, depriving hundreds of bondholders of their hard earned savings and tarnishing the reputation of the London financial market. Investigations continued for a year followed by an eager press and by angry bondholder associations. The most symbolic case was of Honduras, due the amount of the loans contracted and the impressive sums received by agents at the expense of bondholders and the Honduran treasury.

The Honduran Government had authorized the contracting of three loans in 1867, 1869, and 1870 to build a transoceanic railway, connecting the Atlantic harbour of Puerto Caballos to its Pacific counterpart at Golfo de Fonseca. The intention was to create an alternative route for the ever growing Atlantic-Pacific trade, especially after the opening of the California and Australia gold mines, of great interest to European trade centres.

The loans were contracted by the Honduran ministers in London and Paris, Don Carlos Gutierrez and Don Victor Herrán, in partnership with the French 'financier' Charles Joachim Lefevre. Lefevre was the central character in the whole Honduran drama. He was

specially picked by Gutierrez and Herrán not for the noblest, but for more practical reasons: his knowledge of the mechanics of the bond market and the moods of stock exchanges.

Lefevre and Gutierrez made a deal with Bischoffsheim & Goldschmidt of London to contract the loans, with the aim of finding an established institution for underwriting the operation, giving it more credibility and increasing its commercial appeal. In 1867 the first loan of £1,000,000 at 10% interest with a sinking fund of 3% was offered to the public for the construction of the Transoceanic Railway. In the prospectus a Board of Trustees – composed by respectable engineers and London businessman, Don Gutierrez, Don Herran, Lefevre, and Bischoffsheim & Goldschmidt – advertised the advantages of an Atlantic-Pacific connection through a railway, and the inevitability of the profitability of the business. In order to increase its credibility, the prospectus stated that the line had been surveyed by a British engineer, confirming that "the harbours of both Termini are unexceptionable, and that the road can be constructed without any sharper curve of heavier gradients that are to be found in existing lines over which Locomotives work without difficulty".[5]

As guarantees for this large enterprise, the Honduran Government – "the most interested party" – offered the state's customs duties, the mortgage of all domains, estates, and forests (containing mahogany, indigo, cotton and other tropical products), in addition to the revenues of the Railway when it began to operate.

With such guarantees and a high rate of return of 10%, the Honduran deal turned into a hit among the inexperienced investors and opportunistic brokers. The debt kept being serviced and the first 20 miles of railway track were under construction. Moreover, for at least six months, the bonds of the Honduran loan were well quoted on the London Stock Exchange.

Within eighteen months a new loan of £2 million at 7%, with a sinking fund of 3% was contracted in London and Paris. The Honduras enterprise was demanding new cash inflows due the hardships of building a railway in a tropical rainforest, according to the contractors. One year later, a new £2.5 million loan was launched to refinance the old debts and to continue the Railway to its 30th mile.

In 1872, the Honduran agents, Gutierrez and Lefevre tried again to use the Honduran government to launch a new fantastic loan of £15 million (!) to build a Transoceanic Ship Railway: an incredible railway able to transport entire cargo ships across Honduras, connecting the sea trade routes by land. This loan was such a public embarrassment, that Gutierrez had to withdraw it and Lefevre fled to France, chased by the bondholders. One year later the Honduran government declared its incapacity to service its outstanding debt of £6.5 million with yearly revenues of a meagre £200,000.

The Committee's investigations of the Committee, examining the actions of those involved, uncovered a complex and sophisticated corruption scheme only possible in weak governments, as in Hondurans and the other small Latin American republics.

The Investigation

In 1875 the Select Committee presented the results of its investigations, revealing the spurious dealings related to the 1870 loan, clarifying various malpractices. In the two days following the Initial Public Offering of the 1870 loan the representatives of the Honduran Government, Lefevre and Bischoffsheim, signed three contracts hidden from investors' eyes. In these contracts, Bischoffsheim & Goldschmidt quietly renounced their liabilities regarding the underwriting of the loan in favour of Lefevre. Lefevre was to be in charge of selling the bonds to the public and paying the premiums of 10% to the bondholders. Bischoffsheim & Goldschmidt would receive a total sum of £180,000 just for 'lending' its name to the operation, as stated in the prospectus. Moreover, although the loan was issued at £80 per share, this contract gave Lefevre the right to buy the bonds first for £75 and to sell them to the public afterwards at the pre-established price of £80.

After the signing of these three secret contracts, the initial allotment was sold on the London Stock Exchange at the price of £80. In order to give the business a more solid image, Gutierrez bought two shipments of mahogany in Honduras from a private source and delivered them to Bischoffsheim & Goldschmidt to be sold in London, advertising the operation in the City newspapers. The Bank was already deprived of any liability following the secret contracts, but the receiving and selling of Honduran woods was a message for investors that the guarantees for the loan were being put in practice and the investment was safe as any European one.

Since the three loans were merged in one big operation within the 1870 loan, all the proceedings from the last loan were directly linked to servicing the older bonds of 1869 and 1867.

In 1870 and 1871 Lefevre hired the Londoner broker firm Barclay's and an army of between 50 and 100 brokers and jobbers to rig the market for Honduran bonds. With the bonds in his hands, Lefevre ordered this army to buy and sell the bonds on the London Stock Exchange to simulate a high volume of deals, keeping the price of the Honduran bonds at a premium value, quoted above £80 and £90 for months. According to one witness, one broker alone bought and sold the whole £2.5 million loan once during the process.[6]

When the bonds reached a premium value, Lefevre started to sell them slowly to the public. In addition, the first withdrawals of bonds from the market (i.e., the repurchasing of

the bonds by the Honduran Government using the sinking fund) were made in 1871, where Lefevre pocketed £25 per withdrawn share, since the withdrawals were made at face value. Moreover, Lefevre had not even paid for his bonds since he was in charge of the selling and distribution after the secret contracts with Bischoffsheim & Goldschmidt. All the profits were made without Lefevre spending a single penny of his own.

In 1872 Lefevre and Gutierrez's final gamble went sour. In January, the agents tried to launch the fantastic £15 million Transoceanic Ship Railway loan, which was also intended to work as a refinancing loan, withdrawing the older bonds from 1867, 1869 and 1870 loans in exchange for the new bonds and the continuity of a much more daring railway plan, intended to carry cargo ships of up to 2,000 tons weight. According to the contractors:

> Were the Line once completed, the profits which its working would produce, the value which the uncultivated lands on each side of the line would acquire, the exportation of the timber from the extensive forests which it traverses, and the mines in the vicinity of the Line, well managed, would be more than sufficient to make satisfactory arrangements with the bondholders, and to reduce the debt nominally contracted to equitable terms (Ferro, 1875: 39).

This was Lefevre and the Honduran agents' final attempt to propose a new and daring loan to British investors. As soon as the prospectus was listed on the London Stock Exchange, the Corporation of the Foreign Bondholders (CFB)[7] intervened, questioning the arrangements of the loan. The Council questioned why the contractors had not contracted a Bank to underwrite the loan, and if they had done so, why it was not stated in the prospectus. The CFB also ask Gutierrez to specify the procedures of exchange of the old bonds for the new ones, casting suspicions on such a big loan from a small and obscure Latin American Republic already £6 million in debt.[8]

Five months later, Gutierrez withdrew the loan from the London Stock Exchange. The following news were not good either. Gutierrez had to state the incapacity of the Honduran government to honour its debts and suspended the payment of interest and the sinking fund. The construction site in Honduras was abandoned due to a lack of payments, and the engineers sued the government in London. Honduran bonds on the Stock Exchange plummeted from £80 to less than £6 and Mr. Lefevre fled to France.

In 1875 the investigations discovered that Lefevre had been charged with financial crimes in France in 1858 and sentenced to two years in prison. Moreover, he also used variations of his name, such as C.J. Lefevre, C. Lefevre, or just *Chevalier* Lefevre to perpetrate his misdeeds.

According to the Committee, Lefevre managed to receive £955,398 from his Honduran schemes. Bischoffsheim & Goldschmidt received at least £180,000 for only

lending their name to the previous operations. There was no evidence of the involvement of the Honduran Agents in the scheme, but the French press noted that Don Victor Herran had bought the sumptuous *Château Beaumont* in Cussac-en-Medoc near Bordeaux in 1872 (Bourdariat, 2013: 172). The losers were the unwary bondholders and the Honduran Government, who recovered only £40,000 of all the nominal capital, and had to account for an outstanding debt of more than £6 million, 30 times larger than the country's revenues. The Honduran debt would take more 30 years to be refinanced before the republic could contract new loans.

Consequences

The press took a lot of interest in the case. Financial papers urged the use of the Central and South American cases as an example of how not to operate in the financial markets. The Times' judgment was harsh:

> If a novelist were to sit down to satirize the speculative practices of the time, we may imagine him selecting Honduras and Costa Rica, Santo Domingo and Paraguay, as the field of his fictitious enterprises. Yet it is in connexion with these obscure and half-civilized regions that operations involving immense profits to those engaged in them have been conducted.[9]

The lessons for financial markets were clear. The small Latin American Republics were in the perfect place and time to be affected by this kind of scheme. Although these practices proved neither to be the first and last of their kind in the financial markets, the Special Report from the Select Committee for Foreign Loans was the first profound public investigation of a highly non-regulated market like the British bond market. There was such public embarrassment in London financial circle that one witness said that the Prime Minister Disraeli subtly tried to "burke the whole enquiry" (Wolff, 1908, vol II: 55).

Latin America had a specific place in 19th century financial markets. As a region composed of independent governments with a European style of doing business, they differed from the most others borrowers, such as colonial governments or 'tutored' borrowers such as Persia, Egypt, and the Ottomans. The absence of geopolitical interests in these small countries also led the investigations to follow a more technical path.

In addition, the political weakness of the countries also helped the investigations, turning them into a showcase for malpractices in the financial markets. Although diplomatic agents could not be charged due to their diplomatic immunity, they felt the pressure to

cooperate with the investigations and even to recognize some of the malpractices. Gutierrez ordered the writing of an 'Historical Account' of all the Honduran loans and procedures, widely used in the committee's investigations. He also testified twice in the trials, shedding light on some unclear details about the loan conversions. Such participation would be unimagined by proud Ottoman or Egyptian diplomats. Moreover, the pressure exerted by the Committee and the CFB would hardly have been accepted by the Foreign Office if more significant geopolitical interests had been implicated.

Better safety measures were demanded for new loans listed on the London Stock Exchange. Foreign loans could not be the subject of court cases since they were related to independent governments and not just registered companies. The Committee made a range of suggestions taking into account the lessons from the Latin-American scandals. First, they asked for a complete balance sheet of revenues and expenditures for the three previous years. More details on loan collaterals were demanded, including stating the net value of the exploitation of the forests, mines and land of these countries. In addition, they asked for the direct involvement of the head of state in such deals, instead of its diplomatic agents and their partners – such as Lefevre.

These suggestions were not accepted by the Board of the London Stock Exchange. Even the press was opposed, advocating a more liberal spirit and warning unwary investors of the dangers and their own responsibility in buying the securities of foreign governments. Nevertheless, important lessons were taken for the financial system as a whole in relation to regarding market rigging and price fixing. *The Economist* magazine was astonished by the whole narrative and how Lefevre managed to create such inflated prices for valueless papers:

> Still, after every possible abatement, the narrative is very wonderful; it will astonish even experienced men of business to find such things can happen, and it will amaze theoretical economists to find how much 'market price,' with which they have dealt as something regular and controllable can, even for a considerable time, be arranged by speculators, and guided by them to suit the very worst of purposes.[10]

The cases also show the high level of understanding of *Haute Finance* by the Latin American agents. They learned how to use European partners to create fake credibility in order to attract greedy investors looking for a 10% profit rate. Nevertheless, the consequences were the worst for the countries who saw all their properties mortgaged to pay the bondholders. The Paraguayan Government had to give 2,000,000 hectares of arable lands to bondholders to reduce its outstanding debts from £1.5 million to £800,000. Costa Rica had to refinance

her debt in 1885, floating another £2 million loan and also had to sell land and the nearly complete railway. Santo Domingo received only 5% of net proceeds of the loan. Facing such a bad result, its Congress repudiated the loan, leading to complications with European and American Governments. (Marichal, 1989: 120).

This was the last time that Latin America was treated 'gently' by lender countries. Despite the harsh renegotiations, no gunboats were sent to Puerto Caballos or Asuncion. The Foreign Office refused to deal directly with the governments, dismissing it as a bondholder issue only. In the 20th century the Central American Republics felt much harsher pressure from the United States, resulting in direct intervention as in the Cuban, Dominican, and Haitian cases in the 1920s. (Marichal, 1989: 171)

In the 1870s Latin America was an important place of investment for surplus European capital. The very fact that these schemes managed to extract such impressive amounts of money using small and poor countries illustrates the global place of Latin America in the 19th century economic context.

Notes

1 For a complete account of the first Latin American default wave, see Dawson (1990).

2 The average discount Bank of England discount rate for the 1860s was 4.18%, while for the next decade, with plenty credit in the London market, the average discount rate fell to 2.98% (Homer and Sylla, 2005: 160).

3 David Landes describes how European Banks took control of Ottoman and Egyptian finance in the 19th century and the subsequent consequences for world finance (Landes, 1958).

4 A complete account of the Poyais scheme can be found in Sinclair (2003).

5 *Honduras ten percent Government Railway Loan 1867.* Stock Exchange, Loans, and Companies Prospectuses nr.147 – Guildhall Library, London.

6 *The Economist* 14.08.1875.

7 The Council of the Corporation of Foreign Bondholders was the most prestigious and effective Bondholders association in Britain for over 100 years. Founded in 1869, they represented the interests of bondholders against defaulter governments, exerting pressure on the Foreign Office and Parliament to obtain payments for the servicing of debts. For more on the CFB and its role in 19th century finance, see Mauro and Yafeh (2003).

8 *Honduras ten percent Government Ship Railway Loan 1872.* Stock Exchange, Loans, and Companies Prospectuses nr.147 – Guildhall Library, London.

9 *Times* 31.01.1875.

10 *The Economist*, 14.08.1875.

Sources

The Economist – 1875.

The Times – 1875.

Honduras ten percent Government Ship Railway Loan 1872. Stock Exchange, Loans, and Companies Prospectuses nr.147 – Guildhall Library, London.

FERRO, Ramon de Silva. *Historical Account of the mischances in regard to the construction of a railway across the Republic of Honduras*. London: C.F Hodgson, 1875.

SELECT COMMITTEE ON LOANS TO FOREIGN STATES. *Special report and report from the Select Committee on Loans to Foreign States with the proceedings of the committee.* 1875.

References

BAGEHOT, Walter. *Lombard Street: a description of the Money Market*. 3rd. ed. London: Henry S King & Co, 1873.

BOURDARIAT, Jean. Quinze ans avant le scandale de Panamá, l'affaire du chemin de fer transocéanique du Honduras. *Revue d'Histoire des Chemins de Fer*, n. 44, p. 165-182, 2013.

CHAPMAN, Stanley D. *The rise of merchant banking*. London; Boston: Allen & Unwin, 1984.

DAWSON, Frank G. *The first Latin American debt crisis: the city of London and the 1822-25 loan bubble*. New Haven: Yale University Press, 1990.

FERGUSON, Niall. Th*e cash nexus: money and power in the modern world, 1700-2000*. London: Allen Lane, 2001.

FLOUD, Roderick; MCCLOSKEY, Donald N. T*he Economic History of Britain since 1700*, vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GROSSMAN, Richard. Other's people money: the evolution of Bank Capital in the Industrialized World. *In*: WILLIAMSON, Jeffrey G. *et al* (orgs.). *The new comparative economic history essays in honor of Jeffrey G. Williamson*. Cambridge: MIT Press, 2007, p. 141-164.

HOMER, Sidney; SYLLA, Richard. *A History of Interest Rates*. 4th. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

JENKS, Leland Hamilton. *The Migration of British Capital to 1875*. Jonathan Cape: London, 1938.

LANDES, David S. *Bankers and pashas: international finance and economic-imperialism in Egypt*. Cambridge: Harvard University Press, 1958.

MARICHAL, Carlos. *A century of debt crises in Latin America: from independence to the Great Depression, 1820-1930*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

MAURO, Paolo; YAFEH, Yishay. *The Corporation of Foreign Bondholders*. International Monetary Fund Working Papers, vol. 3, p. 32, 2003.

PLATT, D. C. M. *Latin America and British Trade, 1806-1914*. London: A. and C. Black. 1972.

SINCLAIR, David. *Sir Gregor MacGregor and the Land That Never Was: The Extraordinary Story of the Most Audacious Fraud in History*. London: Review. 2003.

SOWERBUTTS, Rhlannon; SCHNEEBALG, Marco; HUBERT, Florence. *The demise of Overend Gurney*. Quartely Bulletin of the Bank of England Press, v. Quarter 2, p. 94-116, 2016.

WOLFF, Henry Durmmond. *Rambling Recollections*. London: McMillian & Co, 1908.

The transnational imagined community of the black press of Sao Paulo and Chicago, 1900-1940s

A comunidade transnacional imaginada da imprensa negra de São Paulo e Chicago, 1900-1940

La comunidad transnacional imaginada de la prensa negra de Sao Paulo y Chicago, 1900-1940

Cristián Castro

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100005

Cristián Castro é licenciado em História pela Universidade do Chile, M.A. e Ph.D. pela Universidade da Califórnia em Davis (Estados Unidos) e docente da Universidade Diego Portales (Chile) (cristian.castrog@mail.udp.cl).

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Abstract

This article explores the use of the concept of a transnational imagined community as a theoretical tool for the study of the black press of São Paulo and Chicago from 1900 to 1950. In doing so, I aim to connect the local with the global; associating the uniqueness of the historical trajectories of these specific Afro-descendant communities, to the commonalities of the struggles endured by members of the black Diaspora in the Americas. The paper's macro-narrative is informed by the story of capitalism's structural changes in the late 19th and early 20th century. These transformations provided the necessary socio-political conditions for the development of the black press; a press that aimed to articulate a counter-hegemonic discourse on race, different from the mainstream press, the 'white men's press'. At a micro-level this paper proposes the use of the black press in the Amercas as a door to understand how a fraction of the afro-descendant community in São Paulo and Chicago – namely the black middle class – negotiated race and citizenship through a complex process of national and transnational dialogue, both locally and globlly. Overall, despite the limitation of 'the black press' as a primary source due to its limited circulation and audience, the black press offers a unique opportunity to depict afro-descendants everyday urban life in two rapidly modernizing cities.

Keywords: black middle class, black press, Transnational History, Global History, Urban History, black modernity.

Resumo

Este artigo explora o uso do conceito de uma comunidade imaginária transnacional como ferramenta teórica para o estudo da imprensa negra de São Paulo e Chicago de 1900 a 1950. Ao fazê-lo, busco conectar o local com o global, associando a singularidade das trajetórias históricas dessas comunidades afrodescendentes específicas aos pontos em comum das lutas sofridas pelos membros da diáspora negra nas Américas. A macronarrativa do artigo é informada pela história das mudanças estruturais do capitalismo no final do século XIX e início do século XX. Essas transformações proporcionaram as condições sociopolíticas necessárias para o desenvolvimento da imprensa negra; uma imprensa que visava articular um discurso contra-hegemônico sobre a raça, diferente da imprensa tradicional, a "imprensa dos homens brancos". Em um nível micro, este artigo propõe o uso da imprensa negra nas Américas como uma porta para entender como uma fração da comunidade afrodescendente de São Paulo e Chicago – ou seja, a classe média negra – negociou raça e cidadania através de um complexo processo de diálogo nacional e transnacional, local e globalmente. Em geral, apesar da limitação da "imprensa negra" como fonte primária, devido à sua limitada circulação e audiência, a imprensa negra oferece uma oportunidade única para retratar a vida urbana cotidiana dos afrodescendentes em duas cidades em rápida modernização.

Palavras-chave: classe média negra, imprensa negra, História Transnacional, História Global, História Urbana, modernidade negra.

Resumen

Este artículo explora el uso del concepto de comunidad transnacional imaginada como herramienta teórica para el estudio de la prensa negra de São Paulo y Chicago de 1900 a 1950. Al hacerlo, intento conectar lo local con lo global, asociando la singularidad de las trayectorias históricas de estas comunidades afrodescendientes específicas a los puntos en común de las luchas que sufrieron los miembros de la diáspora negra en las Américas. La macro-narrativa del documento es informada por la historia de los cambios estructurales del capitalismo a finales del siglo XIX y principios del XX. Estas transformaciones proporcionaron las condiciones sociopolíticas necesarias para el desarrollo de la prensa negra, una prensa que pretendía articular un discurso contra-hegemónico sobre la raza, distinto de la prensa corriente, la "prensa de los hombres blancos". A nivel micro este trabajo propone el uso de la prensa negra en las Américas como una puerta para entender cómo una fracción de la comunidad afrodescendiente de São Paulo y Chicago – es decir, la clase media negra – negoció la raza y la ciudadanía a través de un complejo proceso de diálogo nacional y transnacional, tanto local como globalmente. En general, a pesar de la limitación de la "prensa negra" como fuente primaria debido a su limitada circulación y audiencia, la prensa negra ofrece una oportunidad única de representar la vida urbana cotidiana de los afrodescendientes en dos ciudades de rápida modernización.

Palabras clave: clase media negra, prensa negra, Historia Transnacional, Historia Global, Historia Urbana, modernidad negra.

If it is wrong for a white newspaper to make white people hate colored people, how can it be right for a Negro newspaper to make colored people hate white people?

Chicago Commission on Race Relations (1922: 556)

The newspaper, like the modern city, is not wholly a rational product. No one sought to make it just what it is. In spite of all the efforts of individual men and generations of men to control it and make it something after their own heart, it has continued to grow and change in its own incalculable ways.

Robert E. Park (1925: 80)

This article explores the use of the concept of a *transnational imagined community,* as a theoretical tool for the study of the black press of São Paulo and Chicago from 1900 to 1950.[1] In doing so, I aim to connect the local with the global; associating the uniqueness of the historical trajectories of these specific Afro-descendant communities, to the commonalities of the struggles endured by members of the black diaspora in the Americas.[2]

This article's macro-narrative is informed by the story of capitalism's structural changes in the late nineteenth and early twentieth century. These transformations provided the necessary socio political conditions for the development of the black press; a press that aimed to forge a counter-hegemonic discourse on race, different from the mainstream press, the 'white men's press'.[3]

At a micro-level my research proposes the use of the black press in the Americas as a gateway to understanding how a fraction of the Afro-descendant communities in São Paulo and Chicago – namely the black middle class – negotiated race and citizenship through a complex process of national and transnational dialogue, both locally and globally. Overall, despite the limitation of 'the black press' as a primary source due to its limited circulation and audience, it offers a unique opportunity to depict Afro-descendants' everyday urban life in two rapidly modernizing cities.

The black press as a transnational imagined community

Chapter X of *The Negro in Chicago: A Study of Race Relations and Race Riot,* a sociological study of the race riot in that city in July 1919, opens with a quote from the historian Edmund Burke, acknowledging the importance of the press as cultural artifact in the construction of the public opinion concerning race relations:

> We cannot escape the conclusion that the press is the most powerful institution in this country. It can make men; it can destroy men. It can conduct crusades; it can put an end to crusades. It can create propaganda; it can stifle propaganda. It can subvert the Government; it can practically uphold the Government. More than all this, despite theoretical laws which restrain abuses of the Press, so determined are the American people that its freedom shall not be abridged that they have written into the Constitution of the United States (Amendment I) the express provision the "Congress shall make no law... abridging the freedom ...of the press", and in practice the Press is free to destroy men, institutions and races, or to make them live, the power being limited only by the conscience and sagacity of the men who compose this powerful Fourth Estate (Chicago Commission on Race Relations, 1922: 520).

In order to understand the theoretical construction of a black transnational imagined community, this article will focus primarily, but not exclusively, on several newspapers published in the cities of São Paulo and Chicago by representatives of the black middle class. These include *O Clarim da Alvorada, O Menelick, Progresso, A Voz da Raça, O Bandeirante* and *Brasil Novo,* amongst others in the case of Brazil, and the *Chicago Defender* in the case of Chicago.[4] These newspapers provided a public voice for blacks in two of most dynamic urban centers of the era: in the case of Brazil, the capital of the region then riding the crest of the coffee boom and undergoing rapid growth and modernization, and in the case of Chicago, the center of the industrialization process in the Midwest of the United States. These papers offer us a unique perspective on the process of the construction of an emerging black middle class and the negotiation of race and citizenship of Afro-descendants in these two distant cultural milieus.

Benedict Anderson defined a nation as an imagined political community that is imagined as both inherently limited and sovereign (Klaren, Chasteen, 2003; Doyle, Pamplona, 2006: 248-271). First published in 1983, Anderson's *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, examines the creation and global spread of the 'imagined communities' of nationality, exploring among other historical processes, the interaction between capitalism and print. Anderson argues (1983: 7) that an imagined community is different from an actual community because it is not, and cannot be, based on everyday face-to-face interaction between its members. Instead, members hold in their minds a mental

image of their affinity. As Anderson puts it, a nation is imagined because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each member lives the image of their communion. The press creates imagined communities by targeting specific audiences or generalizing and addressing citizens as their captive audience.[5] Thus, the creation of imagined communities only became possible due to the emergence of 'print-capitalism'.[6]

My main objective is to trace how the periodicals published by these members of the black middle classes served as cultural media that helped in the construction of a counter-hegemonic racial discourse intended to fight against racism, and as a cultural artifact for their inclusion in their respective nations. This analysis will help us illustrate how the Afro-Paulista and Chicagoan African-American elites used the press as a means to fulfill specific objectives: to construct a sense of community among the masses of former slaves arriving to the city in search of a non-slavery related job; to educate them in the ways of the 'civilized world' of the city in order to respond to the standards of the ideal black citizen; and finally, to protest against the racial discrimination that had persisted beyond the abolition of slavery in both cases. As Walter Benjamin argued (2008: 359) in his analysis of the newspaper as a cultural artifact: "The fact that nothing binds the reader more tightly to his paper than this all-consuming impatience, his longing for daily nourishment, has long been exploited by publishers, who are constantly inaugurating new columns to address the reader's questions, opinions, and protests." The following pages will demonstrate that the emerging black middle class of the Americas, namely, the emerging black middle class of Chicago and Sao Paulo, realized the potential power of the press and tried to use its power for their own benefit.

The black press of Sao Paulo and Chicago, 1900-1950

The first step to overcome the destructive and lingering consequences of slavery in the mind of the black men was to transform former slaves into historical subjects capable of articulating individual and collective historical consciousness. Although, according to his detractors, Karl Marx never 'saw' race as part of the equation, his definition of class consciousness and its relationship to the transformation of social relations and modes of production serves as a model for understanding the complex relations between economic structures and superstructural forms of thought:

> In the social production of their existence, men inevitably enter into definite relations, which are independent of their will, namely relations of production appropriate to a given stage in the development of their material forces of production. The totality of these relations of production

> constitutes the economic structure of society, the real foundation, on which arises a legal and political superstructure, and to which correspond definite forms of consciousness. The mode of production of material life conditions the general process of social, political, and intellectual life (Marx, 1904: 11).

The emerging black middle-class of both cities accepted the task of assisting that struggle, and led the way by using the press as a means to construct an imagined community among the black population of Chicago and São Paulo; and in doing so, helped with the ontological vicissitudes of 'being' in the city (Mignolo, 2008: 229). The editors of the black press of Sao Paulo and Chicago attempted to draw the contours of a new vision of citizenship in both nations, through the construction of public discourse in which "modernity for all its amorphousness became the guiding ethos of such a vision..." (Lee, 1999: 46). The black press of both milieus reflected on racial relations by continuously imagining a community that may have had different futures or perspectives, but shared some of the subjectivities of the black diaspora in general.

Origins of the black press in Chicago

In the case of United States, the *Chicago Defender* forms part of larger tradition of black journalism that started with the era of the antebellum-antislavery movement, between 1827 and 1861, when these newspapers advocated for the freedom of slaves. Later, during the Reconstruction era, the black press shifted to an educational mode, an attempted to gain recognitions for black national identity. The fight against lynching and violence towards blacks marked the third period, from 1877 to 1915. The *Chicago Defender* was probably the most important actor in the period from 1915 to the end of the WW2.

During this period the African-American press fought for equal treatment of the southern newcomers, black soldiers who had defended the nation in the wars, and pushed to improve housing and living conditions for blacks across the United States.

The birth of the *Chicago Defender* in 1905 inaugurated a new form of editing black newspapers in the United States. Denunciations of racial discrimination and violence were no longer the sole objective, the black press was now also a business, and contrary to the case of the black press of São Paulo, selling newspapers was crucial to keep the endeavor going. In 1920 the *Defender's* circulation, in terms of national subscribers, had reached 283,571.

Founded by Robert Abbott in 1905 on capital of twenty-five cents, the "World's Greatest Weekly" had grown into the largest selling black newspaper in the United States by World War I, with two thirds of its circulation outside Chicago (Grossman, 1985: 85).



25,000 PEOPLE READ CHICAGO'S ONLY WEEKLY PAPER

Greatest Circulation OF ANY WEEKLY IN THE MIDDLE WEST. $1.50 A YEAR.

The Chicago Defender.

If You See It in the DEFENDER, IT'S SO!

VOLUME V—NUMBER 8. CHICAGO, ILLINOIS, SATURDAY, FEBRUARY 19, 1910 PRICE 5 CENTS

THE SMART SET IN SOUTH CHICAGO.

S. H. Dudley and His Big Company with New Songs, Fine Costumes and a New Plantation Step.

His Buck and Wing Dancing Will Be Seen During His Stay.

The bright, tuneful, mirthful musical comedy the public has been wanting is underlined as the next attraction at the Calumet Theater, commencing week Sunday, Feb. 20, with the usual matinees.

It is entitled "His Honor the Barber," presented by the famous "Smart Set" company, with S. H. Dudley, one of the foremost comedians before the public, in the stellar role. To tell the story of the piece in advance would be an injustice to the crowds of folk that are bound to see it, and no narrative of the events set down in cold type could rival the enjoyment of the actual presentation. Suffice to say it has set the whole country a-laughing, and when it comes to the Calumet Theater it will undoubtedly duplicate the success it has attained in other cities. Mr. Dudley's talents are too well known to need reiteration. He has been a favorite wherever he has appeared, and as Raspberry Snow, a shiftless, good-natured Negro, who aspires to shave the President of the United States, he has made the hit of his cunningly successful stage career. Shepard Barton and Wiswell of New York, owners of the "Smart Set" organization, have selected an excellent company to support Mr. Dudley. There are sixty people all told in the cast.

WAYMAN CHAPEL A. M. E. CHURCH,

912 N. Franklin Street.

Second block north of Chicago avenue. Take any through car from the South Side, get off at Locust street, go west to Franklin street. Inspiring and helpful service. Preaching at 11 a. m. and 8 p. m. Class meeting at 12:45 p. m. Sunday school at 2 p. m. Sunday Club at 4:30 p. m. Christian Endeavor at 6:30 p. m. Prayer meeting at 8 p. m. Wednesday night. Class meeting Friday nights. Official board Monday nights. 'Phone, Douglas 5378. Pastor's residence, 3000 Wabash avenue, Rm. 26.

The revival choir, led by Mr. Harry Hailey, sang last Sunday night. They are making special preparations for Passion week, at which time 40 or 50 voices will sing, beginning on Palm Sunday. Mr. Haley is to be congratulated on the success of the chorus.

Mrs. Henry Williams is on the sick list, 924 Edgecomb Place.

The Culture Club will give an entertainment on the 24th at Mrs. Mills's, benefit of the Wayman Chapel church.

A Personal Workers' class has been organized by Mr. Wilson.

The Culture Club met last Tuesday night at the residence of Mrs. F. Scott. Rev. John Perrilloe was in the city last week, visiting his family and friends on the North Side.

The Sunday Club was very well attended last Sunday. President G. W. Ramsey invites all to be present next Sunday afternoon. Program, Scripture reading, Mrs. Miller; paper, Mrs. F. H. Scott; address, Mr. S. Hay, subject, "Tainted Money." Trio, Mrs. Ramsey, Granberry, Scott. Mr. Haley and the church did splendid service at St. Stephen's last Thursday night, February 10.

Presidents of various departments: Stewardess No. 1, Mrs. E. Healy; No.

MR. WHITE AND MR. BLACK

"Good morning, Mr. Black; how's your health this morning?"

"Splendid, Mr. White; fine as fivepluhsh thank you; if I felt any better I'd commit a crime."

"I am not reading another absurd article on the Negro question, but all found 'round with Christianity, humanity and other admirable features, from contributors to the white press. I have been on good, faithful and true to them at all times."

"It is inconsistent with the customs of the white people who have been so kind, faithful and true to them at all times."

Superiority or something perhaps. And do you know, Mr. White, the Georgia Legislature is entertaining a bill to prevent the Negro from learning to read and write? My white brother's love for

MISS CLAUDE BELLE HALL

Praises The Chicago Defender.

Editor Defender:

Dear Sir—I have intended writing to you for some time and thank you for not making public in your paper my private personal sorrows. It has been very considerate and kind in you and I do wish we had more broad-minded men like you who would try to protect and shield their girls and young men instead of making public gossip of their affairs. But now if you want to and it will make any news for your paper you may say that I have secured my divorce with my maiden name fully restored to me and I am now Miss Claudebelle Hall again, for which I assure you I am most proud. Send us the Defender, the best little paper in Chicago and the North west. With best wishes, I remain, yours sincerely,

CLAUDEBELLE HALL.

GOV. CHAS. S. DENEEN,

The "iron liand," who again successfully averted another lynching in Cairo, Ill. All praise is given Sheriff

RAMBLING ABOUT CHICAGO

Items of Interest All Around the Town and a Line or Two Elsewhere.

BY THE RAMBLER.

Last week several of our undertakers used the columns of the Defender to announce a decided reduction in the cost of caskets and other requisites for funerals. One undertaker took occasion to tell his patrons how he could conduct a funeral complete for less than $100. The Western Casket and Undertaking Company (a white concern) also told of how much cheaper your loved ones could be placed in their last resting place than heretofore. The writer of this column read these advertisements with interest. I will be perplexed, no doubt, when I say that said announcements were read with considerable satisfaction, for only a few weeks ago I devoted considerable space to the same subject. At that time I told of the very reasonable prices for entire funerals in Philadelphia, Baltimore and other eastern cities, and asked "how long would it be before the same prices prevailed in this city?" At that time I quoted the following from an advertisement appearing regularly in a Philadelphia exchange:

"What I am furnish for $75: Black cloth casket, steel gray, rosewood or white enamel velvet; five carriages, black or white horses, grave, to Eden or Morton cemetery, embalming body, case and ground. This funeral complete for $75."

No comment was offered. Even at this time it is unnecessary. I would mention, however, that the same undertaker will furnish a casket, for the same selection as printed above four carriages, grave, case, embalm.

L.N. Hoggatt, "MR. WHITE AND MR. BLACK." *Chicago Defender* 19 Feb. 1910: 1, col. 3.

Newspapers like the *Chicago Defender* encouraged the migration of thousands of blacks from the south to Chicago. Furthermore, "The Defender even made arrangements with some rail companies for special-fare travel for anyone wishing it" (Grossman, 1985: 85).

DON'TS FOR NEWCOMERS

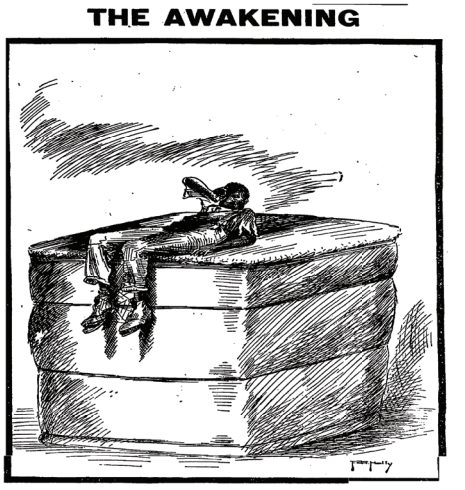
Don't hang out windows
Don't promenade on the boulevards in your hog-killing clothes
Don't walk the streets swearing at the top of your voice.
Don't try to be funny with strangers.
Don't indulge in hugging contests on the grass plots of the boulevards.
Don't try to browbeat anybody on street cars, or in public places.
Don't forget that you are a citizen and as such are expected to be an active force for decency and welfare.
Don't clean your finger nails and pick your nose on the street.
Don't flirt with the grocer, especially if your hair is still chunky and full of bed lint.
Don't sit out on the front steps in bare feet and undershirt.
Don't drink moonshine, especially before going joy-riding.
Don't try to be "bad"; you'll get too much encouragement.
Don't throw garbage and trash out front or rear windows.
Don't forget to bathe—have somebody remind you.
Don't glory in your ignorance and dirt.
Don't forget that you can be disgusting as easily as anybody else.
Don't play off the job and sleep on the job.
Don't go shopping in the Loop wearing your overalls or dress aprons.
Don't discuss your or other persons' personal affairs over the telephone.
Don't forget to memorize "Please" and "Thank you."
Don't brag.
Don't stand on corners and insult women who pass.
Don't spit on the sidewalks, on the floor, or in waste paper baskets. Use gutters and cuspidors.
Don't be a grouch.
Don't be a four-flusher.
Don't be silly.
Don't send your children to school half fed and half dressed.
Don't let your children run you.
Don't forget to make friends.
Don't try to be a fool—it's too easy to succeed.
Don't lounge on the boulevard in overalls.
Don't forget to change clothes before leaving stockyards.
Don't ride on the motor bus unless you are dressed properly.

The *Chicago Defender*, July 14, 1923.

The *Chicago Defender* published lists of 'do's and don'ts' for black behavior: do not use vile language in public spaces; do not live in unsanitary houses, or sleep in rooms without proper ventilation; do not violate city ordinances, relative to health conditions, amongst others. Here, both black presses seemed to have had the same objective. Both sought to educate the masses of former slaves that arrived in these cities of hope.

> Forty-Five Thousand of the 60,000 Afro-Americans in Chicago reside on the South Side, and most of these are in the district bordered on the north by Twenty-sixth street, on the west by Federal street. Along State Street can be found nearly every line of business conducted and conducted successfully by race people. That is why, perhaps, Chicago has the reputation of offering the largest opportunity of any city in the North. And unfortunately that reputation works more harm than good to the older residents. For each year from South comes hundreds who have heard of this haven, who, instead of going slow and learning the Northern ways, sail right in where angels fear to tread, and undo all the good that has been done. As we recited in a previous article, mistaking privileges for rights. The result of which is self-evident. Perhaps through no better means could this be brought home to the newcomers than through the churches. Our pastors knowing the conditions as they exist in this city should impress it upon their congregations that they cannot lead a too exemplary life, for unfortunately we are all judged by the actions of the few.[7]

The main objective of the black press in the Americas was to make visible a portion of the population that was invisible to power. Blacks did not exist in the other newspapers, they were neither born, nor got married, they did not die, did not fight in any wars, never



Chicago Defender (Aug 19, 1916) p.12, col. 3.

participated in any scientific or academic achievements, they were truly invisible; unless they committed a crime.[8]

On the other hand, the black press showed their babies being born, showed their neighbors, showed their graduations, celebrations, showed their PhD's. The black press never pretended to be objective because they never saw the mainstream newspapers being objective. It often took a position, it had an attitude. It was a press of advocacy, there was news, but this news had an admitted, an open slant.

For over 150 years African-American newspapers were one of the strongest institutions in black America, they helped to create and stabilize communities, they spoke forcefully to the economic interest of their readers and employed thousands.

During World War I, "thousands of African Americans abandoned their southern homes and streamed into the northern industrial centers. Previously unimaginable opportunities for employment arose when the war simultaneously shut off immigration and stimulated the demand for industrial products." To many, the North represented a promise of a brighter future, and "the exodus rivaled emancipation as a liberating experience." The *Chicago Defender* became the "self-designated publicist and booster of the exodus" (Grossman, 1985: 85).

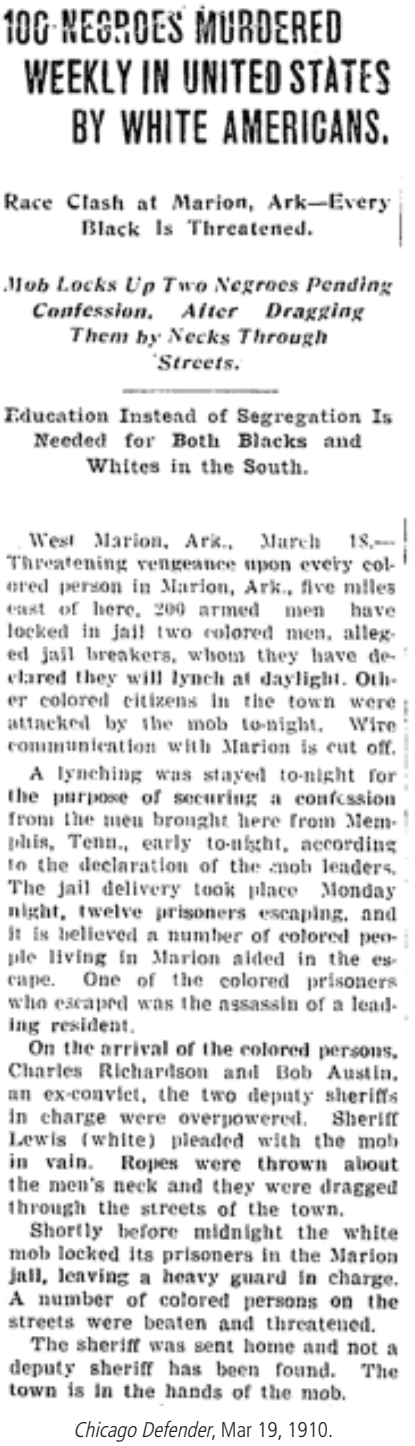
The *Chicago Defender* did not only use the words 'Negro' or 'black' in its pages, but also referred to African-Americans as 'the Race' and black men and women as 'Race men and Race women.' Its local circulation soon surpassed that of the three rival papers existing in the Chicago area at that time: the *Broad Ax*, the *Illinois Idea*, and the *Conservator*. The newspaper was read extensively in the South. Black Pullman porters and entertainers were used to distribute the paper across the Mason/Dixon line. The paper was smuggled into the south because white distributors refused to circulate the *Defender* and many groups such as the Klu Klux Klan tried to confiscate it or threatened its readers. It was passed from person to person, and read aloud in barbershops and churches. It is estimated that at its height each paper sold was read by four to five African Americans, putting its readership at over 500,000 people each week. The *Chicago Defender* was the first black newspaper to have a circulation over 100,000, the first to have a health column, and the first to have a full page of comic strips.

During World War I the *Chicago Defender* waged its most aggressive (and successful) campaign in support of 'The Great Migration' movement. This movement resulted in over one and a half million southern blacks migrating to the North between 1915-1925. The *Defender* spoke of the hazards of remaining in the overtly segregated south and lauded life in the North. Job listings and train schedules were posted to facilitate the relocation. It also used editorials, cartoons, and articles with blazing headlines to attract attention to the movement, and even

went so far as to declare May 15, 1917 the date of the 'Great Northern Drive.' The *Defender's* support of the movement, caused southern readers to migrate to the North in record numbers.

In August 1916, the *Chicago Defender* published an editorial cartoon alluding to the importance of Chicago. Like the rest of the North, Chicago offered freedom from legally sanctioned racial discrimination, but industrial employers turned away African Americans who approached the factory gates. Widespread beliefs about the aptitudes of racial and ethnic groups on the part of employers relegated East and South European immigrants to the least skilled jobs in industry, while African Americans had even fewer opportunities. Allegedly incapable of regular, disciplined work, they were virtually excluded except as temporary strikebreakers, notably in the meatpacking industry in 1904.

When World War I halted immigration from Europe while stimulating orders for Chicago's manufactured goods, employers needed a new source of labor for jobs assumed to be 'men's work.' Factories opened the doors to black workers, providing opportunities for black southerners eager to stake their claims to full citizenship through their role in the industrial economy. For black women, the doors opened only slightly and temporarily, but even domestic work in Chicago offered higher wages and more personal autonomy than in the South. Information about these differences and about 'the exodus' spread quickly through the South, partly because of the *Chicago Defender* newspaper, which was so influential that many black southerners going to other northern cities



100 NEGROES MURDERED WEEKLY IN UNITED STATES BY WHITE AMERICANS.

Race Clash at Marion, Ark—Every Black Is Threatened.

Mob Locks Up Two Negroes Pending Confession. After Dragging Them by Necks Through Streets.

Education Instead of Segregation Is Needed for Both Blacks and Whites in the South.

West Marion, Ark., March 18.—Threatening vengeance upon every colored person in Marion, Ark., five miles east of here, 200 armed men have locked in jail two colored men, alleged jail breakers, whom they have declared they will lynch at daylight. Other colored citizens in the town were attacked by the mob to-night. Wire communication with Marion is cut off.

A lynching was stayed to-night for the purpose of securing a confession from the men brought here from Memphis, Tenn., early to-night, according to the declaration of the mob leaders. The jail delivery took place Monday night, twelve prisoners escaping, and it is believed a number of colored people living in Marion aided in the escape. One of the colored prisoners who escaped was the assassin of a leading resident.

On the arrival of the colored persons, Charles Richardson and Bob Austin, an ex-convict, the two deputy sheriffs in charge were overpowered. Sheriff Lewis (white) pleaded with the mob in vain. Ropes were thrown about the men's neck and they were dragged through the streets of the town.

Shortly before midnight the white mob locked its prisoners in the Marion jail, leaving a heavy guard in charge. A number of colored persons on the streets were beaten and threatened.

The sheriff was sent home and not a deputy sheriff has been found. The town is in the hands of the mob.

Chicago Defender, Mar 19, 1910.

went there with images of Chicago. Equally important were the correspondence and visits that established 'migration chains,' linking Chicago with numerous southern communities, especially in Mississippi.

At least 110,000 traveled to Chicago alone between 1916-1918, nearly tripling the city's black population. The *Chicago Defender* was clearly aware that the best way to construct the idea of modern black men and women was to relate the African-American experience to the rest of the world, in so doing, the imagined community of the *Defender* was inevitable transnational.

Sao Paulo

When the word of the *Lei Aurea*, the 'Golden Law,' or abolitionary decree, spread in the rural areas of the south-eastern region of Brazil in May 1888, the roads surrounding plantations were soon occupied by hundreds of ex-slaves ready to seek their own destiny.[9] For three nights and three days the drums could be heard from all over the *Paraiba* Valley. Shoes, hats, suits, umbrellas or any other article of clothing that represented freedmen could be bought near the taverns. Finally freedom was a reality. But this immediate feeling of happiness triggered by emancipation was soon replaced by the necessity for a place to work. The new freedmen wondered in groups along the roads, with no clear destination. The contemporary novelist Coelho Netto, addressed the helplessness of the ex-slaves: "The Negroes were dying of hunger along the roads, they had no shelter to turn to, no one wanted them..." (Stein, 1958: 260). Slavery had been abolished but, as we will see, the former slaves' struggle was far from ending.

In Brazil the end of slavery was accompanied by a major change in the form of government, the fate of slavery was tied to the monarchy. Indeed, one year after the *Lei Aurea* was passed the Republic was founded. Slavery had been the backbone of the Empire's (Portuguese and Brazilian) socio-economic structure for more than three hundred years, but now it was not only unpopular among the modernizing elite of the prosperous southeast, but also within the northeastern sugar planters that were experiencing a gradual transition to sharecropping.

The end of slavery in 1888 was central for the Republic's new social context, but the *Lei Aurea* was the outcome of long process of social transformations. These changes had begun in the second half of the nineteenth century. During this time, the most important actor in the opposition to the monarchy was the *Partido Republicano Paulista* (Sao Paulo Republican Party). The PRP had been empowered by the economic shift of the center of Brazilian coffee

production from Rio de Janeiro to Sao Paulo. Along with this relocation of economic power came a re-distribution of political power. Members of the Paulista Party members criticized three basic aspects of the monarchy's sociocultural milieu: the privileged classes and their lack of social consciousness; the persistence of slavery; and the union of church and state. In 1889, the newly founded Republic based its platform on a liberal discourse that, on the one hand, emphasized the need to correct social and political inequalities, and on the other, shed light on a fundamental paradox: at the same time that freedom for slaves was achieved, Brazilian elites were "adopting models of social analysis that viewed races as ontologically different and essentially unequal" (Schwarcz, 1993: 9).

Since 1870, the Brazilian government had implemented immigration policies that would allow the arrival of thousands of Europeans. During this period, the world had witnessed the Second Industrial Revolution and the propagation of doctrines of racial superiority. These two historical phenomena were closely linked in the case of Brazil, and would play a key role in the formation of the historical context of the final decades of the Empire and throughout the Republican period. Social Darwinism, Lamarckian eugenics, and August Comte's positivism, may have arrived late in Brazil, but they had a profound influence among the white elite. Their influences can be seen all over Brazil. From adoption of the modern flag of Brazil in November 18th 1889 with the phrase *Ordem e Progesso* (Order and Progress), to the construction of the Brazilian theory of whitening. Indeed, the very basis of the European Immigration policy was twofold. First, the newcomers would serve as a replacement for the labor force lost with the end of the slave trade in 1850 and passing of the first abolitionist law, known as the 1871 *Lei do Ventre Livre* (the Free Womb Law). And secondly, that Europeans would help Brazil in the process of whitening the population.

In the last decade of the nineteenth century the discourse of progress had managed to permeate journalists. On the day following emancipation, Sao Paulo's mainstream newspaper, *Diário Popular* (Popular Newspaper) described the event as:

> a great good, not because of how it will benefit the black race, which, because of its backwardness, will continue to suffer almost as much as before. …Rather, the beneficiaries will be those appropriately educated and prepared to deal with the challenges posed by the new order of things. The right man in the right place, as the Americans say (Andrews, 1991: 59).

The mixture between the ideal of backwardness that emerged from the ideal of progress and the concept of the 'survival of the fittest,' in this case, 'the right man in the right place,' help us understand the complexity of the cultural milieu that the Republic offered.

As we have seen, the modernizing *Paulista* elite came to power through the use of a liberal discourse centered on the need to correct social inequalities, but in this case, abolition brought another problem to the table. The Brazilian historian Lilia Moritz addressed the paradox of the Republic:

> It was as if it was possible to beckon the slaves to freedom with one hand and, armed with scientific justification, to halt them from progress with the other. In fact, the hybridization of the races in the context of such thinking meant 'chaos' (Schwarcz, 1993: 10).

Thus from its very beginning, the Republic was conditioned to restrict the equality it had offered in its political platform. European ideology thus worked as legitimating tool for the racial status quo of the post-abolition period. Afro-Brazilians found themselves free from slavery, legally equal to whites in theory, but racially discriminated in practice. (Brito, 2014) Henrique Cunha moved to Sao Paulo with his family from interior town of Pindamonhangaba around 1904. His story tells us more about how the discrimination of Afro-Brazilians operated in everyday life:

> My father and my uncle were from the interior. They came to Sao Paulo because they had had problems: my father, with the priest, and my uncle, with the police. Once they went to a circus and there was a clown who made jokes; when the bear came onstage, there was a whole degrading comedy. All of the scenes made fun of blacks. And the clown sang:
>
> The white drinks champagne
> The mulatto Port
> The Caboclo drinks pinga
> And the black the piss of pigs
>
> Well, they tried to burn down the circus… (Butler, 1989)

Although there is no systematic study of black migration to Sao Paulo between 1888 and 1940, the story of Henrique's father is applicable to thousands of rural risk takers who moved their entire families in search of a job. Sao Paulo, like Chicago in the United States, offered the promise of work in the industrial sector. Information obtained through interviews suggest that this migration occurred in phases.

First, we have to recognize that the black press in Sao Paulo was, as political scientist Michael Mitchell has stated, an 'opinion elite.' To try to extrapolate their stand in Brazilian society to a larger part of Afro-Brazilians would be a mistake. Paulista black newspapers were not commercial endeavors run by professional journalists and publishers but partnerships and collectives of young working men – and some women – who were part of the emerging

Afro-Brazilian middle-class. They were people who had been labeled by their own as the 'Elite,' the 'Smart set,' and 'Princesses' (Butler, 1994: 160). They were refined, with a clear sense of style, followed society pages, and "demonstrated little sympathy for those blacks living in squalor" (Butler, 1994: 162).

Roger Bastide, a French sociologist who lived in Brazil in the middle of the twentieth-century and probably the first scholar to undertake any research into the Black press in Brazil, had a different opinion. He believed that press discourse was not completely isolated

Table 3. Sao Paulo's Afro-Brazilian Newspapers, 1910-1935

Title	City	Initial Publication date
O Bandeirante	Campinas	1910
O Menelick	Sao Paulo	1915
Princesa do Oeste	Sao Paulo	1915
A Rua	Sao Paulo	1916
O Xauter	Sao Paulo	1916
O Alfinete	Sao Paulo	1918
A Uniao	Campinas	1918
O Bandeirante	Sao Paulo	1918
A Libertade	Sao Paulo	1919
A Protectora	Campinas	1919
A Sentinella	Sao Paulo	1920
O Kosmos	Sao Paulo	1922
O Getulino	Campinas	1923
O Clarim do Alvorada	Sao Paulo	1924
Elite	Sao Paulo	1924
Auriverde	Sao Paulo	1928
O Patrocinio	Piracicaba	1928
Progresso	Sao Paulo	1928
A Chibata	Sao Paulo	1932
Brasil Novo	Sao Paulo	1933
Evolucao	Sao Paulo	1933
A Voz da Raca	Sao Paulo	1933
Cultura/O Clarim	Sao Paulo	1934/1935
Tribuna Negra	Sao Paulo	1935
O Estimulo	Sao Carlos	1935

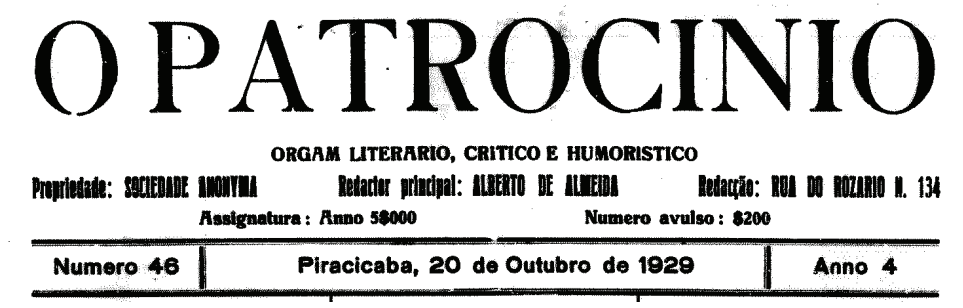
Sources: Miriam Nicolau Ferrara, A Imprensa Negra Paulista, 1915-1963 (Sao Paulo: FFLCH-USP,1986, 278); Michell Mitchell, ed., The Black Press of Brazil, 1916-1969, Firestone Library, Princeton: Princeton University, n.d., microfilm; Roger Bastide, " A Imprensa Negra do Estado do Sao Paulo," Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras, Boletim CSSI, Sociologia, no. 2, Estduos Afro-Brasileiros, 2da serie (1951), 50-53.

from the common Afro-Brazilian reality, because the so called black bourgeoisie were not: "so far removed from their humble origins" (Bastide, 1946: 57). Thus, these Afro-Brazilians elite operated as an ideological vanguard within the Afro-Brazilian world, but in spite of their bourgeois position, they could still relate to the masses (Guimarães, 2003: 247-269). Consequently, the editors of the Paulista black press continuously evoked the "role of Afro-Brazilians in the making of the nation".[10]

The Brazilian black press was similar to others created within the African Diaspora. The intellectual exercise behind the construction of this press was somehow ontologically connected. First, they were meant to unify the black population and construct a sense of racial solidarity. In this case, the objective was to guide and educate Afro-Brazilians to fight against their inferiority complex produced by the proliferation of the European racist ideologies among the masses. In order to do so, the black press had mainly two strategies: overestimating black values, stating that blacks were better than whites in everything, from athletes to musicians and movie stars; or to use the idea of *ridendo castigat mores*, and educate by mocking the customs of the black population (Oliveira, 2016). Second, this kind of press was an instrument of protest against both explicit and subtle racial discrimination. Third, an important aspect of the black press was its social sections. Parties, meetings, club receptions, births, weddings and funerals were proof of their social status and their honorability as a race.[11] Indeed, appearing in a certain club or reception meant that that someone belonged to the 'Boa Sociedade' (decent society) of that place. Thus, Afro-Brazilians could show whites that they also deserved respect. In other words, that they were not savages.

The black press of Sao Paulo between 1915 and 1937 was mainly used as a means to denounce the racial discrimination and inequality endured by Afro-Brazilians (Carvalho, 2009). On the other hand, the Paulista black press did not engage in any migration campaign; it was not necessary. Afro-Brazilians did not have a choice – São Paulo was one of the few cities in which to look for modern jobs in Brazil. Consequently, they focused on educating new Afro-Brazilian men and women. As a whole, the discourse of São Paulo's black press reflected an attempt to shape attitudes regarding the political and social status of blacks in Brazilian society. Black newspapers operated on a small scale, not only because the audience for which they were intended possessed meager resources, but also because they were perceived by whites to be instruments of unwelcome racial agitation. First, we have to recognize the limitations of this press. These newspapers were the produced by a small black elite; to try to extrapolate their stand in Brazilian society to Afro-Brazilians in general would be a mistake. Second, the vast majority of these black newspapers were not commercial endeavors run by professional journalists and publishers but partnerships and collectives of young workingmen – and some

women – who were part of the small Afro-Brazilian bourgeoisie – with some renowned exceptions, such as José Correia Leite and his role in *O Clarim* and *O Clarim da Alvorada*. These were people who had been labeled by their own as the 'Elite,' the 'Smart set,' and 'Princesses' Thus, these Afro-Brazilians elites operated as an ideological vanguard within the Afro-Brazilian social world, but in spite of their bourgeois position, they could still relate to the masses.


O PATROCINIO

ORGAM LITERARIO, CRITICO E HUMORISTICO

Propriedade: SOCIEDADE ANONYMA Redactor principal: ALBERTO DE ALMEIDA Redacção: RUA DO ROZARIO N. 134

Assignatura: Anno 5$000 Numero avulso: $200

Numero 46 | Piracicaba, 20 de Outubro de 1929 | Anno 4


ANNO II S. Paulo, 30 de Agosto de 1925 NUM. 14

O Clarim da Alvorada

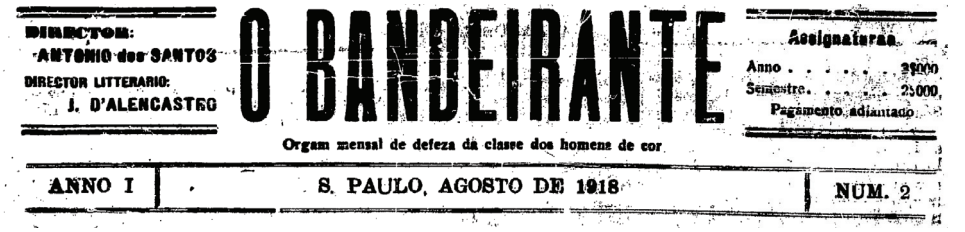
Direcção: Jm de Araguary & Leite – ORGAM LITERARIO, NOTICIOSO E HUMORISTICO


Getulino

ORGAM PARA A DEFESA DOS INTERESSES DOS HOMENS PRETOS

Redactor-chefe – LINO GUEDES Directores proprietarios: Andrade & Moraes Redactor secretario – GERVASIO DE MORAES

Anno I | Assignaturas (Anno 10$000, Semestre 6$000) | Campinas, 9 de Setembro de 1923 | Assignaturas (Mez 1$000, Numero avulso 400) | Num. 7


DIRECTOR: ANTONIO dos SANTOS

DIRECTOR LITTERARIO: J. D'ALENCASTRO

O BANDEIRANTE

Assignaturas

Anno . . . . . 2$000

Semestre . . . . . 1$000

Pagamento adiantado

Orgam mensal de defeza da classe dos homens de cor

ANNO I | S. PAULO, AGOSTO DE 1918 | NUM. 2

Conclusion

The abolition of slavery in Brazil in 1888 and the end of the Civil War in the United States, in 1865, reconfigured both socio-economical orders, remodeled social relations, and opened novel spaces of participation for 'new' social actors.

The Brazilian sociologist Florestan Fernandes argued that the condition of pauperism and social anomie of the Afro-Paulista population in the post-abolition period carried over from the days of captivity was "aggravated rather than remedied". Moreover, the black press constructed the concept of a second abolition, because the first one had been only symbolic and poor social conditions had persisted. In Chicago, the black elites' diagnosis of the former slaves was similar.

Several differences existed between the black press of Chicago and São Paulo, linked to the internal racial dynamics of both societies. Probably, the most important distinction resulted from the differences between the racial phenotype based categorization in Brazil and one-drop rule in the case of the United States. In Brazil, mulattos could have the 'choice' of not endorsing blacks due to the fact that they were treated differently as their skin was lighter. In the United States, the one-drop rule 'forced' solidarity, and as a consequence of this the market for the black press was larger.

The *Chicago Defender* and the black press of Sao Paulo aimed to narrate the everyday experience of their communities: racial prejudices, discrimination, abuses. As a whole, the black press had the objective of communicating their world view, their morals, and ways of being. It was used as a form of resistance. For the editors of the black press, the 'white press,' or mainstream press, did not think of them as historical subjects. For the white press blacks were invisible. They did not get married, did not die, or form organizations. The only time Afro-descendants were mentioned in the mainstream press was because of crime, vagrancy, or other judicial episodes.

In constructing a local narrative, a local set of beliefs and common ethos, the publishers of the black press needed to compare themselves to other realities endured by members of the black diaspora. The quotations that opened the black press section are prove of this. This is perhaps a crucial aspect of the black press in this period, and one of the hypotheses tested in this chapter: the black press was ontologically transnational, in constant 'dialogue' with different nations, or groups of people sharing an ethnicity, language, and culture. The black press aimed to construct a black transnational imagined community as a space to discuss their historical trajectories, to let the world know the racial prejudices that different members of the black diaspora suffered, to communicate their

racial pride, their condition as 'decent' people, their right to be treated like respectable men and women, worthy of equal rights.

The editors of the black press needed to construct new black men. In order to do so, these elites had to start by degrading all of the stereotypes that were related to blacks: rudeness, alcoholism, laziness, crime and social anomie.

Another point of comparison among these newspapers: the symbolic role given to Africa in the message delivered by the black middle class. In Sao Paulo, the black elite had to be able to restore blacks a sense of honor. To do so, the Paulista black press constructed a contradictory discourse in which Africa had a twofold meaning. On the one hand, Africa was used as a unifying ethos, a common past that was seen as a worthy motherland, but on the other hand, Africa was also portrayed as a primitive land that had been left behind on a painful but irreversible path. The newspaper *O Getulino,* stated this message clearly: "Our ancestors came in ships from the land of Africa, but with that said, we declare that we have our own ship and nation, this country…We are not Africans, we are Brazilians." On the contrary, most black American middle-class people did not identify with African intellectuals.

In the minds of the Afro-Paulista elite and the editors of the black press of Chicago, one of their main objectives was to build a new black man as worthy of incorporation into the labor force like any other citizen. For these elites, the social conditions that would allow the construction of a black community were similar to E.P. Thompson's idea of the process of formation of class: "Class happens when some men, as a result of common experiences (inherited or shared), feel and articulate the identity of their interests as between themselves, and as against other men whose interests are different from theirs." Thus, the process of building an imagined community through the press implied a complex process of relating their (inherited and shared) past experience with a different and more respectful present and future. Thompson's definition of class introduces another element that should be taken into account when we think about the process of community formation. According to Thompson, identity is also constructed as an opposition to others. In the case of Chicago and São Paulo, the arrival of the black newcomers was not a peaceful process. Both cities received important waves of immigrants from Europe during the nineteenth century. Irish, German, Swedes, Jews, Polish, Italians, Japanese, Portuguese, and Greeks were part of the multiethnic composition of Chicago and São Paulo. The arrival of blacks from the south of the United States and from the interior of São Paulo and the northeast of Brazil transformed these two different milieus into urban battlefields for the negotiation of social, political and cultural identities. These different ethnic groups also managed to produce their own newspapers. Similarly, the industrial revolution and accompanying demographic revolution were the backgrounds to the greatest transformation in history, revolutionizing 'needs' and destroying

the authority of customary expectations. This is what most separates the 'pre-industrial' or 'traditional' from the modern-world. (Thompson, 1993: 14)

The black press of Sao Paulo and Chicago reflects the emergence of a global black imagination which had similar idealized visions of what a modern and respected black community should be like. On the one hand, Afro-Brazilians' depiction of the important role played by African-Americans in the construction of American civilization, seemed to miss that at that same time racial lynching was part of everyday life in the US, and that the 'respect of the white race,' was not as clear as they imagined. On the other hand, Robert Abbott's statement that individual progress in Brazil was not linked to the color of the skin but to 'sheer ability,' falls into what has been labeled as the reaffirmation of the myth of Brazilian racial democracy. Thus, despite being biased and inexact, the importance of these quotations is that they reflect black intellectuals' investments in consolidating the transnational political desires of the race, their forms of an imagined community.

Notes

1 In the case of Latin America, John Charles Chasteen synthesizes some of the changes addressed in this chapter: "Overall, Latin America's contemporary nation-state consolidated themselves only after 1850. The onset of export-driven economic growth, a regionwide trend from the 1870s onwards, helped unify national elites. Export growth produced newly robust tax revenues, providing the resources necessary for the creation of social infrastructure and state institutions, such as effective national bureaucracies, school systems that reached beyond capital cities, and disciplined armies and police forces. New technologies of weaponry (such as long-range rifles), transportation (such as railroads and steamships), and communication (such as telegraph lines that connected Latin American capitals to Europe and to their own hinterlands) strengthened modernizing central governments. Latin Americanists have tended to emphasize the importance of state consolidation as a precondition for inculcating a widely-shared vision of national identity. Many would go so far as to say that "true nationalism is a twentieth-century phenomenon in Latin America" (Castro-Klaren, Chasteen, 2003: xviii).

2 Barbara Weinstein and Rebecca Scott have compared ideas of citizenship and national identity in the post-abolitionary period in the U.S. South and Latin America (Scott, 2005; Weinstein, 2006).

3 Carolyn Martindale's *The White Press and Black America* explores the general trends behind the analysis on the role of the press in depicting and constructing 'black America' (Martindale, 1986: 178).

4 The *Defender* was not the only black newspaper, we should also mention*: The Appeal, The Broad Axe, The Conservator and The World*. I will focus on the *Defender* due to its important role in the internal black diaspora with the United States, and the importance of this migration in the history of the black diaspora in general.

5 Leo Ou-Fan Lee (1999: 41-83) discusses the construction of modernity in print culture using Benedict Anderson's concept of the imagined community: "Benedict Anderson's widely cited book has led us to believe that a nation is first an 'imagined community' in itself based on a conception of simultaneity marked by temporal coincidence and measured by clock and calendar. The technical means for representing this imagined

community, according to Anderson, are two forms of print culture – newspapers and novels – that first flowered in the eighteenth and nineteenth centuries in Europe."

6 Anderson arrived at his theory because he felt that neither Marxist nor liberal theory adequately explained nationalism. Anderson falls into the 'historicist' or 'modernist' school of nationalism along with Ernest Gellner and Eric Hobsbawm in that he posits that nations and nationalism are products of modernity and have been created as a means for political and economic ends. This school stands in opposition to the primordialists, who believe that nations, if not nationalism, have existed since early human history. Imagined communities can be seen as a form of social constructionism on a par with Edward Said's concept of imagined geographies. In contrast to Gellner and Hobsbawm, Anderson is not hostile to the idea of nationalism nor does he think that nationalism is obsolete in a globalizing world. Moreover, he values the utopian element in nationalism. According to his theory of imagined communities, the main causes of nationalism are the declining importance of privileged access to particular script languages because of mass vernacular literacy; the movement to abolish the ideas of rule by divine right and hereditary monarchy; and the emergence of printing press capitalism—all phenomena occurring at the start of the Industrial Revolution. (Gellner, 2009; Hobsbawm, 1990; Said, 1979).

7 *Chicago Defender,* Apr 18, 1914.

8 *Chicago Defender,* Apr 30, 1910.

9 *Auriverde*, May 13, 1928.

10 *O Getulino*, 7 September, 1924.

11 *O Alfinete*, September 22, 1918.

Newspaper sources

O Alfinete, September 22 1918.

O Getulino, 7 September 1924.

Auriverde, May 13 1928.

The Chicago Defender, 19 Feb, Mar 19 and Apr 30 1910; Apr 18, 1914; Aug 19 1916; July 14 1923.

Bibliography

AMÂNCIO, Kleber Antonio de Oliveira. *Pós-abolição e quotidiano: ex-escravos, ex-libertos e seus descendentes em Campinas 1888-1926.* Campinas: Alameda Casa Editorial, 2016

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism.* New York: Verso, 1983.

BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros nº 2*. Sao Paulo: Universidade de São Paulo, 1946.

BENJAMIN, Walter. *The work of art in the age of its technological reproducibility and other writings*. Harvard: Harvard University Press, 2008.

BRITO, Luciana da Cruz. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. São Paulo, 2014. Tese de doutoramento em História, FFLCH-USP.

BUTLER, Kim. Interview with Henrique Cunha, Sao Paulo, January 20, 1989.

_____. Identity and self-determination in the post-abolition African Diaspora: Sao Paulo and Salvador, Brazil 1888-1938. Dissertation, Johns Hopkins University, 1994.

CARVALHO, Gilmar Luiz da. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. São Paulo, 2009. Tese de doutoramento em História, FFLCH-USP.

CASTRO-KLAREN, Sara; CHASTEEN, John Charles. *Beyond imagined communities. Reading and writing the nation in Nineteenth-Century Latin America.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

CHICAGO COMMISSION ON RACE RELATIONS, *The negro in Chicago; a study of race relations and race riot.* Chicago: University of Chicago Press, 1922.

Diario Popular (May 14, 1888), in ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites in Sao Paulo, 1888-1988.* Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism.* Ithaca: Cornell University Press, 2009.

GROSSMAN, James. Blowing the trumpet: The Chicago Defender and black migration During World War I. *Illinois Historical Journal*, Vol. 78, no. 2, summer, 1985.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro Asia*, 29/30, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

LEE, Leo Ou-Fan. *Shangai Modern: the flowering of a new urban culture in China, 1930-1945.* Harvard: Harvard University Press, 1999.

MARTINDALE, Carolyn. *The white press and black America.* New York: Greenwood Press, 1986.

MARX, Karl. *A contribution to the critique of political economy.* Chicago: Charles Kerr Company, 1904.

MIGNOLO, Walter D. "The Geopolitics of Knowledge and Colonial Difference," in MORANA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JAUREGUI, Carlos (Ed.). *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate.* Durham, Duke University Press, 2008.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. *The City. Suggestions for Investigations of Human Behavior in the Urban Environment.* Chicago, University of Chicago Press, 1925.

SAID, Edward. *Orientalism.* New York, Vintage Books, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espectáculo Das Raças: Cientistas, Instituciones,e Questao Racial no Brasil 1870-1930.* São Paulo, Companhia Das Letras, 1993.

SCOTT, Rebecca J., *Degrees of Freedom. Louisiana and Cuba After Slavery.* Cambridge, Harvard University Press, 2005.

STEIN, Stanley. *Vassouras, A Brazilian Coffee County, 1850 – 1900.* New Jersey, Princeton University Press, 1958.

THOMPSON, Edward P. *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture.* New York, The New York Press, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. Slavery, Citizenship, National Identity in Brazil and U.S. South, in DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco Antonio (Ed), *Nationalism in the New World.* Athens. University of Georgia Press, 2006.

La Primera Guerra Mundial, crisis económica y agudización del conflicto obrero en Argentina

A Primeira Guerra Mundial, crise econômica e agravamento do conflito trabalhista na Argentina

World War I, economic crisis and aggravation of labor conflict in Argentina

Juan Suriano

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100006

Juan Suriano é mestre em História pelo Instituto Superior de Estudos Sociais da Universidade Nacional de San Martín (Argentina), professor de História dessa instituição, e doutor em História pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. (juansuriano03@gmail.com).

Artigo recebido em 1 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Revisión del texto en español de Óscar Curros.

Resumen

Este artículo analiza, a partir del impacto provocado por la Primera Guerra Mundial en la economía argentina, las consecuencias en el movimiento obrero: la desocupación, la caída de los salarios y el deterioro en las condiciones de trabajo. Esta situación negativa terminó incentivando y radicalizando el conflicto social de manera inédita, especialmente en aquellos gremios vinculados a las exportaciones (marítimos, ferroviarios, obreros de la industria frigorífica). Así, un evento excepcional, la guerra, desnudó en todas sus dimensiones las formas de interpenetración e interconexión que había adquirido la economía mundial y las formas en que esta situación incidía sobre el conjunto de los trabajadores.

Palabras-clave: Primera Guerra Mundial, desocupación, sindicatos, huelga.

Resumo

Este artigo analisa, a partir do impacto causado pela Primeira Guerra Mundial na economia da Argentina, as consequências no movimento operário: o desemprego, a queda dos salários e a deterioração das condições de trabalho. Essa situação negativa terminou incentivando e radicalizando o conflito social de uma forma inédita, especialmente nos sindicatos ligados à exportação (marítimos, ferroviários, de trabalhadores na indústria frigorífica). Assim, um acontecimento excepcional como a guerra mostrou em todas as suas dimensões as formas de interpenetração e interligação que a economia global tinha adquirido e as formas como essa situação afetou a toda a força de trabalho.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, desemprego, sindicatos, greve.

Abstract

This article analyzes, considering the impact of First World War on Argentine economy, the consequences on the labor movement: unemployment, falling wages and deterioration of working conditions. This negative situation encouraged and radicalized the social conflict in an unprecedented way, especially in those unions related to exportation (maritime, railway, refrigeration industry workers). Thus, an exceptional event such as the war stripped in all its dimensions the forms of interpenetration and interconnection that the world economy had acquired and the ways in which this situation affected all workers.

Keywords: World War I, unemployment, unions, strike.

> A los trabajadores y al pueblo en general.
> La actual situación nos obliga seriamente de la suerte dolorosa que les está reservada a los trabajadores de aquella parte del mundo, envuelta en la más pavorosa de las tragedias que registran las páginas de sangre de la historia de las guerras. Y tenemos que preocuparnos seriamente porque, en primer lugar, la clase obrera, el proletariado en su totalidad es el arrastrado al sacrificio para defender o conquistar intereses de la burguesía; de la clase criminal que tiene en sus manos el Estado con todas sus fuerzas y, que espera con la guerra realizar un buen negocio. Los trabajadores argentinos, sin distinción de nacionalidades ni de ninguna índole, sabrán lanzar un formidable anatema contra todos los causantes de la guerra… Los trabajadores no queremos patria ni banderas y todos los trabajadores del mundo no tenemos más que un enemigo: "la sociedad burguesa".
>
> Trabajadores: contra la guerra, contra la burguesía, la revolución social.
> *Manifiesto del Consejo Federal de la FORA, agosto de 1914* (Santillán, 1971: 221-223)

Es muy difícil comprender los efectos económicos, políticos y sociales que la Primera Guerra Mundial tuvo en nuestro país sin tener en claro la magnitud de semejante conflagración. Se trató de un evento inédito en la historia mundial y, dada la impresionante cantidad de víctimas que provocó,[1] no resulta exagerada la afirmación que Eric Hobsbawm tomó del historiador David Singer, quien sostuvo que en 1914 comenzó la "era de las matanzas". Visto en perspectiva histórica, ningún conflicto armado entre naciones, reinos o imperios alcanzó tal magnitud, "participaron *todas* las grandes potencias y todos los Estados europeos, excepto España, los Países Bajos, los tres países escandinavos y Suiza. Además, diversos países de ultramar enviaron tropas, en muchos casos por primera vez, a luchar fuera de su región… Los Estados Unidos desatendieron la advertencia de George Washington de no dejarse involucrar en los 'problemas europeos' y trasladaron sus ejércitos a Europa, condicionando con esa decisión la trayectoria histórica del siglo XX. Los indios fueron enviados a Europa y el Próximo Oriente, batallones de trabajo chinos viajaron a Occidente y hubo africanos que sirvieron en el ejército francés" (Hobsbawm, 1995: 31; Stevenson, 2013).

El Gobierno argentino, tanto durante el mandato del presidente Victorino de la Plaza, en 1914, como durante el de su sucesor, Hipólito Yrigoyen, en 1916, declaró y mantuvo la neutralidad. Pero se vio sometido a enormes presiones de las naciones aliadas, las grandes empresas de esos países que operaban aquí y una parte de la opinión pública para que tomara partido y declarara la guerra a Alemania, aunque también había sectores minoritarios vinculados a los intereses germanos que respaldaban la neutralidad de nuestro país.

Si las guerras anteriores se habían producido por motivos limitados y concretos, la que estalló en 1914, según Hobsbawm, parecía perseguir objetivos ilimitados. "En la era imperialista, se había producido la fusión de la política y la economía. La rivalidad política internacional se establecía en función del crecimiento y la competitividad de la economía, pero el rasgo característico era que no tenía límites". Las fronteras naturales de las grandes empresas alemanas, inglesas o francesas no tenían ni toleraban límites a su capacidad de expansión. Dado que durante los primeros años de la guerra ninguno de los bandos podía establecer una superioridad y vencer al otro, las dos partes en conflicto trataron de bloquear la llegada de alimentos y productos básicos a los países enemigos con el objeto de desmoralizar a las poblaciones civiles. Los alemanes implementaron la guerra submarina, con la meta clara de aislar a Gran Bretaña, y este hecho provocó la entrada de Estados Unidos en la contienda. A la vez, los británicos usaron todos sus medios y recursos para impedir el envío de suministros a Alemania, con el objeto de ahogar su economía de guerra y provocar hambre entre su población (Hobsbawm, 1995: 3-38). En mayor o menor medida todas las economías del mundo, incluso aquellas más alejadas, que no participaban directamente en la guerra, se vieron afectadas por este largo y cruento conflicto.

Porque, si la Gran Guerra había desestructurado de manera brutal la economía y la sociedad europeas, el impacto en estas tierras (y en el resto de Latinoamérica) fue, por supuesto, de otra magnitud, pero también muy importante, pues afectó los diversos niveles de la actividad económica, así como las esferas social, cultural y política. No podría haber sido de otra manera. Aunque los combates y las matanzas se producían lejos, desde hacía varias décadas la economía argentina estaba fuertemente imbricada con el mercado internacional, del cual dependía. El comercio exterior, las exportaciones de productos primarios y las importaciones dependían de la relación con los países centrales. Además, buena parte de los empresarios y trabajadores también provenían de Europa y muchos no pudieron dejar de involucrarse emocional o ideológicamente (el llamado de la patria) en la contienda; no fueron pocos los inmigrantes que partieron y se alistaron en los ejércitos de sus naciones. La política también fue condicionada por la postura adoptada frente a los bandos: el Gobierno, porque declaró la neutralidad; las fracciones políticas mayoritarias (rupturistas), que lo presionaban

para apoyar a los aliados y romper relaciones con Alemania; y algunos sectores minoritarios, que influían para mantener la neutralidad. Por su parte, los sectores de la izquierda argentina (socialismo y anarquismo) tampoco pudieron evitar manifestar posturas enfrentadas frente a la guerra. Esas divisiones políticas se trasladaron también al ámbito cultural e intelectual, en donde predominaban las miradas a favor de los aliados (Compagnon, 2013).

El impacto de la guerra en el mundo del trabajo

A diferencia de la Segunda Guerra Mundial, que mereció la atención de la historiografía argentina, la Primera Guerra no concitó demasiado interés, aun cuando "las identidades y prácticas culturales, sociales y políticas asociadas a la Segunda Guerra ya estaban presentes entre 1914 y 1918" (Tato, 2014: 92). Cabe aclarar que es este un rasgo común de la historiografía latinoamericana (Compagnon, 2009: 31-43). La mayoría de los trabajos que se han referido a la Gran Guerra en Argentina se concentraron especialmente en la economía y en los vínculos diplomáticos del país con los países beligerantes. En este último sentido se ha prestado atención a la firme postura neutralista del Gobierno argentino, más allá de las fuertes presiones de Gran Bretaña y del panamericanismo impulsado por Estados Unidos. En los últimos años ha comenzado a prestarse atención al rol desempeñado por la opinión pública durante el conflicto y se ha puesto énfasis en las afinidades culturales e ideológicas de diversos actores sociales locales, especialmente los inmigrantes, con los países involucrados en la guerra. Estos trabajos han revelado un fuerte compromiso de las diversas comunidades étnicas presentes en el país con sus naciones de origen, despertando las tendencias nacionalistas y creando una fuerte polarización entre aliadófilos (rupturistas) y neutralistas (Compagnon, 2007: 77-91; Tato, 2014: 91-101). No obstante estos aires renovadores de la historiografía argentina, reforzados en ocasión de cumplirse, en 2014, el centenario del comienzo de la Gran Guerra, aún existe un enorme vacío en relación con el impacto político, ideológico y cultural de la conflagración sobre la clase obrera. Este vacío se vincula al escaso interés de los historiadores del mundo del trabajo local por relacionar este con el contexto internacional.

El mundo del trabajo argentino (tanto las empresas como, particularmente, el conjunto los trabajadores) se vería gravemente afectado durante los años que duró la guerra.[2] Ya poco antes del conflicto se percibían signos evidentes de desaceleración de la economía argentina. Cuando comenzó la guerra, en agosto de 1914, el país arrastraba el fracaso de la cosecha de granos del año anterior y la disminución de la entrada de capitales extranjeros debido a las restricciones monetarias impuestas por Europa, así como por el reembolso de intereses y amortizaciones de sus capitales en nuestro país y en el resto de Latinoamérica.[3] Hacia 1914

el PBI cayó un 10%; la inversión externa, un 30%; y la baja del comercio exterior superaba un 20%. Los gremialistas de la Confederación Obrera de la República Argentina (CORA) percibieron rápidamente los efectos negativos de esta situación y advertían: "La actual crisis económica, la desocupación… Benefician enormemente la explotación capitalista, colocando a la clase obrera en una situación desventajosa y en vías de perder una a una las mejoras alcanzadas".[4]

En este contexto negativo, el estallido de la guerra agudizó profundamente la crisis de la economía argentina, al incentivar la salida de las reservas de oro, con la consecuente reducción del capital circulante, el cese de la inversión extranjera y la pérdida de la capacidad de embarque, así como la caída de las exportaciones de grano y las importaciones, que en 1918 representaron la mitad de las de 1910. No obstante, la balanza comercial se recuperó con cierta rapidez debido a la fuerte demanda de carnes congeladas por parte de Gran Bretaña y por la mencionada caída espectacular de las importaciones. Pero los precios de los artículos importados aumentaron más que los de exportación, lo que empeoró los términos de intercambio para nuestro país. Además, consecuentemente se redujeron de manera sustancial los niveles de recaudación de las arcas fiscales, debido a la caída de los gravámenes provenientes del comercio exterior.

Si bien es cierto que en pocos años la caída de las importaciones encaminaría un relativo proceso de sustitución de productos industriales (alimentación, metalurgia liviana, vestido), lo que a su vez provocaría un crecimiento moderado de la industria nacional y una mayor participación de esta en el producto bruto, durante la guerra la pronunciada caída de las importaciones de insumos provenientes principalmente de Gran Bretaña, como el carbón de piedra, los combustibles, las maquinarias y equipos, afectó de manera ostensible a algunas ramas de la industria argentina, especialmente la metalurgia, que dependía de la afluencia de dichos insumos. Entre los años 1913 y 1918 la importación de combustibles se redujo un 60%, los artefactos de hierro y otros metales la mitad, mientras que la entrada de maquinarias y vehículos cayó en torno a un 80% (Dorfman, 1970: 324). Lógicamente esta coyuntura contribuyó a que el PBI se contrajera a un ritmo del 8,1 % anual entre 1913 y 1917 (Belini y Korol, 2012: 26).

Esta situación tuvo una fuerte incidencia sobre los niveles de ocupación de la mano de obra, que cayó ostensiblemente durante los primeros años de la conflagración. Los obreros ocupados en la industria disminuyeron de 344.000, en 1914, a 292.000, en 1917. Alejandro Bunge había calculado un año antes que el porcentaje de desocupación era del 23,8% en la Capital Federal y del 16,4% en el resto del país. Esta situación afectaba en mayor o menor medida todo el territorio nacional (Bunge, 1917). La paralización de la obra pública, la caída

del empleo en el sector estatal, en la construcción privada (especialmente en el ferrocarril) y la quiebra de empresas provocaron una desocupación cercana a un 20%. Una cifra alta, si se tiene en cuenta que el desempleo se vio morigerado por el abrupto descenso de la inmigración. Si en los cuatro años previos a la Primera Guerra Mundial (1909-1913) se había producido un saldo favorable de 802.000 inmigrantes, durante la misma cantidad de años que duró la conflagración (1914-1918) el saldo negativo ascendió a 92.000 personas (Lobato y Suriano, 2000: 571).[5]

El congelamiento de los salarios y el fuerte aumento de los precios de los artículos de consumo ocasionaron una pronunciada caída del salario real, especialmente durante el período final de la guerra. Los precios de los alimentos subieron en torno a un 50 % entre 1914 y 1918, en parte como consecuencia de la creciente demanda externa de los insumos agropecuarios, cuya oferta inelástica encarecía dichos productos en el mercado interno. En tanto, también subieron los alquileres alrededor de un 15% y la vestimenta aumentó en torno a un 300%. La mayoría de los informes elaborados sobre esta cuestión son claramente negativos. Si tomamos los datos suministrados por el informe *Investigaciones Sociales* del Departamento Nacional del Trabajo correspondiente a los años 1938-1940, la evolución del costo de vida (base: octubre de 1933: 100) fue de 92,4 en 1913, para llegar a 156,5 en 1918 (DORFMAN, 1970: 270). Si nos basamos, en cambio, en la elaboración más sofisticada de los datos económicos durante estos años, realizada por Guido Di Tella y Manuel Zimelman, las cifras son ligeramente diferentes, pero de similar magnitud.

CUADRO Nº 1
Nivel de ocupación, ingresos y producción industrial, 1914-1920

	% Desocupados	Costo de vida (1910=100)	Salarios reales (1929=100)	Volumen Prod. Ind. (1950=100)
1914	13,4	108	–	20,3
1915	14,5	117	61	18,2
1916	17,7	125	57	18,7
1917	19,4	146	49	18,5
1918	12,0	173	42	22,1
1919	7,9	186	57	23,0
1920	7,2	171	84	23,8

Fuente: (Di Tella y Zymelman, 1967: 309, 317, 339 y 343)

Esta situación incidió directamente sobre los salarios reales, que, como sugiere el cuadro anterior, descendieron aproximadamente un 30% durante los cuatro años de conflagración. La pérdida de poder adquisitivo de los trabajadores parecía revertir, al menos

coyunturalmente, la tendencia de altos salarios percibidos en la Argentina en relación con los propios países industrializados durante la década anterior. Alejandro Bunge, entonces director de la División de Estadísticas del Departamento Nacional del Trabajo, sostenía que en plena Guerra Mundial "de nuestra investigación resulta que los salarios mensuales nominales, en Buenos Aires, son del 66% más elevados que en las grandes ciudades inglesas, pero el salario real es inferior en un 9%".[6] El mismo Bunge calculaba que, teniendo en cuenta la inflación provocada por la guerra, los salarios nominales deberían haberse elevado en 1918 a 160 pesos, sin embargo oscilaban alrededor de los 100 pesos mensuales. David Rock sostiene que esta situación negativa para la clase trabajadora "ilustra hasta qué punto la guerra tuvo como corolario redistribuir el ingreso restándolo a la clase obrera, así como las presiones que alentaron las huelgas… [que]…afectaron principalmente los sectores de la economía controlados por el capital extranjero, con especial incidencia en aquellas áreas que dependían de una oferta irregular y onerosa de materias primas y combustibles importados" (Rock, 1977: 139).

Sin duda, a partir de 1913, las condiciones de vida y de trabajo de la clase obrera argentina comenzaron a deteriorarse seriamente, para agudizarse con el estallido de la guerra. Durante los primeros años los altos niveles de desocupación desalentaron la protesta obrera. No obstante, los sindicatos alertaban constantemente sobre el aumento de la desocupación y el deterioro salarial. Los dirigentes sindicales, que veían cómo la cantidad de cotizantes a los gremios descendía día tras día, eran conscientes de la debilidad que atravesaban las organizaciones en esta difícil coyuntura para movilizar a los trabajadores, en un momento en que cualquiera de ellos podía perder su puesto de trabajo. Por esta razón, la protesta se centró y se limitó a la elaboración de diversas propuestas destinadas a moderar los efectos de la desocupación y la caída del salario. La CORA planteó sin éxito como posible solución al problema la implementación por parte del Gobierno de la reducción de la jornada laboral. En esta línea el Sindicato de Ebanistas primero, la Federación Gráfica Bonaerense después, propusieron adoptar la semana inglesa de 44 horas de trabajo. Esta misma organización implementó un subsidio para los desocupados de la industria gráfica y elevó la cuota en 20 centavos mensuales a sus afiliados con el objeto de acrecentar el fondo creado a tal fin. "Además ha impuesto la jornada de 7 horas" (Marotta, 1961: 147). Como consecuencia del malestar existente por esta situación, el 11 de octubre de 1914 se realizó en Plaza Constitución una manifestación contra la carestía y la desocupación, en la que participaron varias columnas integradas por trabajadores de diversos gremios, organizadas territorialmente en los barrios de mayor concentración obrera, como Barracas, Parque de los Patricios, Belgrano, Villa Crespo, Flores y Once.

La recomposición del movimiento obrero

Estas protestas no alcanzaron dimensiones importantes y se fueron diluyendo, predominando durante la primera mitad de la guerra un bajo nivel de movilización, la pérdida de cotizantes en los sindicatos y una marcada debilidad de la protesta obrera. Veinte años después el dirigente anarquista Abad de Santillán se hizo eco de este clima, al plantear que esos años fueron "de calma y espera. No es que en ese período no haya habido huelgas numerosas, boicots intensos y tenaces manifestaciones públicas diversas de la actividad gremial; pero el mundo vivía pendiente de la terminación de la guerra y sufría la consecuencia de la larga ruptura de las relaciones internacionales" (Santillan, 1971: 241). No solo la crisis desalentaba la movilización obrera, también incidía la fuerte división que recorría al gremialismo argentino y que tuvo su punto culminante en 1915 en el IX Congreso de la Federación Obrera Regional Argentina (FORA), cuando los gremios orientados por dirigentes anarquistas se retiraron al quedar en minoría frente a los representantes del sindicalismo revolucionario y conformaron su propia organización, denominada FORA del V Congreso. Por su parte, el socialismo local arrastraba desde hacía años un duro enfrentamiento entre su conducción política y el ala gremial. Aunque estos datos no son novedosos, pues las divisiones existieron desde el mismo origen del gremialismo argentino, como ocurría por otra parte con el movimiento obrero de otras latitudes, la falta de unidad en épocas de crisis afectaba aún más la organización unificada de la protesta.

Pero esa calma se quebraría desde fines de 1916 y comienzos de 1917, en cuanto comenzaron a evidenciarse algunos atisbos de la recuperación de la economía, especialmente en el año1918, con la reactivación de la producción industrial y una mayor demanda de brazos, que provocó una caída de siete puntos en el desempleo. Este mejoramiento no se trasladó a los salarios reales, que siguieron disminuyendo debido al aumento del costo de vida. (Véase el Cuadro Nº 1). Los trabajadores comenzaron a desarrollar un ciclo de protestas como nunca antes se habían producido en la joven historia del movimiento obrero local, que se prolongaría hasta 1921. Ese período de cinco años de conflicto sindical ha sido denominado por la historiografía el Quinquenio Revolucionario, incluidos los sucesos de la Semana Trágica, uno de los conflictos obreros (junto al Cordobazo de 1969 y la jornada del 17 de octubre de 1945) más importantes que se produjeron durante el siglo XX en Argentina. El aumento de la conflictividad obrera provocó un notable crecimiento de la afiliación sindical en la FORA del IX Congreso (de orientación sindicalista), que pasó de 20 gremios adheridos y 21.000 afiliados cotizantes por año en 1915 (2.600 afiliados mensuales) a 734 gremios y 749.000 cotizantes (68.000 afiliados mensuales) en 1920 (Bilsky, 1984: 24). Por otro lado,

esta organización creó las primeras federaciones por industria, entre las cuales resaltaron sin duda la Federación Obrera Marítima (FOM) y la Federación Obrera Ferrocarrilera (FOF); incorporó a federaciones locales, como la rosarina, antes dirigida por el anarquismo, organizó a conjuntos de trabajadores que no tenían representación gremial de la administración pública (Correos y Telégrafos, municipales u hospitales) y extendió la acción gremial fuera del área del litoral, con lo que alcanzó hasta a los trabajadores de los quebrachales y de la Patagonia.

CUADRO Nº 2
Resumen general de huelgas en la Capital Federal, 1913-1920

Años	Nº Huelgas	Nº Huelguistas	Jornadas perdidas
1913	95	23.698	147.651
1914	64	14.137	83.044
1915	65	12.077	49.183
1916	80	24.321	233.878
1917	138	136.062	2.100.269
1918	196	133.042	2.191.773
1919	367	308.961	3.262.705
1920	206	134.015	3.693.782

Fuente: Mirta Zaida Lobato y Juan Suriano, "Argentina 1880-1930: huelgas generales en un país agroexportador". En: *Latin Americal Labor News*, Nº 2/3, 1990, p.19.

Estas cifras de huelgas, recopiladas por el Departamento Nacional del Trabajo, se refieren tan solo a la Capital Federal, por lo que quedan fuera de este cuadro importantes sectores de los obreros, especialmente la mayoría de ferroviarios y una parte de los marítimos, que operaban fuera de la ciudad, así como también los trabajadores de la carne de los grandes frigoríficos asentados en Avellaneda, Berisso, Ensenada y Zárate, en la provincia de Buenos Aires. No obstante, estos datos son significativos de la magnitud del conflicto obrero a partir de 1917, comparados a los años previos. En ese año y el siguiente más de la mitad de los trabajadores que hicieron huelga eran ferroviarios, el resto se repartían entre los gremios de carreros, choferes, estibadores, metalúrgicos, marítimos, municipales, ladrilleros, zapateros y otros. [7] Las causas de un 40% de las huelgas se debían a reclamos de recomposición salarial, un 32%, a demandas vinculadas a efectivizar el derecho de organización sindical y el resto se produjo por reclamos de reducción de las horas de trabajo y de la mejora de las condiciones de trabajo. [8]

Si la crisis provocada por la guerra había desalentado la conflictividad obrera, desde fines de 1916, con el lento inicio de la recuperación económica, los gremios comenzaron

a multiplicar sus reclamos y trataron de capitalizar el fuerte malestar de los trabajadores, acumulado durante los años de deterioro de sus niveles de vida. La fuerte dependencia que tenía la economía argentina del mercado internacional arrastraba, como se ha dicho, a sus diversos sectores productivos según las necesidades (demandas) de los países aliados. Esto ocurría especialmente con la industria de la carne, cuyos trabajadores realizarían importantes huelgas. Aunque debe resaltarse que el protagonismo del ciclo de conflictos que se iniciaba estaba vinculado a los reclamos y las huelgas de los dos principales gremios de la economía argentina: la Federación Obrera Marítima y la Federación Obrera Ferrocarrilera. La capacidad de presión de estos gremios se debía, especialmente el primero, a la fortaleza organizativa y al lugar central que ocupaban en el sistema de transporte involucrado en el comercio exterior, del que eran la columna vertebral. Las huelgas en este sector perturbarían seriamente la ya deteriorada economía argentina y, en consecuencia, eran un tema de interés estratégico del Gobierno. Si bien no fueron los únicos, me centraré aquí en los conflictos acaecidos en el transporte marítimo y ferroviario, así como en la industria de la carne, pues los tres sectores eran los principales puntales de la economía agroexportadora y su marcha se vinculaba estrechamente a la situación internacional.

Durante los primeros años del conflicto bélico, la industria frigorífica, en sentido contrario al resto de la actividad productiva, se vio beneficiada debido a la impresionante demanda de alimentos derivados de la carne para el abastecimiento de los ejércitos aliados, puesto que los grandes establecimientos cárnicos de la Argentina (Swift, Anglo y Smithfield) eran de capitales norteamericanos o ingleses. Por ejemplo, "El Swift [radicado en Berisso] entró en un clima febril de trabajo al producir carnes enlatadas para el abastecimiento de los países beligerantes. Desde 1914 aumentó la faena de ganado para exportación y la matanza de vacunos se incrementó hasta duplicar los valores existentes al comenzar la guerra" (Lobato, 2001: 159). Con el objeto de aumentar la producción, las empresas frigoríficas intensificaron, como hacían cada vez que aumentaba la demanda, los ritmos de trabajo, empeorando así las ya deficientes condiciones labora les de los trabajadores. El diario *El Día*, de La Plata, denunciaba que "la administración del frigorífico se ha abusado hasta el más increíble punto con los trabajadores… Con distintos pretextos ha exigido al personal que trabaje 10, 14 y hasta 16 horas diarias, luego por las exigencias de la guerra europea ha hecho trabajar a las mujeres del departamento de conservas sin descanso".[9] Esta situación se reiteraba, en mayor o menor medida, en el resto de los frigoríficos. A pesar de la situación favorable, las empresas no mejoraron los salarios ni aceptaron pagar las horas excedentes de la jornadas de ocho horas como extras, por lo que se produjo una interesante paradoja: mientras las empresas se veían altamente beneficiadas por la coyuntura, los trabajadores de la carne se encontraron

en las mismas condiciones que el resto de los obreros de otros rubros que, a diferencia de la industria cárnica, se hallaban perjudicados por la crisis.

Las características del trabajo en estas industrias (descalificación laboral, inestabilidad, alta rotación en el empleo, represión, diversidad étnica y capacidad de la empresa para contratar y despedir trabajadores sin ningún costo) conspiraban contra las posibilidades de articular una sólida organización sindical. No obstante, en esta coyuntura favorable de aumento de la producción y de demanda de mano de obra, los trabajadores percibieron que era el momento de protestar y presionar a las empresas. A mediados de 1915, en el contexto de un proceso incipiente de agremiación, declararon la huelga, para reclamar mejores condiciones laborales, aumento de los salarios, la jornada laboral de ocho horas y el pago de un 50 por ciento más sobre las horas extras; pero, además, exigían que la provisión de trabajadores estuviera a cargo del sindicato, hecho que implicaba el control del ingreso de la mano de obra a la empresa. La coyuntura de la guerra obligó en un principio a las empresas frigoríficas a negociar algunas de las demandas, aceptando aparentemente la implementación de la jornada de ocho horas diarias más los pagos extras sin tomar represalias. Sin embargo, acostumbradas a imponer sus condiciones de trabajo, no tenían intenciones de ceder a las demandas y la negociación solo pretendía hacerles ganar el tiempo necesario para contratar rompehuelgas, con el objeto de normalizar la producción. Cuando estos llegaron a Berisso, suspendieron las conversaciones con los representantes obreros y, 40 días después de comenzada la huelga, los trabajadores no tuvieron más remedio que aceptar la derrota y soportar el despido de los participantes más activos y la cárcel de algunos dirigentes.

En 1917 el malestar y la agitación obrera por la persistencia de las pésimas condiciones de trabajo se extendieron a los frigoríficos más importantes (Swift y Armour, de Berisso; Hall y Smithfield, de Zárate) y desembocó en una de las huelgas más importantes en la historia de esta industria, en demanda de los mismos reclamos del conflicto anterior: jornada máxima de 8 horas, jornal doble los domingos, aumento salarial de un 15 por ciento, mejoras en las condiciones de trabajo y la readmisión de los obreros despedidos en el conflicto de 1915. Pero, en esta ocasión, el conflicto se desarrolló en circunstancias negativas para los frigoríficos, puesto que "la intensificación de la guerra submarina y la escasez de vapores obligaban a reducir notablemente la producción" y, por ende, a incrementar los despidos y achicar el personal contratado eventualmente. No obstante, en esta ocasión, los obreros de la carne estaban mejor organizados e intentaban evitar la fragmentación predominante durante el conflicto anterior. Se implementaron piquetes de huelguistas para impedir la entrada de los trabajadores más refractarios a la huelga y de los esquiroles contratados por la empresa. Tras dos meses de intenso conflicto, con picos de inusitada violencia como consecuencia de la

represión policial y con el saldo de numerosos heridos y detenidos, la huelga se diluyó, con una nueva derrota de los trabajadores, de la que no se recuperarían por largo tiempo (Lobato, 2001:165-180).

En el sector marítimo la crisis producida por la guerra también repercutió en la actividad naval y se hizo visible tanto en la menor cantidad de amarres como en el número de partidas de buques. Esta situación se reflejó directamente en las estrategias adoptadas por los empresarios navieros para paliar la situación, recurriendo a la reducción salarial (ya en 1914 había descendido un 10%) y de personal (en agosto de 1914 cerraron los talleres de la empresa Mihanovich en las localidades de Salto y Carmelo, en Uruguay). No obstante las dificultades, el gremio logró mantener su actividad y reforzar algunos aspectos de su organización, con el objeto de preservar el sindicato. Los reclamos defensivos estaban dirigidos a la Prefectura Naval, en busca del cumplimiento de las leyes y reglamentos que regían la actividad (horarios de labor a bordo y tripulación mínima) y al DNT, exigiendo una minuciosa inspección de los buques para preservar las condiciones de trabajo. A medida que avanzaba la guerra y la actividad naviera se resentía, se profundizaba el malestar de los trabajadores marítimos, por dos motivos centrales: por un lado, la caída del salario (real y nominal) era un hecho que repercutió directamente en las condiciones de vida de los trabajadores navales; por otro, también empeoraron las condiciones de trabajo a bordo,por la disminución del personal, lo que provocaba la prolongación de los turnos laborales y la intensificación del trabajo (Caruso, 2016: 133-183).

Pero, en este caso, a diferencia de la débil organización que caracterizaba a los obreros de la carne, los marítimos estaban mejor organizados y, desde 1910, se nucleaban en torno a la Federación Obrera Marítima, orientada por el sindicalismo revolucionario. Sus reclamos excedían las reivindicaciones económicas, como el aumento salarial o las condiciones de trabajo, para avanzar en la exigencia del control sindical del ingreso al trabajo. Sus dirigentes demostraron, además, pragmatismo y capacidad de negociación; así, frente a la arbitrariedad de los empresarios navieros, buscaron el amparo del gobierno de Yrigoyen, quien, proclive a mediar en los conflictos obreros patronales, en varias ocasiones laudó favorablemente al sindicato. Entre 1916 y 1920 los navales realizaron varios paros parciales y un par de huelgas generales, con el apoyo masivo de todo el personal de cubierta (desde los capitanes hasta los trabajadores de menor calificación), uno de los grandes logros de la Federación. El conflicto tuvo la capacidad de paralizar el comercio exterior.

El ciclo huelguístico comenzó el 1º de diciembre de 1916, al declararse la huelga general en el puerto de Buenos Aires, ante la negativa patronal a los reclamos de recuperación salarial y de mejora de las condiciones laborales. El paro fue masivo y paralizó totalmente

la actividad portuaria, con el apoyo de los estibadores y los patrones de lanchas del puerto porteño, quienes se negaron a trabajar con barcos que emplearan tripulantes no afiliados a la FOM. En esta ocasión contaron con el apoyo del gobierno de Yrigoyen, que decidió retirar a la Prefectura Naval, permitiendo así que los piquetes de obreros controlaran el movimiento dentro del puerto. Aunque al comienzo las grandes empresas encabezadas por Mihanovich se negaron a negociar, finalmente cedieron, con la condición de que se eliminaran algunos impuestos y de que el presidente fuera el garante de la mediación. El mayor éxito de la FOM fue lograr la contratación exclusiva de obreros sindicalizados para trabajar a bordo de las embarcaciones de bandera argentina. Este fue el punto de mayor fricción entre las empresas y la FOM, que desembocó en los tres años siguientes en varias huelgas masivas de los trabajadores marítimos, quienes lograron conservar el poder de contratación. En 1921, en una coyuntura de debilidad sindical, las grandes empresas lograron que el mismo Yrigoyen suprimiera esta cláusula y devolviera a la Prefectura el control del puerto. Cinco años había durado una de las experiencias del movimiento obrero que mayor poder otorgó a un sindicato. La fortaleza de la FOM en estos años era tal que quedó claro en la cantidad de agremiados cotizantes, que pasó de 6.000, en 1914, a 119.729, en 1919 (Caruso, 2016).

Como no podía ser de otra manera en esta coyuntura, los conflictos ferroviarios también reconocen una de sus principales causas en los efectos económicos de la guerra. Las empresas ferroviarias sufrieron una fuerte reducción en la recaudación y una caída de los márgenes de ganancia, como consecuencia de la contracción de las exportaciones y del aumento de los costos (por ejemplo, el carbón aumentó de nueve pesos oro la tonelada, en 1913, a treinta, en 1918). La solución temporal por parte de las compañías fue bajar los costos y la variable de ajuste, como ocurrió en casi todos los sectores económicos, lo que recayó en la baja de los salarios y la reducción de personal (de 132.000 empleados, en 1913, a 112.000, cinco años después). Esta situación provocó un profundo malestar entre los trabajadores, que comenzaron, a veces espontáneamente, a protestar y a efectuar reclamos, que no se limitaron solo a los aumentos de salarios, sino también a la reducción de la jornada laboral, la mejora de las condiciones de trabajo, la implementación del escalafón de ascensos, la puesta en marcha de un plan de jubilaciones y la reincorporación de los despedidos en la huelga de maquinistas de 1912 (Suriano, 1991).

Ya a mediados de 1916 se podía percibir el malestar de los obreros del Ferrocarril Central Argentino (de capitales británicos) a raíz de la huelga de los trabajadores en rechazo a la decisión de la empresa de disminuir la jornada laboral y los salarios. Un año más tarde pararon los trabajadores de los talleres de Rosario y Pérez, del mismo ferrocarril, en demanda de la reincorporación de los obreros despedidos en el conflicto anterior.[10] Simultáneamente,

en protesta por la reducción salarial, entre junio y setiembre de 1917, volvieron a producirse una serie de huelgas en el Central Argentino, de características radicalizadas, con dirección anarquista en muchos casos, que culminaron en una huelga general durante el mes de agosto. Tanto la Fraternidad como la Federación Obrera Ferroviaria (FOF), que hasta aquí habían tenido poca incidencia en el conflicto, apoyaron la huelga, con el argumento de que "manteniendo altas las tarifas ferroviarias para los fletes y reduciendo el salario de sus empleados, las compañías ferroviarias estaban obligando al país a financiar el esfuerzo bélico de Gran Bretaña, ya que el grueso de sus ganancias iba a parar a manos del Gobierno británico, en calidad de 'impuesto de guerra'" (Rock, 1977: 152-153). Un mes más tarde estallaron otras huelgas en la provincia de Santa Fe, con apoyo de la FOF, que declaró la huelga general. A partir de ahíse produjo otra ola de conflictos turbulentos entre noviembre de 1917 y abril del año siguiente, también por demandas salariales y por la falta de cumplimiento de las empresas ferroviarias de las disposiciones del Poder Ejecutivo sobre condiciones laborales y obligaciones diversas de las compañías.

Hay otra dimensión subyacente en los conflictos ferroviarios, que muestra en toda su magnitud el peso político, pero también emocional, de la guerra en esta coyuntura. Se trata de una cuestión que ha explorado Silvana Palermo y que había estado ausente, o apenas visible, en la producción historiográfica sobre el conflicto social en Argentina. En primer lugar debe destacarse que las empresas ferroviarias, tanto inglesas como francesas, estaban involucradas de manera activa en el esfuerzo bélico y alentaron, y a veces presionaron, a sus trabajadores a apoyar la causa aliada. Todos los directivos de estas empresas eran ingleses o franceses y tanto sus empleados jerárquicos como los trabajadores eran en buena medida inmigrantes provenientes de países participantes en la contienda. De una u otra manera, estaban emocionalmente involucrados con los bandos en pugna en la guerra. Casi todos tenían familiares o amigos en los frentes de batalla, y muchos de ellos lloraban la pérdida de seres queridos. Aunque no fueron la mayoría, no deben de haber sido pocos los trabajadores que dejaron el país para marchar al frente de batalla. La adhesión a los bandos en pugna cruzó los conflictos que se produjeron entre los trabajadores y las empresas ferroviarias durante estos años. En este sentido, el hecho novedoso de esta coyuntura radica en que "la protesta laboral se imbricó con el enfrentamiento entre países y las solidaridades de clases sociales debieron construirse en competencia con las exaltadas lealtades nacionales" (Palermo, 2013: 4).

En el caso específico de la protesta ferroviaria las empresas francesas y británicas acusaban a los trabajadores de aliarse con el enemigo, al impedir que los alimentos llegaran normalmente a los ejércitos aliados. Apelando a los sentimientos patrióticos, los presionaron para que no hicieran huelgas. Y en ese esfuerzo recurrieron incluso a teorías conspirativas.

Por ejemplo, el cónsul británico en el país sostenía que en 1916 habían arribado al país anarquistas españoles con dinero del Gobierno alemán para organizar huelgas y entorpecer el envío de víveres a los aliados. Así, intentaba vincular a los huelguistas con el enemigo de guerra.[11] Durante el año siguiente se generalizó la opinión empresarial, apoyada por algunos medios de prensa, de que los huelguistas eran apoyados por el capital alemán.

Los dirigentes sindicales percibieron la perturbación que significaba la injerencia de los sentimientos nacionales para la protesta laboral y para las solidaridades de una clase obrera atravesada por la diversidad de orígenes nacionales. El periódico *La Fraternidad* sostenía que en las compañías francesas instaban a los trabajadores connacionales "cualquiera sea su edad y número de familia, que concurran a la masacre del viejo mundo dejando abandonado sus hogares. Y a los que se rehúsan a partir, alegando muy justificadas razones, se les mortifica con castigos injustos y continuos".[12] Incluso hubo denuncias concretas y, no fueron pocas, de que el FC Pacífico estaba expulsando a obreros alemanes y austriacos por el solo hecho de haber nacido en los países enemigos.

Durante los conflictos las empresas no estuvieron solas. Recibieron en numerosas ocasiones el respaldo de asociaciones étnicas (italianas, francesas), queinstaban a los trabajadores a no realizar huelgas para no entorpecer los embarques de granos y carnes destinados al frente de batalla.[13] La Guerra Mundial se había convertido en un nuevo elemento movilizador de las comunidades de inmigrantes y de los sentimientos patrióticos, que podían anteponerse, en esta coyuntura, a los intereses de los diversos sectores sociales de dichas comunidades.

Los efectos de la guerra también perturbaron la política laboral del Gobierno de Yrigoyen. No es este el lugar para analizar dichas políticas, pero cabe recordar que la llegada del primer Gobierno producto de la reforma electoral de 1912 tendió a aumentar el malestar de las elites. No se trataba solamente del rechazo al estilo popular del presidente Yrigoyen, sino de la profunda mutación que se produjo en las formas de resolver los conflictos inherentes a la relación entre el capital y el trabajo. El presidente comenzó a arbitrar personalmente en aquellas huelgas (de marítimos, ferroviarios) más importantes y que tendían a interrumpir el tránsito de personas y mercaderías y en varias ocasiones laudó favorablemente a los trabajadores. Lo que era una simple mediación fue objeto de durísimas críticas por parte de las elites, particularmente de los grandes empresarios, quienes catalogaron a Yrigoyen de "presidente obrerista", obviamente una apreciación exagerada y cargada de intencionalidad.

Durante los conflictos de 1917 y 1918 las empresas apelaron, por convicción o conveniencia, a la versión conspirativa e insistían en la existencia de agentes alemanes que podían actuar libremente debido a la permisividad del gobierno de Yrigoyen, al que tildaban de

progermano. Era una forma de presionar directamente sobre un Gobierno que era acusado de haber intervenido favorablemente a los trabajadores en los conflictos e indirectamente sobre la postura de neutralidad ante la guerra, que había sido declarada por la gestión anterior, del conservador Victorino de la Plaza. Las posturas de las compañías ferroviarias frente a las huelgas eran apoyadas sin fisura por los grandes empresarios y por diarios como *La Nación*. Acuciado por la crisis, el Gobierno sentía la presión de los factores de poder económico y cada vez le costaba más mantener una posición neutral en las huelgas. Cuando en febrero de 1918 estalló una nueva huelga en los ferrocarriles "el diplomático británico Reginald Tower informó perentoriamente a las autoridades que si no cesaban las huelgas se dejarían sin efecto los convenios sobre la venta de cereales (a los aliados) y el Gobierno británico impondría un boicot a los puertos argentinos" (Rock, 1977: 161). Esta situación y las fuertes presiones de los factores de poder llevaron al Gobierno de Yrigoyen a endurecer su postura frente a los conflictos ferroviarios y, para terminar con ellos, apeló a la represión policial e incluso del ejército.

En este contexto aparecerían otros factores ligados de una u otra manera a la contienda europea, que alentarían la radicalización de los conflictos obreros patronales. El estallido de la Revolución Rusa había generado el entusiasmo de las vanguardias obreras de todo el mundo y la fe en la creencia de que el cambio social era ahora posible y dejaba de ser una lejana utopía. Este clima se irradió por todo el mundo y la Argentina no fue una excepción, al contrario, se imbricó con la oleada de conflictos sindicales, generando el entusiasmo de aquellas corrientes más radicalizadas, así como también profundizando las inquietudes existentes entre las elites, que contribuirían a crispar más los ánimos y a profundizar la percepción negativa que estas tenían del movimiento sindical, no importa que este no tuviera como meta la revolución social. Esta situación se agudizaría dramáticamente durante la huelga general de la Semana Trágica de enero de 1919, un conflicto que comenzó en una empresa metalúrgica con reclamos vinculados al deterioro del salario real producido durante la guerra y que terminaría convirtiéndose, debido a la brutal represión policial, en una formidable demostración de solidaridad obrera (Bilsky, 1984). La gravedad de la situación alentó la ola de rumores, interesados o no, sobre supuestos complots maximalistas, que desembocaron, con la complicidad de las autoridades, en la durísima contra movilización civil dedicada a reprimir todo atisbo de radicalidad obrera, pero que excedió este primer objetivo para transitar el sendero de un nacionalismo chauvinista y antisemita. Sin duda, detrás de este conflicto y de la ola de huelgas de estos años se escondía la preocupación por las consecuencias que podría acarrear la revolución rusa, que aparecía como una fuente de preocupaciones en la derecha del espectro político e intelectual argentino. Esta preocupación recorría las páginas

del conservador diario *La Nación*, o de otras publicaciones a través de la "encuesta sobre el maximalismo" o en la "Encuesta sobre la cuestión social", realizada por la *Revista de Ciencias Económicas* en 1920. Como sostiene Robeto Pittaluga, "la revolución rusa actuaba al menos en dos planos; por un lado, abriendo un nuevo horizonte epocal, aun para quienes lo observaban recelosos, y por otro, inscribiendo sus nombres (*soviets*, maximalismo, etc.) en el léxico político local" (Pittaluga, 2016: 14-15).[14]

Esa preocupación adquiría ciertos rasgos esquizofrénicos entre los empresarios más poderosos: la ola de conflictos, la fuerza adquirida por las organizaciones sindicales, el mencionado impacto de la revolución rusa y la postura mediadora del Gobierno alentaron a las grandes empresas (Molinos, Mihanovich, Dodero, Molinos, los frigoríficos, las compañías ferroviarias extranjeras, entre otras) a crear una organización defensiva y ofensiva. Nucleados en la Bolsa de Comercio, fueron ellos los principales impulsores de la creación de la Asociación del Trabajo (AT), en mayo de 1918, con el objetivo central de preservar la "libertad de trabajo". La presentación la realizó un directivo del Centro de Navegación y miembro de la Bolsa de Comercio, como un proyecto para crear una "corporación con el especial objeto de defender los derechos e intereses de la industria y el comercio [y ratificar] el derecho de los comerciantes e industriales a elegir y despedir libremente a los empleados y obreros".[15] La AT nucleó a los sectores empresariales más concentrados y poderosos (Bolsa de Comercio, Sociedad Rural, Centro de Exportadores de Cerales, Centro de Importadores, Centro de Navegación, Centro de Cabotaje, compañías ferroviarias, Cámara Gremial de Molineros, Centro de Barraqueros, Mercado Central de Frutos y la Compañía Ítalo-Argentina de Electricidad). La Unión Industrial Argentina, si bien no se incorporó, dio libertad a sus afiliados para elegir si adherir o no a la nueva organización.

Debido a la capacidad de organización y de protesta adquirida por el gremio marítimo, no fue una casualidad que el principal promotor de la AT fuera el Centro de Navegación, que también había sido el impulsor, unos años antes, de la Sociedad Protectora del Trabajo Libre, que se encargaba de proveer rompehuelgas a las empresas que lo requiriesen. La AT se convirtió en una activa protagonista, "una supra-organización corporativa [que] buscaría superar el marco de las organizaciones sectoriales para intentar conformar una fuerza patronal homogénea, que actuara como articuladora social y política" con el objeto de combatir las "exigencias desmedidas e injustas" de los sindicatos y al Gobierno de Yrigoyen, que no ofrecía garantías para contrarrestar a las organizaciones obreras (Rapalo, 2012: 99). La AT aumentó su gravitación a partir de enero de 1919, cuando disputó el control del puerto a la FOM. También fue una de las artífices, ese mismo año, de la creación de la Liga Patriótica. Compartió "la creación de un 'cuerpo de policía' o de guardias armados dispuestos a quebrantar al

movimiento obrero" (Rapalo, 2012: 163-164). Realizaron una fuerte presión sobre el Gobierno radical, para que este garantizara la libertad de trabajo a través de *lockouts*, apelaron a la presión internacional, a los legisladores adictos y a la prensa. Finalmente lograron doblarle el brazo al Gobierno, cuando, en mayo de 1921, el presidente Yrigoyen reintegró la presencia de la prefectura en el puerto de Buenos Aires, al romper el acuerdo con la FOM y quebrar su resistencia. También realizaron una activa campaña en oposición a las iniciativas sobre legislación laboral.

***

La historia global se vincula a dos sentidos muy definidos. Por un lado, aborda procesos históricos que tienden a desarrollar la integración de países (mundialización); por otro, se refiere a una perspectiva metodológica apoyada en el desplazamiento del foco de análisis desde el Estado Nación a un contexto más amplio, que implica precisamente la internacionalización de esos espacios nacionales (Douki y Minard, 2007: 7-21). En este sentido, este artículo no es estrictamente un trabajo de historia global, pero bajo su inspiración he abordado el devenir del mundo del trabajo en una coyuntura dominada por los efectos provocados por la Primera Guerra Mundial, un evento excepcional que desnudó en todas sus dimensiones las formas de interpenetración que había adquirido la economía mundial. Una interconexión que claramente excedía los deseos de los Estados Nación latinoamericanos y que revelaba la extrema dependencia de las economías locales con respecto a los factores internacionales. Aun cuando la vieja historia universal ya había prestado atención a esta problemática, fue escasamente tenida en cuenta mientras se mantuvo el predominio de historias nacionales, que tendieron a homogeneizar las unidades nacionales. Tal vez los contemporáneos tuvieran (y tienen), como ha sostenido Roger Chartier, una "conciencia de globalidad", que comanda, a su manera, la de los historiadores. Razón por la cual "en el Congreso de Oslo Natalie Davis propuso, como una práctica posible de la historia universal, una historia que, sin renunciar a sus objetos o a sus escalas clásicas, se inspire de una *conciencia global"* (Chartier, 2001:122). En el caso de este artículo, conciencia global implica pensar el mundo del trabajo argentino teniendo en consideración que su devenir está íntimamente relacionado con el proceso de integración de países en el plano internacional, pero prestando atención a las peculiaridades del mundo del trabajo construido en el interior de los marcos del Estado Nación argentino. En todo caso, para construir una historia global vinculada al mundo del trabajo es necesario no solo abordarla desde una escala mundial, sino uniendo cada una delas piezas que integran ese mundo global.

Notas

1 Alrededor de 10 millones de víctimas fatales y 20 millones de heridos.

2 La historiografía argentina ha prestado escasa atención a los diversos efectos que la Guerra tuvo en el mundo del trabajo. No me refiero solo a las consecuencias negativas, desde el punto de vista económico, sobre las condiciones de vida de los trabajadores, sino también, teniendo en cuenta que la mayoría de ellos provenían de Europa, a las posturas sustentadas por estos y por sus representaciones políticas e ideológicas sobre el conflicto. Sobre la producción historiográfica argentina en torno a la guerra, véase Tato (2014: 91-101).

3 "La decisión del Banco de Inglaterra de incrementar la tasa de interés provocó la reversión del flujo de capitales extranjeros hacia el país, poniendo en evidencia su profunda depresión en materia financiera" (Belini y Korol, 2012: 25-26).

4 Declaración del primer congreso de la CORA, 27 y 28 de junio de 1914, en Marotta (1961: Tomo II, 162).

5 Recién a partir de 1919-1920 se recuperó el flujo de inmigrantes, aunque no en los volúmenes anteriores a la guerra.

6 *Revista de Economía Argentina*, octubre de 1919, p. 309.

7 *Crónica Mensual del Departamento Nacional del Trabajo (CMDNT)*, nº 10, octubre de 1918, pp. 159 y 160.

8 *CMDNT*, nº 19, julio de 1919, pp. 290 a 293.

9 *El Día*, 14 de mayo de 1915. En Lobato (2001: 160).

10 *CMDNT*, nº 2, p. 17.

11 Rock (1977: 322) sostiene que fue una invención análoga a la de los agentes rusos durante la Semana Trágica, en 1919.

12 *La Fraternidad*, octubre de 1916 en Palermo (2013: 12).

13 Sobre la actitud de algunas de las colectividades extranjeras radicadas en Argentina cuyos países se habían involucrado en la guerra, véase Devoto (2006: 318-327); Franzina (2000); Otero (2009).

14 Roberto Pittaluga (2016: 14-15).

15 *La Nación*, 23 de mayo de 1918, en Rapalo (2012: 96).

Referencias bibliográficas

BELINI, Claudio y KOROL, Juan Carlos. *Historia económica de la Argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

BILSKY, Edgardo. *La semana trágica*. Buenos Aires: CEAL, 1984.

BUNGE, Alejandro. La desocupación en la Argentina. La actual crisis del trabajo, *Estudios*, Buenos Aires, 1917.

CARUSO, Laura. *Embarcados. Los trabajadores marítimos y la vida a bordo: sindicatos, empresas y Estado en el puerto de Buenos Aires, 1889-1921*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2016.

CHARTIER, Roger. "La conscience de la globalité (commentaire)", *Annales. Histoire, Sciences Sociales,* 1, enero-febrero de 2001.

COMPAGNON, Olivier. Entrer en guerre? Neutralité et engagement de l'Amérique latine entre 1914 et 1918, *Relations Internationales*, 137, 2009, pp. 31-43.

———. *L'adieu à l´Europe. L´Amerique Latine et la Grande Guerre.* Paris: Fayard, 2013.

DEVOTO, Fernando. *Historia de los italianos en la Argentina.* Buenos Aires: Biblos, 2006.

DI TELLA, Guido y ZYMELMAN, Manuel. *Las etapas del desarrollo argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 1967.

DORFMAN, Adolfo. *Historia de la industria argentina*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1970.

DOUKI, Caroline y MINARD, Philippe. Histoire globale, histories conectées: un changement d'échelle historiographique?, *Revue D'Histoire Moderne et Contemporaine*, nº 54-4 bis, 2007.

FRANZINA, Emilio. La guerra lontana: il primo conflitto mondiale e gli italiani d'Argentina, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, vol. 15, nº 44, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *Historia del siglo XX*. Barcelona: Crítica, 1995.

LOBATO, Mirta Zaida. *La vida en las fábricas. Trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970)*. Buenos Aires: Prometeo, 2001.

——— y SURIANO, Juan. *Atlas Histórico*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

MAROTTA, Sebastián. *El movimiento sindical argentino. Su génesis y desarrollo.* Buenos Aires: Ediciones Lacio, 1961.

OTERO, Hernán. *La guerra en la sangre. Los franco-argentinos ante la Primera Guerra Mundial.* Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

PALERMO, Silvana. Protesta y cultura popular desde una perspectiva global: la huelga ferroviaria de 1917 en Argentina en tiempos de la Gran Guerra. Ponencia presentada en *Coloquio Internacional: Latinoamérica y la Historia Global*, Universidad de San Andrés, Buenos Aires, 2013.

PITTALUGA, Roberto. *La izquierda de la Argentina frente la revolución en Rusia*. Buenos Aires: Prometeo, 2016.

RAPALO, María Ester. *Patrones y obreros. La ofensiva de la clase propietaria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

ROCK, David. *El radicalismo argentino, 1890-1930*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1977.

SANTILLÄN, Diego Abad de. *La F.O.R.A. Ideología y trayectoria*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1971.

STEVENSON, David, *1914-1918 Historia de la Primera Guerra Mundial.* Barcelona: Penguin-Randon House, 2013.

SURIANO, Juan. Estado y conflicto social: el caso de la huelga de maquinistas ferroviarios de 1912, *Boletín No. 4,* Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, Buenos Aires, 1991.

TATO, María Inés. La Gran Guerra en la historiografía argentina. Balance y perspectiva de investigación, *Iberoamericana*, vol. XIV, nº 53, 2014.

Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais

Between Chicago and Salvador: Donald Pierson and the sociology of race relations

Entre Chicago y Salvador: Donald Pierson e los estúdios de relaciones sociales

Marcos Chor Maio e
Thiago da Costa Lopes

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100007

Marcos Chor Maior é doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professor e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (maio@fiocruz.br).

Thiago da Costa Lopes é licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) e doutorando em História das Ciências na Fundação Oswaldo Cruz. (lopes_47@hotmail.com).

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Resumo

Este artigo analisa, de uma perspectiva histórica transnacional, a pesquisa sobre relações raciais desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson na cidade de Salvador entre 1935 e 1937, que resultou na sua tese de doutorado defendida na Universidade de Chicago sob orientação de Robert Park. Partimos da hipótese de que a forma como o sociólogo apresenta e analisa o vasto material coletado na Bahia, assim como as proposições de caráter mais geral contidas em seu livro, somente adquirem significado quando se explicita, além dos diálogos com os cientistas sociais brasileiros, seu enquadramento conceitual subjacente, que remonta à agenda de pesquisas capitaneada por Robert Park.

Palavras-chave: Donald Pierson, história transnacional, relações raciais, Escola Sociológica de Chicago, Robert Park.

Abstract

This paper analyses, from a transnational historical perspective, the study of race relations undertaken by American sociologist Donald Pierson in the city of Salvador, Bahia, between 1935 and 1937, as part of his PhD dissertation in the University of Chicago. We hold the hypothesis that the way Pierson conducts his analysis of the vast empirical material collected in Bahia, as well as his general propositions, can be fully grasped only if one takes into consideration both his dialogues with Brazilian social scientists and his underlying conceptual framework, linked to Robert Park's research agenda.

Keywords: Donald Pierson, transnational history, race relations, Chicago School of Sociology, racism.

Resumen

Este artículo analiza, desde una perspectiva histórica transnacional, la investigación sobre relaciones raciales desarrollada por el sociólogo estadounidense Donald Pierson en la ciudad de Salvador, Bahía, entre 1935 y 1937, como parte de su tesis doctoral defendida en la Universidad de Chicago bajo la dirección de Robert Park. Sostenemos la hipótesis de que la manera en que Pierson realiza su análisis del vasto material empírico recopilado en Bahía, así como sus proposiciones generales, sólo se pueden comprender plenamente tomando en consideración no sólo sus diálogos con los científicos sociales brasileños, sino también su marco conceptual subyacente, vinculado a la agenda de investigación de Robert Park.

Palabras clave: Donald Pierson, História transnacional, relaciones raciales, Escuela Sociológica, racismo.

Introdução

Este artigo analisa, de uma perspectiva histórica transnacional, a pesquisa sobre relações raciais desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson na cidade de Salvador, Bahia, entre 1935 e 1937, que resultou na sua tese de doutorado defendida na Universidade de Chicago sob orientação de Robert Park. A tese, publicada pela University of Chicago Press em 1942 sob o título de *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*, foi vertida para o português em 1945, intitulando-se *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Aventa-se a hipótese de que a forma como o sociólogo apresenta e analisa o vasto material coletado na Bahia, assim como as proposições de caráter mais geral contidas em seu livro, somente adquirem pleno significado quando se explicita, além dos diálogos com os cientistas sociais brasileiros, seu enquadramento conceitual subjacente, que remonta à agenda de pesquisas capitaneada por Robert Park, sociólogo que exerceu forte ascendência nas Ciências Sociais norte-americanas do período. Guiados pelo interesse em responder a um dos principais desafios postos para os setores liberais reformadores da sociedade americana, a saber, o modo como deveria ser levada a efeito a incorporação de negros e imigrantes à comunidade política nacional –, os sociólogos da Universidade de Chicago buscaram, mediante uma sociologia comparada, construir uma tipologia das formas de estruturação das relações raciais observadas ao redor do mundo a fim de identificar seus mecanismos causais subjacentes.

Uma análise transnacional do estudo de Pierson sobre as relações raciais na Bahia servirá para melhor situar historicamente sua obra, gestada em um momento de estreitamento das relações Brasil-EUA e de busca de laços de cooperação internacional por parte dos cientistas sociais de Chicago. Buscamos pôr em relevo os nexos que ligam sua pesquisa, a um só tempo, aos contextos intelectuais brasileiro e norte-americano, à semelhança dos estudos globais e transnacionais que têm enfocado o movimento de atores, objetos e ideias que perpassam e cruzam as fronteiras entre os países assim como as inter-relações entre fenômenos sociais e culturais situados em distintas regiões do mundo (Clavin, 2005; Akira, 2013).

Tratando-se de uma perspectiva ou ângulo de análise, a história transnacional tem buscado lançar um novo olhar sobre a trajetória das nações modernas, até então tidas como singulares ou excepcionais, como se fossem movidas exclusivamente por forças internas

autóctones (Thelen, 1999; Tyrrell, 2009). Em se tratando da produção do conhecimento científico ocorrida no passado, estas abordagens vêm assinalando o papel fundamental da circulação internacional de atores e ideias e de redes conectando diferentes partes do globo (Secord, 2004; Sivasundaram, 2010). Em texto programático voltado especificamente para uma história transnacional das Ciências Sociais, Heilbron, Guilhot & Jeanpierre (2008) apontaram a necessidade de revisão dos pressupostos metodológicos "nacionalistas" da historiografia tradicional, que tende a conceber correntes e tradições de pensamento como produto de contextos nacionais estanques e autorreferidos, destacando, em contrapartida, os fluxos transnacionais que constituíram a história daquelas disciplinas. Constitui um desafio para esta abordagem a análise do que os autores denominam "estrutura dissimétrica" dos espaços transnacionais de troca, exemplificada, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, pela hegemonia crescente que os EUA vieram a assumir em termos de modelos investigativos e organizacionais (Idem: 157). No Brasil, na esteira dos debates em torno da necessidade de alargamento dos horizontes da teorização sociológica do Atlântico Norte ou de sua "desprovincialização" (Costa, 2006), esforços têm sido feitos no sentido de ampliar a moldura analítica da história da Sociologia no país, articulando-a a movimentos globais da produção sociológica do passado, como a crítica às matrizes anglo-americanas da teoria da modernização (Brasil Jr, 2011), ou explorando suas afinidades com sociologias que estiveram igualmente situadas na periferia do mundo (Maia, 2015).

Partindo da compreensão de que a circulação é parte indissociável do processo de construção do conhecimento científico, e não apenas um momento derivado (Raj, 2013), acreditamos que a análise das obras, quando acompanhada do exame das circunstâncias em que elas foram produzidas, pode evidenciar a teia de conexões nacionais e internacionais que as constitui. Argumentamos que, longe de ser o desdobramento exclusivo de vertentes sociológicas norte-americanas ou tão-somente a reafirmação de conhecidas teses do pensamento social no Brasil, o estudo *Brancos e pretos na Bahia*, de Donald Pierson, reflete o entrecruzamento de diferentes tradições intelectuais, por mais que estas desempenhem papéis distintos em seu interior, e traz as marcas da circulação de atores e ideias entre regiões e países.

Inicialmente, são abordadas a trajetória de Pierson e as circunstâncias que o conduziram de Chicago a Salvador, chamando-se a atenção para o interesse da Universidade de Chicago no estudo das relações raciais, o papel desempenhado por Robert Park no processo que fez da Bahia um laboratório de experiências sociais internacionalmente reconhecido como tal e a rede de intelectuais brasileiros que abriu caminho para as pesquisas de Pierson em território nacional. Em seguida, a análise se volta para o conteúdo da obra do sociólogo norte-americano, enfocando seus procedimentos de pesquisa e principais achados, que constituem

um denso registro etnográfico das relações entre negros, mulatos e brancos em Salvador, ainda que, por vezes, coloquem em tensão as linhas interpretativas mais gerais de sua tese. Por fim, as principais matrizes de pensamento que informaram o trabalho de Pierson são evidenciadas, e seus pesos relativos analisados, na tentativa de tornar inteligível o empreendimento de pesquisa do aluno de Robert Park para além das visões convencionais, geralmente circunscritas a enquadramentos nacionais específicos, que nos legou a fortuna crítica de sua obra.

A Bahia no circuito internacional das Ciências Sociais

A pesquisa de doutorado realizada por Donald Pierson entre novembro de 1935, quando chegou a Salvador, e setembro de 1937, foi um marco da sua formação acadêmica sob os auspícios da Universidade de Chicago em 1927 (Pierson, 1987; Villa Nova, 1998).

Sob o patrocínio de grupos filantrópicos batistas e da Fundação Rockfeller, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago havia sido criado em 1892. Seus cientistas sociais buscaram a articulação entre ensino e pesquisa empírica, privilegiando, na construção dos objetos de estudo, a vida social do entorno da universidade (Bulmer, 1984; Coulon, 1995; Valladares, 2005). Metrópole sob processo de industrialização, Chicago enfrentava, no início do século XX, um *boom* demográfico, recebendo sucessivas ondas migratórias de trabalhadores europeus e negros vindos do Sul. Ao choque de etnias, somavam-se o crime organizado, as gangues, as greves, a proliferação dos guetos e o aumento da pobreza, fenômenos percebidos, sob as lentes dos setores reformadores de orientação protestante, como sintomas de desorganização social (Chapoulie, 2001).

Em fins dos anos 1920, momento em que Pierson ingressou na Universidade de Chicago, esta já gozava de reputação consolidada no cenário acadêmico norte-americano, contando, em seus quadros, com pesquisadores como Robert Park, Ernest Burgess, George Herbert Mead, Robert Redfield, Louis Wirth, Herbert Blumer, William Ogburn, Ellsworth Faris, entre outros. A Divisão de Ciências Sociais recebia, então, estudantes de perfil social variado, constituindo um dos canais de ascensão para jovens de origem rural, negros e descendentes de imigrantes (Silva, 2012).

Um sentido decisivo para o curso da trajetória de Pierson foi impresso após a aproximação do sociólogo, então no início de seu doutoramento, com Robert E. Park, uma das principais referências das Ciências Sociais nos EUA, tanto pelas pesquisas que vinha coordenando desde os anos 1910, e que tinham lugar no espaço urbano da cidade de Chicago, quanto por sua atuação em importantes associações científicas, como a American Sociological Society, da qual havia sido presidente em 1925. Ao lado Ernest Burgess, Park era o autor do livro *An*

introduction to the Science of Sociology (1921), obra chave na socialização dos estudantes nos modelos interpretativos das Ciências Sociais do período.

Park nutria especial interesse pelas relações raciais. No início do século XX, depois de ter participado da Congo Reform Association, ele havia trabalhado como assistente de Booker T. Washington, influente liderança negra que apostava na ascensão econômica da população negra norte-americana por meio da educação profissional como estratégia de inserção gradual destes segmentos no mundo dos direitos. Enquanto auxiliava Washington no Tuskegee Institute, escola normal e profissionalizante para negros do Alabama mantida por filantropos norte-americanos, Park empreendeu viagens de observação ao *Deep South* e a localidades rurais da Europa, ganhando uma visão comparativa das condições de vida dos negros nos EUA e dos camponeses europeus. Seu envolvimento com questões raciais o levou a ser convidado, em 1912, a ministrar cursos em Chicago sobre o tema, que se tornou um dos focos principais de seu programa de pesquisas nas décadas seguintes (Chapoulie, 2001). Percorrendo diversas regiões do globo, tais como Havaí, Japão, China, Índia e África do Sul, Park buscou ampliar seu escopo de análise sobre as relações raciais para além do território americano, perseguindo uma sociologia comparada das variadas formas de arranjo inter-étnico que se haviam cristalizado a partir do contato entre diferentes povos e culturas no âmbito da colonização europeia do mundo (Pierson, 1944; Valladares, 2010; Silva, 2012).

Park conseguiu atrair Pierson para o estudo dos problemas de contato racial e cultural no Brasil após retornar de extensa viagem ao redor do mundo no início dos anos 1930, momento em que esteve pela primeira vez no país (Pierson, 1944: 285). Na ocasião, Park estabeleceu contato com Oliveira Vianna e Arthur Ramos no Rio de Janeiro e adquiriu obras referentes ao Brasil, como *Os africanos no Brasil*, de Raimundo Nina Rodrigues.

A proposta para que Pierson estudasse o Brasil ocorreu durante o Seminar on Race and Cultural Contacts, ambicioso programa de pesquisas da Divisão de Ciências Sociais que se voltava para o mapeamento dos resultados das interações inter-étnicas ao redor do globo e cuja direção coube a Robert Park, Robert Redfield, Louis Wirth e Herbert Blumer (Pierson, 1941: 165). Nas palavras de Pierson, aquele grupo de pesquisadores tinha como objetivo "traçar a série de acontecimentos que estes contactos [raciais e culturais] põem em movimento, e descrever o ciclo de transformação social, assim precipitado. Nosso principal interesse consiste nestes ajustamentos que o contacto de uma cultura com outra ou de uma raça com outra tornam sempre imperativos" (Pierson, 1936: 92).

Em 1933, Pierson assumiu, perante o Social Science Research Committee da Universidade de Chicago, o compromisso de conduzir pesquisa no Brasil com recursos da Fundação Rosenwald.[1] O estudo do sociólogo integrava um empreendimento coletivo internacional de

investigações sob a batuta de Chicago que envolvia: trabalhadores negros de Chicago e do Sul Rural (H. Cayton), filhos de imigrantes japoneses na Costa Oeste dos EUA (F. La Violette), uma comunidade rural franco-canadense (H. Miner), um vilarejo no interior do Japão (J. Embree), diversas comunidades da Península de Yucatán, no México (R. Redfield), e o arquipélago do Havaí, com seus distintos grupos étnicos, de origem polinésia, europeia e asiática (A. Lind) (Pierson, 1941: 166).[2]

Além de Park, o antropólogo Robert Redfield e o sociólogo Louis Wirth também se envolveram na orientação das atividades de Pierson no Brasil, que, além do trabalho de campo, foi encarregado da dupla missão de sondar as possibilidades de pesquisas em Ciências Sociais no país e de estabelecer contato com setores da intelectualidade local que eventualmente pudessem contribuir para o estudo dos contatos de raça e cultura em escala transnacional.[3] Em meados dos anos 1930, a Universidade de Chicago buscava ampliar sua rede de colaboradores para além dos EUA, de modo que a viagem de Pierson refletia os esforços de internacionalização e intercâmbio acadêmico da Divisão de Ciências Sociais.[4]

Antes de partir para o Brasil, e como parte de seu treinamento prévio para o estudo que devia realizar sobre a situação racial do país, Pierson atuou como assistente de Park em cursos que este passara a ministrar na Universidade de Fisk. Situada em Nashville, Tennessee, Fisk foi uma das instituições de ensino superior criadas para atender à população negra do *Old South* no bojo de iniciativas de grupos missionários protestantes que se seguiram à guerra civil americana. O convite para que Park ministrasse aulas em Fisk partira de Charles Johnson, que começara a lecionar na instituição em 1928, fundando o Departamento de Ciências Sociais, e estava em vias de concluir sua tese de doutorado sobre as comunidades negras das *plantations* sulistas sob orientação do sociólogo de Chicago. A partir de uma rede de ativistas negros, reformadores, antropólogos e sociólogos vinculados a diferentes instituições norte-americanas, o Instituto de Relações Raciais de Fisk conseguiu se estabelecer como um dos principais centros de estudo sobre raça e relações inter-étnicas dos EUA, frequentado, entre outros, por Franz Boas, Otto Klineberg, Rüdiger Bilden, Melville Herskovits e Franklin Frazier (Silva, 2012). Em 1935, Pierson ministrou aulas sobre o Brasil apoiando-se em suas leituras[5] e, em seguida, participou de pesquisas no Sul rural desenvolvidas por Charles Johnson como parte dos planos de recuperação econômica da região implementados pelo *New Deal*, entrevistando operários, em sua maioria negros, nos Estados americanos de Virginia, Carolina do Norte e Kentucky (Pierson, 1987).

Após a experiência de pesquisa sobre populações negras, Pierson partiu de New Orleans em direção ao Rio de Janeiro. Aportou em julho de 1935, travando contato, entre outros, com Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Anísio Teixeira. Em São Paulo, conheceu

o sociólogo Samuel Lowrie, da Escola Livre de Sociologia e Política (Pierson, 1987: 37-39). O encontro com estes intelectuais, especialmente com Arthur Ramos, foi decisivo para a pesquisa do sociólogo, que se apoiou em uma rede de informantes e mediadores que se estendia pelos diferentes círculos sociais de Salvador, como as elites políticas, os escritores e as comunidades dos terreiros de candomblé (Idem). Durante os 22 meses de sua permanência em Salvador, Pierson residiu em pontos distintos da cidade: em áreas da classe média como Vitória, Barra e Mercê, e nas proximidades do Engenho Velho e Gantois, onde parte da população pobre então residia. Em Matatu Grande, o sociólogo foi iniciado nos rituais do candomblé pelo pai-de-santo Procópio d'Ogum (Idem).

Antes do término de sua pesquisa, Pierson recebeu a visita de Robert Park, que permaneceu em Salvador entre julho e agosto de 1937, explorando a cidade e travando contato com seus habitantes (Valladares, 2010). Em fins daquele ano, Pierson retornou aos EUA. Instalando-se na residência de Park em Nashville, ele conduziu, ao lado do antigo professor, um seminário sobre raça e cultura na Universidade de Fisk enquanto redigia sua tese (Pierson, 1987).

A pesquisa de Pierson contribuiu para colocar a Bahia no circuito internacional das Ciências Sociais, e as redes que teceu conjuntamente com Park foram acionadas nos anos subsequentes por pesquisadores americanos que fizeram viagens de estudo à região, como Ruth Landes e Franklin Frazier (Valladares, 2010; Sansone, 2012). O estudo sobre a Bahia teve desdobramentos posteriores na carreira do sociólogo. Contratado para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1939, Pierson atuou na construção do campo acadêmico das Ciências Sociais no Brasil, buscando imprimir-lhe as marcas de Chicago (Limongi, 1989; Vila Nova, 1998). Em um período em que a diplomacia cultural, especialmente o intercâmbio e as trocas científicas, tornou-se instrumental para a política norte-americana na América Latina em face da crescente presença alemã na região (Mulcahy, 1999; Freire Junior & Silva, 2014), o sociólogo se tornou um dos mediadores no esforço de aproximação diplomática entre EUA e Brasil (Maio *et al.*, 2013).[6]

A tese de Pierson sobre as relações raciais na Bahia

A agenda de pesquisas que orienta o trabalho de Pierson em Salvador é aquela de Robert Park, que considerava o Brasil como um laboratório racial. Ele busca compreender os efeitos do contato entre as raças na região, supondo que, em meio a disputas por recursos e espaço que a concentração de populações distintas em um mesmo *habitat* inevitavelmente colocava em marcha, arranjos sociais mais ou menos estáveis tendiam a se cristalizar a fim

de pôr termo ao conflito aberto ou reduzi-lo a um mínimo suportável, atribuindo nichos de atividade e papeis específicos às raças, distribuídas hierarquicamente, ou fundindo-as em uma nova unidade étnico-cultural. Pierson conduz sua pesquisa na Bahia a partir desta perspectiva, que postula que as relações raciais devem ser analisadas à luz dos processos de competição, conflito, acomodação e assimilação (Park & Burgess, 1921: especialmente os capítulos 8 a 11; Pierson, 1945b).

A gênese do esquema conceitual proposto por Robert Park remonta à experiência racial norte-americana posterior à Guerra de Secessão, marcada pela segregação racial institucionalizada no Sul, a suspensão dos direitos políticos dos negros, a proibição do casamento inter-racial e o acirramento das tensões étnicas nas cidades do Norte, decorrente da migração em massa da população rural. Importante para se compreender a perspectiva sociológica de Park é o conceito de assimilação, que adquire inteligibilidade quando se considera o horizonte normativo dos sociólogos e reformadores atuantes na cidade de Chicago, que se interrogavam pelas possibilidades de integração dos negros e das demais minorias étnicas à "sociedade americana", concebida como unidade sócio-política organizada segundo os valores da cultura anglo-saxônica protestante (Chapoulie, 2001: 315-320).

A fim de avaliar o grau de integração do negro à sociedade baiana, cuja matriz cultural dominante é identificada à do colonizador português, Pierson se pergunta se a cor constituía critério de estratificação social em Salvador e em que medida as raças formavam grupos ocupacionais endogâmicos, ou ainda, o grau de porosidade racial dos estratos sociais, lançando mão do par conceitual "casta" e "classe", que vinha sendo utilizado por cientistas sociais em estudos do Sul rural americano sob a orientação de W. Lloyd Warner. Na conceituação de Pierson, enquanto o conceito de classe social indica a existência de camadas abertas, permeáveis à mobilidade vertical, a casta é pensada, por oposição, como camada fechada cujos membros são determinados por nascimento e sobre os quais necessariamente se impõem fortes sanções ao casamento fora do grupo (Pierson, 1945b: 442-458). Esta forma de tratar operacionalmente das relações raciais foi sugerida por Park ainda no início do trabalho de campo de Pierson, então às voltas com a seleção e a interpretação do material empírico. Park pondera que: "[...] parece que você tem na Bahia, assim como nós aqui nos Estados Unidos, uma combinação de sistemas de classe e casta ou uma situação em que a classe está substituindo a casta. Cada raça, incluindo os mestiços [*mixed bloods*], contanto que tenha um nome ou algum grau de autoconsciência, tende a estar representada em todas as classes ocupacionais. Mas o grupo racial que apresenta status superior terá proporcionalmente números maiores nos estratos superiores enquanto os grupos raciais que apresentam status inferior terão números maiores nos estratos inferiores [...]".[7]

No intuito de verificar estas hipóteses, Pierson lançou mão de diferentes recursos de pesquisa: levantamento de dados censitários e de fontes arquivísticas em instituições públicas; elaboração de amostras próprias da composição racial de diferentes ocupações, associações e bairros da cidade, e aplicação de questionários em instituições de ensino visando à sondagem das atitudes raciais de jovens estudantes. Seu trabalho de cunho mais etnográfico envolveu a realização de entrevistas e a observação participante, por meio das quais buscou avaliar o grau e a forma de participação das raças em diversas atividades sociais de Salvador. Pierson ainda reuniu "histórias de vida" de personalidades negras ocupando distintas posições na sociedade baiana por meio de textos autobiográficos e correspondências, recurso metodológico consagrado nas Ciências Sociais de Chicago desde os estudos de W. Thomas e F. Znaniecki sobre o imigrante polonês nos EUA.

A conclusão a que Pierson chega é a de que a cor do indivíduo tinha pouco peso na determinação de sua posição social quando comparada a outros atributos como riqueza, educação e observação de certos padrões de etiqueta, de modo que critérios raciais não eram decisivos na organização da vida social local. Embora comumente assinalada pelos críticos e estudiosos, tal interpretação sociológica, em chave "classista", nem sempre condiz com os elementos que emergem da pesquisa de Pierson, especialmente de seu trabalho etnográfico, que por vezes acabam desestabilizando as afirmações de ordem mais geral do sociólogo ao indicarem as fortes conotações negativas associadas à cor e as tensões daí advindas. Antes porém de nos atermos às interpretações que se cristalizaram em torno da obra de Pierson, que tendem a concebê-la como uma ratificação da tese da democracia racial e a desconsiderar o encontro transnacional de ideias que está em sua origem, buscaremos ressaltar, a partir de uma análise atenta de *Brancos e pretos na Bahia*, o modo como o sociólogo constrói sua narrativa e as incongruências que surgem entre esta e o material empírico apresentado.

Inicialmente, Pierson lança uma visão geral sobre a Bahia, classificando-a como uma sociedade tradicional, patriarcal, de base rural e sob forte influência católica, o que não implicava, a seu ver, ausência de mudanças sociais, assinaladas ao longo do livro. Tratava-se de uma sociedade "relativamente isenta das diversas formas de conflito", como as que opunham capital e trabalho ou as raças (Idem: 62-63). Tensões raciais, todavia, emergem já no segundo capítulo do livro, momento em que, à maneira dos estudos em ecologia humana de Chicago (Eufrásio, 1999), Pierson analisa a distribuição residencial da população local segundo a cor: "[...] à primeira vista, a Bahia faz lembrar uma cidade medieval cercada por aldeias africanas" (Pierson, 1945: 72). As periferias são ocupadas majoritariamente por negros ao passo que os brancos se concentram nas áreas nobres, havendo espaços de transição, em que negros, mulatos e brancos residiam lado a lado. As exceções representadas pelos residentes negros e

mulatos dos bairros de classe média, e pelos habitantes brancos das áreas pobres, permitem a Pierson sustentar a tese de que a divisão espacial das raças é resultado da competição econômica, e não de segregação institucionalizada, sendo a posição desvantajosa do negro decorrência da antiga condição escrava. Isto não o impede de indicar que, de um total de 142 jovens brancos, 22 expressavam incômodo com a possibilidade de ter vizinhos negros alegando que estes viriam a comprometer o *status* do bairro (Idem: 77).

Pierson se volta, em seguida, para o processo histórico que conduziu àquele estado de coisas. Recorrendo às obras de autores brasileiros como Gilberto Freyre, Luiz Anselmo da Fonseca, Nina Rodrigues, Pedro Calmon e Arthur Ramos, além de relatos de cronistas do século XIX, como Henry Koster, Maria Graham, John Codman e Richard Burton, o sociólogo trata da história da escravidão africana na Bahia, que resultou, a seu ver, na dependência mútua, para fins de sobrevivência, entre as raças. O tráfico de pessoas, provenientes principalmente de Angola e Guiné, visava à economia agroexportadora baseada no latifúndio implantada pelos portugueses. Em praticamente um terço deste capítulo (12 de 46 páginas), Pierson se ocupa em registrar diversas insurreições de escravos ocorridas na Bahia do século XIX, assim como episódios de fuga e castigo corporal (Idem: 93-105). Embora Pierson enfatize a brandura da escravidão, seu quadro é mais complexo ao trazer casos de violência, que se evidenciam principalmente na repressão a revoltosos, identificados ou com os escravos das lavouras, distantes do convívio com os senhores, ou com os africanos de origem islâmica relativamente instruídos, que se opunham ao catolicismo e não se deixavam assimilar facilmente. Apoiando-se em Gilberto Freyre, Pierson trata da progressiva transformação da escravidão, de instituição econômica formal, em um tipo de relação pessoal, de dominação patriarcal e benevolente, entre senhor e escravo; transformação esta operada graças à proximidade dos contatos no interior da casa grande e à criação de laços de solidariedade mútua, o que favoreceu a assimilação do negro à cultura europeia e o enfraquecimento das barreiras de casta entre as raças (Idem: 135). A abolição foi o termo deste processo de mudança gradual, marcado pela adesão da sociedade brasileira, afeita à prática da alforria e contando com um número crescente de negros e mulatos livres, à vaga emancipatória, que não representou uma ruptura drástica com a ordem estabelecida nem desencadeou conflitos à semelhança da guerra civil americana.

Explorando fontes arquivísticas, Pierson analisa, na sequência, o histórico da miscigenação e do casamento inter-étnico no país. Partindo de uma análise ecológica, o sociólogo afirma que, assim como alhures, a mistura se processou a fim de atender imperativos práticos da colonização, que exigia, na ocupação dos territórios, uma base populacional mínima. À falta de mulheres brancas, o intercurso sexual com nativas foi tolerado pelos portugueses. No Brasil, entretanto, esta prática se tornou hábito e, com o tempo, traço da cultura nacional,

não encontrando, à diferença de outros contextos coloniais, como o sul-africano e o indiano, circunstâncias adversas que lhe perturbassem a evolução (Idem: 180-1). Os brancos também se amalgamaram com os negros. O caráter extralegal dessas uniões, o concubinato, não causa porém estranheza a Pierson, que atribui o fato ao aumento da oferta de mulheres brancas ao tempo da entrada das primeiras levas de africanos nas colônias.

Pierson constata que a disposição para a mistura étnica permanecia no presente, condicionada, entre outros fatores, pela instituição da empregada doméstica, que mantinha brancos e negros em contato íntimo, e pelo desejo generalizado de contrair relações com brancos. Em uma maternidade pública, o sociólogo registra o orgulho das mães mulatas que exibiam seus bebês de pele mais clara. Segundo Pierson, era comum, nessas situações, ouvir-se a declaração: "Não quero voltar para a África" (Idem: 182). Assim, as "circunstâncias favoráveis à miscigenação" (Idem: 180) analisadas por Pierson acabavam por acentuar o *status* inferior do negro e a depreciação sistemática de seus traços fisionômicos, elementos identificados pelo sociólogo mas que permanecem laterais em sua reflexão.

O mesmo se observava em relação ao fenômeno do casamento inter-racial, em que a cor branca constituía moeda de troca valorizada. Pierson nota que, do total de uniões legais ocorridas entre 1 de setembro de 1933 e 31 de dezembro de 1934, apenas 3,3% envolviam casamento inter-racial. Enfocando os poucos casos identificados de inter-casamento, o sociólogo observa que estes em geral envolviam uniões no interior de uma mesma classe. Quando os parceiros provinham de classes diferentes, o branco tendia a se beneficiar economicamente da união, sendo o cônjuge negro mais bem-sucedido financeiramente. Nas raras situações em que o negro se beneficiava da vantagem econômica, o parceiro branco tendia a ser mulher, "circunstância que [...] era de esperar-se, numa sociedade em que as mulheres estão [...] em desvantagem social e, ao mesmo tempo, sofrem pressão para evitar o celibato" (Idem: 211). Pierson ainda se defronta com fortes objeções ao casamento inter-racial por parte da elite: "Se alguém se casa com pessoa bem mais escura, ouve-se dizer: 'Ele não tem vergonha na cara'" (Idem: 212).

Em um movimento característico, Pierson relativiza o peso da cor no estabelecimento de relações matrimoniais, indicando que as atitudes adversas aos negros se voltavam mais contra a classe do que a raça. A chave classista é acionada na interpretação das razões fornecidas por estudantes brancos em sua recusa, quase unânime, em se casar, e mesmo dançar, com negros: "são rudes e ignorantes" ou "não possuem representação social". Nem todas as respostas, entretanto, se encaixam facilmente neste esquema interpretativo, e por vezes sugerem atitudes francamente racistas: "Porque os acho inferiores, intelectual e socialmente, e não me sentiria bem em sua convivência" (Idem: 215).

Após analisar como a miscigenação se processava, Pierson se volta para os seus efeitos, a começar pela redução das diferenças físicas entre as raças (Idem: 185). Pierson registra a crença difundida acerca do branqueamento da população, indicado com orgulho por brancos e mulatos, e se pergunta por seus fundamentos. Assinala, como hipótese explicativa para esta crença social generalizada, a redução gradativa do número de negros na população total, uma vez que, dadas suas precárias condições de vida, sobre eles incidia a maior taxa de mortalidade infantil. Indica ainda a possibilidade de inflação do número real dos brancos, considerando-se a plasticidade desta categoria, que tendia a incluir muitos mestiços de pele clara, fenômeno comum que era expresso pelo ditado: "Quem escapa de negro, branco é" (Idem: 190). Pierson nota, a esse respeito, que as classificações raciais nativas operavam a partir da aparência física, levando em conta principalmente a textura do cabelo e a cor da pele, e diferiam da categorização norte-americana, produtora de divisões raciais estanques porque baseada na ascendência racial.

À falta de dados censitários precisos, Pierson buscou conhecer a composição racial da população de Salvador com base em observações diretas do evento público que mobilizava toda a cidade, a Micareta. Classificando os indivíduos conforme sua "origem étnica", ele constatou que sua esmagadora maioria era constituída por mestiços, havendo poucos brancos e africanos "biologicamente 'puros'" (Idem: 192). O resultado desta amostragem, todavia, dificilmente poderia, por si só, justificar ou dar respaldo à hipótese de Pierson segundo a qual os negros vinham sendo crescentemente incorporados biologicamente aos mulatos e estes, aos brancos (Idem: 392), conclusão a que o sociólogo chega, ao que tudo indica, em razão da leitura de autores que, como Oliveira Vianna, enxergavam no branqueamento o sentido do processo de miscigenação no Brasil. Pierson se apoia em uma visão em torno da qual havia relativo consenso no contexto intelectual brasileiro.

No âmbito das relações sociais, a miscigenação tivera como efeito a produção de laços de solidariedade no interior das famílias que cruzavam as linhas de cor, inibindo o fortalecimento do "preconceito de casta" (Idem: 195). Isto possibilitou, no século XIX, *pari passu* ao florescimento das cidades e à decadência das antigas aristocracias rurais, a ascensão social dos mestiços, que, obtendo vantagens junto aos senhores em termos de proteção familiar e formação educacional, vieram a se perfilar entre as novas categorias urbanas dos profissionais liberais, doutores e bacharéis, assumindo por vezes posições de destaque no mundo das artes, das ciências e da política. A análise de Gilberto Freyre acerca da ascensão do mulato fornece a Pierson a chave para compreender a transição da antiga ordem escravocrata, organizada em castas, para uma sociedade de classes. Penetrando nas camadas superiores, individual e gradativamente, o mulato teria contribuído para minar a hierarquização dos grupos sociais

segundo linhas de cor, preparando o advento de um tipo de estratificação social formado por camadas abertas em que a raça tendia a assumir papel secundário na determinação do *status*.

Voltando-se para a estratificação social da cidade de Salvador no presente, Pierson observa a distribuição desigual de negros, mulatos e brancos nas diferentes classes, que o sociólogo define segundo suas ocupações, poder aquisitivo e prestígio social. Em 1936, de um total de 232 indivíduos exercendo o cargo de professor universitário, 70,3% eram brancos e 14,2%, mulatos. Não havia padres negros, nem bancários, nem negociantes, sendo os negros somente 1% dos médicos e 1,7 % dos políticos e advogados. Por outro lado, não havia estivadores brancos, nem lavadeiras, carroceiros ou pedreiros. Do total destas amostras, 93%; 89,5%; 83% e 82,4% eram, respectivamente, compostas por negros (Idem: 241-5). Não havia negros entre os membros do clube da elite baiana, existindo, entre os não brancos, apenas alguns mulatos (Idem: 249). Nas escolas, o número de alunos negros era limitado, havendo "progressiva eliminação das cores mais escuras à medida que se sobe na escala educacional" (Idem: 250).

Em que pese o quadro de desigualdades raciais apreendido por Pierson, o sociólogo afirma que a concentração da população negra na base da pirâmide social, longe de refletir uma rígida estrutura, era o resultado previsível do curto espaço de tempo transcorrido desde a abolição. Em seu esforço ascensional, o negro tivera que partir dos níveis sociais e econômicos mais baixos. Pierson reconhece que a cor podia significar uma desvantagem na competição por *status*, símbolo indelével da origem escrava, mas insiste em afirmar que ela não constituía obstáculo insuperável, nem selava, em definitivo, o destino social do indivíduo: "Sem dúvida, a cor é um percalço. Mas tende sempre a ser esquecida, se o indivíduo em questão possuir outros característicos que identificam as classes 'superiores', tais como competência profissional, capacidade intelectual, educação, riqueza, encanto pessoal, pose, e, especialmente para as mulheres, beleza" (Idem: 268). Ao afirmar que as posições sociais não eram fixas, e que atributos de classe eram mais decisivos do que a cor na determinação do *status*, Pierson se apoia sobremaneira na trajetória de mulatos que, ascendendo socialmente, haviam não apenas conquistado melhor condição financeira, como a classe média negra americana, mas também penetrado, à diferença desta, nos círculos das elites, sendo reconhecidos por toda a comunidade.

As tensões entre a leitura sociológica de Pierson, em chave classista, e os resultados de sua pesquisa chegam ao paroxismo no momento em que aborda, em rico registro etnográfico, o que pensavam e como agiam negros, mulatos e brancos uns em relação aos outros. Pierson se defronta com "atitudes de descontentamento e protesto" (Idem: 285) e sentimentos de "exploração" e "incompreensão", especialmente por parte dos negros (Idem: 290), revelando

situações em que a cor constituía fonte de conflitos, constrangimentos e adversidades na vida daqueles sujeitos.

Em documento intitulado "O negro na Bahia", escrito, a pedido do sociólogo, por um estivador negro, o autor observa que as elites brancas baianas se comportavam com prepotência e senso de superioridade, criando barreiras à oportunidade de elevação na profissão por parte da população negra, considerada inferior e privada de qualquer reconhecimento social (Idem: 287-288). Os brancos, por seu turno, mantinham atitudes que variavam da indiferença à "indulgência" em relação à "massa dos pretos" (Idem: 289).

Pierson considera ainda as atitudes dos mulatos, que demonstravam forte obstinação em branquear-se. Dialogando com o conceito de "homem marginal", categoria cunhada por Park que teve desdobramentos na obra de Everett Stonequist, o sociólogo sugere que a personalidade dos mulatos em ascensão era marcada por ambivalências decorrentes de sua inscrição em mundos sociais distintos (Idem: 237). Eles se esforçavam por ocultar a ascendência africana e a origem escrava, comportamento registrado de modo significativo nos versos do poeta popular João Varella: "Do pai branco, que nunca viu/ Tem o retrato na sala;/ Mas... da preta que o pariu/ Não tem retrato, nem fala" (Idem: 291).

Pierson observa que o movimento ascensional produzia fricções. Homens da elite baiana consideravam os empregados negros preferíveis aos mulatos, percebidos como desonestos, excessivamente ambiciosos, "sem caráter", "sempre procurando ser mais brancos do que são" (Idem: 294-5). Estas atitudes, todavia, não são interpretadas na chave do "conflito racial", uma vez que, na visão do sociólogo, "pretos e brancos não se defronta[vam] como grupos étnicos irredutíveis, diferentes não só na aparência [...], mas também em natureza, e destinados a ficar para sempre separados e distintos" (Idem: 281-282).

A tradução do conflito em termos de classe, todavia, se choca com situações em que aquele assume expressões racializadas. É o caso de uma cozinheira negra que, encolerizada, se dirige a um mulato: "Escute, sabido, você é apenas um mulato sujo! Nem sequer pertence a uma raça pura! Antes quero ser preta que mestiça!" (Idem: 292). Pierson registra ainda o desabafo de um homem negro que se zangara com um mulato: "Muito bem! É isto que a gente recebe de um mulato. Misturar as raças sempre dá numa cousa destas" (Idem: 292).

Ao analisar as agressões verbais sofridas por negros, geralmente em confrontos face a face, quando a cor vinha à tona, Pierson não lhes atribui qualquer significação racial, lendo-as como choques ou de nacionalidades ou de culturas derivados, em ultima análise, do etnocentrismo: "Se um baiano quiser ser particularmente injurioso, agravará a picada constituída pela palavra 'negro' acrescentando-lhe 'da África', acentuando, assim, duplamente sua alusão à origem estrangeira do preto" (Idem: 282). A minoria negra praticante do culto aos orixás era

particularmente suscetível, neste sentido, a atitudes adversas, ainda que, conforme o juízo do sociólogo, predominasse, entre os brancos, a postura tolerante e paternalista. A oposição ativa era, contudo, visível nas queixas que chegavam aos jornais, solicitando medidas repressivas das autoridades contra a prática do candomblé nas vias públicas da cidade, percebida como ameaça aos foros civilizados (Idem: 378-380). As reações de insatisfação dos negros identificados com a tradição africana são interpretadas, por seu turno, como sinal de ressentimento diante da assimilação crescente à cultura dominante, de matriz europeia, processo considerado inexorável por Pierson: "Se eu vir um africano agradando um desses brancos, não olharei para o branco, mas olharei o preto de alto a baixo, assim (deu à face uma expressão de desprezo, de desdém) e quando passar farei sempre assim (pigarreou fortemente e cuspiu)" (Idem: 335). A este depoimento, o sociólogo acrescenta o relato de um homem branco que, passeando em companhia de "um velho feiticeiro [negro] e seu filho" pela Ladeira da Cruz da Redenção, ouviu de um morador negro, que punha a cabeça para fora da janela de seu casebre: "Que negros! Trastes! Andando com branco!" (Idem: 336).

A forma como Pierson interpreta seus resultados de pesquisa decorre dos problemas que se coloca, que somente ganham sentido a partir do esquema teórico-conceitual no interior do qual o sociólogo se move. As tensões e os conflitos entre negros, brancos e mulatos, as manifestações de insatisfação e a difícil aceitação de casamentos com negros não deviam, a seu ver, ser superestimados na avaliação do quadro geral das relações raciais em Salvador. Importante, a esse respeito, era notar que o encontro das raças na região, à diferença dos EUA, da África do Sul e da Índia, desencadeara um processo de miscigenação étnica que transcorrera de maneira ininterrupta ao longo da história, cristalizando-se em uma cultura miscigenacionista e possibilitando, a partir dos contatos íntimos no interior das famílias, o estabelecimento de laços de solidariedade inter-raciais. Prova disto, segundo Pierson, era que a raça tinha pouca relevância para a estratificação da sociedade baiana, estando negros, mulatos e brancos representados em todas as ocupações, ainda que de maneira desigual, e havendo ainda a possibilidade de ascensão e reconhecimento social dos indivíduos de cor pela comunidade como um todo. Dada a "disseminada teia de relações pessoais na Bahia" (Idem: 282), os indivíduos tendiam a ser considerados a partir de seus contatos em uma extensa rede de amigos e parentes, dificilmente sendo percebidos a partir de categorias raciais substantivas e estanques. Embora implicando o estigma da escravidão, as marcas raciais perderiam gradativamente esta significação à medida que, por um lado, a mistura étnica prosseguisse, resultando no branqueamento da população, e, por outro, um número crescente de mulatos e negros, galgando a pirâmide social, atestassem suas capacidades e méritos pessoais. As hipóteses de Pierson convergiam para a tese segundo a qual a Bahia constituía, ao lado do Havaí, uma sociedade

multirracial de classes, distanciando-se tanto da situação norte-americana, em que uma classe média negra ascendia apenas no interior de sua comunidade, não sendo aceita pelos brancos em condições de igualdade formal, quanto do caso extremo da sociedade de castas indiana.

Uma obra transnacional

A leitura sociológica de Pierson, em chave classista, dos constrangimentos sofridos por negros e mulatos, e das tensões e conflitos que emergem no cotidiano, é controversa quando confrontada com os depoimentos e casos registrados em campo pelo sociólogo, que assumem expressões por vezes bastante racializadas. Os elementos que resultam do seu rico trabalho etnográfico se põem em tensão com suas hipóteses e conclusões mais gerais, prestando-se a leituras alternativas. As incongruências entre o material empírico e a linha interpretativa adotada por Pierson foram notadas em resenha à edição norte-americana realizada pelo antropólogo Joseph Bram, formado na Universidade de Columbia, que as converteu, talvez não sem ironia, em ponto a favor da objetividade do trabalho do sociólogo: "[...] o autor não hesitou em disponibilizar materiais que enfraquecem seu próprio argumento e em fornecer munição contra suas próprias visões" (Bram, 1944: 544).[8]

No Brasil, todavia, tornou-se recorrente, deixando-se de lado as nuances e tensões no interior da obra de Pierson, associar a pesquisa do sociólogo a uma visão edulcorada das relações raciais no país, espécie de reiteração, conforme as interpretações convencionais da obra de Gilberto Freyre, do mito da democracia racial (Hasenbalg, 1995), ou à negação categórica de quaisquer formas de preconceito e discriminação ligadas à cor (Guimarães, 2004). A Bahia que salta do retrato etnográfico matizado de Pierson, todavia, dificilmente se traduz em um mundo idílico de harmonia racial.[9]

A primeira edição brasileira do livro de Pierson (1945) e sua recepção posterior no país contribuíram sobremaneira para esta leitura, "nacionalizando" sua obra, colocando-a em continuidade com tradições intelectuais locais, e destacando, como conclusão fundamental a se reter, a confirmação da ausência de preconceito de raça no país. Este foi o espírito do prefácio de Arthur Ramos. Após observar que "os estudiosos brasileiros viviam escrevendo sobre a inexistência, entre nós, de preconceitos de raça, julgando assim o Brasil o país ideal neste plano da coexistência harmônica de povos e raças de vários matizes étnicos" (Ramos, 1945: 22), Ramos destaca que Pierson havia chegado "às mesmas conclusões que estavam admitidas [...] tradicionalmente" (Idem: 23). Restava, como questão aberta à discussão, saber "se este preconceito ligado à cor negra mais carregada coincid[ia] ou não com o *status* social e econômico mais baixo" (Idem: 24). Nos anos 1950, sociólogos que participaram do Projeto

Unesco de Relações Raciais, como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e Luiz de Aguiar Costa Pinto tornaram a pôr em evidência, na leitura da pesquisa de Pierson, suas afirmações relativamente à inexistência de preconceito de raça no país, ainda que, desta vez, com o intuito de contestá-las ou revê-las (Maio, 1997). Fernando Henrique Cardoso (1955), em resenha da monografia de Thales de Azevedo (1955) sobre as elites de cor baianas, apresenta críticas ao trabalho de Pierson que se tornariam comuns entre os cientistas sociais da USP após as pesquisas conduzidas por Roger Bastide e Florestan Fernandes em São Paulo (Bastide & Fernandes, 1951), que sublinhavam tanto a incapacidade do sociólogo norte-americano de reconhecer a existência de um preconceito de cor no Brasil distinto do preconceito de classe quanto a generalização indevida de sua análise da situação racial baiana para o restante do país.[10]

Pierson, no entanto, foi mais cauteloso em sua tese, afirmando que a ausência de preconceito de raça não implicava inexistência de "distinções sociais" nem de "discriminação" (Pierson, 1945: 422). Nas conclusões, a hipótese do preconceito é expressa de modo ambivalente: "Existe preconceito no Brasil, mas é preconceito *antes de classe que de raça*, apesar de estar, até certo ponto, ligado à cor" (Idem: 421, grifo do autor). A afirmação, entremeada por ponderações, ao mesmo tempo que serve para relativizar o peso das tensões advindas da cor, indica que Pierson não ignorava a existência das mesmas. Ela também expressa hesitações que o sociólogo tivera no decorrer do seu trabalho de campo, registradas nos relatórios de pesquisa, como notaram Romo (2010) e Brochier (2011), ao se deparar com situações de conflito que não se encaixavam, de imediato, em seu aparato conceitual.[11] A posição de Pierson se torna ainda mais complexa se considerarmos que ele empregou o termo "preconceito de raça" em um sentido estrito, a saber, para indicar a "atitude social que surge em condições de conflito para auxiliar a manutenção de um 'status' ameaçado", e que não devia ser confundido com atitudes de "aversão", "hostilidade" ou "desigualdade de tratamento" (Pierson, 1945b: 455). Traduzindo uma interpretação particular da experiência racial norte-americana, o conceito parecia deslocado no caso baiano porque os brancos não haviam sido confrontados, durante a abolição, por uma população negra hostil que lhes representasse uma "ameaça ao [...] próprio 'status'", de modo que os sentimentos de desconfiança, apreensão e ressentimento, constitutivos daquela forma de preconceito, não haviam sido experimentados (Pierson, 1945: 419).

Pierson acentua o caráter lento, cumulativo e não-conflituoso da transformação da sociedade de castas baiana em uma "ordem de competição livre" a fim de explicar por que o preconceito não se manifestava na região à maneira norte-americana. Na comparação com os EUA, há uma discreta valoração positiva do caso baiano, que estaria mais afinado com o receituário liberal-reformador de como deviam ser conduzidos processos de mudança nas

relações raciais: antecedida por "uma onda de terror [...] que varreu o Sul [americano] depois da revolta dos negros [no] Haiti e das desordens surgidas com a subsequente aniquilação dos brancos [haitianos]", a abolição da escravidão nos EUA havia sido um "episódio da guerra civil" estremecido por "um programa de 'reconstrução' imposto por conquista armada [pelo Norte abolicionista contra o Sul escravocrata]" (Idem: 418-419). Não tendo sido gestada desde dentro, crescendo vegetativamente, a mudança de *status* do negro no Sul americano havia se processado de modo abrupto, mediante uso da força, fomentando ressentimentos e um fundo de memórias entre os brancos que conferiam conteúdo fortemente negativo às representações em torno dos negros.

A interpretação de Pierson da experiência norte-americana, que lhe era mais imediata e familiar, foi uma importante referência em sua avaliação da situação racial brasileira, o que lhe rendeu a acusação de etnocentrismo (Cardoso, 1955). Mas tais comparações recorrentes, ao invés de indicarem um viés de origem inconsciente, foram um expediente explicitamente empregado pelos sociólogos de Chicago, fazendo mesmo parte de sua compreensão do que significava fazer ciência. Por buscarem extrair regularidades e lições gerais das diversas "histórias nacionais" de contato racial, seus esquemas interpretativos acabavam por ressaltar sistematicamente as diferenças e os contrastes, que se tornavam os elementos valorizados na coleta do material empírico. São ilustrativas deste modo de proceder as orientações que Redfield e Park transmitiram a Pierson ainda quando este dava os primeiros passos em sua etnografia. Nas palavras de Redfield, Pierson devia se ater "somente àqueles fatos que [fossem] relevantes no desvendar das características da situação racial local que são únicas".[12] Deste modo, a mobilidade vertical que existia historicamente na Bahia, implicando reconhecimento social dos indivíduos de cor, além da possibilidade de associação íntima com as elites brancas, acabou sendo um dos elementos principais explorados por Pierson no esforço de tornar inteligível a "situação racial baiana" porque ela não apresentava semelhança nem com a situação da classe média negra norte-americana, que apenas ascendia nos limites de uma comunidade negra fortemente endogâmica, nem com a condição dos estratos intermediários e biologicamente mestiços da sociedade indiana, fechados sobre si mesmos e socialmente desautorizados a galgar outras posições. Se esta hipótese veio a se tornar plausível para Pierson, isto se deveu, em grande medida, aos marcos interpretativos "autorizados" estabelecidos por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre acerca da história social brasileira, que contribuíram para afastar as incertezas cognitivas eventualmente suscitadas por um complexo e contraditório contexto etnográfico.

Ademais, a visão de Pierson acerca do presente da cidade de Salvador depende de projeções implícitas em sua análise, que decorrem dos pressupostos axiológicos do esquema

classificatório de Park. Ao invés de afirmar a inexistência de obstáculos de cor, Pierson os enxerga como resíduos da antiga ordem escravocrata, em uma atitude claramente otimista. O sociólogo julgava ser questão de tempo até que, com base na ascensão de um contingente cada vez maior de indivíduos de cor, a composição étnica das classes na Bahia se alterasse em direção a uma distribuição menos desigual – distribuição esta que refletiria, eventualmente, a existência de posições sociais baseadas exclusivamente no "mérito individual" e em "circunstâncias favoráveis" (Pierson, 1945: 422), e não mais na "ascendência racial", "condição que escapa ao [...] controle do indivíduo" (Idem: 399).

Neste sentido, a Bahia de Pierson se aproximava dos ideias liberais de uma ordem social meritocrática, com distinções, desigualdades e conflitos considerados naturais a toda forma de sociedade (Idem: 422), mas que não chegavam a comprometer, como era o caso do preconceito racial nos EUA, a possibilidade de realização da democracia enquanto igualdade de oportunidades e livre competição. Este horizonte político se explicita nos relatórios de pesquisa de Pierson, quando este ensaia a análise da situação racial baiana a partir do par conceitual "casta" e "classe": "O corpo de relações sociais [...] peculiar a Índia, Estados Unidos e Brasil respectivamente não constitui tipos diferentes de casta, mas diferentes organizações sociais que, para efeitos de análise esquemática, podem ser concebidas como ocupando posições variadas ao longo de um gradiente cultural, cujo um dos polos pode ser denominado 'casta', e o outro (por falta, talvez, de um termo melhor) 'democracia pura'".[13] Embebida no imaginário político da época, a Bahia que emerge do trabalho de Pierson é fruto de um jogo de espelhos e contrastes com imagens de diversas regiões do globo, como o *Deep South* americano, a Índia e o Havaí, de tal maneira que ela somente ganha contornos definidos em sua análise à luz destas aproximações e distanciamentos.

Considerações finais

As conclusões do estudo de Donald Pierson sobre a Bahia estiveram conjugadas a uma série de observações sobre as tensões e os conflitos entre negros, brancos e mulatos que permeavam a sociedade baiana assim como as adversidades enfrentadas pela população negra, observações que por vezes colidem com suas teses mais gerais. Ainda que o sociólogo seja otimista ao chamar a atenção para a lenta e contínua transição de uma ordem de castas para uma ordem de livre competição em Salvador, sua leitura, informada por um paradigma sociológico universalista (Villas Bôas, 1998), não deixa de registrar a maneira desigual como os grupos raciais se inseriam na estrutura de classes da sociedade baiana. Isso fica evidente na rica etnografia presente em sua obra, que merece ser revisitada.

Da mesma forma, uma visão ampliada do trabalho de Pierson que não perca de vista o contexto histórico em que foi produzido deve ir além das molduras nacionais a partir das quais a produção sociológica do passado tem sido geralmente analisada, no Brasil e alhures, atentando para as circunstâncias transnacionais que presidiram sua elaboração, marcadas pela circulação de atores e ideias entre diferentes partes do globo. O estudo do sociólogo reúne, mediante nexos intrincados, elementos oriundos de diferentes contextos, como o esquema analítico da Sociologia das relações raciais de Robert Park, então em vias de internacionalização, as inquietações políticas quanto aos destinos da democracia nos EUA e ao lugar de suas "minorias raciais", assim como as interpretações do Brasil elaboradas por intelectuais brasileiros. A análise transnacional da obra de Pierson, ao mesmo tempo que constitui um desafio, é fundamental se quisermos obter uma ampla compreensão de seus significados.

Notas

1 Criada em 1917 por Sears Roebuck, empresário do ramo de vendas por correspondência, a Fundação Rosenwald financiou, nos anos 1920 e 1930, ações em educação e saúde destinadas à minorar as precárias condições de vida dos trabalhadores negros do Sul dos EUA assim como pesquisas que deveriam nortear políticas para o desenvolvimento da região (Chapoulie, 2001: 308-310).

2 O caso de Andrew Lind é ilustrativo de como a carreira e as pesquisas de Pierson podem ser situadas em amplo contexto transnacional. Sob orientação de Park, Lind realizou, em fins dos anos 1920, pesquisa sobre o domínio territorial de sucessivas etnias no Havaí, considerado, como o Brasil, uma sociedade "multirracial".

3 Em carta a Robert Redfield, Pierson afirma: "Meu entendimento era o de que, além do estudo na Bahia, eu devia explorar as possibilidades de estudos posteriores aqui sobre contacto cultural e racial, descobrir o que já havia sido feito ou estava em curso nesse sentido, contactar os mais importantes intelectuais brasileiros interessados em nosso campo de estudos e repassar essas informações". Carta de Donald Pierson a Robert Redfield, 1/11/1935. 2p. Fundo Donald Pierson, Arquivo Edgar Leuenroth, UNICAMP (a partir de agora, FDP). Pasta 62. Em carta posterior, Pierson relata o interesse de Anísio Teixeira, então à frente da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em promover intercâmbio entre professores da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 como parte de seu programa de reestruturação do ensino público no Rio de Janeiro, e da Universidade de Chicago. Carta de Donald Pierson a Robert Park, Robert Redfield e Louis Wirth, 8/11/1935. 2f. FDP, Pasta 62. O conteúdo destas e das demais cartas que se seguem foi traduzido livremente.

4 É o que se depreende de carta enviada por Robert Park a Oliveira Vianna em 1935, anunciando a viagem de Pierson ao Brasil: "Fiquei [...] satisfeito em saber que você ficou realmente interessado na possibilidade de um intercâmbio com professores americanos, o que, eu posso lhe contar, é algo que a Universidade de Chicago está agora seriamente considerando. [...] Chamei a atenção dos membros do nosso Seminário de Raça e Cultura para os seus ensaios muito interessantes sobre os aspectos populacionais e raciais da vida cultural no Brasil. [...] Permita-me dizer que eu fiquei bastante impressionado com o caráter do país e do povo e com os recursos ilimitados do Brasil durante minha estadia aí, e que eu tenho verdadeiro interesse em promover relações culturais mais íntimas entre o meu próprio país e o seu [...]". Carta de Robert Park a Oliveira Vianna, 5/2/1935, 2f. Correspondência, Casa de Oliveira Vianna.

5 Entre estas obras, destacam-se: *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna, e *Casa grande & senzala,* de Gilberto Freyre. Carta de Donald Pierson a Isaac Goldberg, 30/10/1934. FDP, Pasta 61. 1f. Pierson fez ainda o levantamento da bibliografia em língua inglesa, como o artigo *Brazil, laboratory of civilization*, de Rüdiger Bilden (Pierson, 1945).

6 A correspondência de Pierson com representantes do governo americano em fins dos anos 1930 e início dos anos 1940 evidencia seus esforços para a obtenção de apoio para a pesquisa e o intercâmbio acadêmico. Em carta a Charles Thomson, então chefe da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado, Pierson relata suas atividades após o primeiro ano de residência em São Paulo, mencionando alunos brasileiros que lhe pareciam elegíveis para bolsas de estudo nos EUA. Carta de Donald Pierson a Charles Thomson, 30/12/1940, 4f. FDP, Pasta 3.

7 Carta de Robert Park a Donald Pierson, 11/2/1936, FDP, Pasta 62. 5f, p. 3.

8 Mais recentemente, Romo (2010) chamou a atenção para o descompasso entre a argumentação de Pierson, por um lado, e o registro etnográfico detalhado de declarações abertamente racistas e do quadro de acentuadas desigualdades raciais, por outro. Não concordamos com a autora, entretanto, quando sugere que, no esquema explicativo de Pierson, a ausência relativa de tensões raciais decorre do caráter estático de uma sociedade pouco afeita à mudança. Embora Pierson qualifique a Bahia como uma sociedade tradicional, importava-lhe, sobretudo, sublinhar o gradualismo de suas mutações, como aquele que vinha presidindo a passagem de uma ordem de castas para uma ordem de classes, gradualismo que é implicitamente valorizado pelo sociólogo na medida em que esposa, ao lado de seus pares de Chicago, uma visão liberal-reformadora para o "problema racial", como indicaremos a seguir.

9 Guimarães (1996a), em que pese a análise acurada das inconsistências na abordagem piersoniana e o reconhecimento de seu forte registro classista, por meio do qual "casos de discriminação racial são descaracterizados enquanto tais e reinterpretados como formas de discriminação de classe" (p. 150), atém-se mais ao enquadramento conceitual que informa o trabalho analítico do sociólogo do que aos resultados de sua rica etnografia. Ao fim e ao cabo, a construção de Pierson, de uma "sociedade multirracial de classes", sustentaria teoricamente a visão disseminada acerca da existência de uma "democracia racial" no país (p. 145).

10 Atento aos sentidos que a obra de Pierson veio a assumir no Brasil, Brochier (2011) buscou realizar a importante tarefa de compreendê-la em suas intenções e concepções originais, explorando alguns dos nexos do estudo do sociólogo com a perspectiva de Park. Neste movimento, todavia, o autor tendeu a naturalizar as posições metodológicas e epistemológicas de Pierson, sem se perguntar por suas raízes históricas e políticas, além de subapreciar as componentes intelectuais brasileiras que atuaram na elaboração de sua tese.

11 Nas palavras de Pierson: "Amigos baianos que anteriormente me asseguravam que no Brasil não existia preconceito estão agora, a partir de um contato mais íntimo, começando a reconhecer que tal descrição é apenas teórica, que, em realidade, eles não aceitam o negro em um plano de completa igualdade social". Carta de Donald Pierson a Robert Park, Robert Redfield e Louis Wirth, *Report No. 3*, 19/6/1936. FDP, Pasta 62. 5f, p.1. E ainda: "É [...] provavelmente seguro afirmar que na Bahia não existe tal coisa como preconceito de raça no sentido em que este termo é usado nos Estados do Sul [dos EUA]. Entretanto, [...] eu não estou ainda certo de que se pode afirmar que o preconceito que de fato existe é preconceito de classe ao invés de ser de casta e que a escala das distinções raciais, incluindo o negro na base e o branco no topo, corresponde em geral simplesmente à escala das distinções de cor existente entre a minoria negra nos Estados Unidos; que aqui não existe casta baseada em raça, mas que existem apenas classes. Isto pode ser verdadeiro, mas precisa de validação posterior. Carta de Donald Pierson a Robert Park, Robert Redfield e Louis Wirth, *Report No. 6*, 19/12/1936. FDP, Pasta 62. 6f, p.6.

12 Carta de Robert Redfield a Donald Pierson, 9/12/1935. FDP, Pasta 62. 2f.

13 Carta de Donald Pierson a Robert Park, Robert Redfield e Louis Wirth. *Report No. 6,* 19/12/1936. FDP, Pasta 62, p. 5. 6f.

Referências bibliográficas

AKYRA, Iriye. The rise of global and transnational history. *Journal of Transnational American Studies*, v. 5, n. 1, p. 2-19, 2013.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *O preconceito racial em São Paulo.* Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Publicação n. 118, abril de 1951.

BRAM, Joseph. Book Review. Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia. *American Anthropologist*, v. 46, p. 543-545, 1944.

BRASIL JR., Antônio da Silveira. *Passagens para a Teoria Sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

BROCHIER, Christophe. De Chicago à São Paulo: Donald Pierson et la sociologie des relations raciales au Brésil. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, Publications de la Sorbonne, Paris, 2011, p.293-324.

BULMER, Martin. *The Chicago School of Sociology – Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research.* Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. Resenha. As elites de cor. *Anhembi,* São Paulo, v. 19, n. 55, p. 121-124, 1955.

CHAPOULIE, Jean M. *La tradition sociologique de Chicago (1892-1961).* Paris: Éditions du Seuil, 2001.

CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. *Contemporary European History*, v. 14, n. 4, p. 421-439, 2005.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. São Paulo: Papirus, 1995.

EUFRÁSIO, Mário. *Estrutura urbana e ecologia humana.* São Paulo: Editora 34, 1999.

FREIRE JUNIOR, Olival; SILVA, Indianara. Diplomacia e ciência no contexto da Segunda Guerra Mundial: a viagem de Arthur Compton ao Brasil em 1941. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, p. 181-201, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Cor, classes e *status* nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Baia: 1940-1960. In: MAIO, M. C & SANTOS, R. V. *Raça, ciência, sociedade.* Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 282-294, 1996a.

_____. O projeto Unesco na Bahia. *Colóquio Internacional "O Projeto Unesco no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois"*. Salvador, Bahia, julho de 2004. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/O%20Projeto%20UNESCO%20na%20Bahia.pdf. Acesso em: 10/2/2017.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil, *Dados*, v. 38, n. 2, p. 355-374, 1995.

HEILBRON, J.; GUILHOT, N.; JEANPIERRE, L. Toward a transnational history of the Social Sciences. *Journal of The History of the Behavioral Sciences*, v. 44, n. 2, p.146-160, 2008.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política. In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1, São Paulo: Sumaré/ Fapesp, p. 217-233, 1989.

MAIA, João Marcelo E. A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. *Cadernos CRH*, v. 28, n. 73, p. 47-58, 2015.

MAIO, Marcos Chor. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil.* Tese de Doutorado (Ciência Política). Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 1997.

———; OLIVEIRA, Nemuel da Silva; LOPES, Thiago da Costa. Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. *Dados*,v. 56, n. 2, p. 245-284, 2013.

MULCAHY, Kevin. Cultural Diplomacy and the Exchange Programs: 1938-1978. *The Journal of Arts Management, Law, and Society,* v. 29, n. 1, p. 7-28, 1999.

PARK, Robert E. & BURGESS, E. W. *Introduction to the Science of Sociology.* Illinois: University of Chicago Press, 1921.

PIERSON, Donald. Por que eu vim à Bahia. *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, Salvador, v. 11, p. 89-93,1936.

_____. Um mestre da ciência social. *Revista do Arquivo Municipal,* São Paulo, v. 76, ano 7, p. 165-168, 1941.

_____. Robert E. Park: sociólogo pesquisador. *Sociologia,* São Paulo, v. 6, n. 4, p. 282-294, 1944.

_____. *Brancos e pretos na Bahia. Estudo de Contacto Racial.* Brasiliana. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Rio de Janeiro: Campanha Editora Nacional, 1945.

_____. *Teoria e pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1945b.

_____. Algumas atividades no Brasil em prol da Antropologia e outras ciências sociais. In: CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil (1930 – 1960). Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson.* Campinas: Unicamp, p. 30-116, 1987

RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism. Circulation and the Global History of Science. *Isis,* n. 104, p. 337-347, 2013.

ROMO, Anadelia. *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. North Cartolina University Press, 2010.

SANSONE, Lívio. Estados Unidos e Brasil no Gantois: o poder e a origem transnacional dos estudos Afro-brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 79, 2012.

SECORD, James A. Knowledge in transit. *Isis*, n. 95, p. 654-672, 2004.

SILVA, Isabela O. P. *De Chicago a São Paulo: Donald Pierson no mapa das Ciências Sociais.* Tese de Doutorado (Antropologia). São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo), 2012.

SIVASUNDARAM, Sujit. Sciences and the Global. On Methods, Questions, and Theory. *Isis,* n. 101, p. 146-158, 2010.

THELLEN, David. The nation and beyond: transnational perspectives on United States history. *Journal of American History*, v. 86, p. 965-975, 1999.

TYRRELL, Ian. Reflections on the transnational turn in United States history: theory and practice. *Journal of Global History*, v. 4, n. 3, p. 453-474, 2009.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). *A Escola de Chicago – Impacto de uma tradição no Brasil e na França.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

———. A visita de Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. *Caderno CRH*, v. 23, n. 58, p. 35-49, 2010.

VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia Brasileira: entre humanistas e messiânicos.* Lisboa: Coleção Vega Universidade, 1998.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Leitura proibida: a Sociologia brasileira e a questão racial na década de 30. In: VILLAS BÔAS, Glaucia (coord.). *Territórios da língua portuguesa: culturas, sociedades, políticas.* Rio de Janeiro: IFCS--UFRJ, p. 115-120, 1998.

Between the Cold War and the Global South: Argentina and Third World solidarity in the Falklands/Malvinas crisis

Entre a Guerra Fria e o Sul Global: a Argentina e a solidariedade do Terceiro Mundo na crise das Malvinas

Entre la Guerra Fría y el Sur Global: la Argentina y la solidaridad del Tercer Mundo en la Crisis de las Malvinas

Stella Paresa Krepp

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100008

Stella Paresa Krepp é PhD em História pela Universidade de Cambridge (Reino Unido) e professora assistente de História Ibérica e Latino-Americana da Universidade de Berna (Suíça) (stella.krepp@hist.unibe.ch).

Artigo recebido em 13 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Abstract

This article looks at Argentine attempts to mobilize the Third World support by framing the Falklands/Malvinas War as a North-South conflict. Despite fundamental ideological divisions, the Organization of American States (OAS) and the Non-Aligned Movement offered support to Argentina, while the NATO powers – the European Economic Community (EEC) and the United States – backed Great Britain. The Falklands/Malvinas was thus a conflict where nationalist agendas linked up with global narratives of decolonization and the Global South.

Keywords: Malvinas, Global South Atlantic, Third World, Argentina.

Resumo

Este artigo analisa as tentativas argentinas de mobilizar o apoio do Terceiro Mundo enquadrando a Guerra das Malvinas como um conflito Norte-Sul. Apesar das divisões ideológicas fundamentais, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Movimento Não Alinhado ofereceram apoio à Argentina, enquanto as potências da OTAN – a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e os Estados Unidos – apoiaram a Grã-Bretanha. As Malvinas foram assim um conflito em que as agendas nacionalistas se ligaram a narrativas globais de descolonização e ao Sul Global.

Palavras-chave: Malvinas, Atlântico Sul Global, Terceiro Mundo, Argentina.

Resumen

Este artículo examina los intentos argentinos de movilizar el apoyo del Tercer Mundo al enmarcar la Guerra de las Malvinas como un conflicto Norte-Sur. A pesar de las divisiones ideológicas fundamentales, la Organización de Estados Americanos (OEA) y el Movimiento de Países No Alineados apoyaron a la Argentina, mientras que las potencias de la OTAN – la Comunidad Económica Europea (CEE) y los Estados Unidos – respaldaron a Gran Bretaña. Las Malvinas fueran, pues, un conflicto en el que las agendas nacionalistas se vincularan con las narrativas globales de descolonización y con el Sur global.

Palabras clave: Malvinas, Atlántico Sur Global, Tercer Mundo, Argentina.

In a letter to the heads of state of the Non-Aligned Movement in May 1982, Fidel Castro urged them to back Argentina in the Falklands/Malvinas War.[1] This was a 'colonial war' "about to reach its most painful and criminal stage", which "the imperialist powers are trying to turn into a lesson for all third world countries", he impressed upon them.[2] Despite fundamental ideological divisions, the Non-Aligned Movement and the Organization of American States (OAS) offered support to Argentina, while the NATO powers – the European Economic Community (EEC) and the United States – backed Great Britain. This article looks at Argentine endeavors to mobilize Third World support by framing the Malvinas as a North-South conflict. Yet, portraying Argentina as an integral part of the wider Third World was fundamentally at odds with Argentine Cold War imperatives, as it required engagement with Cuba, which was the head of the Coordinating Bureau of the Non-Aligned Movement.

The Malvinas was thus a conflict where nationalist agendas linked up with global narratives of decolonization and the Global South. Despite this, the available historiography is as a general rule narrated from a North Atlantic perspective, focusing on Western Europe and the United States.[3] The contribution of this article is thus twofold. It is intended to shed light on the conflict from the 'Global South Atlantic' framework that Joseph Slaughter has proposed.[4] Second, it illuminates the often-complicated relationship of Latin American countries and elites with the Third World project.

Global history interrogates space and scale (Middell and Naumann, 2010). The crisis undoubtedly had an international dimension that transcended the boundaries of Latin America. Before the crisis, in the view of the military regimes in the Southern Cone, the South Atlantic was the last frontier in the Cold War. South Africa as well as the Southern Cone were portrayed as the last strongholds of Western Christian civilization fighting against communism and the increasingly decadent West (Child, 1985: 8). For Cuba, by contrast, the Atlantic was the link to Africa, where it financially and militarily supported the Angolan national liberation struggle. To Cubans and Nicaraguans the Atlantic was an explicit Third World space. During the Falklands/Malvinas crisis, therefore, distinct geopolitical spaces overlapped, most notably between the North and South Atlantic, but also between the 'Red Atlantic' and a Cold War South Atlantic in a peculiar constellation of national, regional, and international trajectories.[5]

The islands that caused an international crisis are located in the South Atlantic, 300 miles east of Patagonia. In 1765 the British established a settlement at Port Egmont, which lasted only twelve years, as in 1774 Spanish troops occupied the island, prompting the British to abandon their settlement. After independence from Spain, in 1816 the government of the United Provinces of the River Plate, based in Buenos Aires, claimed the Falklands as legal successor to the Spanish colonial empire.[6] In 1833, however, Britain regained military control of the islands and over the course of a century a small number of settlers arrived. In 1946, Britain registered the Falkland Islands with the United Nations as a non-self-governing territory. However, Argentina continued to claim sovereignty and formally brought the dispute to the attention of the UN in 1965 in the context of decolonization. As a result, the General Assembly issued Resolution 2065, urging negotiations in order to find "a peaceful solution to the problem, bearing in mind the provisions and objectives of the Charter of the United Nations and of General Assembly Resolution 1514 (XV) and the interests of the population of the Falkland Islands (Malvinas)".[7] When in the following years negotiations proved fruitless, the UN General Assembly resumed the case, and issued Resolution 3160, in 1973, expressing concern that both parties had failed to make any progress in solving the conflict.[8] Essentially, two competing claims to the islands clash in the Falklands dispute. Argentina claims the islands as a successor to the Spanish empire and cites proximity, international treaties, and territorial integrity as reasons. Britain, by contrast, rests its claim on effective occupation, a norm of customary international law, and the right to self-determination of the Falkland Islanders (Weber, 1977).

With the advent of a new military junta in 1976 in Argentina, the conflict reached a new level of intensity. Under a 'process of national reorganization', the military regime assumed absolute power, dissolving Congress, political parties, and unions, while suspending human rights. The so-called 'dirty war' the junta waged on its population marked one of the bloodiest periods in South American history, resulting in the murder, torture, and disappearances of more than 30.000 perceived enemies of the state. Together with other military dictatorships, mostly located in the Southern Cone, the junta also established a transnational terror network, Operation Condor, that was responsible for the assassination of dissidents abroad (McSherry, 2005). Seeing itself as an anti-communist vanguard, the regime also financed anti-communist groups in the hemisphere. Argentine forces trained and funded counterinsurgency movements in Central America, most prominently the Contras in Nicaragua.

By the early 1980s, decades of unsuccessful negotiations had passed, and the Argentine regime and public were getting increasingly frustrated. In 1981, an internal power struggle within the military junta erupted, which was under immense international and

economic pressures. General Galtieri managed to overcome his rivals thanks to the support of the Navy General Anaya. However, the price for this victory was the recovery of the Malvinas, a major political ambition of the Argentine Navy, meaning that a military solution to resolve the conflict once and for all was put on the political agenda. Thus, contrary to the popular notion that the Argentine junta used the Malvinas conflict as a tactic to divert from domestic problems, as forwarded by the likes of Hasting/Jenkins and T.V. Paul, concrete plans for the invasion had already been drafted by December 1981.[9] On January 6, 1982, the junta had decided to invade should negotiations prove unsuccessful. Evidence suggests that the original date for the invasion was scheduled for July 1982, but was then pushed forward (Piñeiro, 1992: 11-16).

The international community did not take Argentine sable rattling seriously and was thus taken aback when news broke that Argentine forces had occupied the Falklands on the early morning of April 2. Argentine troops overran the small military station at Port Stanley and occupied the islands. International and United Nations reaction was to condemn the invasion. The following day, the UN Security Council issued Resolution 502 demanding an immediate withdrawal of Argentine troops and called upon both countries to seek "a diplomatic solution to their differences and to respect fully the purposes and principles of the charter of the UN".[10] Equally, the European Economic Community backed Britain and imposed trade sanctions on Argentina in mid-April.[11] The conflict intensified on April 5, when Great Britain decided to send a task force to the South Atlantic. This came as a surprise to the Argentine junta which had gambled on a very different British reaction, expecting it to cave in and offer diplomatic negotiations. In March 1982, Argentine Foreign Minister Costa Méndez jocularly had commented on the likelihood of a British military reaction: "London had only one plan: procrastination."[12] After the fiasco President Galtieri stated: "Personally, I judged any response from the English scarcely possible, indeed absolutely improbable."[13]

The talks and offers of negotiation in the following weeks, first led by Alexander Haig, U.S. Secretary of State, and then resumed under Peruvian President Belaúnde Terry, all failed. On April 30, shortly before the actual military maneuvers started, Washington abandoned neutrality and announced its support for Britain. On May 2, a British submarine attacked the Argentine vessel *General Belgrano* and sank it, causing the deaths of 323 Argentine sailors. The incident marked a turning point in public perception of the war, causing many Latin American governments to side with Argentina. It would take six weeks and close to 900 casualties before the Argentine junta succumbed to the military superiority of the British forces, and surrendered unconditionally on June 15.[14] The defeat of the Argentine military

caused a profound reaction of shock and disbelief in Argentine society and eventually lead to the downfall of the military junta and democratic elections in 1983.

Argentines perceive the Falklands conflict as a long-held grievance, deeply rooted in their culture. They are raised and systematically educated in the belief that '*las Malvinas fueron, son y serán Argentinas*' ('the Malvinas were, are, and will always be Argentine'). Therefore, when the military junta announced the occupation of the islands, public reaction was overwhelmingly enthusiastic. The Falklands conflict was seen in Argentina, as well as in Latin America in general, as part of the post-colonial struggle of the continent.

It was time, according to the general chorus of the Argentine press, for Britain to face reality, namely that colonialism was over. "Colonialism is dead, and Great Britain has accepted the fact, except in the case of Argentina's southern Atlantic islands" thundered *La Prensa*, the conservative doyen of Buenos Aires' newspapers.[15] Furthermore, the Argentine junta perceived its action as a form of self-help in a world system that structurally disadvantaged Latin America. Institutions such as the UN, in which global asymmetry was inscribed in the Security Council, favored former colonial and imperial powers, which had repeatedly exploited and intervened in Latin America (Reisman, 1983: 311). True enough, with Britain a permanent member in the UN Security Council, any resolution supporting the Argentine cause would be vetoed, and as happened in early July. Jorge Lauricica summed up this predicament precisely. "Before April 2, Argentine decision makers considered that there were no conflict-limiting norms and institutions, no organizations concerned with their grievances, and no effective mediation services, and that, in general terms, there was no 'justice' available for Argentina" (Lauricica, 2000: 85). By occupying the Falklands, therefore, Argentina had taken justice into her own hands.

Some comments went even further and framed the conflict as a North-South struggle between industrialized and underdeveloped Third World countries. In the May edition of the weekly magazine *El Porteño*, entitled "The North against the South," the authors portrayed Argentina as a Third World country suffering from the vestiges of colonialism, "from hunger and unemployment, inflation and dictatorships, monoculture and piecework".[16] Thus, Argentina attempted to shore up support by framing the conflict in anti-colonial terms, condemning Great Britain for not only violating 'Argentine territory', but also having the effrontery "to recolonize territories that belong to us".[17] Even the writer Ernesto Sábato, who would become famous as the author of the prologue to the 1984 truth commission report, described the conflict as not as struggle of a democracy against a military dictatorship but "as a fight of an empire against an entire population".[18]

Inter-American relations and the Malvinas

As a rule, Latin American governments have always endorsed Argentine claims over the islands, both in bilateral as well as multilateral relations. Indeed, at the birth of the Organization of American States (OAS), the Malvinas played a role. More specifically, the Falklands /Malvinas had been included in the hemispheric security zone stipulated in Art. 4 of the 1947 Rio Treaty. At the time, the Argentine Peronist government had successfully fought for the inclusion of the islands in the hemispheric security zone in 1947. In a 1949 report by the American Committee on Dependent Territories, the Falklands featured next to Greenland, the Guyanas, all Caribbean islands under European control, parts of Belize, as well as the American Zone of the Antarctic (González, 2013). Similarly, in OAS resolutions and communiques, Latin American governments sided with Argentina throughout the 1960s and 1970s. In January 1976, the Inter-American Juridical Committee issued a statement supporting the Argentine juridical claim, which was to become the legal foundation for future decisions within the inter-American system.

Most Latin American governments and elites thus perceived the Falklands conflict as a colonial struggle, and followed the Argentine lead, which successfully painted the occupation of the Malvinas as a colonial conflict. However, many also viewed the recourse to military force in a critical light, arguing that it contravened a long-standing tradition of peaceful settlement of conflicts in inter-American relations and felt that it threatened to destabilize a region with many territorial disputes.

Nevertheless, several events rubbed Latin American governments the wrong way and ultimately pushed them to, at least officially, declare support for Argentina. Resolution 502's swift passing by Security Council was considered such a clear British diplomatic victory that it confirmed Latin American suspicions of the Security Council as an organization by and for the Global North. However, the ultimate turning point was the sinking of the Argentine vessel *Belgrano* and the subsequent death of 323 sailors. This, together with the open alignment of the United States with the United Kingdom and the provision of logistical and intelligence support by US forces, further radicalized many Latin American governments.

Stressing the legitimacy of Argentine actions in an OAS debate, the Venezuelan Foreign Minister Zambrano highlighted that "Argentina's claim is backed by all the juridical reasons that strengthen its position in the field of law, while the British presence in the Malvinas is nothing more but a relic of the era of expansion of the British Empire".[19] He also added, "[I] t is the same fleet that in 1833 demolished Latin American rights over the Malvinas islands [...] The same that maintained the Opium War, that colonized the Caribbean and backed all of

the aggressions and destructions that were committed by England against Latin America, Asia and Africa". Zambrano's view was not unique, as similar ideas were echoed up and down the subcontinent in the press and public speeches.

Above all, the EEC sanctions against Argentina imposed on April 10 touched a sore spot in Latin America: its economic dependence and vulnerability. The sanctions infuriated Latin American governments in what they perceived as an asymmetric struggle between underdeveloped dependent countries and developed former colonial powers. This struggle was equally framed in the language of decolonization, charging that the 'the ancient colonial powers' had generated "structures of political dependence, economic and military, adulterating international cooperation by instrumentalizing weak peoples".[20] The sanctions were only possible, the Argentine OAS delegate argued, because the European Economic Community, with Britain at the forefront, was able to "take advantage of its dominant role in the global economy".[21] The Argentine Foreign Minister picked up this theme, portraying the Malvinas conflict as a struggle "between the Latin world and an Anglo-Saxon alliance of the industrial Northern Hemisphere".[22]

The OAS thus explicitly condemned the sanctions as illegal actions in its resolution in late April in what in other terms was a rather measured document.[23] In early June, the Latin American and Caribbean Economic System (SELA), an organization founded in 1975 to promote economic cooperation and social development between Latin American countries, warned that "coercive economic measures against a member state by a powerful group of industrialized countries is a very grave act that threatens its sovereignty and the economic security of the member states."[24] This is not to say that Latin American governments endorsed Argentine military actions, as many were very critical of it, but they by and large agreed with the Argentine framing of the Malvinas as a postcolonial conflict.

The Falklands/Malvinas as a Third World struggle

Alongside Latin American solidarity, the Argentine junta attempted to rally Third World countries behind it. Whereas the perception of Latin America as part of the Third World had been readily accepted in some parts of Latin America, this was not true for Argentina. Argentine national narratives centered on an alleged 'white' Argentina, closely tied to Europe in both culture and descent. Under the military regime, this notion was reinforced by projecting the image of Argentina as the defender of Western Christian civilization, caught up in a struggle against communism. Before the outbreak of the conflict, Argentine and Brazilian military officers had cast the struggle of the Falklands as the seizure of a logistically indispensable base

for the defense of Christendom in Southern Africa and America, against godless forces aided by Cuba or represented by NATO.[25] As the South African Vice Admiral James Johnson remarked in 1976: "The Communists are turning the area into a Soviet lake" (Hurrell, 181). The Argentine regime accordingly renewed efforts to establish a South Atlantic security organization, a project that dated back to 1949, when Argentina and Brazil had floated the idea of SATO. In 1967, Argentina and South Africa relaunched the initiative through a series of information and intelligence exchanges. In 1981 the Argentines hosted a meeting in Buenos Aires to discuss the possible formation of a South Atlantic pact, but the elusive SATO failed to materialize. The junta's preoccupation was not unique. Geopolitics, paired with the supreme doctrine of national security, featured prominently in all the military dictatorships in the Southern Cone in the 1960s and 1970s. In Argentina, as in Brazil, Chile, and Peru, geopolitical visions that identified their maritime space in the Atlantic or the Pacific as a 'natural' extension of their national territory were rampant. Moreover, all shared territorial ambitions that went beyond their borders (Child, 1985).

As recently as January 1982, Foreign Minister Costa Méndez had proclaimed that Argentina did not belong to the Third World, proclaiming that Argentines were "white and Christian".[26] However, when support failed to materialize, the Argentine regime realized that it could more easily summon support from Third World countries, many of them neither white nor Christian, by presenting the conflict within a colonial framework. This led to the somewhat paradoxical situation, in which the non-aligned governments of Cuba and Nicaragua supported the Argentina case, and Argentina found "itself a first-class ally of countries it had fought nationally and internationally, in political terms".[27]

While the Argentine junta ruthlessly persecuted leftist or any other kind of opposition at home, its sponsored terror abroad, and Central America had been specifically targeted. Since the 1979 Sandinista revolution, a socialist revolutionary government had ruled in Nicaragua whose ideology was diametrically opposed to the national security doctrine of the Argentine junta. Fearing a 'second Cuba', the Reagan government had instructed the CIA to finance the Contras, right-wing contra-revolutionaries, to overthrow the *Sandinista* government. Seeing itself as an anti-communist vanguard in the hemisphere, the Argentine military, working with US forces, were heavily involved in training and equipping the Contras, although it is not clear if the *Sandinistas* were aware of this at this point (Armony, 1997). Yet in the bizarre circumstances of 1982, shared opposition to the United States made both governments natural allies, corresponding to the principle of 'my enemy's enemy is my friend'.

Moreover, since 1973 Argentina had also been a member of the Non-Aligned Movement, in which Cuba featured prominently. Even after the 1976 coup, the junta decided

not to revoke membership and one of the reasons for this was to stay within a political alliance sympathetic to its Falklands campaign. As the military dictatorship soon came heavily under attack internationally because of its human rights violations, and with the Carter administration cutting funding and military support, the regime opted to stay in the Non-Aligned Movement, where it hoped to find allies not just for the Malvinas/Falklands issue, but also for its quest for nuclear development.

Since 1975, the Argentine junta had been successful in including the issue in every final statement of Non-Aligned conferences. Even though African countries resented Argentine participation because of its diplomatic relations with racist countries, notably South Africa, they did not rescind Argentine membership. The Argentine Foreign Minister Oscar Antonio Montes even participated in the Non-Aligned Meeting of Foreign Ministers in Belgrade, in 1978, where he hoped to find a sympathetic forum to counter the international campaign against the human rights abuses of the military regime. The Argentine regime volunteered Buenos Aires as the location for the *First Regular Meeting of the Non-Aligned Coordinating Countries on the Peaceful Uses of Nuclear Energy* held in June and July 1980. As host country, Argentina took the lead in arguing for the right to technology and criticized the non-proliferation policy that had been enforced by the developed countries in the so-called 'London Club'. This discriminatory practice, as the head of the national nuclear energy commission (CNEA), Vice-Admiral Carlos Castro Madero, argued, had resulted in a two-tier system in which some countries had access to nuclear technology, but others were denied this. Argentina wanted to break this technological dependency and, crucially, also wanted to draw level with its neighbor and rival Brazil which had successfully built several nuclear power plants with the help of the Federal Republic of Germany.[28]

Argentine participation in the Non-Aligned Movement caused constant friction between the *línea dura* and the soft-liners or advocates of the *línea blanda* within the Argentine regime, especially after the 1981 Non-Aligned Conference in New Delhi. This power struggle within the Argentine military junta came to a head in 1981. The press, representing the views of the hawks, charged the Argentine delegation with courting those who had financed and trained the *Montoneros* and the *Ejército Revolucionario del Pueblo*, Argentine guerrilla groups. Since Cuba featured prominently in it, the hard-core anti-communist section in the military found the Non-Aligned especially unpalatable.

In January 1982, the Argentine Foreign Ministry created an ad-hoc commission to decide whether Argentina should continue as a member of the Non-Aligned Movement. In a report, the military attaché in Washington D.C., Gil, recommended downgrading from official membership to observer status (Cisneros/Escude 1998: 289). Yet, this change in status never materialized because of the outbreak of the war and the support of the non-aligned bloc.

Furthermore, Argentina also had excellent economic relations with the Soviet Union, as one of its major grain suppliers. In selling its produce, Argentina had been defying the trade embargo imposed by the United States because of the Soviet invasion of Afghanistan. This measure had been directed at the Carter administration, which had heavily criticized human rights violations in Argentina, cut aid and funding, and blocked loans by international finance institutions. More generally, it reflected Argentine attempts to adopt a more independent foreign policy, but also underlined the fact that, when push came to shove, Latin American foreign policies were very pragmatic. As General Videla, head of the Junta, declared in 1981, the relationship with the Soviet Union was "no more than a pragmatic relationship in the economic field" with no political implications.[29]

The relationship between Havana and Buenos Aires had been notoriously contentious in the previous decades, both countries having severed diplomatic ties with each other in 1962. Argentina had supported Cuban ostracism and voted for the economic embargo in 1964 in the Organization of American States. While there had been a short-lived détente under Perón in 1973 when trade relations were established, the military coup had put an end to this nascent relationship. However, when economic relations were resumed with Cuba in 1979 Castro invited Argentina to attend the 1979 Non-Aligned Conference in Havana as a gesture of goodwill. General Videla declined, but he nonetheless sent a delegation headed by the sub-secretary of the Foreign Ministry Carlos Cavándoli to head off the increasing political isolation of the Argentine Junta. However, although there were some economic links in 1982, Argentina had no diplomatic relations with Cuba.

Cuba's ostracism in the hemisphere only strengthened its fervor to spread revolution internationally. Cuba as a founding member of the Non-Aligned Movement had slowly emerged as one of the leaders of the Global South.[30] In 1966, Castro hosted the *Tricontinental Conference* to promote Third World solidarity and a more radical policy of supporting anti-colonial resistance in Africa, Asia, and Latin America (Prashad, 2007). During the 1970s, Cuba further pursued an international Third World agenda, lending support – financial, military, and otherwise – to national liberation struggles in Africa. As Piero Gleijeses has pointed out, Cuba was one of the few Third World countries that intervened internationally, most actively in Angola, Mozambique and Ethiopia (Gleijeses, 2002). Within the hemisphere, however Cuba had moved away from its previous goal of spreading revolution and this softening had made it more palatable for Latin American governments to resume diplomatic relations.

Since the early 1970s, Cuban isolation in Latin America had waned somewhat. In the OAS, British Caribbean countries such as Jamaica and Trinidad and Tobago, then under leftist governments, had signaled that they would only join if there were not to be bound to the

resolutions regarding Cuba. During the 16th OAS Meeting of Foreign Ministers in San José, Costa Rica, the "Freedom of Action Resolution" was passed. The resolution allowed member-states to resume relations with Cuba, effectively declaring previous OAS resolutions on Cuba as void (Dominguez, 1989: 225-240).

After the demise of the first generation of non-aligned leaders in the mid-1960s, Cuba rose to prominence within the movement during the 1970s. In 1979, Fidel Castro took over as Secretary General of the movement and as a result the Coordinating Bureau was relocated to Havana. However, Cuba was increasingly isolated in the movement, when it decided to openly support the Soviet invasion of Afghanistan later that year. As a result, the 1981 Non-Aligned Conference, originally scheduled in Havana, was relocated to New Delhi in protest. Whereas relations with Latin America were slowly improving, relations with the non-aligned countries had deteriorated, leaving Cuba in an ever-precarious economic and international position.

Latin American countries did not join the Non-Aligned Movement in droves in the 1960s. Although by the late 1970s Latin American participation had risen, most were official observers and, even if they were formal members they never assumed a dominant role.[31] The majority of new members actually came from within the British Caribbean subgroup, as many of the smaller Latin American countries had neither the capacity nor the resources, and, as some would argue, the inclination to engage meaningfully with the Global South.

However, at the end of the 1970s, changes were afoot in Latin America. In 1979, the Sandinistas had taken power in Nicaragua in the second revolution in Latin America after the Cuban in 1959. Cuba had supported their fight and those of other guerrilla movements in El Salvador and Guatemala, as well as aiding the socialist Maurice Bishop in Grenada. Nicaragua and Grenada had also joined the ranks of the Non-Aligned Movement and had attended the 1979 Non-Aligned Summit in Havana, where Cuba had portrayed them as the new vanguard of revolutionary movements in the hemisphere.

Interestingly, this meant that both Cuba and Argentina, despite widely diverging political interests, not only had close relations with the USSR, but also found themselves politically isolated. From the beginning of the crisis, Cuba offered support, both rhetorical and to a lesser extent material, to the Argentine regime. Even though the Castro regime had backed the Argentine claim to the islands as a rule, Castro understandably had little sympathy for the authoritarian regime. However, the Cuban government saw it as an opportunity to drive a wedge between the United States and Latin America, to break hemispheric isolation, and possibly to curry some favor with the Soviets. Yet, the Cuban government was also driven by another political agenda: territorial decolonization. The Cubans held hopes that a successful Argentine negotiation would provide them with more leverage over the question

of Guantánamo, which they argued was a similar case of an unlawfully occupied territory that should be restituted to Cuba. In a private conversation with a Canadian official during a Commonwealth celebration, Castro shared his dislike for the Argentine junta. Describing the crisis as "a plague on both their houses", he concluded "that the best outcome for Cuba might be if the British and Argentine governments succeed in destroying each other".[32]

Shortly after the occupation of the islands, on April 5, the official mouthpiece of the Cuban regime, the newspaper *Granma*, published an editorial note, in which Cuba and the non-aligned countries "manifested support for Argentina".[33] During a meeting with British ambassador David Churchill Thomas, Vice-President Rodríguez and Deputy Foreign Minister Viera laid down the Cuban view. They reiterated that Cuba had always endorsed Argentine sovereignty over the islands. Rodriguez pointedly remarked that it was not the Cubans' fault that "British procrastination in negotiating a peaceful solution had obliged Argentina to assert its claim by force". He also warned Thomas that military actions would provoke a backlash as "[H]owever much NAM members might disapprove of the Argentine action, they would be bound to come out against the use of force by a major ex-colonial power against a Third World country".[34]

Yet, Cuban support was not just lip service. The Brazilian military were taken aback, when, completely unannounced, a Cuban plane entered Brazilian airspace on April 9. Perplexed, the Brazilians noted that on board was the Cuban ambassador, carrying a personal message from Fidel Castro to the Argentine junta. In the name of the government of Angola, it offered Angolan airbases as stopovers for an airlift between Libya and Argentina.[35] And rumors abounded throughout the crisis that Cuba and the Soviet Union were shipping weapons to Argentina.[36]

Thus, shortly after the outbreak of the Malvinas conflict, the Cuban ambassador swiftly returned to Buenos Aires to resume diplomatic exchanges on April 10, bringing with him other staff members of the Coordinating Bureau of the Non-Aligned Movement.[37] As the situation in the South Atlantic became increasingly tense, the Argentine junta seized the opportunity to call for Third World solidarity and support from non-aligned countries. This answer came promptly, as on April 23, the Bureau issued a declaration openly supporting Argentina's claim to the Malvinas as a "just claim."[38]

After the Reagan administration announced it would back the United Kingdom in the military confrontation on April 30, Cuban rhetoric grew more aggressive, as it seized the opportunity to rage against both British and Yankee imperialism. On May 1, the Cuban government issued a second statement chiding the UK for 'intolerable aggression' and labelling the United States as the 'enemy of Latin American and Caribbean peoples'. Calling

for Latin American solidarity, it argued that the Argentine struggle was 'our cause'. Even Mario Firmenich, the exiled leader of the *Montoneros*, an Argentine guerrilla group that had been hunted down by the junta, expressed his support for the Argentine move.[39] In an interview, Firmenich told the news agency Reuters that he was engaged in promoting non-aligned support for Argentina in Cuba.

On May 5, the Cuban Vice President Carlos Rafael Rodríguez proclaimed that Cuba was prepared to aid Argentina through all means, even military, in an interview with the French newspaper *Le Monde*.[40] While qualifying that Cuba's support "was for the Argentine people, not the junta", Rodríguez replied that this was not a military act because "the islands were Argentina's own territory and the islanders had no rights since they were not the original inhabitants".[41] In an official letter to non-aligned leaders on dated May 10, Fidel Castro was much more explicit. Depicting the conflict as a colonial war, he called on non-aligned leaders to take "whatever measures you consider appropriate to delay the imminent Anglo-American aggression against the Argentine people". Cuba thus assumed a central function in rallying support for Argentina in the Non-Aligned Movement.

At the beginning of May, with military confrontation under way and Latin American support wavering, an Argentine diplomat briefed the delegates on the first month of the war, as part of what was the first official visit of an Argentine diplomat to Cuba in more than twenty years. At the end of May, with Argentina in a dire military position, Argentine Foreign Minister Costa Méndez himself travelled to attend the *Ministerial Meeting of the Coordinating Bureau of the Non-Aligned Countries* that took place between May 31 and June 5. There, in a lengthy speech in which he attempted to rally the non-aligned states, Costa Méndez highlighted the liberation struggles in Algeria and Vietnam. The fight against colonialism, he declared, had been a legitimate reaction of the peoples against a system of international relations that was not only 'unjust' but also solely "benefitted colonial and imperial powers".[42] However, when he referred to the continued fight of South African peoples against Apartheid, he was "greeted with laughter by some African representatives who recalled that Argentina had never previously supported their efforts against South Africa".[43] To the contrary, as reported earlier, the Argentine junta had sought to strengthen political and military cooperation with South Africa and, as late as 1981, had pushed for the creation of a South Atlantic defense organization. Soon, however, the rumor circulated that Argentina was disposed to break relations with South Africa to secure non-aligned support. Desperate times called for desperate measures.

Reservations notwithstanding, another event eventually turned the tide. On June 2, the United States and Britain vetoed a UN Security Council resolution introduced by Spain and Panama that called for an immediate ceasefire. With Argentine defeat imminent, the Thatcher

government had little interest in what they perceived as giving in. They wanted military victory. This show of force affirmed Third World suspicions that there was one justice for the superpowers and another for the 'rest'. Ultimately, it so profoundly angered Latin American governments that it strengthened their resolve to find a pro-Argentine solution in the Non-Aligned Conference.

As was non-aligned custom, the regional group affected directly prepared the draft. In this case, the Latin American caucus within the Non-Aligned Movement included Argentina, Peru, Bolivia, Nicaragua, and Panama, as well as the British Caribbean members of Guyana, Grenada, Jamaica, and Trinidad and Tobago. Similar to what had happened in the OAS, Latin and British Caribbean members had clashed bitterly. After three days of discussion the Latin group had worn out their English-speaking counterparts and the result was a resolution that acknowledged "that the Malvinas, South Georgias and South Sandwich Islands were an integral part of the Latin-American region", also stating "that the military actions of the United Kingdom and covert actions and pressures of other developed countries harmed the entire region".[44] In a subsequent report, British diplomats complained that they had been met with "complete non-cooperation" as Cuban organizers had effectively barred any non-members from getting in touch with delegations.45 In the end, it was the Latin American effort that enabled this Argentine victory, as many non-aligned members remained critical of the Argentine junta. Yet, this critical stance had more to do with the nature of the Argentine regime, its recent policies, and the fact that it had used military force to achieve its objectives, than with the question of whether the Malvinas/Falklands should be considered Argentine.

Conclusion

The end of the war did not signify the end of the conflict, which continues to this day. Indeed, during a session of the UN Special Committee on Decolonization in October 2015, the Paraguayan delegate, speaking on behalf of Mercosur, expressed his disappointment that on the fiftieth anniversary of General Assembly Resolution 2065 (XX), in which the Assembly had recognized the issue of the Malvinas as one centred on sovereignty, the conflict had still not been resolved.[46]

The Falklands/Malvinas conflict raised questions of territoriality and sovereignty, issues that many countries in the Global South continue to grapple with. However disingenuous and self-serving the Argentine regime might have been, it showed that certain historical narratives about colonialism resonated and transcended political chasms, because they were related to similar territorial struggles all over the world. Yet, in the end, non-aligned support was

piecemeal, because many non-aligned countries profoundly disliked the Argentine junta and had not forgotten their aggressive anti-Communist policies.

For Cuba, its involvement in the crisis resulted in the breaking of the hemispheric isolation that had commenced in 1975. In 1983 Argentina resumed diplomatic relations with the island, followed in 1986 by Brazil. By the late 1980s, the majority of Latin American states had resumed relationships with Cuba.[47] As the British bitterly complained, "Cuba has cynically exploited the Falklands conflict in an effort to normalize relations with Latin America".[48] In so doing, it had overcome seemingly impossible ideological divisions.

Notes

1 I use the term Malvinas and Falklands interchangeably.

2 National Archives Kew (NA hereafter), FCO 99/1108 Cuba-Falkland Crisis-International Organisations, Telegram, 14 May 1982.

3 See, for example, Freedman (2007), Hastings and Jenkins (1983), Danchev (ed.) (1992), Paul (1994). The notable exceptions to this are González (2013) and Freedman and Gamba-Stonehouse (1991). Notable Argentine works include Piñeiro (1992) and Cardoso and Kirschbaum (1984).

4 Joseph R. Slaughter and Kerry Brystrom, Introduction, "The Sea of International Politics: Fluidity, Solvency, and Drift in the Global South Atlantic," not yet published. I want to thank Joseph Slaughter for sharing this with me.

5 For an overview on different spatial conceptions of the Atlantic, see Slaughter/Brystrom.

6 This principle of *uti possidetis juris* stipulates that when colonies become states, territories and boundaries transfer from the coloniser to the former colony. This norm of international law was coined and shaped in Latin American international law. See Beck (1988).

7 UN Resolutions Adopted by the General Assembly during its Twentieth Session.

8 See Laucirica (2000).

9 See also Cardoso/Kirschbaum (1984: 46).

10 UN Security Council Resolution 502, dated April 3, 1982, was a major accomplishment for the British Foreign Office, as it gave Britain the right to act in self-defence and to claim self-determination for the Falkland Islanders (Lauricica, 2000: 89).

11 The sanctions were decided on against the reservations of Italy and Ireland.

12 As quoted in Danchev (1992: 3).

13 As quoted in David Rock (1997: 377).

14 Overall, 255 British and 641 Argentine soldiers either died or were reported as missing. *Informe Rattenbach. El Drama de las Malvinas*. Buenos Aires: Espartaco, 1988.

15 *La Prensa*, 2 April 1982.

16 *El Porteño*, "The North against the South", May 1982.

17 Statement by the Argentine delegate Rául Quijano. Acta de la primera sesión de la comisión general, 26 April 1982, OEA/Ser.F/II.20 Doc.20/82.

18 *El Clarín,* Opina Sábato, 18 April 1982.

19 *El Día*, Los cancilleres de AL pasaron encendida revista a los antecedentes colonials ingleses, 27 April 1982.

20 Statement by the delegate of Venezuela, Zambrano. Acta de la primera sesión de la comisión general, 26 April 1982, OEA/Ser.F/II.20 Doc.20/82.

21 Statement by the Argentine delegate. Acta de la primera sesión de la comisión general, 26 April 1982, OEA/Ser.F/II.20 Doc.20/82.

22 *The Washington Post*, "O.A.S. Demands End to Aid for Britain", 29 May 1982.

23 Serious Situation in the South Atlantic – Resolution adopted on 28 April 1982. OEA/Ser.F/II.20 Doc.28/82 rev.3 28 April 1982.

24 Note from the Special Delegate of the Argentine Republic transcribing the text of a decision adopted by the meeting of high-level government experts of the Latin American Economic System (SELA) OEA/Ser.F/II.20 Doc.89/82, 7 June 1982.

25 Conversation with Charles Jones, recalling his discussions with senior Brazilian officers at the 1995 Brazilian strategic studies conference, in Rio de Janeiro.

26*Der* *Malwinen/ Falkland Konflikt im Spiegel der lateinamerikanischen Presse*. Hamburg: Institut für Iberoamerikakunde, 1984, x.

27 *Uno más Uno*, "Insólitas alianzas", 3 May 1982.

28 This is report in detail in Cisneros/Escude (1998, vol. XIV, cap. 68).

29 As quoted in Russell (1984: 178).

30 For an, albeit short and somewhat outdated, overview of Cuba's relationship with the Non-Aligned Movement, see Levi (1979).

31 In 1979, Argentina, Bolivia, Belize, Cuba, Grenada, Guyana, Jamaica, Nicaragua, Panama, Peru, and Trinidad and Tobago formed part of the Latin American caucus in the Non-Aligned Movement.

32 NA, FCO 99/1096 Cuba/UK Political Relations, Telegram 19 April 1982.

33 Brazilian National Archives (AN hereafter). Serviço Nacional de Informações, SNI Sumário Diário de Informações No.2 E2.1 EME, 5 April 1982.

34 NA, FCO 99/1107 Cuba Falkland Crisis-UK. Telegram from Havana, 22 April 1982.

35 AN, Ministerio do Exército. Sumário Diário de Informações No.41-E 2.1. June 4, 1982.

36 NA, FCO 99/1106 Secret, Telegram 7 May 1982.

37 *El Clarín*, "El gobierno cubano repuso su embajador en Buenos Aires," 10 April 1982.

38 *El Clarín*, "Apoyo de los No Alienados," 23 April 1982.

39 AN, Ministerio do Exército, Sumário Diário do Informações No. 5-E.1.2, 12 April 1982.

40 National Security Archive, Telegram, Secretary of State, 7 May 1982.

41 NA, FCO 99/1106 Secret, Telegram 5 May 1982. NA, FCO 99/1106 Secret, Telegram 7 May 1982.

42 *La Prensa*, Discurso del canciller Costa Méndez ante la Reunión del Movimiento de Países No Alineados en La Habana, 4 June 1982.

43 NA, FCO 99/1108 Cuba-Falkland Crisis-International Organisations, Telegram 4 June 1982.

44 NA, FCO 99/1104 Cuba: Foreign Policy, Telegram 11 June 1982.

45 NA, FCO 99/1104 Cuba: Foreign Policy, Telegram 11 June 1982.

46 UN Meetings Coverage, "Argentina Enjoys Widespread Support over Question of Falklands (Malvinas) as Fourth Committee Begins Debate on Decolonization Matters," GA/SPD/580, 8 October 2015.

47 By 1985, only Chile, El Salvador, Paraguay, and Honduras had not resumed relations with Cuba.

48 NA, FCO 99/1108 Cuba-Falkland Crisis-International Organisations, Report on NATO Political Committee, 10 August 1982.

Sources

Der Malwinen/ Falkland Konflikt im Spiegel der lateinamerikanischen Presse. Hamburg: Institut für Iberoamerikakunde, 1984.

Informe Rattenbach. El Drama de las Malvinas. Buenos Aires: Espartaco, 1988.

British National Archives Kew, Foreign and Commonwealth Office Documents (FCO).

Brazilian National Archive.

Columbus Memorial Library of the Organization of American States. OEA/Ser.F/II.20 Doc.20/82.

National Security Archive, Washington D.C.

UN Meetings Coverage.

Newspapers

La Prensa (Argentina)

El Porteño (Argentina)

El Clarín (Argentina)

El Día (Argentina)

Uno más Uno (Mexico)

The Washington Post (USA)

Bibliography

ARMONY, Ariel. *Argentina, the United States, and the anti-communist crusade in Central America, 1977-1984.* Athens, OH: Ohio University Centre of International Studies, 1997.

CARDOSO, O. and KIRSCHBAUM, R. *Malvinas: la trama secreta*. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

CHILD, Jack. *Geopolitics and conflict in South America: quarrels among neighbors*. New York: Praeger, 1985.

CISNEROS, Andrés y ESCUDE, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Política Exterior, 1998.

DANCHEV, Alex (ed). *International perspectives on the Falklands Conflict*. Basingstoke: Macmillan, 1992.

DODDS, Klaus. *Pink ice: Britain and the South Atlantic Empire*. London: Tauris, 2002.

DOMINGUEZ, Jorge I. *To make a world Safe for Revolution: Cuba's Foreign Policy.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

FREEDMAN, Lawrence. *The official History of the Falklands Campaign*. London: Routledge, 2007.

——— & GAMBA-STONEHOUSE, Virginia. *Signals of war: the Falklands Conflict of 1982.* London: Faber and Faber, 1991.

GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2002.

GONZÁLEZ, Martín Abel. *The genesis of the Falklands (Malvinas) Conflict: Argentina, Britain and the failed negotiations of the 1960s.* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

HASTINGS, Max & JENKINS, Simons. *The* b*attle for the Falklands*. London: M. Joseph, 1983.

HURRELL, Andrew. The Pplitics of South Atlantic security: a survey of proposals for a South Atlantic Treaty Organization. *International Affairs*, vol.59, no. 2 (Spring 1983).

LAURICICA, Jorge. Lessons from failure: the Falklands/Malvinas Conflict. *Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations* (Summer/Fall 2000).

LEVI, Rozita. Cuba and the Non-Aligned Movement. In: Blasier, Cole and Mesa-Lago, Carmela (ed.). *Cuba in the world*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1979.

MCSHERRY, J. Patrice. *Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2005.

MIDDELL, Matthias & NAUMANN, Katja. Global History and the spatial turn: from the impact of area studies to the study of critical junctures of globalization. *Journal of Global History*, vol.5, 2010.

PAUL, T.V. *Asymmetric conflicts: war initiation by weaker powers.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PRASHAD, Vijay. *The darker nations: a people's History of the Third World*. New York: New Press, 2007.

PIÑEIRO, Armando Alonso. *Historia de la Guerra de Malvinas*. Buenos Aires: Planeta, 1992.

REISMAN, Michael. The struggle for the Falklands. *The Yale Law Journal*, vol. 93, no. 2, December 1983.

ROCK, David. *Argentina, 1516-1987: from Spanish colonization to Alfonsín.* Berkeley, CA: University of California Press, 1997.

RUSELL, Robert. Argentina y la política exterior del regimen autoritario (1976-1983): una evaluación preliminar, *Estudios Internacionales*, vol. 17, no. 66, 1984.

WEBER, Hermann. *"Falkland Islands" oder "Malvinas"? Der Status der Falklandinseln im Streit zwischen Grossbritannien und Argentinien: eine völkerrechtliche Fallstudie*. Frankfurt am Main: Metzner, 1977.

Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão

Peripheral historiographies in a global or transnational perspective: eurocentrism in question

Las historiografías periféricas en una perspectiva global o transnacional: el eurocentrismo en cuestión

Pedro Afonso Cristovão dos Santos,
Thiago Lima Nicodemo
e Mateus Henrique de Faria Pereira

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100009

Pedro Afonso Cristovão dos Santos é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (pedro.cristovao@unila.edu.br).

Thiago Lima Nicodemo é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (tnicodemo@gmail.com).

Mateus Henrique de Faria Pereira é doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor da Universidade Federal de Ouro Preto (matteuspereira@gmail.com).

Os autores agradecem pela interlocução a André Lemos, Marcelo Abreu, Luisa Rauter, Carolina Figueira, Luiz Estevam Fernandes, Valdei Araújo, Guilherme Bianchi, Andre Voigt, Ana Lópes, Jefferson Queler, e a Elias Paltí e Ewa Domanska. Apoio: NEHM/UFOP, Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais – UERJ, FAPEMIG, CAPES, CNPq, FAPERJ.

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Resumo

O presente artigo discute questões teóricas envolvidas na reflexão sobre a história da historiografia a partir das perspectivas global/transnacional. Examinando estudos de historiografia em contextos distintos, pensados em particular a partir dos estudos subalternos e dos estudos pós-coloniais, o artigo pondera o problema do uso de uma concepção de história e de historiografia gerada na Europa como base para uma reflexão global. Indagando as formas como essa prática historiográfica de matriz europeia viajou e foi apropriada em diferentes contextos, nossa pesquisa procura explorar as possibilidades de pensar a dinâmica centro-periferia para a produção do conhecimento histórico. Concomitantemente, o artigo estuda uma questão relevante colocada, em especial, pela história da historiografia preocupada com tradições periféricas: como pensar representações do passado não-ocidentais (como as de culturas indígenas) dentro da história da historiografia, ou em relação a esta, sem estabelecer uma hierarquia de saberes que atribua à concepção europeia de história um "privilégio epistêmico", nos termos do historiador indiano Sanjay Seth.

Palavras-chave: historiografia, estudos subalternos, estudos pós-coloniais, centro-periferia, eurocentrismo.

Abstract

The article discusses some theoretical issues involved in considering the history of historiography from a global or transnational perspective. By examining studies of historiography in different contexts, especially those elaborated on the basis of subaltern studies and postcolonial studies, it evaluates the problem of using an European conception of history and historiography as a basis for a global reflexion. By questioning the ways in which this historiographic practice of European matrix has travelled and has been appropriated in different contexts, we intend to explore the possibilities of using the center-periphery dynamic for the production of historical knowledge. The article also approaches a relevant question posited especially by the history of historiography that takes into account peripheral traditions: how to consider non-Western representations of the past (as those of indigenous cultures) in the light of a history of historiography, without establishing a hierarchy of knowledge that attributes to the European conception of history an "epistemic privilege", in the words of the Indian historian Sanjay Seth.

Keywords: historiography; subaltern studies; center-periphery.

Resumen

En este artículo se describen problemas teóricos que intervienen en la reflexión sobre la historia de la historiografía de las perspectivas global y transnacional. Examinando los estudios de historiografia en diferentes contextos, pensados en particular a partir de los estudios subalternos y estudios postcoloniales, el artículo considera el problema de la utilización de una concepción de historia y de historiografía generada en Europa como base para una reflexión global. Indagando las formas como esta práctica historiográfica de origen europea viajó y fue apropriada en diferentes contextos, nuestra investigación busca explorar las posibilidades de pensar la dinamica núcleo-periferia para la producción de conocimiento histórico. Al mismo tiempo, abordamos una question relevante colocada en particular por la historia de la historiografía preocupada con tradiciones periféricas: cómo pensar las representaciones del pasado no occidentales (como las de las culturas indígenas) en la historia de la historiografía, o en relación con esta, sin establecer una jerarquía de conocimiento que atribui a la concepción europea de historia de un 'privilegio epistémico' conforme el historiador indiano Sanjay Seth.

Palabras clave: historiografía, estudios subalternos, estudios postcoloniales, centro-periferia, eurocentrismo.

A história da historiografia produzida no Brasil vive sob o signo de um paradoxo: a maioria dos estudos tem como fonte e/ou objeto problemas, autores e/ou obras abordadas de uma perspectiva nacional/local, mas ao mesmo tempo essas fontes/objetos estão, do ponto de vista de sua historicidade, inseridas em "redes" transnacionais e/ou globais. Tendo em vista esse paradoxo, o presente artigo procura propor e apresentar reflexões teóricas sobre a possibilidade de pensar e produzir a história da historiografia em perspectiva transnacional, considerando em particular a história da historiografia latino-americana nessa perspectiva. Ao mesmo tempo, a fim de refletir sobre o referido paradoxo, fazemos considerações sobre algumas aporias que se colocam frente ao problema da inserção de distintas formas de representação do passado nessa história. Procuramos sintetizar algumas perspectivas a fim de problematizar, de um lado, uma história da historiografia fechada dentro das lógicas da nação e, de outro, uma "história intelectual global" pouco cuidadosa no que se refere às condições assimétricas de diversos tipos e eventualmente pouco atenta às ambiguidades encerradas no próprio conceito de modernidade e seus correlatos.

Este texto deve ser considerado como um primeiro esforço de síntese dessa questão, desenvolvendo um debate iniciado com a publicação do texto "Brazilian historical writing in global perspective" (*History and Theory*, 2015). Entendemos que os historiadores brasileiros podem dedicar mais atenção aos debates a respeito do eurocentrismo e da história global, e que as agendas de pesquisa podem efetivamente ganhar com o adensamento dessa reflexão. Em especial, em direção a uma ampliação da interlocução e da participação de historiadores brasileiros em debates internacionais, já que as tendências que trazem estes questionamentos, como os "estudos subalternos" e os "estudos pós-coloniais", vêm tendo forte ascendência no mundo nas últimas décadas. Mas também no sentido da ampliação de um repertório de temas de pesquisa, ferramentas conceituais e perguntas que se abrem quando refletimos acerca do enraizamento eurocêntrico e etnocêntrico das nossas representações históricas.

Assim, procuramos encarar com pragmatismo a noção de "eurocentrismo", entendida não só como as várias formas de influência política, econômica e social da Europa no globo, mas sobretudo como uma remissão ao enraizamento dos conceitos e valores que operam na ciência e em outras formas de enxergarmos o mundo. É curioso ressaltar um certo descompasso entre a pouca atenção a esse debate no plano acadêmico no Brasil, ao menos nos

domínios da história da historiografia, história intelectual, teoria da história, entre outros, e a presença significativa que essa noção já ocupa, seja na demanda social pela inclusão social que impacta não só o ensino em geral como o perfil dos estudantes nas universidades, seja como conceito importante no ensino de história, que passa a influenciar a escrita e a difusão de livros didáticos, entre outros efeitos.

O texto não "defende" ou advoga em prol da adesão às correntes dos "estudos pós-coloniais", "estudos subalternos", "história global" ou a qualquer outra. Entendemos ser necessário relativizar qualquer tipo de modismo e por isso procuramos dar um tratamento complexo e histórico aos conceitos, mas sem distorções em relação ao que pensam os autores cujas visões articulamos. Estas tendências têm a sua própria história e especificidade. Por exemplo, a noção de "história global" se adensou durante a década de 1990 em meio ao debate sobre a "globalização", mas conservou durante algum tempo uma visão positiva de base em relação ao fenômeno. Nesse contexto, o termo "global" ressaltava fenômenos de interdependência e processos de integração pelo planeta (Maurel, 2009; Mazlish, 1998).

Tendo em vista esses problemas, gostaríamos de pensar as possibilidades dos debates em torno do eurocentrismo, levando em consideração uma visão global que envolve a América Latina e outras nações consideradas periféricas como a Índia. Isso nos leva a uma reflexão sobre as possibilidades de uma história global autocrítica, que vá além da história da globalização como um dado positivo, universal ou inevitável (Davis, 2011; Vengoa, 2013). Para isso, dividiremos o texto em algumas partes que têm como eixo principal uma reflexão sobre as possibilidades de se pensar e fazer a história da historiografia em um viés crítico ao eurocentrismo. Nestas partes procuramos sublinhar o problema da representação do indígena na historiografia latino-americana, explorar o caso da disciplinarização da história na Índia, e refletir sobre as relações entre local e universal, centro e periferia, que levam finalmente à problematização da história enquanto um universal antropológico e a algumas sugestões de agenda de pesquisa a partir disso.

As historiografias latino-americanas e os passados indígenas: uma história dos povos sem história?

A problemática centro-periferia na história da historiografia assume preeminência se pensarmos nos momentos em que as narrativas de produção do conhecimento histórico, gestadas sob categorias geradas no "centro", devem lidar com representações do tempo, da memória e das tradições de culturas da "periferia" alheias àquelas categorias. No caso da América Latina, destacaremos a forma como as representações do passado das culturas

indígenas foram incorporadas ou excluídas das histórias da historiografia no continente. Por uma questão de espaço não abordaremos outras tradições culturais, como, por exemplo, as derivadas da Diáspora Africana. Assim, dentro desse recorte, tal investigação pode ser feita, por exemplo, pelo exame da maneira como as crônicas e primeiras histórias desde a época da Conquista europeia foram sendo gradualmente transformadas em história da historiografia na América Latina, e de que forma essa história lidou com os registros das representações do passado indígenas.

Desde a década de 1830 sobretudo, coincidindo, pois, com as décadas pós-Independências na América Latina, em movimento que cresceu na segunda metade do século XIX e adentrou as primeiras décadas do século XX, foi preocupação dos autores de estudos históricos na América Latina a busca de documentos históricos em arquivos locais, nacionais (muitos deles organizados nesse período), europeus, além de coleções pessoais, para sua subsequente publicação em edições críticas singulares, periódicos ou coleções de documentos. Nomes considerados de grande importância na historiografia latino-americana entre os séculos XIX e XX, como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu no Brasil, José Toribio Medina no Chile, Manuel Larrainzar e Edmundo O'Gorman no México, entre outros pelo continente, se destacaram nesse trabalho de edição de fontes históricas.

Sobressaía-se nessa prática a necessidade (política, patriótica, cívica) da escrita das histórias pátrias, as histórias nacionais, desde o pós-Independências. Para essa escrita, porém, era condição necessária a disponibilização das fontes, desde os primeiros registros escritos da chegada dos europeus até a documentação relativa à história contemporânea (cf., entre outros, Araujo, 2008) – documentos que fundamentaram processos de impactos e trocas globais de nacionalização, apresentação, representação e popularização de certos passados (Araujo, 2015; Lorenz, Berger e Melman, 2012).

Os historiadores desse período compreendiam sua tarefa como composta por vários saberes: história, etnografia, geografia, botânica, entre outros. Por isso, buscavam nos cronistas coloniais quase que seus "antecedentes" nesses campos do conhecimento. Vejamos, como exemplo, a maneira como Capistrano de Abreu se refere, em 1882, ao senhor de engenho do século XVI Gabriel Soares de Souza, autor de Tratado e Roteiro da década de 1580, editados por Varnhagen no século XIX: "A edição de Gabriel Soares é um trabalho de suma importância, pois Gabriel Soares é o geógrafo, o historiador, o etnologista, a enciclopédia viva do nosso século XVI". Recentemente, o mexicano Fermín del Pino-Díaz reeditou a *Historia natural y moral de las Indias* (1590), do padre Joseph de Acosta (anteriormente reeditada, em edição crítica, por Edmundo O'Gorman, em 1940). Em Joseph de Acosta, missionário jesuíta do século XVI, Pino-Díaz vê a possibilidade de pensar as origens da antropologia no México, pois o padre

apresenta observações etnográficas que permitiriam ver ali, no primeiro século da Conquista, o início da etnografia na região (Sánchez Cuervo e Zermeño Padilla, 2014).

Independentemente de considerações que possamos fazer a respeito do anacronismo ou não dessas proposições (nos sentidos positivos e negativos da discussão sobre o anacronismo), interessa-nos aqui, pensando especificamente, o problema de uma história da historiografia de culturas não europeias por meio de registros produzidos justamente pelos cronistas europeus. Isto é, o próprio relato de eventos transcorridos era considerado histórico, ou historiográfico segundo os padrões da escrita da história ocidental de época (por isso Gabriel Soares de Souza fora bom "historiador", na observação de Capistrano de Abreu), mas como eram classificados os relatos que estes cronistas coletavam das versões dos povos não-europeus sobre seu próprio passado?

A principal edição crítica de Capistrano de Abreu foi a edição de 1918 da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, originalmente publicada em 1627. Sua apreciação do frei como historiador envolve critérios próprios da historiografia do início do século XX, mais do que dos preceitos pelos quais se guiaria o próprio Frei Vicente. A história que o religioso escreve do primeiro século da colonização portuguesa na América o qualifica como historiador, e a seu texto como historiográfico. Frei Vicente coletou também informações sobre os povos indígenas da região. Seu relato, porém, desconsidera qualquer versão para a origem ou migração dos indígenas para a América. Frei Vicente conta a versão recolhida por D. Diogo de Avalos, na *Miscelânea Austral*, sobre os Tupi e Guarani se originarem de dois irmãos com esses nomes, oriundos de tribos bárbaras da Espanha. Mas Frei Vicente descarta tal versão sobre o que chama de "origem do gentio do Brasil", bem como se recusa a registrar as demais versões que conhecera: "Esta opinião não é certa, e menos o são outras que não refiro, porque não têm fundamento: o certo é que esta gente veiu de outra parte, porem donde não se sabe, porque nem entre eles ha escrituras, nem houve algum autor antigo que delles escrevesse" (Salvador, 1918: 51). A "escritura", ou sua ausência, apresenta-se como o critério para apreciação de versões sobre "origens", o mais próximo que teríamos de uma "história" daqueles povos indígenas. Suas histórias, apenas orais, e registradas pelos europeus, não se qualificam como tal para figurar na História do Brasil de Frei Vicente, no início do século XVII. Seu editor, Capistrano de Abreu, no início do século XX, busca, nos comentários ao livro, apresentar a história dos deslocamentos e migrações indígenas através da relação entre suas línguas, remontando a um tipo de investigação já praticado em meados do século XIX no Brasil. Esse estudo não contava, porém, como história, mas, como demonstra Beatriz Christino, faz parte de uma rede transnacional de etnólogos interessados nas culturas latinas sul-americanas, entre as quais a *rã-txa hu-ni-ku-~i*, em que circulava o próprio Capistrano (Christino, 2006: 39-45).

Gabriel Soares de Souza, editado por Varnhagen em 1851, incluiu em seu relato sobre a Bahia a ocupação do território pelos povos indígenas, primeiramente os Tapuias, depois os Tupinaés e por fim os Tupinambás, segundo recolheu, atribuindo seu relato das guerras e migrações indígenas a "informações que se tem tomado dos índios muito antigos" (Souza, 1851: 305). Os portugueses por fim chegaram à Bahia, e a história indígena é conhecida, segundo Gabriel Soares, dos "Tupinambás e Tupinaés [dos quais] se tem tomado esta informação, em cuja memória andam estas historias de geração em geração" (Souza, 1851: 306). Segundo Varnhagen, Gabriel Soares "é singelo, quase primitivo no estylo, mas era grande observador, e, ao ler o seu livro, vos custa a descobrir se elle, com estudos regulares, seria melhor geographo que historiador, melhor botanico que corographo, melhor ethnographo que zoologo" (Souza, 1851: X). As descrições dos primeiros cronistas em geral recaem sobre os mesmos costumes, com pouca atenção para a questão das origens dos povos indígenas. Por conseguinte, as representações do passado dos povos indígenas registradas pelos cronistas europeus foram subsumidas sob a própria escrita da História como a entendiam os cronistas europeus (e posteriormente seus editores e comentadores latino-americanos), excludente das versões de representar e se relacionar com o passado presentes nos povos indígenas.

No século XIX, na base de tal exclusão estava uma distinção que, ao mesmo tempo em que impulsionou os estudos sobre os indígenas, os "excluiu" da História. Essa distinção pode ser resumida pelo pensamento de Francisco Adolfo de Varnhagen: um dos artífices da criação da seção de Etnografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e defensor do estudo das línguas indígenas, Varnhagen argumentava que a etnografia era o espaço para o conhecimento sobre os indígenas, e não a história; pois esses povos seriam, segundo ele, "povos sem história", isto é, povos sem transformações significativas em seu modo de vida ao longo do tempo (os povos sem história no pensamento europeu oitocentista.) Os indígenas não teriam, pois, nem história, nem historiografia. Suas próprias concepções de tempo e relatos de origem eram descartados enquanto história, e restavam como testemunhos de sua mentalidade. Ou seja, uma manifestação do "privilégio epistêmico" da forma europeia de representar o passado sobre outras tradições (Seth, 2013). Nas palavras de Rodrigo Turin (2012: 783), tendo em vista o caso brasileiro, "o discurso etnográfico oitocentista era concebido, pelos próprios sócios do IHGB, como um modo específico de escrita da história. À etnografia caberia trazer à visibilidade novamente aquilo que os indígenas, por si sós, não poderiam resgatar através de uma memória: seu passado".

O caso indiano: institucionalização e enclausuramento da história e do historiador?

Chakrabarty (2015) assinala que a história afirma-se como disciplina na prática dos historiadores indianos antes de sua verdadeira institucionalização nas universidades, processo semelhante ao que ocorre na América Latina (em especial no Brasil). Evidentemente, as diferenças também são significativas, embora não de todo excludentes. A relação entre historiografia e nacionalismo, por exemplo: na Índia, tal associação se dá *antes* da independência do país (1947), enquanto na América Latina, em linhas gerais, a imbricação entre nacionalismo e historiografia se dá *após* as Independências, como parte dos discursos de legitimação e autoafirmação das novas nações.

O autor pontua, ao longo de seu estudo, possibilidades de pensar a historiografia em perspectiva transnacional. Para ele, a formação da história como disciplina na Índia teve muito a ver com a interação entre dois lados da historiografia: o que chama de "*cloistered life of history*" (a vida enclausurada da história/historiador), isto é, a prática dos historiadores nos arquivos e gabinetes, e os diálogos internos à comunidade dos mesmos; e a vida pública ("*public life*") da história (Chakrabarty, 2015: 7-8), isto é, debates que mobilizavam a história, como aqueles referentes a identidades nacionais, regionais, étnicas e religiosas. A resposta dos historiadores a essas pressões públicas moldou, segundo Chakrabarty, o que veio a ser a historiografia acadêmica indiana (entre o final do século XIX e início do século XX, período aproximado ao do mesmo fenômeno na América Latina). Por isso o autor chama sua pesquisa de "*the popular origins of academic history in India*" (Chakrabarty, 2015: 12), em razão dessa interação entre a historiografia acadêmica e concepções populares de história.

Chakrabarty considera que a "vida enclausurada" da história "*may look the same everywhere, with minor variations. We may even be able to provide this cloistered life of the discipline with more-or-less global histories, such as in books on the general history of historiography*" (Chakrabarty, 2015: 8). Ou seja, seria possível, e até aqui foram feitas, histórias gerais da historiografia baseadas exclusivamente na vida dos arquivos, dos gabinetes, e dos debates entre historiadores. Embora Chakrabarty reconheça essas histórias da historiografia como histórias de "*different traditions of historical writing*", seu argumento principal é que o que dá especificidade a uma tradição historiográfica é estar "*embedded in different public contexts in very different ways*". Segundo Chakrabarty (2015: 8), "*not only the 'nature of historical writing' that is influenced by the places in which such writings are produced; the valence of even the basic categories of the discipline – such as 'research', 'facts', 'truth', 'evidence', 'archives' – can be molded by the interaction between history's cloistered and public lives*". Seu estudo

procura mostrar, de fato, como esses termos básicos, como pesquisa ("*research*") e verdade ("*truth*") são marcados pelo contexto e tradição local da historiografia indiana.

Através de Jadunath Sarkar, seu objeto de estudo, Chakrabarty mostra a transição para uma ideia de pesquisa baseada na noção de verificação das fontes. De fundo, estava também a ideia de verdade, que Chakrabarty compara à sua presença (e uso) em Leopold von Ranke. Porém, o contexto indiano cobra sua especificidade: como aponta Chakrabarty, se a devoção à verdade em Ranke seria uma versão secular da ideia protestante de vocação para o serviço religioso, em Jadunath Sarkar o lugar de Deus fora ocupado pela ideia de nação. Sua visão de nação inspiraria sua visão do trabalho do historiador como "vocação", "vocação à verdade" (*a call to truth*). Aqui, todavia, vemos uma interessante abordagem do que poderia ser uma dinâmica centro (Europa) – periferia (Índia) aparecer no estudo de Chakrabarty:

> *Sarkar's sense that there was something spiritually lofty about this commitment to historical truth was, however, no mere copy of Ranke's Protestantism or some other European creed. He had translated the Rankean urge into Hindu-mystic categories and drew on traditions that belonged to the metaphysics of a certain variety of Hindu nationalism that, by his time, had both politicized and spiritualized the word truth itself – witness Gandhi's use of the word satya (truth) in satyagraha (...). This translational turn was once again clear in Sarkar's use of the Sanskrit word chittashuddhi – the act of cleansing (shuddhi) one's mind or consciousness (chit) – while responding to an occasion in the early 1950s when his admirers organized a formal celebration of his achievements* (Chakrabarty, 2015: 76).

Uma mesma necessidade, ou anseio, por *verdade*, e uma semelhante noção de ascese ou vocação para a erudição histórica podem ser comparadas em Ranke e Sarkar. Porém, apenas uma imersão na tradição cultural e no contexto histórico específico indiano permitiria a compreensão dos valores daquela historiografia, e assim sua inserção em uma perspectiva global da história da historiografia.

Chakrabarty contempla, mas rejeita, a ideia de uma perspectiva comparativa para seu estudo de Jadunath Sarkar (Chakrabarty, 2015: 34). Poderíamos estudar uma historiografia particular em perspectiva comparada, segundo ele, por meio da comparação de diferentes atitudes (em relação a fontes e arquivos, por exemplo); pensando a conexão entre historiografia moderna e nacionalismo em regiões colonizadas ou dominadas pelos europeus; ou refletindo sobre historiadores e eruditos como praticantes de "formas de vida" específicas, estudando as ideias de ascetismo presentes nessas formas. Chakrabarty vai, por seu lado, na direção de pensar o surgimento da historiografia disciplinar na Índia por meio do estudo de ideias, instituições e práticas centrais a esse processo de disciplinarização, como as ideias de fato e verdade e as práticas de pesquisa documental.

As historiografias latino-americanas: entre o "centro" e a "periferia"?

A ideia de uma historiografia composta de sua vida no "claustro" e sua vida no espaço público, onde o "claustro" possui padrões e noções semelhantes em diferentes contextos, tem em seu cerne a questão da interação entre as duas vidas. Como a prática do "claustro" viaja de contexto a contexto? Como se dá a recepção dessas práticas e noções em diferentes espaços? Chakrabarty assinala que, em linhas gerais, o que dá o caráter específico a uma historiografia local é a vida pública da história. Porém, pode a recepção às práticas do ofício do historiador se dar de tal maneira que os debates públicos, antes de moldar a historiografia, são eles mesmos moldados por ela? É aqui que o debate centro-periferia se mostra ainda pertinente, em nossa visão. No caso latino-americano, o problema da recepção e apropriação das ideias e práticas historiográficas europeias, sobrepondo-se à cultura local (e estabelecendo uma relação específica com a "vida pública" da história) no continente gerou a interpretação de que a historiografia latino-americana pode ter se estabelecido, no século XIX, em contraposição à cultura local – isto é, como a transposição de "ideias fora do lugar".

O historiador colombiano German Colmenares trabalhou essas questões no livro *Convenciones contra la cultura* (1986). Em sua visão, os historiadores hispano-americanos (Colmenares excluiu a historiografia brasileira e, *grosso modo*, ateve-se apenas aos historiadores da América do Sul de língua espanhola) do século XIX escreveram as primeiras histórias nacionais pós-Independências, as *historias pátrias*, valendo-se de "convenções" de escrita da história europeias, criando assim narrativas que iriam *contra* as culturas nacionais latino-americanas – daí o título de seu livro. Por exemplo, buscaram na história de seus países "Grandes Homens", *heróis* à moda de Thomas Carlyle. Interessante que Colmenares excluiu a historiografia brasileira e, *grosso modo*, ateve-se apenas aos historiadores da América do Sul, o que remonta a uma polêmica sobre o lugar do Brasil em uma "história universal da América", como havia sugerido Joaquim Nabuco (Marquese e Pimenta, 2015: 33).

Por "convenções" Colmenares queria dizer, basicamente, a estrutura das narrativas, os temas e esquemas de representação (ou figuração) da história; algo semelhante a modos e tropos literários. Em suas palavras,

> *Los historiadores hispanoamericanos del siglo XIX emplearon las convenciones que dominaban entonces en la historiografía europea. Dichas convenciones se originaban en una renovación de las formas de representación frente a la Ilustración y al neoclasicismo, y traducían, como retórica, un contexto ideológico y cultural europeo. Por esto la recepción de tales convenciones propone dos problemas. Uno, su análisis como formas particulares de figuración de la realidad.*

> *Otro, el de un posible conflicto entre convenciones destinadas a representar una realidad cultural extraña, de la cual hacían parte, y la realidad cultural específica de Hispanoamérica. El riesgo de emplearlas consistía en que las convenciones se revelaran más fuertes que la realidad que debían transmitir, que los esquemas figurativos o los patrones de una narrativa distorsionaran realidades sociales y culturales que requerían un desplazamiento de esas convenciones para su comprensión* (Colmenares, 1986: XXI).

Por conseguinte, essa particular interação centro-periferia na produção do conhecimento histórico na América Latina do século XIX deixa como problemas: em primeiro lugar, pensar as convenções utilizadas pelos historiadores como "*formas particulares de figuración de la realidade*". Enquanto na Europa houve um "paralelismo" entre o desenvolvimento narrativo do romance e da historiografia, dentro do qual a historiografia se enriqueceu e ampliou suas possibilidades de explorar emoções, ações e reações, bem como deslocamentos temporais, no caso latino-americano do Oitocentos, argumenta Colmenares, "*las formas de representación fictiva se limitaron al costumbrismo. La observación costumbrista buscaba amoldarse a un mundo tradicional, casi inmóvil, en el que la novedad que podia introducir el libre juego de las emociones era prácticamente inexistente*" (Colmenares, 1986: XXII).[1]

O segundo problema nos faz pensar no debate sobre as "ideias fora do lugar".[2] Diz respeito à operação de distorção e deslocamento da realidade local visando seu encaixe no molde, na convenção historiográfica (alienígena) utilizada. Ambos os problemas, porém, não apenas não impedem, como antes convidam ao estudo de uma história cultural unificada da Hispanoamérica, ou, em termos alheios a Colmenares, a uma história cultural transnacional, que visualize uma unidade histórica que exceda os limites dos Estados nacionais. "*Hoy es concebible – algunos dirían que deseable y hasta necesaria – una historia temáticamente unificada de Hispanoamérica*" (Colmenares, 1986: XXVII). Essa perspectiva seria impossível de ser vista no século XIX, segundo Colmenares, quando as partes do antigo Império espanhol se viram presas em suas próprias lutas intestinas e dramas particulares. "*Pero si se prescinde de las complejidades dramáticas de la trama, no son en el fondo estas historias una experiencia común hispano-americana? En otras palabras, no hablan un mismo lenguaje?*"

> *Si el análisis de las historias nacionales se desplaza desde su encadenamiento factual hacia los medios de su representación narrativa, si la diversidad de "historias" se toma como un texto único para mostrar las convenciones con las cuales se construyen, muy pronto se revela que este procedimiento no constituye un artificio de tipo estructuralista, sino una posibilidad de reflexionar teóricamente sobre el fenómeno de las "historias patrias"* (Colmenares, 1986: XXVIII).

Isto é, estudamos a história da historiografia hispano-americana em conjunto se deixamos de pensar nos fatos particulares concatenados pelas diferentes narrativas nacionais, e atentamos para as convenções que estruturam essas narrativas, sua estrutura. O que leva à necessidade de uma postura teórica por parte do historiador que lhe permita analisar essas estruturas narrativas.

A possibilidade de estudar em conjunto a historiografia latino-americana foi expandida pelo também colombiano Sergio Mejía, em "La noción de historicismo americano y el estudio de las culturas escritas americanas" (2009). Mejía propõe incluir *todo o continente americano*, as historiografias em língua espanhola, portuguesa, inglesa e francesa, por meio do conceito de *historicismo americano*: "*con la noción de historicismo americano me refiero, pues, a una biblioteca de historias republicanas que comandan autoridade en su país*" (Mejía, 2009: 252). Mejía baseia seu conceito na percepção de uma necessidade compartilhada em todo o continente de narrar, descrever, comentar e legitimar as novas repúblicas americanas. Desde 1776, desde a independência dos EUA, tal fenômeno ocorreria. Esse conceito valeria para o estudo da cultura escrita americana, do sul da América do Sul ao Canadá. Os anos pós-Independência produziram narrativas que acabariam assumindo estatuto de cânones na representação do passado e na legitimação das repúblicas no continente. O historicismo americano, enquanto "biblioteca", coleção de escritos históricos, se organiza em especial a partir do que Mejía chama de "histórias monumentais", obras de história nacional *in cuarto* ou *octavo*, em geral em mais de um volume, das quais as centradas nas revoluções de independência seriam particularmente importantes. Também compõem o *corpus* do historicismo americano o que Mejía chama de histórias gerais (as que incorporavam o período colonial e, em alguns casos, pré-hispânico), obras menores (como coleções de documentos e compêndios) e obras temáticas (como histórias da literatura, das artes, da Igreja). Desse modo, é uma operação conceitual que baseia a análise historiográfica transnacional. A ideia de que todas as culturas escritas americanas, desde o fim do século XVIII, em tempos e percursos diferentes, tiveram a necessidade de produzir histórias republicanas, permite a articulação de toda essa produção historiográfica em um escopo temporal e conceitual únicos. Um particular anseio, uma necessidade por história, permite relacionar as diferentes tradições nacionais. Não custa perguntar aqui em que medida o caso brasileiro se configura, de fato, como uma exceção.

Como afirmam Iggers, Wang e Mukherjee (2008: 5-7), de fato a missão de uma história global será verificar as interações produzidas das matrizes disciplinares da história tal como foram estabelecidas entre os séculos XVIII e XIX a partir do caso alemão. No entanto, é necessário relativizar a ideia de relações rígidas de "influência" entre centro e periferia na

modernidade, aprofundando o conhecimento de experiências periféricas. Não se trata apenas da "adaptação criativa" dos padrões ocidentais de história, mas de como os próprios modos de se fazer e pensar a história sofrem modificações significativas.[3] Não custa lembrar que a experiência moderna de história foi modelada no contato com o "outro", seja "ocidental" e/ou "oriental".

A partir desses desenvolvimentos das formas disciplinares da história no Ocidente, poderíamos ser levados a pensar que a América Latina está numa posição periférica, ou mesmo secundária, tendo se desenvolvido apenas tardiamente. Mas, ao contrário, de acordo com Guillermo Zermeño Padilla (2008), João Paulo Garrido Pimenta e Valdei Lopes de Araujo (2009), no que se refere à "experiência do tempo", podemos dizer que a afirmação do conceito moderno de história (como *Geschichte*) na América Latina e das formas disciplinares correlatas não é muito posterior ao caso da Alemanha, ocorrendo na primeira metade do século XIX a partir da experiência política das independências no continente, que abrem caminho para o novo espaço de experiência da modernidade.

A apropriação das categorias de Koselleck pela historiografia latino-americana compõe apenas um fragmento de um debate mais amplo a respeito da natureza da experiência periférica de modernidade. Em outras palavras, sobre como valores burgueses e liberais circulam pelo Novo Mundo, respondendo a uma oscilação complexa entre experiência, conceitos e linguagens (cf., por exemplo, Araujo, 2015b). Falando de forma muito geral, o passado colonial representou para muitos historiadores do século XIX, entre os quais o próprio Varnhagen, um elemento chave na formação da nação no presente.

Com o passar das décadas e indo em direção ao século XX, a história se transformou no meio mais importante para o debate sobre modernização, já que a principal condição para a modernidade era lidar com o passado colonial. Nesse ponto, o conceito moderno de história atinge sua forma sistemática e madura, ancorado na dinamização da opinião pública. Em uma tendência interpretativa que vai se solidificando com as primeiras décadas do século XX e que identificamos como "ensaísmo social", representada no Brasil por Manoel Bomfim, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, a herança do passado colonial tinha de ser identificada, estudada e superada de modo a abrir espaço para uma nova era. É, pois, possível falar de nacionalização do passado, de um uso programático do passado, de um certo espaço de experiências, todavia marcado por um horizonte de expectativas altamente projetável no Brasil. Além do caloroso debate na imprensa no qual essas discussões eram moldadas e se tornavam tangíveis, emerge um tipo de ensaio, uma forma híbrida que mescla política, estética e ciências sociais que não é típica apenas do Brasil, mas está em claro diálogo com o pensamento latino-americano da mesma época.

Como, pois, repensar a história da historiografia de um modo que busque essas outras representações do passado, pois, como afirma Dipesh Chakrabarty, a vida "enclausurada" da história disciplinar (isto é, a vida dos arquivos, da escrita acadêmica) varia pouco entre contextos culturais distintos? A análise e cruzamento de diversos regimes de relativa autonomia intelectual (Araujo, 2015a) em perspectiva transnacional pode indicar algumas soluções para o problema apontado. Igualmente interessante seria mostrar as relações complexas entre as pressões públicas e as configurações da incipiente disciplina.

Como vimos, os estudos de história da historiografia têm se orientado a partir de referenciais teóricos que têm permitido aos pesquisadores uma linguagem comum no intercâmbio de suas ideias. Um desses referenciais tem sido, certamente, a obra de Reinhardt Koselleck, em particular sua investigação sobre a mudança do conceito de História entre o século XVIII e o XIX (*grosso modo*, de 1750 a 1850). Isto é, a passagem de uma "história mestra da vida", legitimada pelo fornecimento de lições morais extraídas de exemplos do passado, para uma história progressiva e voltada para o futuro, que se vê fundamentalmente diferente do passado. Uma nova experiência de tempo surge, orientada para os projetos de porvir. Essa nova experiência de tempo caracterizaria, na visão de Koselleck, a modernidade.

Seu argumento teve, e tem, forte impacto na história da historiografia latino-americana (Guillermo Zermeño Padilla, Valdei Lopes de Araujo e todos os outros pesquisadores ligados de algum forma ao Projeto Iberoamericano de História Conceitual, por exemplo). Deixa, porém, a dúvida a respeito das possibilidades de falarmos em modernidade e mesmo em história fora da tradição europeia inaugurada neste período de 1750 a 1850. Como pensar outras concepções do que poderíamos também chamar de história? Ou, ao menos, pensar se a história da historiografia não se apoia sobre uma aporia: sendo a história um produto da modernidade europeia, do período 1750-1850, é possível falar de fato em outras tradições historiográficas, não-ocidentais? É possível uma história da historiografia "global", que incorpore tradições que estariam *fora* do que poderia ser considerado história?

Como veremos mais à frente, procuramos sublinhar a importância do estudo das trocas e interações que enfatizem a natureza não isonômica das realidades imbricadas no sistema capitalista. Ao mesmo tempo, sugerimos cautela na mobilização de conceitos tão genéricos como "centro", "periferia" e "modernidade". A condição periférica que pauta as trocas intelectuais desiguais deve ser avaliada na sua historicidade, por meio de uma investigação cuidadosa a respeito dos significados que cada indivíduo atribuía ao pensamento e à experiência histórica.

O nacional *versus* o local e a escrita de uma história "global"

As abordagens transnacionais, ou globais, bem como as chamadas "histórias conectadas", muito em voga na última década, buscam escapar de um estudo intercultural estritamente comparativo, que considera os Estados nacionais como polos de comparação. O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, por exemplo, afirma que, ao pensar a ideia de história conectada, buscava em primeiro lugar se contrapor à história nacional, definida por ele como "a ideia de um comparatismo em que os objetos comparados seriam os Estados-nação" (Boucheron, Delalande, 2015: 50). A respeito de sua pesquisa, em particular, Subrahmanyam afirma que ficou interessado no que chama de "ideia do mundo eurasiático, de modo que me debrucei sobre a conexão entre o mundo do Mediterrâneo, os otomanos, o Irã, a Índia e mesmo a Ásia do Sudeste" (Boucheron, Delalande, 2015: 52).

A crítica de Subrahmanyam integra uma perspectiva revisionista do pós-colonialismo e estudos culturais em relação à história comparada. Historicamente constitutiva sobre as bases disciplinares da história no século XX (Detienne, 2004), a história comparada não teria abandonado o Estado-nação como parâmetro, o que acaba por obliterar as possibilidades de leituras interconectadas (Purdy, 2011: 65). Assim como Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, caberia então não pensar o comparativismo como método, mas as interações interculturais como objeto de estudo na sua própria historicidade (2003; 2004). Ainda sim, cabe destacar que a ideia de transnacional pode não apagar a história nacional ou mesmo a história comparativa, e sim complexificá-las (Weinstein, 2013).

As diferentes formas como o conhecimento transita ultrapassam barreiras nacionais, de maneira que talvez, como sugere David Armitage, a história intelectual e por extensão a história da historiografia ofereçam ferramentas para uma história transnacional epistêmica (Armitage, 2013). Diante disso, as iniciativas de história da historiografia/ história intelectual global partem da globalização como dado como demonstram Iggers, Wang e Mukherjee em *A global history of historiography* (2008: 1), e de um cenário de predomínio de estudos de tradições nacionais ou, no máximo, da tradição ocidental, de historiografia.

No que diz respeito à produção disciplinar de conhecimento haveria uma lacuna a ser preenchida, referente à interação entre tradições ocidentais e não-ocidentais de historiografia em um contexto global. Assim, como na discussão sobre o Orientalismo trazida à baila por Edward Said, é necessário também pensarmos sobre o Ocidentalismo enquanto uma cosmovisão enraizada no dito Ocidente que influencia diversas ideologias, desumanizações e valores perversos (Margalit; Buruma, 2014; Latour, 2012).

A questão-chave de uma história da historiografia global passa a ser a consideração do processo de globalização como uma ocidentalização *de facto*, ainda que pensemos na variedade e multiplicidade internas à tradição ocidental de historiografia, e nas múltiplas possibilidades de interação e resistência a ela, sem contar a riqueza e complexidade de tradições não-ocidentais de pensamento histórico, como a chinesa e a indiana (Iggers; Wang; Mukherjee, 2008: 3). A questão pode ser resumida no problema de como deixar de considerar a Europa como um "referente silencioso" no estudo do conhecimento histórico, como aponta Dipesh Chakrabarty em seu *Provicializing Europe*

> *That Europe works as a silent referent in historical knowledge becomes obvious in a very ordinary way. There are at least two everyday symptoms of the subalternity of non-Western, third-world histories. Third-world historians feel a need to refer to works in European history; historians of Europe do not feel any need to reciprocate. (...) "They" [os europeus] produce their work in relative ignorance of non-Western histories, and this does not seem to affect the quality of their work. This is a gesture, however, that "we" cannot return. We cannot even afford an equality or symmetry of ignorance at this level without taking the risk of appearing "old-fashioned" or "outdated"* (Chakrabarty, 2000: 28).

Para o autor, a relação entre modernidade, e capitalismo, e o conhecimento histórico (em particular o historicismo) é inescapável. A própria história do conhecimento histórico, nomeadamente o historicismo, naturalizou a ideia de que o conhecimento nasceu na Europa e depois se irradiou pelo mundo. Essa estrutura de pensamento produziu "versões locais da mesma narrativa", substituindo a Europa por outros supostos centros locais. Assim, o historicismo "*posited historical time as a measure of the cultural distance (at least in institutional development) that was assumed to exist between the West and the non-West*" (Chakrabarty, 2000: 7).

Esta perspectiva é corroborada por historiadores como Jack Goody e Immanuel Wallerstein. Em *O roubo da história*, Goody empreende uma análise historiográfica dos textos de historiadores como Fernand Braudel, mostrando justamente como a articulação entre tempo e espaço, os pressupostos do distanciamento analítico comparativo são também europeus. Os pilares de sua perspectiva crítica se dirigem à necessidade de desnaturalizar a percepção de que os valores europeus sejam universais aliada a uma valorização qualitativa dos passados não europeus; enfim reconhecendo que a localização de eventos no tempo-espaço é uma construção epistemológica social (2006: 18-19). Nesse sentido, a dimensão global da produção e circulação de conhecimento ganha contornos de uma crítica ao capitalismo. Isso fica mais claro em textos e obras em que Immanuel Wallerstein sintetiza e difunde os resultados de

sua obra monumental sobre o *Sistema mundial moderno* (publicada em vários volumes desde a década de 1980), tais como *O universalismo europeu*, em que procura explicar o compasso entre a produção de um aparato epistemológico europeu pretensamente neutro e desenraizado de sua origem e a lógica da dominação capitalista (2006: 77).

Assim, a própria globalização tomada como dado natural e inevitável é, na verdade, um dado social e historicamente construído que condiciona nosso próprio olhar sobre o mundo, e a ciência, mesmo social, é produzida a partir de uma matriz disciplinar consonante (Lander, 2000: 20-26). A partir disso, os passados nacionais locais e os projetos políticos presentes são articulados. Qualquer "metodologia" embasada em conceitos derivados do repertório moderno será insuficiente, pois analisa seus objetos com uma pretensa neutralidade que é na verdade incansável diante do enraizamento europeu dos conceitos. Interessante iniciativa da Unidade Regional de Ciências Sociais e Humanas para América Latina e o Caribe, publicada no ano 2000 e dedicada justamente a problematizar o eurocentrismo e a produção de conhecimento, é o livro *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, em que vários textos corroboram esta ideia, tais como os de Francisco López Segrera, "Abrir, impensar, y redimensionar las ciencias sociales en América Latina y el Caribe. Es possible una ciencia social no eurocéntrica en nuestra región?", ou de Aníbal Quijano, "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina".

Insere-se nesse contexto o problema da dinâmica centro-periferia, do desenvolvimento ou desenvolvimentismo, como nos demonstra Joseph Love em *A construção do Terceiro Mundo* à partir da comparação das semelhanças e diferenças entre as teorias do subdesenvolvimento na América Latina, Caribe e Europa Centro-Oriental. As bases epistemológicas do par centro-periferia seriam derivações da ideologia de dominação europeia, existem meios de aproveitar as tensões produzidas por essa dualidade para pensarmos criticamente? Ou estaríamos aprisionando o pensamento em um horizonte inevitavelmente etnocêntrico?

A revista polonesa *Teksty*, do Instituto de Pesquisas Literárias da Academia Polonesa de Ciências, lançou num dossiê temático de 2014 justamente a pergunta: "Estudos pós-coloniais ou pós-dependência"? Como esclarece Ryszard Nycz, a pergunta é pertinente especialmente considerando os condicionantes históricos poloneses: não foram exatamente coloniais, mas certamente colaboraram para delinear os significados da dependência considerando as interações com os impérios Austro-Húngaro, Prussiano e Russo (2014: 5). A ideia pode ser muito útil para repensar o caso brasileiro, que engendra um curto circuito entre as noções de centro e periferia depois da independência. Enquanto um império europeu semidesenraizado na América, o Estado independente rapidamente mobilizou as linguagens da dominação, adaptando e reproduzindo o colonialismo e o imperialismo em suas zonas de influência e em

seu próprio território ainda em dominação. O caso do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre é um bom exemplo da ressignificação do passado em narrativas pós-coloniais como parte da configuração de uma modernidade periférica específica. O crítico Roberto Vecchi nos ajuda a entender como esse discurso de pretensa natureza pós-colonial se difunde no mundo português, especialmente na África, ganhando contornos de um discurso imperialista (Vecchi, 2014); indo mais além, como tais termos acabam por consolidar um discurso conservador sobre a "democracia racial" com forte eficácia dentro do próprio Brasil (Nicodemo, 2016: 345-346).

O problema centro-periferia seria, então, não apenas um dado mas um processo a ser compreendido ele próprio em suas condicionantes históricas. Mas investir nesta senda requer muito cuidado com a complexidade das trocas e com a permeabilidade e adaptabilidade das formas culturais de dominação. Não se pode pressupor uma relação unilateral entre centro e periferia, mas uma teia de trocas e influências mútuas que condicionam teias de poder transnacional. Esse território movediço e instável das relações de poder, conhecimento e trocas culturais em sua própria historicidade é o ponto de partida de uma história da historiografia global.

Por sua vez, a globalização apontada como dado naturalizado e como processo histórico inevitável é algo historicamente construído que condiciona nosso próprio olhar sobre o mundo. A naturalidade com que a encaramos é uma resultante de seu alastramento como matriz disciplinar, que organiza os passados nacionais à luz de projetos políticos presentes. Por isso, qualquer "metodologia" embasada em conceitos derivados do repertório moderno será insuficiente, pois analisa seus objetos com uma pretensa neutralidade que é na verdade incansável diante do enraizamento europeu dos conceitos (Wallerstein; Medina; Bandeira, 2007). Insere-se nesse contexto o problema da dinâmica centro-periferia, do desenvolvimento, do desenvolvimentismo, da modernidade como fenômeno que se origina na Europa e se espalha pelo globo. Nessa perspectiva, a história produzida com bases nos pressupostos estabelecidos historicamente na Europa estaria condenada ao eurocentrismo? (cf. Schaub, 2016).

A história não é um universal antropológico?

O historiador indiano Sanjay Seth discute como a tradição ocidental de conceber a história centrada numa ideia de Razão (com R maiúsculo) postula a noção de que o Ocidente possui historiografia (racional), enquanto outras tradições possuem mitos, épicos ou lendas. Mais do que isso, essa visão ocidental sobre a escrita da história permite que a historiografia ocidental sobre outros povos escreva suas histórias em termos alheios a esses

próprios povos, e trate suas próprias representações (os mitos, épicos e lendas) como, no máximo, uma matéria-prima pouco confiável para a descrição de seus passados. Seth aponta como a historiografia ocidental avalia as demais tradições em uma escala de verdadeiro/falso ou verossímil/inverossímil que lhes é alheia. E coloca a questão fundamental: como escrever a história de povos que não possuem essa mesma noção de história (historiografia)? Por isso, como (ou mesmo por que) escrever história em termos alheios àquelas culturas?

Seth procede à crítica do historicismo (em especial a partir de Michel Foucault), e procura apresentar uma saída à Razão ocidental como critério para a história da historiografia: a noção de tradições de raciocínio. Sua preocupação é "pluralizar" a Razão. Compreender, principalmente, que escrever História (à maneira como os europeus concebem) não é um universal antropológico (expressão de Gadamer):

> Não estou afirmando, ao contrário do que frequentemente imaginam os historiadores, e do que é comumente ensinado nos departamentos de história das universidades, que o "fato" da história leva (em sociedades suficientemente alfabetizadas e "desenvolvidas") à escrita da história e ao historicismo. Viver na história, e desejar escrevê-la, não é um postulado antropológico universal (e, de modo muito mais enfático, não se enraíza em uma experiência existencial de tempo); ao invés disso, é uma maneira específica de conceber o mundo e estar nele, ao mesmo tempo uma tradição de raciocínio, um jeito de ser, e uma prática específica da subjetividade. A emergência dessa orientação rumo ao passado e à essência do ser é específica de certos povos (sociedades, classes), e não de outros. Está conectada a alguns fenômenos – a emergência do Estado-Nação moderno, "progresso", racionalidade científica – e não a outros, contra os quais ela pode até mesmo se definir (magia, deuses) (Seth, 2013: 185).

A visão da escrita da história como antropológico universal associa-se, como afirma Seth, a um humanismo que concebe um Homem (com H maiúsculo) universal. A saída de Seth é a proposição de que a historiografia (europeia) é um "código cultural" específico, uma forma de representar e se relacionar com o passado, entre tantas outras possíveis. Portanto, ao invés de falarmos em historiografias, falaríamos em representações do passado, conceito que pode incluir mitos, épicos e lendas em uma relação sem hierarquias com a escrita da história ocidental. De fato, essa questão não passou despercebida pelos historiadores oitocentistas, que, em última instância, não negam que a lenda é uma forma de história, ou o mito. No entanto, a diferença fundamental entre o que Seth advoga e os procedimentos dos historiadores reside em que os últimos jamais desassociaram essas formas de conhecimento histórico de um conceito de hierarquia civilizacional que minorava essas culturas. Assim, esssa abordagem permite retirar da escrita da história ocidental o "privilégio epistêmico" atribuído por ela própria em relação a outras formas de representação do passado.

> Se o que existe é não a Razão, e sim tradições de raciocínio; não a História e suas representações na escrita da história, e sim muitos passados re-presentados de muitas formas, então não podemos escrever com qualquer presunção de privilégio epistêmico. Precisamos conceber a escrita da história do modo ocidental e moderno não com um veio imperialista (não estamos corrigindo as percepções errôneas dos outros acerca dos seus passados), e sim como um exercício de tradução (estamos traduzindo as suas autodescrições em termos que fazem sentido dentro das nossas tradições intelectuais). Não se trata de recuar em nossas tradições – pois elas são o ponto de partida do nosso exercício de razão, se quisermos mesmo exercitar a razão. Só não atribuímos a elas um privilégio epistêmico a priori (Seth, 2013: 187).

Uma possibilidade para se pensar sobre o referido privilégio epistêmico da história pode ser encontrada justamente em uma abordagem interdisciplinar que dissolva e/ou problematize a distinção entre História e Etnografia/Antropologia. Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro (1985) utilizam os cronistas europeus como fonte para recuperar a concepção de tempo dos Tupinambá, e a centralidade da vingança nessa concepção.[4] Nesse sentido, outras abordagens podem extrair, a contrapelo, dos registros existentes, as representações do passado que nos permitiriam uma nova história da historiografia na América Latina comprometida, inclusive do ponto de vista ético-político, na historicização e luta contra as várias formas de etnocídio, entendido, em especial no Brasil, como "a essência mesma da relação, de 1500 até os dias de hoje entre a forma-Estado (o Estado colonial, imperial e republicano) e a forma-ethnos (os povos indígenas) no Brasil)", ou, em outros termos, a transformação do índio em pobre (Castro, s.d).

Para Eduardo Viveiros de Castro, a definição do que é índio, ainda hoje, passa pelo reconhecimento explícito do fato de que existia um mundo social pré-colombiano e de que há uma boa quantidade de comunidades e coletivos no Brasil e em vários países latino-americanos nos dias de hoje que se sentem ligados a esse mundo de diversas formas. O autor destaca que um dos desafios atuais, do ponto de vista, entre outros, político, econômico, ético e intelectual é contribuir para o processo de retransformar os pobres em índios e não o contrário: "entendo que índio não é um conceito que remete apenas, ou mesmo principalmente, ao passado – é-se índio porque se foi índio –, mas também um conceito que remete ao futuro – é possível voltar a ser índio, é possível tornar-se índio. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado. No dia em que os brasileiros entenderem isso, nossa relação com a 'Europa' vai se resolver" (Castro, 2011: 265). Essa perspectiva, na visão do autor, pode contribuir para compreendermos, dialogarmos e pensarmos em outros modos de existência coletivos a partir das experiências dos que jamais foram modernos, isto é, em multiplicidades extramodernas, em especial as que podem ser apreendidas das questões indígenas

(cf. também Latour, 2012). Estamos aqui, portanto, diante de um dos desafios lançados por Sanjay Seth (2013: 188): o confronto com outros modos de raciocínio (e, complementaríamos, de existência) que possam "servir para fazer com que a escrita da história deixe de ser uma prática imperialista e se torne uma prática ética".

O debate deve passar inevitavelmente pela história institucionalizada, mas também por outras epistemes para se pensar, experimentar e relacionar com o passado. Nunca é desnecessário lembrar as estratégias de poder e dominação envolvidas na valorização, na América Latina, da palavra escrita (Rama, 2015; cf, também, entre outros, Peregrino, 2010). Esta era a única fonte válida frente à precariedade e insegurança da palavra falada. Para assegurar a posse do solo, por exemplo, exigia-se um ritual levado a cabo pelo escrivão que dava fé à palavra escrita, já que a fé se relacionava intimamente com a palavra escrita. Havia, assim, uma vida letrada e outra real que se atravessavam, hibridizavam e excluíam.[5] Uma maior reflexão sobre dimensões interculturais, agenciadoras do confronto entre temporalidades ou historicidades distintas, pode ser útil também para a maior compreensão das ambiguidades dos processos de modernização da América Latina, possibilitando porvires do passado que assumam o conflito e sejam mais abertos, heterogêneos, híbridos e democráticos (cf. Canclini, 2006). Nessa direção, ainda segundo Canclini, as noções de centro e periferia podem também ganhar em potência se pensadas junto com outras noções como circuitos e fronteiras, bem como com maior atenção à transposição constante das fronteiras, à transnacionalização da cultura efetuada pelas tecnologias comunicacionais e às críticas às lógicas do crescimento, progresso, aceleração e a destruição da natureza (cf, entre outros, Latouche, 2009; Domasnka, 2010).

À guisa de conclusão

Este texto procurou mapear, ainda que de forma lacunar, os debates acerca da relação entre eurocentrismo e escrita da história, assinalando seus possíveis aproveitamentos, desdobramentos e consequências para a história da historiografia. Uma pergunta aparentemente simples – tal como é possível pensar a história fora de parâmetros europeus? – se desdobra num panorama de discussões altamente delicado e complexo. Conceitualmente, o imperativo de lidar com o caráter restritivo e historicamente condicionado do que podemos entender por história/historiografia, e com as alternativas daí resultantes, nos leva a dois caminhos: o de assumirmos como história/historiografia apenas o que é assim definido a partir da tradição europeia, e nos limitamos a uma história da historiografia dessa prática e conceito, ou encararmos o desafio de pensar outras apresentações, representações, narrativas e experiências do passado e reformularmos nossas histórias da historiografia para torná-las,

de fato, globais ou transnacionais, sob o risco de negarmos a própria pertinência da historiografia como disciplina.

É necessário nesse sentido reconhecermos os limites deste texto, que procurou analisar o debate sobre o eurocentrismo na historiografia, mas sem deixar abandonar um compromisso, ou até esperança, com a pertinência da história da historiografia e seus parâmetros disciplinares. Os esforços de Eduardo Viveiros de Castro que procuramos rapidamente ilustrar vão no sentido de pensar a história para além de epistemes familiares.

Essas discussões apontam para as possibilidades de renovação ou de aprimoramento do repertório de temas e ferramentas de pesquisa dos historiadores brasileiros, problema que se entrelaça por sua vez com o contexto de crise em todas as ciências humanas. Para Ewa Domanska, a teoria nas ciências sociais parece "um passo atrás do que ocorre no mundo contemporâneo em termos de cataclismas ambientais, crise nas mudanças climáticas, em termos de tecnologia, engenharia genética e nanotecnologia (somado à difusão do capitalismo global)". A autora vai mais longe do que a crítica ao eurocentrismo advogando uma abordagem "não-antropocêntrica" (Domanska, 2010: 119). A história da historiografia pode agir com mais liberdade e agilidade abraçando alguns desses temas em perspectivas transnacionais e globais, começando por fazer perguntas atuais para a nossa tradição de escrita da história, procurando pensar temas como a consciência ecológica, a democracia, o capitalismo, a tecnologia, o preconceito, o racismo, o machismo, entre tantos outros. Entendemos que discutir o eurocentrismo na escrita da história é certamente um bom ponto de partida.

Notas

1 A base de Colmenares para pensar o paralelo entre romance e história na Europa oitocentista é Roland Barthes, e sua análise de Michelet. Ainda que de forma lateral, cabe mencionar importante aspecto que vem sendo destacado por alguns autores, a saber: a perda de prestígio e/ou centralidade da historiografia (e língua) francesa no mundo. A esse respeito, no interior dos debates sobre a "história-mundo", Patrick Boucheron, por exemplo, afirma em 2013: "atolados nas querelas suscitadas pelo embaraçoso legado braudeliano, extraviados pelas sereias da microstoria que fazia a história em migalhas, incapazes de se dar conta do quanto a França encolhera, transformada em potência mediana da historiografia, exportando sua French Theory como outros exportam conhaque ou bolsas (ou seja, como um produto de luxo para elites mundializadas), deixavam, totalmente, de responder ao chamado da World History" (Boucheron, 2015: 7).

2 Schwarz (1973); debatido em Franco (1976) e Paltí (2007).

3 A história da historiografia pode apreender muito com os "*subaltern studies*" nesse sentido. A do caso brasileiro desta trajetória permitirá portanto compreender que, em um contexto de revisão dos parâmetros europeus de pensamento, a "periferia" foi um lugar de experiências de vanguarda na reelaboração de ferramentas que permitiram a reconfiguração das formas de representação do passado (cf. Chakrabarty, 2000). A

ressignificação do passado em novas narrativas pós-coloniais, como parte da configuração de uma modernidade periférica específica, foi estudada por Roberto Vecchi, que examinou o "Luso-tropicalismo", a construção do discurso de Gilberto Freyre sobre o colonialismo português apropriada (com apoio do autor) pelo regime pós-colonial salazarista português, observando a necessidade de a teoria pós-colonial atentar para a análise dos discursos (Vecchi, 2014).

4 É digno de nota que só recentemente e de forma bastante lenta a importante obra de Eduardo Viveiros de Castro começou a ser lida e discutida pelo campo da teoria e história da historiografia. Ainda que incipiente, esse interesse mostra algum tipo de deslocamento em curso. Cf., também Iegelski e Pagden (1982). As reflexões de Lévi-Strauss e Marshall Sahlins no que concerne ao questionamento das fronteiras entre história e antroprologia também deveriam merecer maior visitação da nossa parte.

5 A questão da oralidade mobiliza diversos domínios. Cf, por exemplo, Ong (1998) e Vansina (s.d). Além disso, é preciso frisar que em uma perspectiva atlântica, desde a "primeira modernidade", há "complexos emaranhados que entrelaçam vários grupos étnicos. O Atlântico foi uma co-criação de muitos povos que se misturaram e lutaram uns com os outros. (...) Todo grupo ameríndio que teve contato direto ou indireto com gente vinda de fora das Américas acabou por se reconfigurar por conta dessa integração agressiva de estranhos, que incluía os africanos (Snyder, 2010). As primeiras cidades europeias na bacia atlântica não eram compostas de colonos europeus, mas de africanos. (...) No entanto, apesar de toda essa nova consciência das dimensões atlântica e global da história da primeira modernidade, o campo ainda segue atrelado a histórias nacionais" (Cañizares-Esguerra; Fernandes & Martins, no prelo). Cf. também Cañizares-Esguerra & Seeman (2006).

Referências bibliográficas

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 31, p. 364-400, 2015a.

_____. The history of concepts and the history of historiography: a Brazilian trajectory. In: MATA, Sérgio Ricardo da; PEREIRA, Luisa Rauter; MARTINS, Luiz Estevam (org.). *Contributions to theory and comparative History of Historiography traditions. German and Brazilian perspectives*. 1ed. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015b, p. 175-193.

_____ & PIMENTA, João Paulo G. História (conceito de). In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 119-140.

ARMITAGE, David. The international turn in itellectual history. In: MCMAHON, Darrin M. & MOYN, Samuel (eds). *Rethinking modern European intellectual history*. New York: Oxford University Press , 2014, p. 232-252.

BOUCHERON, Patrick & DALALANDE, Patrick. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANCLINE, Nestor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: USP, 2006.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge & SEEMAN, Erik R. (eds). *The Atlantic in global history, 1500-2000*. NJ: Prentice Hall, 2006.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O. & MARTINS, Maria Cristina Bohn. *As Américas na primeira modernidade*. Curitiba: Prismas, 2017 (no prelo).

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Sobre os modos de existência dos coletivos extramodernos (s/data). In: https://www.academia.edu/21559561/Sobre_o_modo_de_existencia_dos_coletivos_extramodernos

_____. Sobre a noção de etnocídio, com atenção especial para o caso brasileiro. In: https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro

——— & CUNHA, Manuela Carneiro da. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes,* tome 71, 1985, p. 191-208.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.

_____. *The calling of history: Sir Jadunath Sarkar ad his empire of truth.* Chicago: University of Chicago, 2015.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu: uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-~i em face da sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, 2006.

COLMENARES, German. *Convenciones contra la cultura. Ensayos sobre la historiografia hispanoamericana del siglo XIX.* Bogotá: TM Editores, 1986.

DAVIS, N. Z. Decentering history: local stories and cultural crossings in a global world. *History and Theory*, v. 50, n. 2, p. 188-202, 2011.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

DOMANSKA, Ewa. Beyond anthropocentrism in historical studies. *Historein*, v. 10, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate 1. História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

GOODY, Jack. *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente.* São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

IEGELSKI, Francine. História e antropologia: notas de trabalho sobre as correlações entre modernidade, presentismo e perspectivismo ameríndio. Disponível em https://www.academia.edu/29618008/Hist%C3%B3ria_e_Antropologia_notas_de_trabalho_sobre_as_correla%C3%A7%C3%B5es_entre_modernidade_presentismo_e_perspectivismo_amer%C3%ADndio, acesso em 5 de dezembro de 2016.

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. E. & MUKHERJEE, Supriya. *A global history of modern historiography.* Harlow, England: Pearson Longman, 2008.

LANDER, Edgardo (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2000.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do crescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUR, Bruno. *Enquête sur les modes d'existence. Une anthropologie des modernes*. Paris: La Découverte, 2012.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. *Abrir, impensar, y redimensionar las ciencias sociales en América Latina y el Caribe.* In: LANDER, Edgardo (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2000.

LORENZ, C.; BERGER, S. & MELMAN Melman, B. (eds.). *Popularizing national pasts: 1800 to the present*. New York: Routledge, 2012.

LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Trad. Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARGALIT, Avishai & BURAMA, Ian. *Occidentalism: the West in the eyes of its enemies*. New York: The Penguin Press, 2004.

MARQUESE, Rafael & PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, n. 17, 2015.

MAUREL, C. La world/global history: questions et débats. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, n. 104, p. 153-166, 2009.

MAZLISH, Bruce. Comparing global history to world history. *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 28, n. 3, 1998, p. 385-395.

MEJÍA, Sergio. La noción de historicismo americano y el estudio de las culturas escritas americanas. *Historia Crítica Edición Especial*, Bogotá, nov. 2009, p. 246-260.

NICODEMO, Thiago Lima. O modernismo de estado e a política cultural brasileira na década de 1940: Candido Portinari e Gilberto Freyre nos EUA. *Revista Landa*, vol. 5, n.1, 2016.

NYCZ, Ryszard. Polish post-colonial and/or post-dependence studies. *Teksty Drugie*, n. 1, 2014.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra.* Campinas: Papirus, 1998.

PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man: the American Indian and the origins of comparative anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

PALTÍ, Elias. *El tiempo de la política*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2000.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1918.

SÁNCHEZ CUERVO, Antolín & ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *El exilio español del 39 en México. Mediaciones entre mundos, disciplinas y saberes*. México: El Colegio de México, 2014.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *L'histoire européenne est-elle condamnée à l'eurocentrisme*. Disponível em: https://www.academia.edu/31031068/LHISTOIRE_EUROP%C3%89ENNE_EST-ELLE_CONDAMN%C3%89E_%C3%80_LEUROCENTRISME.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, n. 3, 1973.

SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, abril 2013, p. 173-189.

SOARES, G. P. Letramento e mediações culturais em pueblos indígenas do centro sul do México no século XIX. *História Revista* (UFG), v. 15, p. 97-118, 2010.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

TURIN, R. O 'selvagem' entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 28, p. 781-803, 2012.

VANSINA, Jean. A tradição oral e sua metodologia. In: *História geral da África – Metodologia e pré-história de África*. São Paulo: Ática / UNESCO, s/data.

VECCHI, Roberto. A periferia como obra: modernidades excêntricas a rearranjos luso-tropicalistas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 17-34, jun. 2014.

VENGOA, Hugo Fazio. *El mundo global: una historia*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013.

WALLERSTEIN, I. M., MEDINA, B. & BANDEIRA, L. A. M. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 13-29, jan./jun. 2013.

WERNER, M. & ZIMMERMANN, B. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales*. Paris, 2003.

———& ———. *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris: Seuil, 2004.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamerica, 1750-1850. *Almanack Braziliense*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, n.7, maio de 2008.

Escribiendo la Guerra Fría latinoamericana: entre el Sur "local" y el Norte "global"

Escrevendo a Guerra Fria latino-americana: entre o Sul "local" e o Norte "global"

Writing the Latin American Cold War: between the "local" South and the "global" North

Aldo Marchesi

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100010

Aldo Marchesi é mestre e doutor em História pela Universidade de Nova Iorque e professor da Universidade da República (Uruguai) (aldomarchesi70@gmail.com).

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Revisión de español de Óscar Curros.

Resumen

Mi trabajo propone una agenda para posibles diálogos entre la historia reciente del cono sur y los estudios de la guerra fría. El campo de la historia reciente, escrito principalmente por historiadores del cono sur, relacionado con la historia de la segunda mitad del siglo XX, se ha centrado principalmente en los escenarios nacionales de polarización política y social que surgieron durante los años sesenta, Los regímenes y, por último, las luchas por el derecho humano para la democratización durante los años ochenta. Estos estudios históricos han innovado en sus métodos historiográficos, en las formas de concebir la relación entre cultura y política, y también en la comprensión de las tensiones entre el discurso histórico y las memorias públicas. Más allá de estas innovaciones, estos estudios parecen estar atrapados en las esferas nacionales sin intercambiar sobre las similitudes y circulación de ideas y personas que ocurrieron en la región. Por otro lado, los estudios sobre la guerra fría, escritos principalmente en Estados Unidos, que trabajaron en la región, se han centrado principalmente en el impacto de la política exterior estadounidense. Aunque estos estudios abordaron las dimensiones locales, se centraron principalmente en las cuestiones relacionadas con el papel de los Estados Unidos sin considerar la agencia de actores locales en este proceso global. Entre estos dos campos de estudio hay vacíos históricos relacionados con los espacios transnacionales de circulación horizontal de ideas y actores dentro de la región que han sido principalmente ignorados por ambas historiografías. A través de algunos ejemplos históricos sugeriré formas de cruzar ambos campos de estudios para enriquecer la reflexión sobre la guerra fría latinoamericana.
Palabras clave: Guerra Fría Latinoamericana; Historia Transnacional; Historia Global; Historiografía; Historia reciente.

Resumo

Meu artigo propõe uma agenda para possíveis diálogos entre a história recente do cone sul e os estudos da guerra fria. O campo histórico recente, escrito principalmente por historiadores do cone sul, relacionado à história da segunda metade do século XX, tem focado principalmente os cenários nacionais de polarização política e social que surgiram nos anos 60, a reação autoritária que instalou o terrorismo de Estado Regimes e, por fim, as lutas pelos direitos humanos para a democratização durante os anos oitenta. Esses estudos históricos têm inovado nos seus métodos historiográficos, nas formas de conceber a relação entre cultura e política, e também na compreensão das tensões entre o discurso histórico e as memórias públicas. Além destas inovações, esses estudos parecem estar presos nas esferas nacionais sem trocar as semelhanças e circulação de ideias e pessoas que aconteceram na região. Por outro lado, os estudos de guerra fria, escritos principalmente nos EUA, que trabalharam na região, concentraram-se principalmente no impacto das políticas externas dos EUA. Embora esses estudos tenham abordado as dimensões locais, eles se concentraram principalmente nas questões relacionadas ao papel dos EUA sem considerar a agência de atores locais nesse processo global. Entre esses dois campos de estudo, há vácuos históricos relacionados a espaços transnacionais de circulação horizontal de ideais e atores dentro da região que tem sido principalmente ignorado por ambas as historiografias. Através de alguns exemplos históricos vou sugerir maneiras de cruzar ambos os campos de estudos, a fim de enriquecer a reflexão sobre a guerra fria latino-americana.
Palavras-chave: Guerra Fria latino-americana; História Transnacional; História Global; Historiografia; História recente.

Abstract

My paper proposes an agenda for possible dialogues between the southern cone´s recent history and the cold war studies. The recent history field, written mainly by southern cone´s historians, related to the history of the second half of twenty century has focused mainly on the national scenarios of political and social polarization that emerged during the sixties, the authoritarian reaction that installed state terror regimes, and, lastly, the human right struggles for democratization during the eighties. These historical studies have innovated in their historiographical methods, in the ways to conceive the relationship between culture and politics, and also in the understanding of the tensions between historical discourse and public memories. Beyond these innovations these studies seems to be trapped in the national spheres without exchanging on the similarities and circulation of ideas and persons that happened within the region. On the other hand the cold war studies, written mainly in the US, that worked on the region has mainly focused on the impact of the US foreign policies. Although these studies addressed the local dimensions, they mainly focused on the questions related to the role of the US without considering the agency of local actors in this global process. Between these two fields of study there are historical vacuums related to transnational spaces of horizontal circulation of ideas and actors within the region that has been mainly disregarded by both historiographies. Through some historical examples I will suggest ways to intersect both fields of studies in order to enrich the reflection on the Latin-American cold war.
Keywords: Latin American Cold War; Transnational History; Global History; Historiography; Recent History.

Introducción: ¿Para qué la historia global?

La llamada historia global ha tenido un desembarco relativamente tardío en la historiografía latinoamericana que se produce en la región e incluso en la que se produce en Estados Unidos. Los motivos son diversos. Por un lado, las historiografías nacionales se han enfocado en estudiar sus propios países. Aunque en la segunda mitad del siglo XX diferentes aproximaciones cuestionaron el peso de lo nacional y sugirieron perspectivas que interpelaban esta narrativa, ofreciendo miradas alternativas que tuvieron que ver con la clase, la raza, el género, la vida cotidiana, entre otros asuntos, estos enfoques se desarrollaron dentro de la unidad de análisis del Estado Nación. Salvo algunas excepciones, la mayoría de los historiadores, así como las instituciones que promovieron la investigación histórica, se concentraron en dicha unidad. Además de las inquietudes académicas, los recursos de nuestras universidades tampoco colaboraron a otro tipo de desarrollo. Como varios han dicho, hacer historia global es caro. Requiere realizar estancias de mediana duración en archivos que están en diferentes países y tener cierta habilidad y conocimiento de diferentes lenguas. Además, y tal vez mucho más importante, se necesitan bibliotecas que efectivamente tengan una pretensión global, o al menos regional.

Pero tal vez habría que invertir la pregunta. ¿Por qué tendría que llegar la historia global? Hace ya décadas que se vienen cuestionando las relaciones complejas en la que se estructura la geopolítica del conocimiento. Muchas veces, desde las periferias se asumen conductas imitativas, que simplemente terminan legitimando el saber producido en ciertos centros y reinstalando el lugar periférico de la periferia. En un mundo académico paradójico, que da una imagen positivamente globalizante debido a las posibilidades de circulación de recursos y personas, pero que a la vez es profundamente desigual en las condiciones de producción y reconocimiento, resulta necesario pensar reflexivamente acerca de la utilidad de la incorporación de ciertos enfoques para aquellos que trabajamos en esta parte del mundo, así como lo que nosotros tenemos para aportar a esa reflexión.[1]

En un trabajo reciente, Dominic Sanchsemmaier repasaba los desarrollos de tres países donde la historia global ha tenido desarrollos importantes: Estados Unidos, Alemania y China (Sanchsemmaier, 2011). En cada uno de los casos, la autora señala determinadas condiciones

contextuales que impulsaron este tipo de enfoques. En dos casos se trata de las principales potencias del siglo XX, que libraron dos guerras por la hegemonía mundial. En el último, de un país continente, que se anticipa como la próxima potencia imperial en el siglo XXI. No estoy diciendo que para hacer historia global sea necesario tener una tradición imperial, pero lo cierto es que son países que, por diversos motivos históricos y presentes, han tenido que pensar y piensan más allá de sus fronteras nacionales. Nada de esto se puede encontrar en Latinoamérica, donde incluso no estamos hablando de un país, sino de un continente cuya propia identidad político-cultural ha estado en disputa entre el latinoamericanismo, el panamericanismo y otras aproximaciones más contemporáneas durante todo el siglo XX (Mignolo, 2007). Frente a esto, la pregunta de cuáles son las condiciones contextuales, así como la de la utilidad de incorporar la historia transnacional y global a nuestras perspectivas latinoamericanas, es relevante. Me anticipo a responder que mi respuesta será positiva. Pero me parece que, si tiene algún valor dicha respuesta, la misma está vinculada a los motivos y a la manera en que dicha noción debería ser incorporada, mas que en la mera respuesta afirmativa.

En *What is Global History?*, uno de los más recientes esfuerzos por sistematizar este enfoque, Sebastian Conrad señalaba algunas características que resumen las inquietudes metodológicas vinculadas a la historia global. En su perspectiva, los historiadores globales no están solamente preocupados con visiones macro, sino que buscan situar asuntos históricos concretos con un potencial global, lo que los lleva a experimentar con nociones alternativas del espacio. La tarea no se restringe a trabajar sobre una unidad histórica específica, sino a interrelacionar las diferentes escalas, que van desde lo más general a lo más particular, y solo pueden ser entendidas a través de dicha interacción. Esta consideración por la manera en que individuos y sociedades interactúan los lleva a abandonar explicaciones endógenas sobre los cambios. Además, los historiadores globales tienden a desestimar los enfoques teleológicos, que proponen una idea predeterminada acerca de la transición de la tradición a la modernidad. El cambio, se piensa en términos de sincronicidad entre diferentes aéreas del planeta. Todas estas preocupaciones también los llevan a una autoconciencia de las condiciones eurocéntricas del conocimiento, así como a una autorreflexión acerca de la posicionalidad de producción del pensamiento. Conrad reconoce que existen diferentes lugares donde se han desarrollado estas perspectivas. Y que el lugar desde el cual se investiga y se escribe dicha historia global es relevante para el tipo de preguntas y aproximaciones metodológicas que se realizan para pensarla (Conrad, 2015: 216). En dicho texto, Conrad sintetiza (2015: 89) la promesa última de la historia global como una perspectiva que logra trascender la dicotomía interno y externo para pensar los procesos históricos. En este sentido, comparte la idea que la historia global no está atada a una metodología restringida o a una aproximación teórica particular sobre lo posnacional, sino a una vocación empírica por

seguir nuestros objetos de estudio mas allá de la nación, y que las maneras en que esa búsqueda se puede desarrollar son múltiples.

Aunque la producción académica latinoamericana de los años cincuenta y sesenta, vinculada a la tradición desarrollista y dependentista, es considerada como un posible antecedente de algunos enfoques contemporáneos de la historia global, el espacio de América Latina es escaso en la producción actual. Desde este lugar se ha escrito poco sobre historia global, y el continente ha tenido un lugar menor en la historia global. A modo de ejemplo, si uno repasa el *Journal of Global History*, vemos que son pocos los artículos que tratan sobre el continente. De todos modos, hay áreas del conocimiento donde la producción latinoamericana realizada bajo esta perspectiva de la historia global ha tenido desarrollos relevantes. Entre otros ejemplos, podemos nombrar los trabajos sobre esclavitud y la diáspora africana, las investigaciones sobre el mundo colonial, el proyecto de iberconceptos y, en las últimas décadas, los trabajos vinculados a la influencia cultural, política y social de los Estados Unidos en la región durante el siglo XX.

En relación con los estudios de la Guerra Fría desarrollados desde una perspectiva global, podríamos decir que se repite la lógica mencionada anteriormente acerca del lugar de América Latina. Con la excepción del trabajo ya clásico de Odd Arn Westad, *The global Cold War: third world interventions and the making of our times*, las principales referencias anteriores del período no tuvieron una mayor consideración de América Latina.[2]

Historia reciente y los estudios sobre la Guerra Fría en América Latina

En las últimas dos décadas una generación de investigadores ha contribuido al desarrollo de la llamada historia reciente en el Cono Sur. En los diferentes países, estos investigadores han tomado el pasado de la segunda mitad del siglo XX asociado al ciclo de polarización social y política, el desarrollo de regímenes autoritarios y, posteriormente, las transiciones a la democracia y han innovado en las maneras de estudiar estos temas, que tradicionalmente habían sido estudiados por otros ámbitos de las ciencias sociales, como la ciencia política y la sociología. Entre otras cosas, estos nuevos estudios han generado innovaciones importantes en el campo metodológico, como el desarrollo de colecciones importantes de historia oral y el trabajo con otro tipo de fuentes (fotografía, audiovisual, etc.). Además, han generado una reflexión importante sobre el papel de los Estados Nación en la producción de archivos. En algunos lugares, contribuyeron a estudiar el clima de polarización de los sesenta en la región. También aportaron a la caracterización de los regímenes autoritarios, al analizar sus dimensiones represivas vinculadas al terror y el miedo y las estrategias de consenso que sostuvieron

dichos proyectos. Además, estas reflexiones pusieron una especial atención acerca de las tensiones que han estado en juego entre los discursos públicos sobre el pasado y la memoria histórica. Por último, en términos de intervención pública, estas investigaciones han contribuido a la reflexión sobre el respeto a los derechos humanos con relación a la política.

Aunque estos estudios trabajaron sobre procesos que fueron simultáneos en la región, mayoritariamente se desarrollaron concentrándose en la unidad nacional de análisis. Fue en mi experiencia como investigador del pasado reciente de Uruguay que me fui encontrando con estas redes de investigación, que evidenciaban esta sincronía de los procesos políticos. A comienzos de este siglo la experiencia del programa del Social Science Research Council, memorias de la represión, dirigido por la socióloga Elizabeth Jelin, fue particularmente rica en la posibilidad de desarrollar intercambios académicos sobre la región en torno al pasado reciente. Alrededor de 90 investigadores participamos, durante cuatro años, en un proyecto que se proponía estudiar las luchas por la memoria vinculadas al pasado de terrorismo de Estado y violencia política de la región. Dicho trabajo ha tenido impacto más allá de la región y ha servido como insumo para otros interesados en la relación entre memoria e historia con relación a episodios de violencia política y terrorismo estatal en lugares como México o España. Si bien esta red regional de investigadores y otras desarrollaron un rico intercambio sobre las similitudes de lo ocurrido, esto no se expresó en un trabajo que se enfocara en las conexiones de dichos procesos. A lo sumo, algunos desarrollaron trabajos de corte comparativo sobre el período. Pero fue en ese contexto que me empecé a interesar en las simultaneidades que evidenciaban diversos actores y coyunturas. Lo que parecía evidente era que, como consecuencia de la intensificación de la Guerra Fría latinoamericana, era posible encontrar una convergencia de los procesos políticos, que llevaba a que los mismos tuvieron una periodización similar, marcada por crisis democráticas en climas de polarización social y política, regímenes autoritarios con fuerte presencia militar, transiciones hacia democracias sin verdad y justicia y fuertes luchas centradas en la memoria, acerca de cómo incorporar esa experiencia en las presentes democracias. Además, dicha convergencia llevó a que una diversidad de actores tuvieran discursos y prácticas muy similares en la región.

Pero, en el caso de la Guerra Fría latinoamericana, hubo un elemento adicional, que reforzaba las tradicionales resistencias académicas nacionales a trabajar desde una perspectiva transnacional. Las argumentaciones políticas de la Guerra Fría explotaron al máximo la dicotomía (nacional-extranjero). Aunque este no sea el lugar para evaluar la influencia que cada uno de los actores internacionales tuvo en estos procesos nacionales, me interesa destacar las connotaciones negativas que se han desarrollado en torno a las conexiones entre actores domésticos y no-nacionales. Esto ciertamente ha impactado en las maneras en las que los asuntos vinculados a la violencia política han sido incorporados por las historiografías nacionales. Aunque los

intercambios transnacionales fueron evidentes para cualquier analista de la región, y diversos actores (guerrilleros, militares, movimiento de derechos humanos, etc.) coordinaron regionalmente sus proyectos, estos procesos políticos han sido explicados más que nada en términos nacionales o por medio de enfoques comparativos que, en los últimos años, reforzaron las diferencias nacionales sin considerar los modos como fueron construidos los diálogos regionales.

Por otra parte, desde fines de siglo existió una creciente literatura sobre la Guerra Fría latinoamericana, producida en Estados Unidos. Dicha literatura se conjugaba con la renovación de los estudios sobre las dimensiones imperiales de la política exterior norteamericana, que desarrollada desde enfoques micro "zonas de contacto" y admitía una visión más compleja del fenómeno imperial (Joseph-Spenser, 2008).

Sin embargo, en la reflexión específica sobre el período que me interesa, la mirada que apuntaba a desarrollar una historia transnacional de la Guerra Fría latinoamericana parecía estar animada fundamentalmente por una reflexión sobre la política exterior norteamericana. Aunque las dimensiones locales han sido incluidas en varios trabajos, la reflexión apuntaba a evaluar las características de la política exterior norteamericana. Dos influyentes libros, como lo fueron *The Last Colonial Massacre*, de Greg Grandin, y *Latin America´s Cold War*, de Hal Brands, aunque contradictorios entre sí, son ilustrativos del tipo de miradas que se desarrollaron durante estas últimas decadas para conceptualizar la Guerra Fría latinoamericana.

En el primer caso, Grandin, a través de una riquísima reconstrucción de diferentes historias de militantes políticos y sociales guatemaltecos, muestra cómo las dinámicas globales tuvieron un profundo impacto en la vida cotidiana de estos sectores populares. En sus capítulos existe un análisis muy fino de la intersección entre lo local y la política imperial. Pero en su conclusión, que fue lo más influyente de su libro, las dimensiones locales se pierden en una caracterización más general, que propone la dinámica revolución y contrarrevolución para entender el proceso político continental.

En el segundo caso, Brands realiza un desarrollo de diferentes procesos políticos latinoamericanos ilustrativos de la manera en que se vivió la Guerra Fría en el continente. En su trabajo, a través de la investigación de diferentes archivos localizados en varios países, repasa procesos políticos que han sido estudiados por historiadores nacionales y que simplemente son puestos en un contexto más amplio por Brands. Pero, a lo largo del libro, la pregunta central tiene que ver con la política exterior norteamericana, más allá de la presencia de actores locales.

Si bien estos enfoques se han acercado a pensar el lugar de América Latina en la Guerra Fría, su enfoque se ha orientado a pensar la política imperial y el lugar de la política local ha sido atendido de una manera subsidiaria o en relación a las resistencias o colaboración con Estados Unidos. Es en este marco que los enfoques establecen una relación dicotómica,

donde de un lado se encuentra Estados Unidos y del otro, la región. No ha existido una mayor ponderación de las diferentes subregiones del continente, sus diferentes desarrollos políticos y económicos y las maneras particulares como se procesó la relación imperial a partir de dichas circunstancias. Por otro lado, esta perspectiva dicotómica opaca el papel de las relaciones y conflictos interregionales, que también fueron importantes en dicho proceso. En resumen, hay varios asuntos que fueron importantes en el proceso de la Guerra Fría latinoamericana que quedan al margen de esta literatura. Entre otras coas, porque, como plantea Andrew Kirkendall en un reciente artículo sobre la historiografía producida en Estados Unidos, la misma aún es depositaria de los propios intereses de Estados Unidos en aquel contexto, así como de los debates públicos en la sociedad norteamericana.

Mas allá de esta visión general, es cierto que algunos trabajos publicados en la primera década de este siglo resultaron buenos antecedentes para pensar lo local latinoamericano en el contexto global de la Guerra Fría, como el libro de Ariel Armony, *Argentina, the United States, and the anti-communist crusade in Central America, 1977-1984*, o el más reciente *Beyond the Eagle's Shadow: New Histories of Latin America's Cold War*, editado por Virginia Garrard-Burnett, Mark Atwood Lawrence y Julio E. Moreno.[3]

En un trabajo reciente, Tanya Harmer, además de continuar este tipo de aproximaciones estudiando, la política exterior de Salvador Allende en relación con Cuba, propone un enfoque metodológico innovador para pensar la Guerra Fría latinoamericana. Harmer plantea una perspectiva "multidimensional, comprehensive and descentralized" (Harmer, 2011), que involucra a varios actores: Brasil, Chile, Cuba, Estados Unidos y la Unión Soviética, así como a los partidos políticos de la izquierda chilena, la extrema derecha brasileña y una variedad de actores regionales. Todos estos grupos participaron en lo que ella llama el "sistema interamericano". Para Harmer, pensar en términos de sistema implica conceptualizar las relaciones multilaterales, más allá de las bilaterales. De esta manera, es claro que varios aspectos de las relaciones bilaterales entre Estados Unidos y México, Perú y, en particular, Brasil estuvieron fuertemente influidos por las políticas de Washington respecto del Chile de Salvador Allende. Además, en su enfoque sobre el sistema interamericano, no solamente importan los Estados, sino que existen actores no estatales, como grupos políticos vinculados a redes regionales, que también marcaron dichos procesos. En este sentido, la contribución de Harmer es importante porque ofrece una perspectiva para entender la particularidad de la dinámica política regional y para considerar la influencia de los actores no estatales en ese sistema.

Siguiendo a Harmer, creemos que esta perspectiva habilita a ampliar el pensamiento sobre el lugar de lo local en el orden global de la Guerra Fría. Pensar las relaciones dentro del sistema interamericano no implica abandonar o negar las condiciones estructurales imperiales

sobre las cuales dicho sistema estaba construido. Pero sí implica entender, que entre el Imperio y el Estado Nación, hay múltiples espacios transnacionales que median, alteran y afectan los comportamientos de los actores locales, así como los del Imperio.

Dos ejemplos históricos clásicos pueden ilustrar mejor lo que estoy intentando decir. La creación de la Comisión Especial para América Latina (CEPAL), liderada por el economista argentino Raúl Prebisch en las Naciones Unidas, es un ejemplo de las ambiguas relaciones de ciertas elites latinoamericanas con los Estados Unidos. Estas relaciones ambiguas implicaron una tensión importante entre la teoría de la modernización, promovida por los Estados Unidos, y un incipiente pensamiento desarrollista, que se expandió en Latinoamérica en el contexto del crecimiento de las Industrias Sustitutivas de Importaciones. En los setenta, las dictaduras del Cono Sur comenzaron a desarrollar prácticas represivas coordinadas, en lo que se dio en llamar la Operación Cóndor, que las llevaron a acciones represivas regionales, como el asesinato o la captura de personas fuera de todo marco legal en los países vecinos. Luego, el plan se extendió a Estados Unidos, con el asesinato de Orlando Letelier en Washington, y a otras acciones conducidas en Europa. Dicha actuación coordinada, marcada por una perspectiva muy fundamentalista acerca de los significados de la lucha contra la subversión, llevó a un conflicto importante con los Estados Unidos durante la presidencia de Jimmy Carter.

Los dos ejemplos dan cuenta de que las relaciones entre Estados Unidos y las elites nacionales fueron importantes, pero también de que, además, existieron otros espacios transnacionales que mediaron entre dichas relaciones. Dichos espacios fueron fundamentales para entender fenómenos tan importantes en la Guerra Fría latinoamericana como el desarrollismo y la doctrina de la seguridad nacional. Este espacio transnacional tiene que ver con el sistema interamericano, pero por momentos lo trasciende, como lo muestran los defensores de la CEPAL en la ONU o los militares de Cóndor desarrollando acciones en Europa. Por ello, es ahí donde podemos encontrar varias claves para entender la Guerra Fría latinoamericana.

Creo que es en ese espacio transnacional donde un diálogo entre la historia reciente producida en los escenarios nacionales y los *cold war studies* podría ser positivo. El diálogo entre ambas tradiciones académicas, que hablan de un mismo periodo histórico, pero que lo miran desde diferentes lugares, podría otorgarles una mayor densidad global a ambos enfoques. A continuación, propondré algunos temas que, desde mi punto de vista, tienen cierta potencialidad para dicho diálogo en la historia de la segunda mitad del siglo XX. La selección será relativamente arbitraria y tiene que ver con las temáticas que mayormente he frecuentado. Espero que estos casos ejemplifiquen el espíritu de encuentro que estoy sugiriendo.

El *desarrollismo* latinoamericano ha sido una palabra nativa del continente. Para los investigadores sociales de la región, el concepto remite a una tradición latinoamericana que fue

fuertemente influyente en los cincuentas y sesentas. Dicha influencia no fue solo relevante en el campo de las políticas económicas, sino que tuvo dimensiones que las trascendieron. Existió un desarrollismo político, que ambientó movimientos políticos de masas. Existió una cultura desarrollista, que alentó industrias culturales y proyectos urbanísticos tan vanguardistas como Brasilia. Por último, el desarrollismo tuvo un fuerte impacto en las ciencias sociales latinoamericanas y en las maneras como dichas ciencias sociales influenciaron en los procesos políticos de la región. Sin embargo, existe una creciente literatura que indaga sobre el impacto de la teoría de la modernización y el desarrollo en los países del Tercer Mundo mirando a estos fenómenos como externos a la región. Trabajos como el de Michael Latham exploraron en las maneras que, desde Estados Unidos, intelectuales, técnicos e instituciones internacionales promovieron determinadas nociones de modernización y desarrollo durante la segunda mitad del siglo XX (Latham, 2000).

Estos enfoques parecen descuidar que existió una historia propia de dichas nociones, que tuvieron diferentes relaciones con las ideas que venían del norte. Una serie de investigaciones localizadas y que miran el impacto del desarrollismo e incluso la teoría de la modernización desde el punto de vista local muestran cómo dicho pensamiento habilitó muy diversas trayectorias, algunas cercanas al objetivo de promover una modernidad neocolonial, pero otras fuertemente críticas del papel de los centros de poder internacionales, así como de los sectores dominantes a nivel nacional. El trabajo de Ricardo López muestra la trayectoria de radicalización de sectores técnicos de la clase media colombiana, que en la década de los cincuentas se comprometieron con la modernización del país y comenzaron a constatar que los principales opositores a la misma eran los sectores oligárquicos. Esta investigación ejemplifica los ambiguos impactos que estas ideologías de lo moderno tuvieron en diversos sectores medios y populares en el continente (López, 2014). Similares trayectorias son rastreables en diversos intelectuales latinoamericanos, tales como Paulo Freire o Raúl Prebisch. Así lo muestran sus recientes biografías históricas (Kirkendall, 2008) (Dosman, 2008). Lo mismo puede decirse de la comunidad de cientistas sociales mayoritariamente formados en la sociología de la modernización, que terminan en el dependentismo a fines de los sesentas (Blanco, 2010). Mientras desde el centro la teoría de la modernización y el desarrollismo fueron vistos meramente como la incorporación de una práctica neoimperial, desde lo local y lo regional podemos percibir que efectivamente funcionó como una reformulación neocolonial para algunos, pero para otros fue la plataforma desde la cual se comenzaron argumentos que explican la radicalización de los sectores medios y de la academia a mediados de los sesentas.

A nivel local, en cada uno de los países del Cono Sur ha habido un creciente interés histórico y periodístico por las *izquierdas* que emergieron en las décadas de los sesentas y setentas. Dicho interés no solo remite al pasado de aquellas décadas, sino que, de alguna

manera, aquellas experiencias ayudan a una mejor comprensión de fenómenos más duraderos, que explican cómo las izquierdas latinoamericanas sobrevivieron a la Posguerra Fría y lograron una visibilidad a nivel global durante la primera década del siglo XXI, cuando las ideas de izquierda estaban en franca caída en otras zonas del mundo.

La producción es diversa en su calidad, pero en varios casos ha implicado una renovación en los enfoques (historia cultural, intelectual, política), así como en el trabajo heurístico que realizan estos investigadores. Un importante número de esfuerzos vinculado a las colecciones de historia oral, así como a la formación de archivos, estuvo asociado a la preocupación por la reconstrucción histórica de la izquierda. En varios países del Cono Sur, el estudio de estos grupos es tan abundante que ha habilitado al desarrollo de jornadas, revistas especializadas y archivos. Más allá de la diversidad de enfoques, en la gran mayoría de ellos primó una perspectiva fundamentalmente política, que priorizó los estudios de las ideas, estrategias y prácticas de estas organizaciones, a diferencia del tipo de enfoques culturales o vinculados a preocupaciones subalternistas, que tienen mayor influencia en el norte (Carnovale, 2011), (Leibner, 2011), (Ridenti y Aarão Reis, 2007), (Rey Tristán, 2006).

Más allá del valor de dicha producción historiográfica, existió un elemento paradójico en su desarrollo. Varios de esos movimientos políticos e intelectuales estuvieron asociados a tradiciones internacionalistas construidas en la primera mitad del siglo, y otros a un creciente latinoamericanismo asociado a estrategias culturales y políticas continentales impulsadas desde Cuba. El crecimiento de ambas corrientes también se desarrolló en un evidente diálogo con los sesentas globales. Sin embargo, más allá de estas dimensiones internacionalistas y transnacionales, los estudiosos de las izquierdas latinoamericanas mayoritariamente han quedado atrapados por el Estado Nación como unidad de análisis. Pensar a las izquierdas en el marco de un diálogo regional e internacional ayudaría a una mejor comprensión de la constitución y de las diversas estrategias tomadas en cada momento. Ayudaría a mostrar cómo no todos los comportamientos son el resultado de las ideologías, sino que la interpretación de la experiencia regional tuvo consecuencias en los comportamientos políticos. La región fue el laboratorio desde el cual se extrajeron las categorías necesarias para construir un marco interpretativo común acerca de la realidad política local. De cada evento local los militantes sacaron conclusiones generales, que tuvieron consecuencias en las luchas por venir.

Además, el diálogo entre estos estudios locales de la izquierda con la historia global podría ayudar a repensar la geografía de los *global sixties*. Así como ocurrió con las revoluciones del siglo XIX, el 68 fue conceptualizado mayoritariamente a partir de la centralidad de Europa occidental y Estados Unidos. La gran mayoría de los trabajos reconocen el rol del Tercer Mundo y sus luchas en la agitación desarrollada en el Primer Mundo, pero estos aspectos

quedan limitados a una mera influencia y no constituyen parte de una misma red de circulación de ideas y actores. Sin embargo, los hechos que tuvieron lugar en Europa y Estados Unidos también recibieron la influencia de lo que ocurrió en Latinoamérica.

Uno de los iconos más populares en los países centrales durante el 68 fue la imagen del Che Guevara. Más allá de las reminiscencias románticas de la trayectoria de Guevara, dicha imagen ilustraba el peso de la experiencia histórica reciente de América Latina en las ideas y estrategias políticas que alentaron la revuelta global. Los sesentas fueron más globales que su narrativa histórica, pero gran parte de la reflexión parece opacar el activo papel de las periferias en las ideas y repertorios de protesta de los países centrales. En ese sentido, podemos decir que el estudio de estas experiencias locales puede ayudar a comprender mejor la globalidad de esa década, reintegrar el papel de los procesos que han sido subestimados por la bibliografía de la historia global.

La historia de la reflexión sobre los *regímenes dictatoriales* es más matizada en relación a las tensiones entre los enfoques locales y aquellos que los trascienden. A fines de los setentas los primeros debates académicos sobre las dictaduras fueron desarrollados desde una perspectiva regional que reconocía las características comunes de dicho ascenso autoritario en la región. El exilio académico y el vínculo con instituciones universitarias del norte (Estados Unidos, México, Europa) fueron desarrollando una serie de redes transnacionales, a través de las cuales se fueron construyendo las primeras categorías para pensar estos regímenes. Aunque categorías como Estado Burocrático Autoritario y Terrorismo de Estado surgen inicialmente para el estudio del caso argentino, rápidamente comenzaron a ser utilizadas para pensar otras dictaduras de la región. Por otra parte, en las últimas décadas, una serie de estudios desarrollados desde el periodismo y las ciencias sociales han indagado en las dimensiones transnacionales de las políticas represivas. Existe una abundante bibliografía sobre el ya mencionado Plan Cóndor, que muestra la articulación regional de las dictaduras, el impacto que la doctrina de la seguridad nacional tuvo en la reformulación de los ejércitos nacionales y la respuesta articulada regionalmente, presentándose como una vanguardia en la "Tercera Guerra Mundial" contra el comunismo frente a las críticas del Gobierno de Jimmy Carter.

Mas allá de estos enfoques, en las últimas dos décadas ha existido un desarrollo importante de historiadores que, desde las historias nacionales, han propuesto maneras innovadoras de abordar el fenómeno del autoritarismo en la región. Estas investigaciones se pueden agrupar en dos campos. Por un lado, aquellas que han trabajado en torno a las dimensiones civiles del autoritarismo. Los trabajos de Marina Franco (2012), en Argentina, o de Álvaro Rico (2005), en Uruguay, han señalado las continuidades de ciertas prácticas e ideas autoritarias entre los regímenes democráticos y las dictaduras. Mientras tanto, otros investigadores como Magdalena

Broquetas y Verónica Valdivia, han explorado en la constitución de nuevos actores de derecha, que rompen con las tradiciones previas, y que se anticipan a las demandas autoritarias (Broquetas, 2014). Además, otros autores han explorado en nuevas miradas para entender el fenómeno autoritario y trascender las dimensiones represivas de estos regímenes. A través del estudio de políticas específicas, como las sociales, educativas, culturales y de comunicación, así como del diálogo del régimen con actores de la sociedad civil, dichos historiadores buscan entender las estrategias de las dictaduras, en algunos casos efectivas, para obtener cierto nivel de consenso en las sociedades conosureñas durante el autoritarismo (Rollemberg-Viz Quadrat, 2010).

Aunque dichos historiadores han participado de redes regionales de debate sobre dichos asuntos, estos intercambios aún no han tenido resultados en nuevas líneas de investigación que enfoquen estas temáticas desde una perspectiva transnacional. Creemos que poner a estos actores civiles en un diálogo regional, así como en otros espacios de la Guerra Fría global, ayudaría a entender mejor su proceso de renovación en el contexto de la Guerra Fría, así como las dimensiones autoritarias que el liberalismo democrático de la Guerra Fría contuvo. Gran parte de las argumentaciones teórico-políticas vinculadas al Estado de excepción, que son tan recurrentes en la contemporánea "Guerra Contra el Terrorismo", tienen antecedentes evidentes en los autoritarismos conosureños de los setentas. Poner estos regímenes en un contexto global ayudaría a pensar de una manera más crítica acerca de los límites de la experiencia de la democrática occidental de la segunda mitad del siglo XX durante la Guerra Fría.

La reflexión sobre el movimiento de *derechos humanos* ha sido la más desarrollada en su dimensión transnacional. Como Samuel Moyn (2010) muestra en su libro, el resurgimiento de la noción de derechos humanos en el contexto global de la década de los setentas tuvo mucho que ver con los movimientos de solidaridad con las violaciones a los derechos humanos cometidas por las dictaduras, junto a las denuncias sobre lo que ocurría en Europa oriental. Es interesante que, si comparamos los enfoques que se han desarrollado sobre la región, vemos cierta tensión en el cómo se conceptualiza el diálogo transnacional. Mientras que el trabajo de Vania Markarian (2005), *Left in Transformation: Uruguayan Exiles and the Latin American Human Rights Networks*, pone un énfasis mayor en la apropiación local y la reinterpretación de los derechos humanos por parte los militantes de izquierda uruguayos, el trabajo de James Green (2010), *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States*, resalta el papel de los activistas norteamericanos en dicho desarrollo. Las perspectivas de ambos trabajos dan cuenta de los posibles enfoques que puedan tener una lectura transnacional del surgimiento de dichos movimientos. En ellas, las tensiones norte sur siguen presentes. El reciente trabajo *The Justice Cascade: How Human Rights Prosecutions Are Changing World Politics*, de Kathryn Sikkink (2011), da cuenta del lugar que el Cono Sur, particularmente Argentina, tuvo en

el movimiento de derechos humanos global. Estos trabajos dejan muchas preguntas abiertas acerca de cuál fue la relación entre estos movimientos locales y las redes transnacionales. Asimismo, abren una reflexión que trasciende el pasado reciente y que se pregunta cuál es la relación entre las versiones locales de las nociones de derechos humanos vinculadas a la declaración de 1948 y los procesos globales de re conceptualización en los setentas.

Por último, otra línea de investigación histórica que dialoga con los derechos humanos se refiere a los estudios sobre memoria colectiva desarrollados durante la primera década del siglo XXI por el proyecto Memorias de la represión, dirigido por Elizabeth Jelin (2002). Dicho programa implicó una innovación historiográfica en la manera de estudiar las tensiones entre memoria e historia, que lo diferenció de los modelos sugeridos por la escuela francesa. Aunque dichos trabajos se desarrollaron en un diálogo académico regional, la gran mayoría de las investigaciones se dieron sobre unidades locales y nacionales. Lo transnacional parece una tarea pendiente, que es sugerida por gran parte de los trabajos.

A modo de cierre

Lo que he intentado en este repaso es proponer un diálogo entre diferentes campos académicos: el de los estudios de la Guerra Fría realizados en los Estados Unidos y aquellos trabajos producidos por las historiografías nacionales, en lo que se ha dado en llamar la historia reciente. Partí de la idea de que los estudios producidos en el norte prestaban una mayor atención al lugar de la potencia imperial, mientras que los historiadores recientes trabajaron sobre las dinámicas ocurridas dentro de la unidad de análisis del Estado Nación. En varios casos, las trayectorias de los propios investigadores trabajando en ambos lugares, o preocupándose por fenómenos locales desde el norte, muestran que la división no resulta tan clara. Sin embargo, dicha división resulta útil para mostrar que existen diferentes perspectivas, o miradas desde las cuales se puede hacer historia global. Importa poco si el que escribe está en el norte o en el sur. Pero la perspectiva desde la cual se está haciendo la pregunta y con qué tradiciones historiográficas dialoga es relevante. En este sentido, creo que una mayor apertura de las historiografías nacionales podría enriquecerlas, así como interpelar ciertas miradas de los fenómenos globales, cuyas narrativas navegan por los canales de las estructuras que construyeron los países centrales. En última instancia, se trata de invertir el sentido común académico, que asume que lo que se produce en los estados nacionales del sur es local y lo que se produce en el norte es global, para reflexionar sobre las condiciones locales que influyen en la perspectiva global del norte y para asumir la perspectiva global como necesidad para un mejor entendimiento de las historias nacionales en el sur.

Notas

1 A modo de ejemplo, Schensmmaier plantea que paradójicamente a contrapelo del interés por lo global en Estados Unidos la proporción de trabajos traducidos ha descendido de 8,6 a 3 % (Schensmmaier, 2011: 40).

2 A modo de ejemplo, ver McMahom (1994 y 2003).

3 Ver también: Calandra; Franco (2012) y Harmer; Riquelme (2014).

Bibliografia

ARMONY, Ariel. *Argentina, the United States, and the anti-communist crusade in Central America, 1977-1984*. Athens: Ohio University Center for International Studies, 1997.

BLANCO, Alejandro.Ciencias sociales en el cono sur y la génesis de una nueva elite intelectual (1940-1965). In: ALTAMIRANO, Carlos (director) *Historia de los intelectuales en América Latina.* Tomo II. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

BRANDS, Hal. *Latin America's Cold War.* Cambridge: Harvard University Press, 2010.

BROQUETAS, Magdalena. La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966). Montevideo: Banda Oriental, 2014.

CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina. *La guerra fría cultural en América Latina: desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*. Buenos Aires : Biblos, 2012.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton: Princeton, 2015.

DOSMAN, Edgar J. *The life and times of Raúl Prebisch, 1901-1986.* Mc Gill Queens University Press, 2008.

FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

———. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y "subversión", 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

GARRARD-BURNETT, V., ATWOOD LAWRENCE, M., y MORENO, J. *Beyond the eagle's shadow: new histories of Latin America's Cold War*. USA: New Mexico Press, 2013.

GRANDIN, Greg. *The last colonial massacre: Latin America in the Cold War*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

GREEN. James. *We cannot remain silent: opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

———; RIQUELME, Alfredo. *Chile y la Guerra Fría global*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2014.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid : Siglo XXI de España Editores/ Social Science Research Council, 2002.

JOSEPH, G. M.; SPENSER Daniela. *In from the cold: Latin America's new encounter with the Cold War.* Durham: Duke University Press, 2008.

KIRKENDALL, Andrew J. Cold War Latin America: The State of the Field. H-Diplo Essay no. 119.

———. *Paulo Freire & the cold war politics of literacy.* Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

LATHAM, Michael E. *Modernization as ideology: American social science and "nation building" in the Kennedy era.* Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

LEIBNER, Gerardo. *Camaradas y compañeros. Una historia política y social de los comunistas del Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2011.

LOPEZ, Ricardo. Una democracia musculosa. Identificaciones profesionales, lucha de clases y la radicalización política de la clase media en Bogotá, 1958-1965. *Contemporánea. Historia y problemas del siglo XX*, año 5, volumen 5, 2014.

MARKARIAN, Vania. *Left in transformation: Uruguayan exiles and the Latin American human rights networks, 1967-1984*. New York: Routledge, 2005.

MC MAHON, Robert J. *The Cold War on the periphery. The United States, India, and Pakistan*. Columbia University Press, 1994.

———. *Cold War. A very short introduction.* Cornwall: Oxford, 2003.

MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial.* Barcelona: Gedisa, 2007.

MOYN, Samuel. *The last utopia, Human rights in History*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

REY TRISTÁN, Eduardo. *A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2006.

RICO, Alvaro. *Cómo nos domina la clase gobernante: orden político y obediencia social en la democracia posdictadura Uruguay (1985-2005)*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2005.

RIDENTI, Marcelo y AARAO REIS, Daniel (comp.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

———; VIZ QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHENSMMAIER, Dominic. *Global perspectives on Global History. Theories and approaches in a connected world.* New York: Cambridge University Press, 2011.

SIKKINK, Kathryin. *The Justice cascade: how human rights prosecutions are changing world politic.* New York: W.W. Norton & Co., 2011.

VALDIVIA, Verónica. *Nacionales y gremialistas: el "parto" de la nueva derecha política chilena, 1964-1973.* Santiago: Lom Ediciones, 2008.

WESTAD, Odd Arn. *The global Cold War: third world interventions and the making of our times.* Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2005.

Conceptual readings into the Cold War: towards transnational approaches from the perspective of Latin American studies in Eastern and Western Europe

Leituras conceituais na Guerra Fria: rumo a abordagens transnacionais a partir da perspectiva dos estudos latino-americanos na Europa Oriental e Ocidental

Lecturas conceptuales en la Guerra Fría: hacia enfoques transnacionales desde la perspectiva de los estudios latinoamericanos en Europa Oriental y Occidental

Albert Manke, Kateřina Březinová and Laurin Blecha

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100011

Albert Manke é PhD em História Ibérica e Latino-americana pela Universidade de Colônia (Alemanha), pesquisador sênior do Centro de Estudos Interamericanos da Universidade de Bielefeld e professor do Departamento de História Ibérica e Latino-Americana da Universidade de Colônia (albert.manke@uni-bielefeld.de).

Kateřina Březinová é PhD em História pela Universidade Carolina de Praga (República Tcheca), professora associada do Departamento de Relações Internacionais e Estudos Europeus e chefe do Centro Ibero-Americano da Universidade Metropolitana de Praga (brezinova@mup.cz).

Laurin Blecha é doutoranda do Departamento de História Contemporânea da Universidade de Viena (Áustria) (laurin.blecha@gmail.com).

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2016 e aprovado para publicação em 2 de fevereiro de 2017.

Abstract

This bibliographical and conceptual essay summarizes recent research in Cold War Studies in Europe and the Americas, especially on smaller states in historiographical studies. Against the background of an increasing connectedness and globalization of research about the Cold War, the authors highlight the importance of the full-scale integration of countries and regions of the 'Global South' into Cold War Studies. Critical readings of the newly available resources reveal the existence of important decentralizing perspectives resulting from Cold War entanglements of the 'Global South' with the 'Global North.' As a result, the idea that these state actors from the former 'periphery' of the Cold War should be considered as passive recipients of superpower politics seems rather troubled. The evidence shows (at least partially) autonomous and active multiple actors.

Keywords: new Cold War History; Global South; small States; Latin America; Europe.

Resumo

Este ensaio bibliográfico e conceitual resume pesquisas recentes em Estudos da Guerra Fria na Europa e nas Américas, especialmente em pequenas potências, em estudos historiográficos. Num contexto de crescente ligação e globalização da investigação sobre a Guerra Fria, os autores apontam a importância da integração em larga escala dos países e regiões do "Sul Global" nos Estudos da Guerra Fria. Leituras críticas dos recursos recém-disponíveis revelam a existência de importantes perspectivas de descentralização resultantes dos enredos da Guerra Fria do "Sul Global" com o "Norte Global". Como resultado, a noção de que esses atores estatais na antiga "periferia" da Guerra Fria serão considerados como receptores passivos da política das superpotências parece bastante problemática. A evidência mostra (pelo menos parcialmente) atores múltiplos e autônomos ativos.

Palavras-chave: nova História da Guerra Fria; Sul Global; pequena potência; América Latina; Europa.

Resumen

Este ensayo bibliográfico y conceptual resume investigaciones recientes sobre Estudios de la Guerra Fría en Europa y las Américas, especialmente sobre las pequeñas potencias, en estudios historiográficos. En el contexto de una conexión creciente y de la globalización de la investigación sobre la Guerra Fría, los autores señalan la importancia de la integración a gran escala de países y regiones del "Sur Global" en Estudios de Guerra Fría. Las lecturas críticas de los nuevos recursos disponibles revelan la existencia de importantes perspectivas de descentralización resultantes de los enredos de la Guerra Fría del "Sur Global" con el "Norte Global". Como resultado, la idea de que estos actores estatales en la antigua "periferia" de la Guerra Fría se consideren receptores pasivos de la política de las superpotencias parece bastante problemática. La evidencia muestra (al menos parcialmente) actores múltiples autónomos y activos.

Palabras clave: nueva Historia de la Guerra Fría; Sur Global; pequeña potencia; América Latina; Europa.

Research on the Cold War has long concentrated on key confrontations between the superpowers (Autio-Sarasmo & Humphreys, 2010a: 16). Since the end of the millennium, however, there has been increasing interest in actors and issues previously overlooked in the bipolar perspective. Last decade was especially prolific in introducing debates coined by postcolonial and subaltern approaches to the development of countries and societies in the 'Global South' – a term usually used by Cold War scholars to designate the states formerly referred to as belonging to the 'Third World.'[1] Robert McMahon describes this as follows: "The upsurge of interest in such 'hot' topics as decolonization, development, sovereignty, state-formation, and human rights has helped move the Third World from periphery to center stage in several disciplines and subfields, fueling a burgeoning scholarship on the global South during the postwar era" (McMahon, 2013: 4).

According to Rupprecht, this growing interest is the result of a changed perspective: "Meant as a conscious delimitation of Eurocentrism, the focus is being redirected to the places where the Cold War was hot and where its consequences can be observed in the clearest fashion until today: to the Third World"[2] (Rupprecht, 2007:2). McMahon (2005) and Jacob (2015a: 5) also have contributed to Rupprecht's argument. Moreover, since most Cold War conflicts were staged in the 'Global South,' it is only partially appropriate to term these places as the 'periphery' (Jacob, 2015).[3] Interactions between local endeavors of decolonization and the influence of the superpowers (Bradley, 2010; Engerman, 2011), as well as postcolonial (Kwon, 2010), transnational, and transsystemic (Péteri, 2008) perspectives are highlighted in other works that are part of this paradigm. Interpretations originating in other world regions have also become more prominent (Hong, Szonyi & Zheng, 2010). Studies of this kind can be grouped under the label *New Cold War History*. Building upon the first, innovative but still mostly bi-polar and elite-centered approaches by John L. Gaddis (1997; 2005), this new Global History research of the Cold War was fundamentally articulated by Odd Arne Westad's seminal monograph *The Global Cold War* (2005).

This new line of research was enriched by approaches from cultural studies laying the foundation for real inter- and transdisciplinary dialogue. As McMahon notes: "[...] the cultural turn in the humanities and social sciences, with its insistence on the critical importance of race, gender, identity, religion, emotion, and language has also proved to be a powerful spur

for Third World-oriented scholarship [...]" (McMahon, 2013: 4). By opening the way for an analysis of intersecting areas, the Cold War is increasingly being understood as a globally interwoven space and period of conflict (Maguire, 2016; Iber, 2015; Aparicio [et al.], 2013; Calandra & Franco, 2012; Isaac/Bell, 2012; Niño Rodríguez & Montero, 2012; Gienow-Hecht, 2010; Jervis, 2010; Greiner [et al.], 2009; Stöver, 2007: 247-296; Caute, 2003; Richmond, 2003). But it allows also for readings of social, economic, and cultural change (Immerman & Goedde, 2013), and new approaches towards the conceptions of ideologies (Leffler, 2007). In order to include concepts other than just power struggles, Heymann and Martin-Nielsen speak of the Cold War as a "global condition affecting the whole world, not only the power blocs" (2013: 221).[4]

The fall of the Berlin Wall gave a new impulse to research on the Cold War with the opening of archives, especially in the former Soviet Union and its neighbors. Findings in Central and Eastern Europe, as well as the declassification of documents in the United States, Western Europe, China and Latin America provided further important insights into Cold War history that challenged some formerly accepted interpretations. (Bayerlein, 2016; Joseph, 2008: 8-9; Blanton, 2008; Spenser, 2008: 392-394; Hanhimäki & Westad, 2004). This opening was at times accompanied by translations of documents into English, for instance by the *Cold War International History Project* (CWIHP) at the Woodrow Wilson International Center for Scholars in Washington.[5] Some of such findings have been obtained through cooperation between Eastern and Western scholars (e.g. Fursenko & Naftali, 2006). Since 2011 a committee of historians in Germany, that also has a section on Latin America, have been declassifying and analyzing *Bundesnachrichtendienst* (Federal Intelligence Service) documents from between 1945 and 1968.[6]

As a result, the Cold War is no longer primarily an area of American and Soviet/Russian historical memory and the related historiographies. Looking behind the 'Iron Curtain' (e.g. in Kramer & Smetana, 2013; Vázquez Cienfuegos, 2015 and 2016), as well as multipolar and decentralized approaches allows us now to make the complexity of this conflictual period more tangible (Pieper Mooney & Lanza, 2013).

Latin America's role in the global Cold War has usually been told as an intrinsic part of the history of the Americas. Here the *longue durée* story of the relationship between the different Latin American states and the United States since the rise of the U.S. to a hemispheric hegemonic power in the late 19th century has occupied a prominent place (Pardo Rueda, 2014; Brands, 2010; Grandin & Joseph, 2010; Joseph & Spenser, 2008; O'Brien, 2007; Reid, 2007; McPherson, 2006; Nieto, 2003; Robinson, 2003; Ayerbe, 2001; Dietrich, 2007; Meding, 2007; Spenser, 2004; Grandin, 2002 and the collection of documents in Holden & Zolov, 2000). In

this context, the role of the United States as an imperialist aggressor and supporter of state terrorism has been highlighted (Grandin, 2004; Streeter, 2000; Rodríguez Cruz, 2005; Manke, 2014; Kornbluh, 2003; Harmer, 2011; Haslam, 2005; Menjívar & Rodriguez, 2005; Lynch, 2011; Gill, 2004; Calloni, 2010; McSherry, 2005; Wright, 2007; Walker & Wade, [2017]).[7] The concern with the violations of human rights that accompanied U.S. involvement in Latin America during the Cold War has created a specific research area about the memories of the victims of Latin American dictatorships (see, amongst others, Luther [et al.], 2011; Mayer & Molden, 2009; Molden, 2007). New research on Latin America in the Cold War, as shown in Joseph and Spencer (2008), goes a step further by focusing on the interactions between Latin American States and non-state actors.

Significantly fewer studies have examined the influence of the Soviet Union and other socialist states on Latin America during the Cold War (Rupprecht, 2015 and 2010; Andrew/Mitrokhin, 2005: 27-137; Kanet, 2005; Paszyn, 2000).[8] The exception is, of course, Cuba (Cabrera Arús, 2015; Loss, 2013; Loss/Prieto, 2012; Greiner, 2010; Diez Acosta, 2002). China's influence in Latin America during the Cold War was only marginally treated for many years. Its presence in the region has mostly been analyzed on a broader level and from a longer perspective (Manke, 2015; López, 2013: 221-236; Rothwell, 2013; García Triana, 2003; Mann, 2002). Because of the superpowers' central role both in the Cold War and in the production of knowledge, many 'Western' and 'Eastern' scholars remain bound to superpower paradigms and perspectives. Only a few of them envision other perspectives, such as South-South cooperation. For instance, Ribeiro (2015), Hatzky (2012) and Gleijeses (2002) have provided important insights into Cuba's engagement in Africa.

The 'Cold War': a valid concept for a transnational history of East and West?

There already exist some studies which analyze societies in the two opposed ideological blocs during the Cold War from a comparative perspective, e.g. in Eastern and Western Europe (Vowinckel, Payk & Lindenberger, 2012). Vowinckel, Payk, and Lindenberger's analysis offers not only some new insights, but also a dialogue between different scientific cultures and traditions from diverse perspectives. The authors reckon that the very term 'Cold War' is in itself a Western imprint that was practically not in use in the 'Eastern Bloc' before 1989. They use it as an analytical term to stress complexity instead of unidimensional and undifferentiated explanations: "[...] instead of applying a schematic model to the changing realities of the Cold

War, we want to explore its diverse horizons and multiple forms of expression – particularly in their European characteristics" (Vowinckel, Payk & Lindenberger, 2012a: 1).

As a conceptual point of departure for a bibliographical analysis, the term 'Cold War' can be understood in the above-mentioned critically reflected sense, even without going as far as deconstructing the term in the sense of Wallerstein or Jacobs, as it seems as an operable basis for analyzing interactions between smaller states in this context. Wallerstein questions the universal validity of this term when he points to alternative models and movements, such as the Non-Aligned Movement (NAM). He argues that with the NAM a counter-narrative was constituted that cannot be subsumed under the concept 'Cold War' (2010: 17-18). Wallerstein misconceives here that the states which joined the NAM were not exempt from the effects of Cold War conflict. In the present context, one can follow Wallerstein's argument insofar as the concept 'Cold War' can be expanded through alternative readings that stem (albeit not exclusively) from the 'Global South.' Jacob uses Wallerstein's argument which relates in particular to Asia, and gives it validity for Africa, Latin America, and the Middle East to it (2015a: 5).

Small states and secondary actors in Latin America and Europe during the Cold War

More recent contributions have broached the issue of the relations and interactions between (Eastern and Western) Europe and Latin America, to go beyond the former obsession with the superpowers and broaden the scope of research (Manke & Březinová, 2016; Opatrný, 2010). The volume edited by Manke and Březinová stands for the new trend that allows for decentralized and entangled readings of the Cold War. Although it does not offer a path-breaking study (as it represents mostly a translation of already published articles into German), by focusing on the interactions between small states and secondary actors on both sides of the Atlantic, the editors go beyond a merely bipolar perspective and enlarge it at the same time.

Similar kind of interactions, in this case between state and non-state actors and the media across ideological borders, were dealt with by the first edited volume of the *Aleksanteri Cold War Series* published by the *Cold War Research Group* at Helsinki University. According to the editors of this volume, interactions seem to be illustrated more easily if they take place between less powerful actors or states. Because we consider this a key element for framing the study of interactions between smaller states and actors in the Cold War, it is worth citing a long extract from these authors:

> As yet, these studies are almost exclusively 'top down,' focusing on high-level political decision-making and influential actors in the arena of the world politics. The new shift in research, which has shone light beneath the highest level decision-making at small and non-state actors, first emerged in the field of cultural studies but this development is now being strongly felt in the wider field of Cold War history. [...] These new Cold War studies focus on interaction and cooperation; individual states, non-state and small actors, including individuals on both sides of the Iron Curtain – with the special focus on the understudied Eastern point of view. Research has turned to ordinary people's encounters and interaction instead of confrontation a conflict (Autio-Sarasmo & Humphreys, 2010a: 17).

We would like to go one step further and not only comparatively study the interactions between Eastern and Western states in Europe, but also analyze the states and actors in the 'Global North' and the 'Global South.' Some have carried out this kind of comparison through the (almost classical) lens of asymmetries, such as Tom Long who reflected on the relations between the United States and Latin America (2015: 1-3). By looking beyond, one can spotlight small states and secondary actors and highlight some of their interactions that rarely reflected a deep asymmetry. For a discussion of the concept of 'small states' from a political science perspective, see Maass (2009) and Belfer (2014). Small states can be defined in different ways, also in a relative sense, i.e., if their neighboring states are more powerful and limit their possible actions. The definition of small is challenging and often unclear (Hey, 2003: 2-3). Nevertheless, it is not just about observing small states' behavior inside their respective bloc, but also about the interactions between them that sometimes transcend ideological borders.

As some states do not meet the criteria of 'small states,' it seems useful to introduce the category 'secondary actors' which can mean regional powers (cf. Frazier & Stewart-Ingersoll, 2012). The definition of 'secondary actors' can also include terms like 'middle states' or 'middle powers' (Von Bredow, 2003). Nevertheless, it seems to us as too static, since – depending on the regional or hemispheric context – a small state can develop into a regional or (temporarily) into a great power, as was the case of Cuba during its engagement in Angola (1975-1991). Not only states like Brazil and Argentina, but also a state like Cuba can be termed a 'secondary actor' in Latin America, if the circumstances allow such a categorization. In Europe, even Great Britain, a nuclear power, could be treated as a secondary actor in the Cold War if US interests were at stake (Cushion, 2016). But not only the relationship between Europe and the U.S. was marked by asymmetry, within Europe there also existed (and continue to exist) sharp contrasts: "The political complexity of Europe derives from the co-existence of a multitude of large and small states" (Heymann & Martin-Nielsen, 2013: 230).

By focusing on the relations between smaller states, they do not appear solely as extras in the superpowers' larger theaters during the Cold War (such as Cuba during the Cuban Missile Crisis). Researchers will be able to analyze more closely different forms of cooperation between these states and actors (such as international companies and scientific communities) and to sound out the potentials and constraints of such relationships. Furthermore, such an approach can provide fresh knowledge and new perspectives about the range in which smaller states were operating during that period. Research has shown that cooperation between smaller states frequently involved impulses from both directions, not just from Europe (Manke & Březinová, 2016: 18). Transnational, multilayered, and sometimes contradictory processes of entanglement can be observed which involved a whole range of actors and dynamics. Should we focus exclusively on conflicts, however, we would miss large part of the story: what we see are not only (more or less functioning) bilateral relations, but the circulation of people, ideas, technologies (Patti, 2015; Manke, 2015a; Bortlová, 2013), and cultural elements (Maguire, 2016; Cabrera Arús, 2015; Březinová, 2013).

Another rewarding approach can be found in the dialogue between 'Western' and 'Eastern' academic traditions. Researchers in Eastern, Central, and Western Europe have developed different interpretations of the Cold War as an academic subject, as well as scholars of different generations in their own field of expertise. By proceeding with this international, inter-systemic and intergenerational dialogue, we add yet another layer to interpretations that already have provoked quite contrary positions 'inside' Western traditions. This breaks up Western-centric ideas of a "clash of civilizations" (Huntington, 1996) and offers entangled visions of the 'other.'

These visions reveal two basic current tendencies. While among 'Western' scholars a critical analysis of the 'Western' hegemon (the United States) is becoming increasingly relevant (Joseph & Spenser, 2008), 'Eastern' European scholars tend to embed their research in a general reappraisal of their countries' Cold War pasts. This can be seen as part of a revisionist process of coming to terms with their own past that helped to declassify thousands of documents of the period before 1989. While this transparency and self-criticism can be regarded in rather positive terms, it often comes with unilateral interpretations. The Soviet Union's politics concerning smaller states in its sphere of influence and even in relation to smaller states in Latin America is generally being condemned as negative. At the same time, the hegemonic influence of the United States on smaller states is interpreted in benevolent terms, even if some aberrations of its presumably benevolent dominance are acknowledged (Zourek, 2013). Although the negative impact of the Soviet Union is no longer being neglected among left-leaning 'Western' scholars, they usually limit it to the Soviet Union's European 'satellites'

and continue to reject more conservative views of an overall negative interpretation of Soviet engagement. In the 'East,' revisionists have taken over most of the academic discourse, though new nationalist interpretations of their nation's communist past sometimes lead to a recovery of some elements that can show certain independence in decision-making from the Soviet Union. Some of the more reflective publications result from cooperation between scholars in the 'East' and 'West' (Maguire, 2016; Kramer & Smetana, 2013).

Small states and secondary actors were usually bound to the influence of their respective hegemons and had only limited space for decision-making, both in Europe and in Latin America. But by looking at the interactions between these states, other layers and perspectives surface which seem to share more cooperative than conflictive characteristics. Still, the local or national narratives of each country, region or group have shaped their insertion in Cold War history in a decisive way, as have the different and entangled temporalities that have to be taken into account in order not to lose the local rootedness of transnational cooperation and conflict.

Conclusions

States in the former 'periphery' of the Cold War cannot be considered merely as passive recipients of superpower politics in presumed 'centers,' but as (at least partially) autonomous and active actors. Their relationship with the superpowers often followed more pragmatic considerations than purely ideological ones. With this changed perspective, the competition of social orders invoked by David Skidmore takes a back seat in the discussion.

Furthermore, the great master narratives often shaped by bipolar bloc thinking can be expanded and partially questioned through these decentralizing interpretations of complex Cold War settings. This allows for the fact that Cold War Studies do not present themselves just as a field of international relations. Overlapping transdisciplinary approaches gain even more importance by enabling us to interpret and examine the global Cold War in new ways. This variety of research options opens up new approaches to the history of 'multiple modernities' invoked by Eisenstadt (2000) and Ortiz (2000) during the Cold War.

Notes

1 A critical discussion of these terms is offered by Dirlik (2007: 12-14).

2 This and all other citations were translated into English by the authors of the present bibliographical essay.

3 We are also aware of the contested nature of terms like the 'Third World', 'developing countries' or 'industrialized countries.' See also Englert, Grau, and Komlosy (2006:13).

4 For a deeper discussion of different definitions of the term 'Cold War' see Nehring (2012), Duara (2011), and Wallerstein (2010), amongst others.

5 Since 1991, the CWIHP has harbored an excellent open source digital archive on the global Cold War (http://digitalarchive.wilsoncenter.org [2016-09-07]).

6 See http://www.uhk-bnd.de [2016-12-10].

7 Regarding the US imperialist role, the literature limits itself to allowing a short interruption during the Carter administration. See for instance Sikkink (2007: 121-147).

8 For an internal perspective of the Soviet Union during the Cold War see Zubok (2007).

Bibliography

ANDREW, Christopher M. & MITROKHIN, Vasilij N. *The world was going our way: the KGB and the battle for the Third World*. New York: Basic Books, 2005.

APARICIO, Fernando, GARCÍA FERREIRA, Roberto & TERRA, Mercedes. *Espionaje y política: Guerra fría, inteligencia policial y anticomunismo en el sur de América Latina, 1947-1961*. Montevideo: Ediciones B Uruguay, 2013.

AUTIO-SARASMO, Sari & HUMPHREYS, Brendan (eds.). *Winter kept us warm: Cold War interactions reconsidered*. Jyväskylä: Bookwell Oy, 2010.

_____ & _____. Introduction: Cold War interactions reconsidered. In: _____ & _____ (2010), p. 16-22.

AYERBE, Luis Fernando. *Los Estados Unidos y la América Latina: la construcción de la hegemonía*. La Habana: Casa de las Américas, 2001.

BAYERLEIN, Bernhard H. Arquivos do comunismo e perspectivas de pesquisa 25 anos após a "Revolução dos Arquivos": um balanço global. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 29 (59), 2016, p. 787-812.

BELFER, Mitchell. *Small state, dangerous region: a strategic assessment of Bahrain*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2014.

BERNECKER, Walther L. et al. (ed.). *Lateinamerika 1870-2000: Geschichte und Gesellschaft*. Wien: Promedia, 2007.

BLANTON, Thomas S. Recovering the memory of the Cold War: forensic history and Latin America. In: Joseph & Spenser (2008), p. 47-73.

BORTLOVÁ, Hana. Czech tractors, Cuban oranges: economic relations between socialist Czechoslovakia and revolutionary Cuba. *CEJISS*, Prague, 7 (3), 2013, p. 77-95.

BRADLEY, Mark. Decolonization, the global South and the Cold War, 1919-1962. In: LEFFLER & WESTAD (2010), p. 464-485.

BRANDS, Hal. *Latin America's Cold War*. Cambridge & London: Harvard University Press, 2010.

BŘEZINOVÁ, Kateřina. Turbines and weapons for Latin America: Czechoslovak documentary film propaganda in the Cold War context, 1948-1989. *CEJISS*, Prague, 7 (3), 2013, pp. 32-52.

CABRERA ARÚS, María. *Material socialism. Exhibition project.* New York: The New School for Social Research, 2015.

_____. *Pioneros: building Cuba's socialist childhood. Exhibition Project.* New York: The Sheila C. Johnson Design Center's Arnold and Sheila Aronson Galleries, 2015.

CALANDRA, Benedetta & FRANCO, Marina (eds.). *La guerra fría cultural en América Latina: desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas.* Buenos Aires: Biblos, 2012.

CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: pacto criminal.* La Habana: Fondo Cultural del ALBA, 2006.

CAUTE, David. *The dancer defects: the struggle for cultural supremacy during the Cold War*. Oxford [et al.]: Oxford University Press, 2003.

CUSHION, Steve. "Profite" oder "Politik": Die Dilemmata der britisch-kubanischen Beziehungen zu Beginn des Kalten Krieges. In: MANKE & BŘEZINOVÁ (2016), p. 105-126.

DIETRICH, Wolfgang. Von der Intervention zur Integration: Lateinamerika im Schatten der nordamerikanischen Hegemonialmacht und die politisch-militärische Rolle der USA im 20. Jahrhundert. In: BERNECKER et al. (2007), p. 153-170.

DIEZ ACOSTA, Tomás. *October 1962: the 'missile' crisis as seen from Cuba*. New York [et al.]: Pathfinder, 2002.

DINGES, John. *The Condor years: how Pinochet and his allies brought terrorism to three continents.* New York [et al.]: New Press, 2004.

DIRLIK, Arif. Global South: predicament and promise, *The Global South*, Bloomington, 1 (1), 2007, p. 12-23.

DUARA, Prasenjit. The Cold War as a historical period: an interpretive essay, *Journal of Global History*, Cambridge, 6 (3), 2011, p. 457-480.

EISENSTADT, Shmuel N. *Die Vielfalt der Moderne*. Weilerswist: Velbrueck, 2000.

ENGERMAN, David C. The Second World's Third World, *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, Washington, 12 (1), 2011, p. 183-211.

ENGLERT, Birgit, GRAU, Ingeborg & KOMLOSY, Andrea. Globale Ungleichheit in historischer Perspektive. In: _____, _____ & _____ (eds.). *Nord-Süd-Beziehungen: Kolonialismen und Ansätze zu ihrer Überwindung*. Wien: Mandelbaum, 2006, p. 13-28.

FRAZIER, Derrick & STEWART-INGERSOLL, Robert. *Regional powers and security orders: a theoretical framework*. London [et al.]: Routledge, 2012.

FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. New York: Free Press, 1992.

FURSENKO, Aleksandr & NAFTALI, Timothy J. *Khrushchev's cold war: the inside story of an American adversary.* New York & London: Norton, 2006.

GADDIS, John L. We now know: rethinking Cold War history. Oxford [et al.]: Clarendon Press, 1997.

_____. *The Cold War: a new history*. New York: Penguin, 2005.

GARCÍA FERREIRA, Roberto (ed.). *Guatemala y la Guerra Fría en América Latina, 1947-1977*. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala, 2010.

GARCÍA TRIANA, Mauro. *Los chinos de Cuba y los nexos entre las naciones*. Vol. II. *Boletín Problemas Filosóficos*, La Habana: Sociedad Cubana de Estudios e Investigaciones Filosóficas, 2003.

GIENOW-HECHT, Jessica. Culture and the Cold War in Europe. In: LEFFLER & WESTAD (2010), p. 398-419.

GILL, Leslie. *The school of the Americas: military training and political violence in the Americas*. Durham: Duke University Press, 2004.

GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa 1959-1976*. Chapel Hill [et al.]: The University of North Carolina Press, 2002.

GRANDIN, Greg. Off the beach. The United States, Latin America, and the Cold War. In: AGNEW, Jean-Christophe & ROSENSWEIG, Roy (eds.). *A companion to post-1945 America*. New York: Blackwell, 2002, p. 426-445.

_____. *The last colonial massacre: Latin America in the Cold War*. Chicago [et al.]: University of Chicago Press, 2004.

_____& JOSEPH, Gilbert M. (eds.). *A century of revolution: Insurgent and counterinsurgent violence during Latin America's long Cold War*. Durham [et al.]: Duke University Press, 2010.

GREINER, Bernd. *Die Kuba-Krise: Die Welt an der Schwelle zum Atomkrieg*. München: C.H. Beck, 2010.

_____, MÜLLER, Christian Th. & WALTER, Dierk (eds.). *Angst im Kalten Krieg*. Hamburg: Hamburger Edition, 2009.

HANHIMÄKI, Jussi M. & WESTAD, Odd A. (eds.). *The Cold War: a history in documents and eyewitness accounts*. New York [et al.]: Oxford University Press, 2004.

HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the inter-American Cold War*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

HASLAM, Jonathan. *The Nixon administration and the death of Allende's Chile: a case of assisted suicide*. London [et al.]: Verso, 2005.

HATZKY, Christine. *Cubans in Angola: South-South cooperation and transfer of knowledge, 1976-1991*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2015.

HEY, Jeanne A. K.. *Small states in world politics: Explaining foreign policy behavior*. Boulder [et al.]: Lynne Rienner, 2003.

HEYMANN, Matthias & MARTIN-NIELSEN, Janet. Introduction: perspectives on Cold War science in small European states, *Centaurus*, Aarhus, 55, 2013, p. 221-242.

HOLDEN, Robert H. & ZOLOV, Eric (eds.). *Latin America and the United States: a documentary history*. Oxford & New York: Oxford University Press, 2000.

HONG, Liu, SZONYI, Michael & ZHENG, Yangwen (eds.). *The Cold War in Asia: the battle for hearts and minds*. Leiden & Boston: Brill, 2010.

HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations and the remaking of world order.* New York: Simon & Schuster, 1996.

IBER, Patrick. *Neither peace nor freedom: the cultural Cold War in Latin America.* Cambridge: Harvard University Press, 2015.

_____ & GOEDDE, Petra (eds.). *The Oxford handbook of the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ISAAC, Joel & BELL, Duncan (eds.). *Uncertain empire: American history and the idea of the Cold War*. Oxford [et al.]: Oxford University Press, 2012.

JACOB, Frank (ed.). *Peripheries of the Cold War*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2015.

_____. Introduction. In: JACOB (2015), p. 5-10.

JERVIS, Robert. Identity and the Cold War. In: LEFFLER & WESTAD (2010), p. 22-43.

JOSEPH, Gilbert M. What we now know and should know: bringing Latin America more meaningfully into Cold War studies. In: JOSEPH & SPENSER (2008), p. 3-46.

_____ & SPENSER, Daniela (Hg.) In from the cold. Latin America's new encounter with the Cold War. Durham: Duke University Press, 2008.

KANET, Roger E. Die sowjetische Unterstützung nationaler Befreiungskriege, *Mittelweg 36*, Hamburg, 1, 2005, p. 22-42.

KORNBLUH, Peter. *The Pinochet file: a declassified dossier on atrocity and accountability*. New York [et al.]: New Press, 2003.

KRAMER, Mark & SMETANA, Vít (eds.). *Imposing, maintaining, and tearing open the Iron Curtain: the Cold War and East-Central Europe, 1945-1989*. Lanham [et al.]: Lexington Books, 2013.

KWON, Heonik. *The other Cold War*. New York: Cambridge University Press, 2010.

LEFFLER, Melvyn P. *For the soul of mankind: the United States, the Soviet Union, and the Cold War*. New York: Hill and Wang, 2007.

_____ & WESTAD, Odd A. (eds.). *The Cambridge history of the Cold War*. Vol. 2: *Crises and détente*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LONG, Tom. *Latin America confronts the United States: asymmetry and influence*. New York: Cambridge University Press, 2015.

LONGLEY, Kyle. *In the eagle's shadow: the United States and Latin America*. Wheeling: Harlan Davidson, 2002.

LÓPEZ, Kathleen. *Chinese Cubans: a transnational history*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.

LOSS, Jacqueline. *Dreaming in Russian: the Cuban Soviet imaginary*. Austin: University of Texas Press, 2013.

_____ & PRIETO, José Manuel (eds.). *Caviar with rum: Cuba-USSR and the post-Soviet experience*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

LUTHER, Inga [et al.] (eds.). *Erinnerung schreibt Geschichte: Lateinamerika und Europa im Kontext transnationaler Verflechtungen.* Stuttgart: Heinz, 2011.

LYNCH, Edward A. *The Cold War's last battlefield: Reagan, the Soviets and Central America*. Albany: State University of New York Press, 2011.

MAASS, Matthias. The elusive definition of the small state, *International Politics*, London, 46 (1), 2009, p. 65-83.

MAGUIRE, Lori (ed.). *The Cold War and entertainment television*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2016.

MANKE, Albert. *El pueblo cubano en armas: Die Revolutionären Nationalmilizen und die Verteidigung der kubanischen Revolution von 1959*. Stuttgart: Heinz, 2014.

_____. Chinese in the Cuban revolution: an ethnically marked political mobilization? In: UNIVERSITY OF COLOGNE FORUM 'ETHNICITY AS A POLITICAL RESOURCE' (ed.). *Ethnicity as a political resource: conceptualizations across disciplines, regions, and periods*, Bielefeld: Transcript, 2015, p. 237-252.

_____. Cuba y Checoslovaquia: una nueva alianza estratégica en la Guerra Fría. In: OPATRNÝ (2015), p. 87-99.

_____ & BŘEZINOVÁ, Kateřina (eds.). *Kleinstaaten und sekundäre Akteure im Kalten Krieg: Politische, wirtschaftliche, militärische und kulturelle Wechselbeziehungen zwischen Europa und Lateinamerika.* Bielefeld: Transcript, 2016.

MANN, Stefanie. *Discovery of a terra incognita: five decades of Chinese foreign policy towards Latin America*. Mainz: Institut für Politikwissenschaft, Abteilung Politische Auslandsstudien und Entwicklungspolitik, 2002.

MAYER, David & MOLDEN, Berthold (eds.). *Vielstimmige Vergangenheiten: Geschichtspolitik in Lateinamerika*, Wien & Berlin: LIT, 2009.

McMAHON, Robert J. Heiße Kriege im Kalten Krieg: Überlegungen zu einem Paradox, *Mittelweg 36*, Hamburg, 1, 2005, p. 5-21.

_____ (ed.). *The Cold War in the Third World*. Oxford [et al.]: Oxford University Press, 2013.

McPHERSON, Alan L. *Intimate ties, bitter struggles. The United States and Latin America since 1945*. Washington: Potomac Books, 2006.

McSHERRY, J. Patrice. *Predatory states: Operation Condor and covert war in Latin America*. Lanham [et al.]: Rowman & Littlefield, 2005.

MEDING, Holger M. Unausweichliche Konfrontationen: Die lateinamerikanische Staatenwelt und die USA. In: BERNECKER [et al.] (2007), p. 171-190.

MENJÍVAR, Cecilia & RODRÍGUEZ, Nestor (eds.). *When states kill. Latin America, the U.S., and technologies of terror*. Austin: University of Texas Press, 2005.

MOLDEN, Berthold. *Geschichtspolitik und Demokratisierung in Guatemala: Historiographie, Nachkriegsjustiz und Entschädigung 1996-2005*. Wien & Berlin: LIT, 2007.

NEHRING, Holger. What was the Cold War? *English Historical Review*, Oxford, 77 (527), 2012, p. 920-949.

NIETO, Clara. *Masters of war: Latin America and United States aggresssion from the Cuban revolution through the Clinton years*. New York [et al.]: Seven Stories, 2003.

NIÑO RODRÍGUEZ, Antonio & MONTERO, José Antonio (eds.). *Guerra fría y propaganda: Estados Unidos y su cruzada cultural en Europa y América Latina.* Madrid: Biblioteca Nueva, 2012.

O'BRIEN, Thomas F. *Making the Americas: the United States and Latin America from the age of revolutions to the era of globalization*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2007.

OPATRNÝ, Josef (ed.). *Las relaciones entre Europa Oriental y América Latina 1945-1989*. (*Ibero-Americana Pragensia, Supplementum* 40) Praga: Universidad Carolina de Praga & Editorial Karolinum, 2015.

ORTIZ, Renato. From incomplete modernity to world modernity. *Daedalus*, Cambridge (Mass.), 129 (1), 2000, *Multiple Modernities*, p. 249-260.

PARDO RUEDA, Rafael. *Entre dos poderes: de cómo la guerra fría moldeó América Latina*. Vol. 1. Bogota: Taurus, 2014.

PASZYN, Danuta. *The Soviet attitude to political and social change in Central America, 1979-90: case-studies on Nicaragua, El Salvador and Guatemala*. London [et al.]: Macmillan [et al.], 2000.

PATTI, Carlo. The origins of the Brazilian nuclear programme (1951-1955),. *Cold War History*, London, 15 (3), 2015, p. 253-273.

PÉTERI, György (ed.). *Nylon curtain: transnational and transsystemic tendencies in the cultural life of state--socialist Russia and East-Central Europe*. Trondheim: Program on East European Cultures and Societies, 2006.

PIEPER MOONEY, Jadwiga E. & LANZA, Fabio (eds.). *De-centering Cold War history: local and global change*. London & New York: Routledge, 2013.

REID, Michael. *Forgotten continent: the battle for Latin America's soul*. New Haven [et al.]: Yale University Press, 2007.

RIBEIRO, Raquel. The Cubans in Angola (1975-1991): a cultural overview. In: JACOB (2015), p. 11-37.

RICHMOND, Yale. *Cultural exchange & the Cold War: raising the iron curtain*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2003.

ROBINSON, William I. *Transnational conflicts: Central America, social change, and globalization*. London [et al.]: Verso, 2003.

RODRÍGUEZ CRUZ, Juan Carlos. *Girón, la batalla inevitable: la más colosal operación de la CIA contra Fidel Castro*. La Habana: Capitán San Luis, 2005, 2nd ed.

ROTHWELL, Matthew D. *Transpacific revolutionaries: the Chinese revolution in Latin America*. New York: Routledge, 2013.

RUPPRECHT, Tobias. *Progress – desarrollo – modernization: Konzepte von Fortschritt und Modernität in der geteilten sowjetisch-lateinamerikanischen Geschichte 1956-66*, M.A. thesis. Universität Tübingen, 2007, online: http://tinyurl.com/zgby5ea.

_____. Die sowjetische Gesellschaft in der Welt des Kalten Kriegs: Neue Forschungsperspektiven. *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas*, Stuttgart, 58 (3), 2010, p. 381-399.

_____. *Soviet internationalism after Stalin: interaction and exchange between the USSR and Latin America during the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SIKKINK, Kathryn. *U.S. human rights policy and Latin America*. Ithaca [et al.]: Cornell University Press, 2007.

SPENSER, Daniela. Standing conventional Cold War history on its head. In: JOSEPH & SPENSER (2008), p. 381-395.

_____ (ed.). *Espejos de la Guerra Fría. México, América Central y el Caribe*. México: Porrúa, 2004.

STÖVER, Bernd. *Der Kalte Krieg, 1947-1991: Geschichte eines radikalen Zeitalters*. München: Beck, 2007.

STREETER, Stephen M. *Managing the counterrevolution: the United States and Guatemala, 1954-1961*. Athens: Ohio University Center for International Studies, 2000.

VÁZQUEZ CIENFUEGOS, Sigfrido. Los estudios checoslovacos sobre historia de América durante la Guerra Fría. In: Opatrný (2015), 223-236.

_____. Guerra Fría e Historia: una aproximación a la historiografía iberoamericanista checoslovaca. In: _____. *Poder y conflictividad social en América Latina*. Praga: Karolinum, 2016, p. 149-159.

VON BREDOW, Wilfried. Der rasante Aufstieg einer Mittelmacht. Kanadas Außenpolitik seit dem Zweiten Weltkrieg. In: VON BREDOW, Wilfried (ed.). *Die Außenpolitik Kanadas*. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2003, p. 13-36.

VOWINCKEL, Annette, PAYK, Marcus M. & LINDENBERGER, Thomas (eds.). *Cold War cultures: perspectives on Eastern and Western European societies*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2012.

_____. European Cold War culture(s)? An introduction. In: VOWINCKEL, PAYK & LINDENBERGER (2012), p. 1-20.

WALKER, Thomas W. & WADE, Christine J. *Nicaragua: emerging from the shadow of the eagle*. Boulder: Westview Press, [2017].

WALLERSTEIN, Immanuel. What Cold War in Asia? An interpretative essay. In: Hong, Szonyi & Zheng (2010), p. 15-24.

WESTAD, Odd A. *The global Cold War: Third World interventions and the making of our times*. Cambridge [et al.]: Cambridge University Press, 2005.

WRIGHT, Thomas C. *State terrorism in Latin America: Chile, Argentina, and international human rights*. Lanham [et al.]: Rowman & Littlefield, 2007.

ZOUREK, Michal. Political and economic relations between Czechoslovakia and the military regimes of the Southern Cone in 1970s and 1980s, *CEJISS*, Prague, 7 (3), 2013, p. 118-141.

ZUBOK, Vladislav M. *A failed empire: the Soviet Union in the Cold War from Stalin to Gorbachev*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013

On the origins of Global History: inaugural lecture at the Collège de France on November 28th 2013

En busca de los orígenes de la Historia Global: conferencia inaugural en el Collège de France el 28 de noviembre 2013

Sanjay Subrahmanyam

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100012

Sanjay Subrahmanyam é PhD em História Econômica pela Universidade de Delhi (Índia) e professor da Universidade da California em Los Angeles (Estados Unidos).

Texto publicado originalmente com o título *Aux origines de l'histoire globale* (Paris, Collège de France/Fayard: 2014). Tradução para o português de Glauber Neves Rosa. Revisão técnica de Alexandre Moreli, Marco Aurélio Vannucchi e Sanjay Subrahmanyam.

Nota do autor: esta palestra relembra tópicos de dois dos meus ensaios anteriores: On world historians in the sixteenth century (2005) e Intertwined histories: *Crónica* and *Tārīkh* in the sixteenth-century Indian Ocean world (2010).

Resumo

Em sua aula inaugural no Collège de France, o autor procura traçar a genealogia da História Global. Para tanto, examina o trabalho de autores de diversas partes do mundo que desde a Antiguidade se debruçaram sobre sociedades que não as suas de origem.

Palavras-chave: História Global, historiografia, teoria da história.

Abstract

In his inaugural lecture at the Collège de France, the author explores the genealogy of Global History. For that purpose, he analyses a vast range of international scholarship focusing in the ways authors examine societies different from their own.

Keywords: Global History, historiography, theory of history.

Resumen

En su conferencia inaugural en el Collège de France, el autor trata de hacer la genealogía de la Historia Global. Por lo tanto, examina las obras de autores de distintas partes del mundo que estudiaron, desde la antigüedad, sociedades que no son las suyas de origen.

Palabras clave: Historia Global, historiografía, teoría de la historia.

Sr. Reitor,
Caros colegas,
Queridos amigos, alguns dos quais vieram de longe para estar aqui,
Ellorukkum vaṇakkam – Saudações a todos.

O Collège de France sempre foi conhecido por acolher estrangeiros. No entanto, a maioria deles é de cientistas, filólogos, especialistas em literatura e até filósofos. Nesse contexto relativamente cosmopolita, a História tende a ser uma exceção. A grande tradição histórica nesta instituição é essencialmente francesa, ainda que os assuntos tratados sejam por vezes bastante diversos, indo desde a circulação de livros até o clima e o meio ambiente, e desde a história dos cavalos até as crenças de François Rabelais. É por isso que eu gostaria de começar expressando minha gratidão ao corpo docente por ter decidido se afastar dessa tradição e convidar um historiador estrangeiro, já conhecido por suas tendências itinerantes, para se sentar à sua mesa.

Certamente, não é uma coincidência que um historiador que está constantemente viajando se sinta atraído por histórias que estejam em movimento e que tenham a capacidade de surpreender. Quando cheguei à França pela primeira vez, há 25 anos, para passar um mês como um jovem professor visitante que daria algumas palestras sobre a história do Império Português na Ásia, nunca imaginei que estaria um dia aqui, diante de vocês. Naquela época, eu mal falava duas palavras de francês. Por conta do rumo que as coisas tomaram, gostaria de, acima de tudo, agradecer a Roger Chartier. Ele também estava na École des Hautes Études en Sciences Sociales como debatedor e coordenador dos trabalhos quando, em 10 de maio de 2000, juntamente com Serge Gruzinski, nós nos lançamos em uma ousada aventura que – de maneira provocativa, obviamente – chamamos de "Penser le monde, XV^{e}-XVIII^{e} siècles". Aquela jornada deixou sua marca em todos nós, ainda que depois tenhamos todos seguido nossos próprios caminhos intelectuais. Alguns dos participantes preferiram o caminho já bem trilhado da história comparada, que nos últimos anos gerou alguns projetos férteis, como o da "Grande Divergência", para explicar por que e como a Europa Ocidental da Era Moderna se distinguiu substancialmente do resto do mundo e especialmente da China e da Índia (Pomeranz, 2000 e Rosenthal & Wong, 2011). Outros, como Roger Chartier apontou em seu ensaio "La conscience de la globalité", escrito e publicado para a ocasião, tomaram, ou melhor, retomaram, "os

caminhos do alto mar" e especialmente o caminho metodológico das "histórias conectadas", que é o título de um ensaio que publiquei em 1997 (Chartier, 2001 e Subrahmanyam, 1997).

Dois nomes associados ao ensino de história no Collège de France foram mencionados repetidamente naquele dia de maio de 2000. O primeiro – que logo retomarei – pode parecer uma surpresa: o do orientalista e milenarista Guillaume Postel, professor do Collège Royal em meados do século XVI. Como sabemos, Postel já tinha em vida uma reputação herética, e certamente não foi por coincidência que manteve seu cargo no Collège Royal por apenas cinco anos, de 1538 até 1543. Sem surpresa, o segundo nome foi o de Fernand Braudel, o sucessor de Lucien Febvre em uma cátedra intitulada "História da Civilização Moderna" no Collège de France de 1950 a 1972. Analisamos muitos de seus textos: a grande obra sobre o Mediterrâneo que deu a ele sua reputação na França e no exterior e os três volumes de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme: xv*[e]*-xviii*[e] *siècle*, publicado em 1979. Seu último livro, *L'identité de la France*, não foi incluído, por razões óbvias. Todos tínhamos uma dívida com Braudel porque cada um de nós, a sua maneira, tinha aprendido com ele como abordar a história dos impérios e sua rivalidade na Idade Moderna, como abordar problemas relacionados com redes de mercadores e seu dinamismo e como lidar com as complexas relações entre "mundos", "nações" e "regiões". Um dos seus discípulos mais próximos, meu amigo e mentor Denys Lombard, queria repensar, com base na concepção braudeliana de espaço, a história do "Mediterrâneo do sudeste asiático", nos anos 1980. Ainda assim, quando ele utilizou o termo *história global*, como fez no subtítulo de seu grande livro *Le carrefour javanais*, o significado era o de "história total", com a intenção de cobrir os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais de uma região (Subrahmanyam, 1994).

No entanto, apesar de tudo o que devíamos à obra de Braudel, parecia-me óbvio que havia um problema real de assimetria em sua concepção de espaço. Em sua percepção, o Mediterrâneo era, acima de tudo, um mar visto a partir do norte, com base em perspectivas e fontes europeias e, por vezes, cristãs (Subrahmanyam, 1998). Quando ele se aventurou um pouco mais longe, nas águas do oceano Índico, por exemplo, a assimetria tornou-se ainda mais evidente. Nathan Wachten já havia chamado a atenção de historiadores para a importância da "visão dos vencidos" no contexto americano da conquista (Wachten, 1967). Os pontos de vista dos otomanos, dos mogóis da Índia e dos chineses foram, no entanto, igualmente negligenciados em um certo estilo de "história mundial", apesar do fato de que eles estavam longe de terem sido derrotados nos séculos XVI e XVII. Isso foi o resultado de dois processos complementares. De um lado, havia a indiferença com relação a certas histórias. A história da Índia mogol e, de forma mais abrangente, da Índia muçulmana quase não recebeu atenção dos estudiosos franceses durante o século XX. Os nomes de estudiosos como Garcin de Tassy

(1794-1878) foram quase que totalmente esquecidos (ver Garcin de Tassy, 1870-1871), e as maiores obras na área nunca foram traduzidas do francês ou estudadas. Os casos da China e do Império Otomano, por outro lado, foram bastante diferentes. Não obstante a existência de uma tradição francesa significativa em ambas as áreas, o que ocorreu foi essencialmente uma falta de comunicação entre as tradições acadêmicas. O conhecimento exótico, por assim dizer, teve dificuldade de sair da senzala dos desprovidos para a casa grande do conhecimento geral.

Por que tal dificuldade? Para embarcar em uma reflexão mais abrangente sobre essa questão, precisaríamos remontar a um passado distante, isto é, aos séculos XV, XVI e XVII. Ao fazê-lo, também reitero a pergunta levantada por Roger Chartier em seu texto supracitado. "Pensar o mundo", escreveu ele, "mas quem o pensa? Os homens do passado ou os historiadores do presente?" Minha resposta é: ambos, e estes através daqueles. Para melhor entender como a história global foi construída, tanto no presente quanto no passado, temos que destacar algo que pode parecer óbvio. A história é, inicialmente, uma narrativa autocentrada. O "auto" da história é a família, o clã, o grupo étnico, depois a cidade, a pátria ou a região de origem e, por fim – especialmente a partir de fins do século XVIII –, o Estado-nação. A história é, então, o gêmeo siamês da memória, cuidadosamente guardada como o tesouro de uma serpente. Ela é também constantemente chamada para jogar com, e às vezes contra, a memória. O resultado é uma história que é geralmente escrita em um estilo solene, moralizador e portanto pouco irônico, que tem a tarefa de "formar bons cidadãos" ou patriotas leais. Se os historiadores que seguirem esse caminho não forem bastante cuidadosos, poderão facilmente se tornar os porta-vozes estridentes de um grupo ou posicionamento ideológico, em outras palavras, de uma "identidade". Neste contexto, conceitos que são na verdade bastante distintos acabam sendo facilmente confundidos, como por exemplo "história" e "herança". O problema fica evidente mesmo com grandes intelectuais, como Syed Ahmad de Déli, que escreveu o *Āsār us-Sanādīd* em meados do século XIX para celebrar os rastros deixados pelos "heróis antigos" de sua amada cidade (Naim, 2011).

Ainda assim, mesmo uma história egoísta precisa reconhecer a existência do Outro. Como pode a história de Florença ser escrita sem Pisa, a dos czares sem os russos ou a da França sem a Alemanha? Ir além do mero reconhecimento, no entanto, não é tão fácil quanto parece. Praticar "xenologia" genuína no contexto da própria história é mais um ideal que a realidade. Quantos historiadores franceses passam tempo lendo textos, sem falar em documentos, em alemão? E quantos historiadores indianos têm um conhecimento respeitável da história do Sri Lanka? Ainda assim, formas de xenologia têm estado presentes na obra de historiadores por muito tempo. Historiadores do Mediterrâneo gostam de citar o caso de Políbio, e os da China Antiga prontamente fazem referência a Sima Qian. Esses são personagens

contrastantes em muitos aspectos. Políbio foi um grego que viveu no século II a. C., sob o domínio romano. Como herdeiro de Tucídides e Heródoto, considerava-se geralmente que ele tinha menos talento que seus predecessores, ainda que sua reputação tenha tido altos e baixos notáveis. Manejando tanto a espada quanto a pena, participou de campanhas que asseguraram a hegemonia romana sobre Cartago e outros rivais. Foi precisamente essa hegemonia romana que ele usou como objeto de análise, dissecando-a com ferramentas que consistiam essencialmente em "referências e noções gregas". Políbio, então, encontra-se em uma posição curiosa, em algum lugar entre os derrotados e os vitoriosos, tentando, entretanto, afastar-se do esquema estritamente binário que opõe "nós" e os "bárbaros". Para citar a análise de François Hartog:

> Ao ver a história de Roma, [Políbio] buscou entender o que tinha acontecido; não apenas como os gregos tinham sido derrotados – o que seria, na melhor das hipóteses, uma pergunta de história local ou "parcial" –, mas como os romanos tinham conquistado o mundo. Ver de Roma e ver *como* Roma. É nesse *como* que jaz a integralidade da operação historiográfica e toda a ambiguidade de sua posição... Daí a solução, ao mesmo tempo teórica e prática, encontrada finalmente por Políbio, a *sunopsis* é o próprio ponto de vista da Fortuna (Hartog, 2005).

O exercício pode ser visto como "a primeira história universal", mas o universo de Políbio era dificilmente maior que o mundo romano. O termo *universal* qualifica seus métodos, não sua abrangência geográfica. O historiador chinês Sima Qian, da dinastia Han ocidental, nasceu quando Políbio já tinha cerca de 60 anos. Como seu homólogo grego, participou das campanhas militares do Imperador Wu contra os Xiongnu na Ásia Central. Sua principal obra, *Shiji*, estende-se por quase dois mil anos da história chinesa e registra traços de suas próprias viagens durante sua carreira imperial, tanto dentro do reino quanto fora dele. Assim como seu pai, Sima Qian tinha sido empregado pelo governo como astrólogo, bibliotecário e conselheiro, mas sua história dificilmente pode ser considerada oficial. Ele viveu em tempos de revolta, devido a mudanças radicais nas condições materiais advindas principalmente do ocidente e, portanto, teve uma carreira difícil, na qual foi preso e até castrado por suas lealdades políticas. A intenção de Sima Qian foi, no entanto, a de não escrever uma história abertamente controversa; ele se manteve leal à essência do imperialismo. Com grande sutileza, soube praticar a polifonia, permitindo, assim, que atores bastante diversos encontrassem voz em sua história. Um dos exemplos mais evidentes é o do eunuco Zhonghang Yue, enviado pelo Imperador Wen aos Xiongnu para negociações diplomáticas por volta de 170 a. C. Zhonghang traiu seu senhor, uniu-se ao serviço dos Xiongnu e tornou-se um ator político influente em sua sociedade. Na narrativa de Sima

Qian, o eunuco desempenhou um papel estranho: de um lado, explicou aos "bárbaros" que seria um erro se tornarem chineses, já que seu estilo de vida correspondia perfeitamente a seu próprio ambiente; de outro lado, explicou aos chineses que passavam por ele como eles haviam entendido e julgado mal os Xiongnu e sua cultura. Aqui, "xenologia" quase se torna um tipo de "barbarofilia", enquanto retém uma perspectiva em que o Império Han tem que continuar a existir como o eixo em volta do qual o mundo gira. Talvez menos complexa em sua geometria política e cultural que a esquematização política e cultural de Políbio e seu "ponto de vista absoluto", a obra de Sima Qian nos oferece um ponto de partida diferente para traçar as genealogias da ideia de história universal (Stuurman, 2013).

Essas genealogias foram feitas certamente de forma mais complicada pelo fato de que Políbio, geralmente citado por Cícero e por Tito Lívio (ou apenas Lívio), posteriormente caiu em relativo esquecimento por muitos séculos, antes de ser redescoberto durante a Renascença. Sima Qian, por outro lado, estava firmemente estabelecido no Panteão dos grandes escritores e estilistas, adorado não apenas pelas gerações de historiadores que o sucederam na China e no mundo sinicizado, mas também por todos os tipos de outros intelectuais. No século XII, o historiador coreano Kim Bu-sik debruçou-se sobre os textos de Sima Qian para elaborar seu próprio modelo historiográfico. Esse não é, no entanto, o ponto a que quero chegar. Esses dois exemplos são suficientes para mostrar que a história universal, aquela que consegue integrar – ou, em alguns casos, atingir a *sunopsis* de – duas ou mais histórias e, portanto, ir além de uma história egocêntrica, remonta a muito no tempo. Formas de história universal foram praticadas durante a Idade Média, geralmente em relação aos modelos estabelecidos mencionados acima. Seria legítimo classificar parte da obra enciclopédica de Isidoro de Sevilha, na virada do século VI, nessa categoria. Acontece que as datas de Isidoro coincidem quase que perfeitamente com as da vida do Profeta Maomé, do outro lado do Mediterrâneo. É, certamente, uma passagem do bastão historiográfico. No final do primeiro milênio da era cristã, a tradição das histórias universais foi consolidada pelo surgimento de uma nova tradição historiográfica associada com o islã e expressa inicialmente em árabe, apesar de ter se baseado em fontes gregas e sírias mais antigas. Abu Ja'far al-Tabari, um grande estudioso de Bagdá do final do século IX e começo do século X, é geralmente considerado o mais importante nome que marca as origens dessa tradição dos *tārīkh*, que estão relacionadas com preocupações epistemológicas definidas no contexto do estabelecimento de cadeias confiáveis de transmissão das tradições do Profeta (os *hadīths*) (Robinson, 2002). Os *tārīkhs* se preocupavam principalmente com a história muçulmana, mas davam muita importância à história pré-islâmica, geralmente começando na criação do mundo. Com a expansão muçulmana para o ocidente, em direção ao Magreb e à Península Ibérica, e para o oriente, em direção ao mundo persa e à Índia, eles

foram obrigados a considerar esses povos e suas histórias. Um dos exemplos mais famosos de conhecimento "xenológico" produzido no Califado Abássida é o *Kitāb al-Hind* (ou *O livro da Índia*), escrito pelo intelectual corásmio Abu Raihan al-Biruni, nascido um século depois da morte de Tabari. Biruni tinha acompanhado o sultão Mahmud de Ghazna, um poderoso conquistador, em suas invasões na Índia e tinha, por isso, aprendido sobre o mundo dos brâmanes do norte da Índia. Sua obra é uma curiosa mistura de conhecimento etnográfico (fruto de suas conversas com a elite indiana) e conhecimento escrito adquirido meticulosamente, especialmente em sânscrito. Ainda que tenha sido seguramente uma façanha intelectual, devemos lembrar que foi apenas um dos elementos do grande edifício da xenologia árabe da época. Uma visão geral mais completa pode ser encontrada na obra-prima em quatro volumes de André Miquel, *La géographie humaine du monde musulman jusqu'au milieu du xi*e *siècle* (1967; reimpr. 2001-2002)

A corte gaznévida do século XI, que foi o contexto em que Biruni escreveu sua obra, foi o berço de uma mudança decisiva na historiografia muçulmana. Junto com Biruni, o sultão Mahmud também apoiou a produção de um texto fundamental em persa, o *Shāhnāma* (ou *O livro dos Reis*) de Firdausi, que queria recuperar e reabilitar o passado pré-islâmico do Irã. Da mesma forma, foi na corte gaznévida que mais tarde, no mesmo século, Abu'l Fazl Baihaqi escreveu o *Tārīkh-i Mas'ūdī*, uma das primeiras crônicas persas de maior importância (Meisami, 1999). Apesar de a obra de Firdausi ter sido, estritamente falando, mais uma epopeia que um texto histórico, ela teve influência significativa nas produções historiográficas subsequentes. O rápido crescimento desse movimento perso-islâmico exacerbou as tensões entre as historiografias árabe e persa. Desde a época das primeiras traduções de al-Bal'ami do Tabari para o persa, os historiadores árabes sempre alegaram que os persas tendiam a ser pouco ortodoxos e a enfeitar demais suas versões. Ainda assim, parece que, a partir de Baihaqi, a produção historiográfica persa prevaleceu no mundo muçulmano oriental, ainda que o árabe tenha mantido sua predominância em certas partes da Índia ocidental. O estabelecimento do sultanato de Déli por volta de 1200 aumentou a importância da historiografia indo-persa, evidenciada em obras como *Tāj al-Ma'asir* de Hasan Nizami e *Tabaqāt-i Nāsirī* de Minhaj-i Siraj Juzjani, ambas compiladas no século XIII.[1]

O leitor dessas obras produzidas nas cidades do norte da Índia conquistadas pelas dinastias turcas fica, no entanto, surpreso pela falta de abertura em relação às partes não-muçulmanas do subcontinente. O espírito das obras diferia consideravelmente das de Biruni, relatando primeiramente a vida no interior da comunidade muçulmana juntamente com as tensões entre vários clãs e grupos étnicos. Juzjani, por exemplo, apresenta seus julgamentos sumários sobre os mongóis precisamente porque eles eram percebidos como uma ameaça à

sobrevivência da comunidade muçulmana. Em outras palavras, esses autores tendiam a cultivar a "história de si", mesmo em uma situação em que estavam cercados por uma população cujas crenças e costumes diferiam substancialmente dos seus. A exceção, no final do século XIII e começo do século XIV, foi o brilhante poliglota Amir Khusrau Dehlavi, apesar de ter usado epopeia e poesia em vez de crônicas para registrar sua reflexão xenológica. Mais para o ocidente, no mundo iraniano, a situação parece ter sido muito diferente. Enquanto os emires da fronteira foram relativamente eficazes na defesa do sultanato de Déli contra os mongóis, os resquícios do Califado Abássida entraram em colapso após os ataques dos Chinggisidas em 1258. Uma vez estabelecido em Bagdá, o soberano mongol Hülegü, neto de Genghis Khan, e seus sucessores da dinastia ilcanida, promoveram a política da aculturação entre idiomas, religiões e costumes. A corte falava uma mistura de persa, árabe, turco e mongol e, às vezes, até um pouco de chinês. Na década de 1290, o soberano Ghazan Khan decidiu se converter ao islã, mas manteve um grau de tolerância em relação aos cristãos e budistas. Foi durante seu reinado que o cronista Rashid al-Din Fazlullah Hamadani começou sua obra-prima, o *Jāmi' al-Tawārīkh* ("O compêndio de histórias"), concluído na década de 1310 sob os sucessores de Ghazan Khan.

Rashid al-Din, conhecido como "o *hakīm*", foi um personagem complexo. Provavelmente um convertido ao islã, ele teve grande participação na corte por quase duas décadas antes de ser executado, em agosto de 1318. Jean Aubin, uma grande autoridade em língua, literatura e história iraniana, descreveu-o como uma "eminência parda que preferiu não receber o título de vizir e cujos problemas começaram quando finalmente o aceitou" (Aubin, 1995). Como um historiador que também pertenceu aos "vencidos" (como Políbio), Rashid al-Din prontamente encheu seus vencedores de elogios. Sobre Genghis Khan, ele escreveu (e cito a tradução de Étienne Quatremère, 1968: 62-63): "A todo o universo, ele deu a mesma fisionomia, a todos os corações os mesmos sentimentos [*jahān rā yak rū'ī wa dil-hā rā yak rā'ī*]; ele purificou o território do império livrando-o da dominação de usurpadores perversos, da opressão de inimigos audazes."

Sua obra, ilustrada de maneira rica nos ateliês ilcanidas, foi considerada, com frequência, um item de luxo e presente de prestígio, mesmo após sua morte. Claramente, é outro exemplo da história "universal", apesar, dessa vez, de se tratar de uma história cujos horizontes se estendiam da China até a Europa. Em seu coração, encontramos os mongóis, cuja história e tradições eram conhecidas por Rashid al-Din, em parte graças ao trabalho de seus predecessores, como 'Ata Malik Juvaini. Esse conhecimento foi o resultado de um processo de aculturação que teve início na primeira metade do século XIII, mesmo antes da queda de Bagdá. O seguinte texto é outra citação da análise de Jean Aubin:

> Quando Ögedei [m. 1241] manifestou seu interesse em visitas *ad limina*, os notáveis do Iraque persa apressaram-se em seguir os de Corasão no caminho para a Mongólia. As classes superiores e os membros da chancelaria aproveitaram as vantagens de falar a língua dos novos senhores e de conhecer a escrita uigur. Em Qazvin, foi a elite que aprendeu a língua e cultura mongol na comitiva de Ögedei, onde conseguia cargos e favores. Malik Iftikharuddin Bakri Qazvini, que se tornou um dos tutores estrangeiros particulares de Möngke [irmão de Kubilai Khan], brilhantemente traduziu o *Kalīla wa Dimna* para o mongol e o *Sindbād nāma* para o turco… Portanto, bem antes da chegada de Hülegü ao Irã, já estava preparado o contexto oficial para a nova dinastia (Aubin, 1995: 25-26).

Porém, por trás dos mongóis estava a China, que "exercia na Pérsia uma atração constante, muito antes do período mongol", de acordo com historiadores da arte. Eles, no entanto, também reconheciam que "o período ilcanida simplesmente viu o fenômeno tomar novas proporções" com a "importação regular, por terra ou por mar, de itens chineses (tecido e porcelana) e intercâmbio de embaixadas" (Richard, 1997: 36). As idas e vindas constantes entre o mundo ilcanida e o da Dinastia Yuan na China são bastante conhecidas, especialmente graças a Marco Polo, tendo os manuscritos *Jāmi' al-Tawārīkh* uma grande influência na sua forma e parcialmente no seu conteúdo. A outra parte da obra de Rashid al-Din tratava da Europa, o mundo dos "Francos". Foi adicionada mais tarde, sob o reinado de Öljeitü, irmão e sucessor de Ghazan Khan, e compreende duas seções: uma descrição política e geográfica da Europa e um relato cronológico. Para a primeira, Rashid al-Din se baseou essencialmente nos textos do bispo dominicano Martinho de Opava, já para a segunda suas fontes parecem ter sido principalmente orais, ou seja, notícias trazidas por comerciantes e diplomatas. Ao reler cuidadosamente esta "História dos Francos", David Morgan, um historiador dos mongóis, notou que "Rashid al-Din deliberadamente escolheu não dar muita atenção à Europa... [porque nos oferece] muitas descrições muito mais completas de outras sociedades não-muçulmanas, como as da Índia, da China e dos mongóis pré-islâmicos" (Morgan, 1994: 213). O cronista, no entanto, foi meticuloso em sua apresentação do sistema político e institucional dos Francos e nos oferece outros fragmentos fascinantes de informação, como o grande número de estudantes em Paris e a ausência de cobras na Irlanda. De certa maneira, podemos dizer que Rashid al-Din não conseguiu aproveitar a oportunidade de ir além de textos como *Hudūd al-'ālam* ("Os limites do mundo"), escrito em persa por volta de 980, ao descrever os países do ocidente. Ele, contudo, nos oferece um exemplo clássico dos limites da história universal tal como era praticada no início do século XIV.

Muitas mudanças historiográficas significativas ocorreram durante o século XV. No mundo islâmico persa, era a época da "revolução historiográfica timúrida" – como John

Woods a chamou –, que gerou uma série de obras escritas principalmente na cidade de Herat no final do século. A mais famosa delas foi a de Mir Muhammad ibn Sayyid Burhan al-Din Khawand Shah (mais conhecido como Mir Khwand) e foi escrita na próspera corte timúrida do sultão Husain Baiqara (Woods, 1987). A obra, intitulada *Tārīkh-i Rauzat us-Safā' fī Sīrat al-Anbiyā' wa'l-Mulūk wa'l-Khulafā'*, é um volume enciclopédico que contém não apenas a história do Irã pré-islâmico, mas também uma história detalhada dos profetas (*anbiyā'*), califas (*khulafā'*) e reinos do mundo muçulmano até o final do século XV.[2] Mais tarde, o *Rauzat us-Safā'* (Jardim da Pureza) viria a desempenhar um papel significativo e se tornar um modelo na corte mogol na Índia. Em outro lugar da Ásia, mudanças se deviam diretamente à expansão dos horizontes do conhecimento geográfico. Ainda no século XV, assistimos à transformação de uma grande parte da xenologia chinesa como resultado das expedições marítimas da dinastia Ming no oceano Índico durante o primeiro terço do século. Índia, sudeste asiático e mundo islâmico ganharam novas perspectivas, enquanto, durante o mesmo período, intercâmbios diplomáticos com o mundo timúrida permitiram que os Ming atualizassem sua visão da Ásia Central. Parte desse conhecimento foi incorporado no *Ming Shilu* "Os registros verdadeiros da dinastia Ming" (Wade, 2005).

Para entender o surgimento de uma nova história global que se afasta da tradição da história universal, no contexto do início da modernidade, precisamos, no entanto, começar pelo outro lado da Eurásia. O Reino de Portugal foi fundado entre o início do século XI e meados do século XIII, em um processo complexo que geralmente é resumido pela fórmula simplificada da *reconquista*. Até o início do século XV, a tradição historiográfica portuguesa continuou relativamente limitada. Foi apenas com a consolidação da nova dinastia de Avis que surgiram obras significativas. O primeiro cronista influente foi Fernão Lopes, autor da *Crônica de Dom João I*. Lopes se vangloriava, em sua obra, de seu "cuidado e diligencia [na leitura de] grandes volumes de livros e desvairadas linguagens e terras, e (...) publicas escripturas de muitos cartórios" (Lopes, ed. por Luciano Cordeiro, 1897: 17) Na verdade, ele parece sobretudo tributário dos relatos orais, ainda que tivesse uma posição de arquivista (ou guarda-mor). Revela, no entanto, uma preocupação singular com a questão do que chamou de "afeição", ou seja, com a objetividade no contexto, por exemplo, dos conflitos entre os portugueses e os castelhanos. De acordo com ele, um bom historiador não deve se deixar enganar pela afeição por sua pátria a ponto de denegrir outros atores e seus pontos de vista. Um dos sucessores de Lopes, Gomes Eanes de Zurara, foi ainda mais longe ao evocar a importância, para o historiador, de ouvir "outras vozes", ainda que de pessoas de "fora de nossa ley". É ainda particularmente curioso o fato de que tal reflexão apareça em uma discussão sobre o comércio de escravos africanos realizado pelos portugueses. Na prática, contudo, a abordagem de Zurara é um

tanto decepcionante. Em um ensaio sobre a fundação da cidade de Ceuta no norte da África, ele citou lendas relatadas por "Abilabez que foy grande doutor antre os mouros". Entretanto, essas lendas não se encontram em nenhum dos famosos textos do grande sufi norte-africano Sidi Abi al-'Abbas al-Sabti. Zurara, portanto, parece ter feito uso indevido de seu nome e autoridade para aumentar a credibilidade de sua própria obra.[3]

Zurara escreveu em uma época em que os portugueses ainda estavam limitados aos contextos do Mediterrâneo e do Atlântico. Um quarto de século depois de sua morte em 1474, eles começaram a explorar países localizados na costa do oceano Índico, do leste da África até a China. Em número reduzido, eles não foram capazes de realizar uma conquista grandiosa desse vasto mundo, mas mantiveram a ambição de uma conquista epistemológica, ou seja, de colocar o contexto das suas explorações em uma narrativa que girasse em torno de sua pátria. Os portugueses, e de forma mais geral todos os ibéricos, contudo, eram limitados por suas fraquezas em matéria de xenologia. Desde o século XIII, praticavam uma forma de amnésia deliberada, mesmo com relação ao conhecimento islâmico. Relembrando as palavras de Marcel Bataillon (1935): "a Espanha da Renascença era, ao mesmo tempo, o país com a melhor posição para se tornar um terreno fértil para estudantes de língua e literatura árabe e o país menos inclinado a desempenhar tal papel". No caso português, isso era particularmente verdade, constituindo o principal desafio do historiador português João de Barros, que viveu entre 1496 e 1570 e foi nomeado cronista oficial do Rei João III (Andrade, 1980). Em sua obra *Da Ásia*, Barros seguiu o modelo de Tito Lívio em relação à forma, encontrando problemas de outra natureza quanto ao conteúdo. Sua obra começava assim:

> Alevantado em a terra de Arabia aquelle grande antechristo Mafamede, quasi nos annos de quinhentos noventa & tres de nossa redempçam, assi lavrou a furia de seu ferro & fogo de sua infernal secta, per meyo de seus capitães et calyfas: que em espaço de cem annos, conquistaram em Asia toda Arabia, & parte da Syria & Persia, & em Africa todo Egypto dàquem, e dàlem do Nilo.

De acordo com Barros, a ascensão do islã foi, assim, o principal contexto dentro do qual se devia situar a expansão portuguesa. Porém, em um país que na época não possuía nenhuma das principais obras sobre o assunto, como poderia ser analisada a história da expansão muçulmana e da influência islâmica no oceano Índico? Sabe-se que Barros nunca havia sido um viajante, mas tinha a vantagem de ser o feitor da Casa da Índia, que era responsável pelas relações comerciais da Coroa Portuguesa com a Ásia. Esse cargo permitiu que ele começasse a construir uma coleção xenológica pela compra não apenas de textos e de manuscritos na Ásia, mas também de escravos que pudessem ajudá-lo a lê-los. Apesar de a coleção de

Barros nunca ter chegado a nossas mãos, sabemos que ele conseguiu obter textos em chinês, árabe, suaíle, persa e kannada. Ele descreveu um deles como "a vida em persa de Tamerlão", provavelmente o *Zafar Nāma* de Yazdi ou algum outro cronista timúrida (Barros, 1974, Década II, Livro IV, Capítulo 4: 412-413). Barros explicou que, para a história política do reino de Ormuz, ele utilizou "as Chronicas dos Reys delle, que nos foram interpretadas de Persico" (Idem, Década II, Livro II, Capítulo 2: 107-108). O texto que desempenhou papel crucial para Barros e que ele menciona desde a primeira página, contudo, foi um chamado simplesmente de *Tarigh*, ou "a Chronica Geral dos Persas". Com base nas indicações que ele nos deixou, podemos ao menos identificar tal texto: trata-se do *Rauzat al-Safā'* de Mir Khwand, produzido em Herat no final do século XV.

Na minha opinião, seria um exagero definir João de Barros como um dos "pioneiros do Orientalismo", como alguns tentaram fazer. No entanto, é surpreendente perceber como o nome dele raramente aparece na discussão sobre a historiografia europeia do século XV, que frequentemente cita Paolo Giovio, Francesco Guicciardini, Jean Bodin, Étienne Pasquier ou Henri La Popelinière. Barros – sem dúvida imperfeito em seu humanismo e marcado por um antissemitismo típico de seus círculos – é, na minha opinião, importante por pelo menos três motivos: sua abertura em relação a fontes históricas não-europeias, seu desejo de se afastar de uma história universal e simétrica em sua forma, favorecendo uma história global e cumulativa construída através de conexões, e o fato de que sua obra permitiu sínteses em larga escala, como as histórias de Damião de Góis e do bispo Jerônimo Osório. Barros realizou inquestionavelmente menos, de um ponto de vista filosófico e epistemológico, do que os autores italianos e franceses que mencionei. Contudo, La Popelinière, autor de *L'idée de l'histoire accomplie*, que sustentou a tese de que "a História digna de seu nome deve ser geral", acreditava muitas vezes que a história da França era suficientemente geral para seu gosto. Em uma famosa carta datada de janeiro de 1604, endereçada a Joseph Scaliger, ele mostrou certo interesse por terras exóticas que eram, entretanto, percebidas essencialmente através de relatos de viagem, como os de Marco Polo e de Ludovico di Varthema (Huppert, 1970: 194-197). A ideia de ler e digerir autores persas e muçulmanos, como Yazdi ou Mir Khwand, e de integrar essas obras à sua própria visão histórica foi certamente bastante estranha para ele.

A dificuldade é compreensível. Os métodos de Barros eram problemáticos, inclusive aos olhos de alguns de seus contemporâneos, pois ele tinha poucos meios de verificar os relatos muçulmanos que citava. Apesar de ter sido traduzido para o italiano, sua própria obra, *Da Ásia*, não poderia ter tido muito impacto fora do mundo ibérico do século XVI. No mundo dos cronistas castelhanos, contudo, foi provavelmente bastante lido e valorizado. Bartolomé de las Casas, por exemplo, cita-o inúmeras vezes, e os portugueses de meados do século XVI

igualmente leram, de maneira ávida, seus homólogos estrangeiros. Assim, de um ponto de vista historiográfico, os portugueses e espanhóis do século XVI formavam uma única "constelação", como colocou o historiador alemão da Filosofia Dieter Henrich (1991). Eles liam as obras uns dos outros, inspiravam-se no outro e, por vezes, esforçavam-se para sintetizar suas obras e, assim, ir além da famosa linha de Tordesilhas, que separava os dois impérios em expansão. Na primeira metade do século, os espanhóis estavam claramente na liderança, especialmente com a publicação de *Historia General de las Indias* de Fernández de Oviedo, seguida da publicação de López de Gómara, em 1552, e de ainda muitos outros. É possível perceber que mesmo um autor português mediano como Antônio Galvão estava familiarizado com algumas dessas obras quando escreveu seu *Tratado dos Descobrimentos* – que estuda tanto os Antigos quanto os Modernos – no início da década de 1560.[4] Galvão também se inspirou tanto nas crônicas de Barros quanto nas de Castanheda em Portugal. Ainda assim, apesar de alguns aspectos em comum, a lacuna potencial entre as duas iniciativas historiográficas é notável. Os espanhóis se apoiavam tanto nos relatos orais quanto em textos híbridos produzidos pelos "nativos", geralmente sob a supervisão de missionários. Em contrapartida, a maioria dos estudiosos portugueses da Ásia sabia que à sua frente estavam culturas de escrita autônoma, com uma produção literária maciça. O problema central que encontraram em suas tentativas de escrever a história da Ásia portuguesa foi basicamente uma questão de tradução e de filologia.

Porém, como se pode distinguir a verdade da mentira, conhecimento autêntico de conhecimento falso ou inventado? Afinal, até o final do século XVIII importantes estudiosos, como Samuel Johnson, suspeitavam que as crônicas indo-persas, como *Gulshan-i Ibrāhīmī* de Muhammad Qasim Firishta, nada mais eram do que invenções da última hora. A questão surgiu com imensa força com relação ao Japão, país considerado místico no ocidente, com o qual os portugueses acabaram finalmente estabelecendo contato direto na década de 1540. As notícias chegaram à Europa bem rápido através de comerciantes e de jesuítas portugueses, dos quais os mais conhecidos eram Jorge Álvares e Nicolò Lancillotto, que tinham como principal informante "nativo" um comerciante japonês chamado Yajirō. O conteúdo exato do que Yajirō relatou tem sido debatido desde então, conforme nos lembrou Bernard Frank em sua Aula Inaugural proferida em 1980 (Elisonas, 1996). Porém, já no começo do século XVI, o interesse dos intelectuais europeus pelo Japão começou a crescer, estimulado em grande parte pela versão das práticas religiosas budistas presentes nesses textos. Um dos estudiosos com a maior sede desse tipo de informação foi Guillaume Postel que, na época, tinha deixado não só o Collège du Roy, mas também a Companhia de Jesus, devido a diferenças de opinião (*diversidad de juizios*), como discretamente relatou Inácio de Loyola. Em sua obra *Des merveilles du monde*, publicada em 1553, Postel citou textos sobre o Japão, mas também

mostrou conhecer as mais recentes publicações sobre as Américas como, por exemplo, através da crônica de Oviedo. No entanto, ele empregou os textos somente onde quis, praticando uma forma de exegese com tendência a desacreditar o novo conhecimento do século. Ele utilizou o material que veio de longe sistematicamente contra os europeus e "a vida ruim e desregrada do ocidente", como vemos em uma das últimas passagens de seu opúsculo:

> Pois vê-se aí o maior poder de Deus possível; que, por deixar o nome de Seu filho cair em esquecimento lá [no Japão e na China] de tal forma que o desconhecem totalmente, Ele manteve o oriente em um estado de retidão que não há vida mais perfeita. Contrariamente, vemos no ocidente, onde a soberania da doutrina evangélica reina ao máximo possível hoje, que quase nada restou da pureza verdadeira das obras ou perfeições cristãs, salvo em cerimônias, de forma que a vida ocidental é um escândalo aos olhos de todo o mundo e principalmente entre os príncipes e juízes eclesiásticos, que deverão responder pela Santidade de seu ofício (Maître, 1953:107).

Porém, pouco tempo depois, as opiniões mudaram e a ideia de que o Japão e a China poderiam ser o paraíso na terra já não despertava o mesmo entusiasmo. Durante o século seguinte, conhecimento e opiniões sobre o Japão permaneceram relativamente instáveis no ocidente, a despeito da riqueza e complexidade dos contatos estabelecidos.

Apesar de ter desempenhado um papel essencialmente secundário nos textos de Postel (assim como nos de Scaliger), não há dúvida de que o fato objetivo central na virada do século XVI foi a integração gradual da América com a Eurásia e com a África. Sabe-se que tal acontecimento teve consequências graves para a população ameríndia, mas tratou-se, no entanto, de uma etapa essencial na transição para uma real "consciência de globalidade" (usando, uma vez mais, as palavras de Roger Chartier). Será que essa questão deveria ser tratada em relação a debates atuais sobre a globalização e suas origens, propostos por teóricos do Sistema-Mundo de um lado e economistas neoliberais do National Bureau of Economic Research do outro? Pessoalmente, mantenho-me cético quanto à utilidade do conceito de "globalização" e de qualquer poção mágica com forte conteúdo teleológico. Seja como for, em todo lugar a questão do *paesi nuovamente ritrovati* (expressão vinda dos italianos) ou do *yeni dünya* (expressão vinda dos turcos) colocava-se no século XVI, e por diversas razões. Os produtos do Novo Mundo – pimenta, batata doce e tabaco, primeiramente, mas também ouro e prata – foram introduzidos até na China e na Índia, onde levantaram debates sobre seus efeitos, tanto benéficos quanto prejudiciais. No extremo sul do país tâmil, um poeta do século XVIII, conhecido por seu pseudônimo Sini Cakkarai Pulavar, dedicou um livro inteiro, *Pukaiyilai vit̤u tu¯tu*, a uma exaltação do tabaco (Venkatachalapathy, 2004). Até mesmo o

peru foi aceito pela corte mogol durante o reinado do Imperador Nur-ud-Din Jahangir, embora tenha tido sucesso moderado na cozinha indiana, é importante ressaltar. Na África ocidental, as consequências foram também sentidas, ainda que de outra maneira, pois as novas sociedades coloniais emergentes foram construídas parcialmente com base no comércio de escravos africanos estabelecido inicialmente pelos portugueses na costa da Guiné e através das ilhas de Cabo Verde.

A realidade que evoluía rapidamente foi primeiramente documentada através de descrição etnográfica, seguida de uma compilação, como vemos no famoso texto *Delle navigationi e viaggi* de Giambattista Ramusio. Até meados do século XVI, a instabilidade da situação epistemológica coloca-se como um problema nos verdadeiros esforços de sintetizar informação. Porém, quando o *Tratado dos descobrimentos* de Galvão foi publicado em 1563, acreditava-se que os limites do mundo eram já conhecidos e que o globo (ou *a redondeza*) poderia legitimamente ser considerada um objeto histórico. Apesar disso, é sobretudo no período entre 1580 e 1620 que a produção historiográfica revela uma nova ideia de história global. Para chegar a tal etapa, foi necessário passar por um movimento significativo, porém ainda mal analisado, em que as historiografias "conversavam". Para exemplificar, consideremos o caso do Império Otomano. A partir do fim do século XIV e certamente a partir de 1453, os otomanos eram parte das principais preocupações dos seus vizinhos europeus, mas nenhum esforço real foi envidado para estudar sua história através de suas crônicas e tradições historiográficas. O primeiro grande avanço veio do humanista alemão Hans Löwenklau (ou Johannes Leunclavius) que, pouco antes de sua morte, publicou os *Annales Sultanorum Othmanidarum*, em 1588, e a *Historiae Musulmanae Turcorum, de monumentis ipsonum exscriptae*, em 1591 (ver Acs, 2011; Burtin, 1990, e Krstic, 2011). Löwenklau foi um diplomata no Império Otomano, onde fez contato com um certo Tarjuman Murad, que originalmente era um renegado húngaro chamado Balázs Somlyai. Com sua ajuda, ele escreveu algumas obras em turco otomano, incluindo o Codex Hanivaldanus, baseado em grande parte na crônica de Mehmed Nes¸ri, *Kita¯b-i Iha¯n numa¯*. Além disso, com seu próprio conhecimento de turco otomano, Löwenklau conseguiu verificar, pelo menos parcialmente, a tradução de seu texto. O famoso texto de Richard Knolles, *The Generall Historie of the Turkes*, publicado em 1603, deve muito a Löwenklau, já que Knolles não teve nenhum acesso direto a fontes otomanas (Parry, 2003). O que é de particular interesse é o efeito simétrico, pois ao mesmo tempo – ou alguns anos antes – intelectuais da corte otomana se interessaram por textos em espanhol e italiano sobre a conquista da América e escreveram uma obra intitulada *Ta¯r¯ıh-i Hind-i Gharb¯ı* (A História da Índia Ocidental), apoiando-se fortemente nas obras de Oviedo, Gómara e Peter Martyr. Para completar o quadro, é importante notar que um intelectual judeu da época, Yosef ha-Kohen,

também fez uma tradução para o hebraico da crônica de Gómara, comparando o destino dos judeus na Espanha com o dos índios nas Américas (Ha-Kohen, ed. Moshe Lazar, 2002).[5]

Em outras palavras, a circulação de textos e materiais durante os séculos XVI e XVII criou uma conjuntura que abriu uma gama de possibilidades para a produção histórica. Em seu livro recente, *Clio and the Crown* (2009) o historiador americano Richard Kagan fornece uma visão geral da Espanha medieval e do começo da modernidade, partindo de cronógrafos simples e chegando até a crônica imperial globalizante de Antonio de Herrera y Tordesillas. Em relação à Inglaterra elisabetana, pode-se opor a história marcadamente nacional de Raphael Holinshed à visão global de Richard Hakluyt ou mesmo à *História do Mundo*, de Sir Walter Raleigh, um texto que ficou incompleto depois da execução do autor em 1618 (Kewes, Archer & Heal, org., 2013; Popper, 2012). Como exemplo final, gostaria de remontar a um contexto que me é muito familiar, o do Império Mogol do final do século XVI e início do século XVII, que apresenta inúmeras possibilidades historiográficas. Em primeiro lugar, tem-se o *Akbar Na¯ma*, um grande texto escrito por Shaikh Abu'l Fazl, que começa com a criação do mundo e dirige-se, em seguida, à história dinástica clássica dos sultões timúridas na Índia. Em segundo lugar, tem-se a crônica de Muhammad Qasim Firishta, que foi produzida fora do Império Mogol, mas que se inspirou nos textos mogóis e anteriores para contar uma história regional do subcontinente indiano sob a dominação muçulmana. Em terceiro lugar, há uma obra marcadamente pessoal e clandestina de Maulana 'Abdul Qadir Badayuni, em que uma visão cética das alegações políticas e místicas dos soberanos mogóis fica evidente. Por fim, tem-se o *Ta¯r¯ıkh-i Alf¯ı*, uma crônica islâmica milenar escrita por diversos autores. A essas quatro obras pode-se facilmente agregar uma dezena de outras, às vezes escritas do ponto de vista dos afegãos derrotados pelos mogóis, às vezes expressando a decepção da elite da Ásia Central em razão do comportamento instável de seus mestres mogóis. Porém, há ainda duas outras obras que comprovam uma ambição mais ampla. Uma, intitulada *Rauzat ut-Ta¯hir¯ın* (O Jardim dos puros), certamente uma referência ao *Rauzat us-Safa¯'* de Mir Khwand. Seu autor, Tahir Muhammad Sabzwari, foi um administrador e diplomata que encabeçou uma missão junto aos portugueses em Goa (Alam & Subrahmanyam, 2005). Isso explica seu grande interesse não apenas pela história de Burma e da Indonésia, mas também pelos problemas políticos da Ibéria alavancados pela morte do rei Dom Sebastião em 1578. A outra obra é ainda mais interessante, já que seu autor foi Maulana 'Abdus Sattar ibn Qasim Lahauri, um colaborador próximo dos jesuítas na corte dos imperadores mogóis Akbar e Jahangir. Como alguns de seus homólogos no Japão, as relações muito próximas com os jesuítas terminaram fomentando nele uma hostilidade em relação à Companhia. Ele, no entanto, foi capaz de escrever sua obra *Samarat al-Fala¯sifa* or *Ahwa¯l-i Firangista¯n* apoiando-se parcialmente nos

textos que recebeu desses mesmos jesuítas em latim, língua que ele dominava muito bem (Lefèvre, 2012). Essa tradição continuaria na corte mogol, pois o embaixador enviado por Guilherme III, Sir William Norris, seria ainda pego em contradição por altos cortesãos mogóis quanto aos seus relatos contraditórios sobre a Revolução Gloriosa.

Talvez seja a hora de chegar a algumas conclusões. Como vocês sabem, a história global está no centro de diversas polêmicas, neste país e no exterior. Às vezes, pensa-se ser ela nada além de um desejo do imperialismo acadêmico americano de destruir a boa e velha tradição da história nacional e substituí-la por uma perspectiva imperial e imperialista. Autores anglófonos geralmente imaginam que a questão teria sido inventada na primeira metade do século XX por autores como Arnold Toynbee e Oswald Spengler e depois generalizada pelas gerações seguintes. Outros, historiadores das ideias, pretenderam, de maneira mais ambiciosa, localizar suas origens no final do século XVIII, considerando casos como o de August Ludwig Schlözer, conhecido por suas contribuições para o *Weltgeschichte* (Reill, 1975). Esse tipo de história foi considerado um produto do pensamento do *Aufklärer* alemão e escandinavo e de sua excepcional abertura ao mundo. Portanto, não é coincidência que o rápido crescimento nas últimas três décadas dos movimentos pós-coloniais – que são geralmente muito hostis em relação ao Iluminismo e à sua herança intelectual e confundem as ideias de Schlözer e Hegel – tenha criado tensão acerca do *status* da história global.

O que eu quis mostrar aqui é parte de uma longa e demorada evolução da história global como uma tendência minoritária, ou *Oppositionswissenschaft*, ou de maneira mais modesta, como um tipo de Bièvre subterrâneo comparado ao Sena, mais visível, da história nacional e imperial. Pesquisa e ensino sobre a história global do início da modernidade, na verdade, não são novidade, nem na França como um todo, nem no Collège de France, ainda que o assunto não tenha sido formalmente identificado como tal. Como desejei explicar, a área tem uma genealogia variada e bastante complexa. Porém, na minha opinião, é importante, desde o princípio, desconsiderar a ideia de que se trata majoritariamente de uma área em que a síntese sempre prevalece em vez de uma pesquisa que utiliza arquivos ou obras originais. Isso significa que é impossível escrever uma história global a partir do nada ou – como alguns chegaram a propor – adotando uma perspectiva "extraterrestre". Como qualquer historiador, continuo atraído por lugares e espaços definidos, e meu conhecimento é o produto direto da formação em leitura de obras, arquivos e imagens. No entanto, esses materiais não se limitam a um espaço nacional e sempre me pareceu artificial identificar-me simplesmente como um historiador da Índia, de Portugal ou dos Impérios Britânico ou Holandês, como já me senti obrigado a fazer. No mundo de hoje, há uma curiosidade e interesse crescente por esse tipo de história, apesar de eu estar totalmente convencido de que não é o seu destino substituir a

história feita em escala regional, nacional ou continental, e sim completá-la. Estou igualmente convencido de que novas sinergias podem ser encontradas na combinação dessas variedades históricas sob o mesmo teto.

Obrigado por sua paciência e atenção.

Sou particularmente grato aos meus amigos Maurice Kriegel e Claude Markovits por sua ajuda na preparação desta Palestra Inaugural.

Notas

1 Para uma visão geral desses textos, ver Kumar (2007).

2 Ver Muhammad ibn Khawandshah ibn Mahmud, ed. Jamshid Kiyanfar, 10 vols. (1380/2001). Para tradução, ver a de E. Rehatsék (1891-94/ 1982).

3 Ver Zurara, ed. pelo Visconde da Carreira e pelo Visconde de Santarém (1841). Para uma análise desse autor, ver Luís Filipe Barreto (1989: 311-369).

4 Para a obra, ver Galvão, ed. Visconde de Lagoa (1944); para uma análise comentada, ver Subrahmanyam, in Godoy & Salazar-Soler eds. (2005).

5 Ver também *Chimalpahin's Conquest: A Nahua Historian's Rewriting of Francisco López de Gómara's "La Conquista de México"*, ed. 2010.

Referências bibliográficas

ÁCS, Pál. Pro Turcis and contra Turcos: curiosity, scholarship and spiritualism in Turkish histories by Johannes Löwenklau (1541-1594), *Acta Comeniana*, n. 25, 2011, pp. 25-45.

ALAM, Muzaffar & SUBRAHMANYAM, Sanjay. Southeast Asia as seen from Mughal India: Tahir Muhammad's 'Immaculate garden' (c. 1600), *Archipel*, n. 70, 2005, pp. 209-237, DOI: 10.3406/arch.2005.3979.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *João de Barros: historiador do pensamento humanista português de quinhentos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

AUBIN, Jean. *Émirs mongols et vizirs persans dans les remous de l'acculturation*. Paris: Association pour l'Avancement des Études Iraniennes, 1995.

BARRETO, Luís Filipe. Gomes Eanes de Zurara e o problema da Crónica da Guiné, *Studia*, n. 47, 1989, pp. 311-369.

BARROS, João de. *Da Ásia*. Reimpressão, Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1974.

BATAILLON, Marcel. L'arabe à Salamanque au temps de la Renaissance, *Hespéris*, n. 21, 1935, pp. 1-17.

BURTIN, Marie-Pierre. Un apôtre de la tolérance. L'humaniste allemand Johannes Löwenklau, dit Leunclavius (1541-1593?), *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, v. 52, n. 3, 1990, pp. 561-570.

CHARTIER, Roger. La conscience de la globalité (commentaire), *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 56, n. 1, 2001, pp. 119-123, DOI: 10.3406/ahess.2001.279936.

Chimalpahin's Conquest: A Nahua Historian's Rewriting of Francisco López de Gómara's "La Conquista de México". Ed. e translated by Susan Schroeder, Anne J. Cruz, Cristián Roa-de-la-Carrera e David E. Tavárez. Stanford: Stanford University Press, 2010.

ELISONAS, Jurgis. An itinerary to the terrestrial paradise. Early European reports on Japan and a contemporary exegesis, *Itinerario*, v. 20, n. 3, 1996, pp. 25-68, DOI: 10.1017/S016511530000396X.

GALVÃO, António. *Tratado dos descobrimentos*. Ed. pelo Visconde de Lagoa. Porto: Livraria Civilização, 1944.

GARCIN DE TASSY, Joseph Héliodore Sagesse Vertu. *Histoire de la littérature hindouie et hindoustanie* . 2ª ed., 3 vols., Paris : A. Labitte, 1870-1871.

HA-KOHEN, Yosef. *Sefer ha-Indi'ah ha-hadashah*, ed. by Moshe Lazar. Lancaster (Calif.): Labirintos, 2002.

HARTOG, François. *Évidence de l'histoire: ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'EHESS, coll. "Cas de figure", 2005.

HENRICH, Dieter. *Konstellationen: Probleme und Debatten am Ursprung der idealistischen Philosophie (1789-1795)*. Estugarda: Klett-Cotta, 1991.

HUPPERT, George. *The idea of perfect history: historical erudition and historical philosophy in Renaissance France*. Urbana: University of Illinois Press, 1970.

KAGAN, Richard L. *Clio and the crown: the politics of history in medieval and early modern Spain*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

KEWES, Paulina, ARCHER, Ian W. & HEAL, Felicity (org.). *The Oxford handbook of Holinshed's chronicles*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KRSTIĆ, Tijana. *Contested conversions to Islam. Narratives of religious change in the early Modern Ottoman Empire*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

KUMAR, Sunil. *The emergence of the Delhi Sultanate, 1192-1286*. New Delhi: Permanent Black, 2007.

LEFÈVRE, Corinne. The Majālis-i Jahāngīrī (1608-1611): dialogue and Asiatic otherness at the Mughal court, *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 55, n. 2-3, 2012, pp. 255-286, DOI: 10.1163/15685209-12341236.

LOPES, Fernão. *Chrónica de El-Rei D. João I*. Ed. por Luciano Cordeiro. Lisboa: Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1897.

MAÎTRE, Henri-Bernard. L'orientaliste Guillaume Postel et la découverte spirituelle du Japon en 1552, *Monumenta Nipponica*, v. 9, ns. 1-2, 1953, pp. 83-108, DOI: 10.2307/2382891.

MEISAMI, Julie Scott. *Persian historiography to the end of the Twelfth Century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

MIQUEL, André. *La géographie humaine du monde musulman jusqu'au milieu du XIe siècle*, 4 vols. La Haie: Mouton et Cie, 1967; reimpressão Paris: Éditions de l'EHESS, 2001-2002.

MORGAN, David. Persian perceptions of Mongols and Europeans. In: SCHWARTZ, Stuart B. (ed.). *Implicit understandings: observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the early Modern Era*. New York: Cambridge University Press, 1994.

MUHAMMAD IBN KHAWANDSHAH IBN MAHMUD. *Tārīkh-i rauzat al-safā fi sīrat al-anbiyā' wa'l-mulūk wa'l--khulafā'*, ed. Jamshid Kiyanfar, 10 vols., Tehran: Asatir, 1380/2001.

———. *The Rauzat-us-safa, or Garden of purity/by Muhammad bin Khāvendshāh bin Mahmūd, commonly called Mirkhond*. Trad. do orginal persa por E. Rehatsék, editado por F.F. Arbuthnot (originalmente publicado por London, Royal Asiatic Society, 1891-94), Delhi, Idarah-i Adabiyat-i Delli, 1982.

NAIM, C. M. Syed Ahmad and his two books called Asar-al-Sanadid, *Modern Asian Studies*, v. 45, n. 3, 2011, pp. 669-708, DOI: 10.1017/S0026749X10000156.

PARRY, Vernon J. *Richard Knolles' history of the Turks. Edited by Salih Özbaran*. Istanbul: Economic and Social History Foundation of Turkey, 2003.

POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence. China, Europe and the making of the modern world economy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000.

POPPER, Nicholas. *Walter Ralegh's "History of the World" and the historical culture of the late Renaissance*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

RASHID AL-DIN. *Histoire des Mongols de la Perse par Raschid-Eldin*, trad. Etienne Quatremère. Amsterdam, 1968.

REILL, Peter Hanns. *The German Enlightenment and the rise of historicism*. Berkeley: University of California Press, 1975, pp. 85-88.

RICHARD, Francis. *Splendeurs persanes: manuscrits du XIIe au XVIIe siècle*. Paris : Bibliothèque Nationale de France, 1997.

ROBINSON, Chase F. *Islamic historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ROSENTHAL, Jean-Laurent & WONG, Roy Bin. *Before and beyond divergence: the politics of economic change in China and Europe*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2011.

STUURMAN, Siep. Common humanity and cultural difference on the sedentary-nomadic frontier: Herodotus, Sima Qian and Ibn Khaldun. In: MOYN, Samuel & SARTORI, Andrew (eds). *Global intellectual history*. New York: Columbia University Press, 2013, pp. 33-58.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Writing history 'backwards': Southeast Asian history (and the *Annales*) at the crossroads, *Studies in History*, vol. 10, nº 1, 1994, pp. 131-145, DOI: 10.1177/025764309401000106.

_____. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia, *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, 1997, pp. 735-762, DOI: 10.1017/S0026749X00017133.

_____. Notes on circulation and asymmetry in two Mediterraneans, c. 1400-1800. In:

GUILLOT, Claude, LOMBARD, Denys & PTAK, Roderich (eds). *From the Mediterranean to the China Sea*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1998, pp. 21-43.

———. On world historians in the sixteenth century, *Representations*, v. 91, n. 1, 2005, pp. 26-57, doi: 10.1525/rep.2005.91.1.26.

———. As quatro partes vistas das Molucas: breve releitura de António Galvão. In: GODOY, Scarlett O'Phelan & SALAZAR-SOLER, Carmen (eds.). *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Lima: Instituto Riva-Agüero, 2005, pp. 713-730.

———. Intertwined histories: *Crónica* and *Tārīkh* in the sixteenth-century Indian Ocean world, *History and Theory*, v. 49, n. 4, 2010, pp. 118-145, doi: 10.1111/j.1468-2303.2010.00563.x

VENKATACHALAPATHY, A. R. Triumph of tobacco: the Tamil experience. In: CHEVILLARD, Jean-Luc & Wilden, Eva (org.). *South-Indian horizons: felicitation volume for François Gros*. Pondichéry: Institut Français de Pondichéry & École Francaise d'Extrême-Orient, 2004, pp. 635-641.

WACHTEL, Nathan. La vision des vaincus: la conquête espagnole dans le folklore indigène, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 22, n. 3, 1967, pp. 554-585, DOI: 10.3406/ahess.1967.421550.

WADE, Geoff. Southeast Asia in the "Ming shi-lu". Acesso livre, http://www.epress.nus.edu.sg/msl.

WOODS, John E. The rise of Tīmūrid historiography, *Journal of Near Eastern Studies*, v. 46, n. 2, 1987, pp. 81-108.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chrónica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de elrei D. Affonso V*. Ed. pelo Visconde da Carreira e pelo Visconde de Santarém, Paris, J. P. Aillaud, 1841.

Doing Global History: reflections, doubts and commitments

Fazendo História Global: reflexões, dúvidas e compromissos

Haciendo Historia Global: reflexiones, dudas y compromisos

José Antonio Sánchez Román

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100013

José Antonio Sánchez Román é PhD em História pelo Instituto Universitário Ortega y Gasset (Espanha) e professor de História na Universidade Complutense de Madri (sanchezroman@ccinf.ucm.es).

Abstract

The main purpose of the present article is to present some reflections and doubts that have emerged during and after the Global History Conference held in Rio de Janeiro in 2016. For that purpose, the importance of the spatiality and temporality for the studies of the so-called "global turn" will be discussed and analyzed. Another point that will be discussed along this article is the impact of the globalization on the field of History and on its subfields. Finally, there will be a discussion on how Global History has been produced in Latin America and its similarities and differences with the Global History produced in Europe

Key words: Global History, theory, Historiography, globalization, global turn, Latin America.

Resumo

O principal objetivo do presente artigo é apresentar algumas reflexões e dúvidas que surgiram durante e após a Conferência Global de História realizada no Rio de Janeiro em 2016. Nesse sentido, a importância da espacialidade e da temporalidade para os estudos da chamada "virada global" será discutida e analisada. Outro ponto que será discutido ao longo do artigo é o impacto da globalização no campo da História e em seus subcampos. Finalmente, haverá uma discussão sobre o modo como a História Global tem sido escrita na América Latina e suas similaridades e diferenças com a História Global escrita na Europa.

Palavras-chave: História Global, teoria, Historiografia, globalização, virada global, América Latina.

Resumen

El propósito principal del presente artículo es presentar algunas reflexiones y dudas que han surgido durante y después de la Conferencia Global de Historia que se organizó en Río de Janeiro en 2016. Para este propósito, la importancia de la espacialidad y de la temporalidad para los estudios del llamado "giro global" será discutida y analizada. Otro punto que se discutirá a lo largo del artículo es el impacto de la globalización en el campo de la Historia y en sus subcampos. Por último, habrá un debate sobre la forma en que se escribe la Historia Global en América Latina y sus similitudes y diferencias con la Historia Global que se escribe en Europa.

Palabras clave: Historia Global, teoría, Historiografía, globalización, giro global, América Latina.

This essay analyses the discussions presented at the Global History Conference held in Rio de Janeiro in October 2016.[1] This was a rich and complex conference in which scholars from three continents and with different methodological approaches were invited to reflect on what global history was about and what the place of Latin America in the global history field was. The discussions were lively – even passionate – and the conference offered a fascinating window into the different ways in which we, historians of Latin America, embrace, adapt, or resist the global turn. As expected, there were multiple and sometimes even contradictory proposals. During the conference we listened to presentations about different methodological tools: connections, comparisons, convergences, and so on. We also read papers from different subfields and approaches: diplomatic history, history of I. R., economic history, transnational history, intellectual history… As Alexandre Moreli asserted during the conference, many times these are "traditions that do not dialogue with each other". That the use of the expression global turn was almost as frequent as global history itself is perhaps evidence of the absence of a theoretical and methodological construct that we can agree on as the basis for global history. In this sense, global history is more of a syndrome than a theory.

I am not going to propose here a precise definition of global history. What I will try to do is provide more of a reflection on our civic commitments as (global) historians. I have chosen this option for this essay at least for two reasons. First, I am not a theoretical kind of researcher. When someone asks me if I do global history, I always hesitate and usually avoid a clear answer. Second, whereas the conference engaged in an intense debate about the definitions of the global, it paid less attention to the issue of the present political implications of our embracement of the global framework. This is something that deserves at least as much thought as our methodological skirmishes.

Let me begin these reflections with my personal encounter with global history, which explains why this approach was appealing to me in the first place. It was at Ohio State University between 2003 and 2005. After attending several seminars, conferences and debates I realized that I found the conversations about Asia and Africa more interesting than those about Latin America. I had some feelings of remorse, thinking that my attention was diverted to things I should not focus on, and that I was falling into the temptations of dilettantism. But on the other hand, I realized that there were good reasons for the awakening of my new interests.

In many places in the United States academia the study of Latin America had been fully taken by the so-called cultural studies. These posed two problems for me. First, on many occasions this was an approach that essentialized Latin American realities and marginalized historical analysis. Second, cultural studies created a significant gap between the interests of those Latin American historians working from Latin American institutions and the interests of Latin Americanists in the US universities. Yet, in my two years in Ohio, I did not hear any critical reflection about the possible problems that this gap could cause.

In addition to this reality, in Ohio I came across three books which responded to many of my anxieties and intellectual wanderings at this moment. In 2003, Chris Bayly's, *The Birth of Modern World* came out. The book was an immediate sensation, although at an early moment it did not catch Latin Americanists' attention. For a historian of Latin America the book had some limits. Guy Thompson (2007: 72-73) rightly noticed how Bayly neglected the fights for democratization and the political agency of Latin American's native population in the 19th century. In fact, it was obvious that Bayly's interpretations of Latin America (and the Iberian Peninsula as well) were based on very few references, all of them in English and some of them very old. And yet, Bayly's book seemed to me an extraordinary contribution for its ability to decenter the narrative about modernity and to create a (mostly Eurasian) tapestry in which fascinating details and structural frameworks were woven, in a truly Braudelian spirit.

The second book was Kenneth Pomeranz's *The Great Divergence* (2000). As is well known, Pomeranz sought to explain the economic divergence between Europe and China since the 18th century by emphasizing the environmental effects of the colonial bounty for Western nations. Pomeranz's proposal opened promising insights by introducing environmental constraints into the picture of the arrival of economic modernity and by posing again the question of global inequalities. Since I was working on the economic history of Latin America and since I was interested in what seemed at that moment old-fashioned questions about space inequality, *The Great Divergence* caught my attention.

The third book was Roy Bin Wong's *China Transformed and the Limits of European Experience* (1997). Wong returned to the *École des Annales'* ideas about comparison as a key tool of historical analysis, in particular Marc Bloch's proposal. But Wong offered a way to transcend the Eurocentric basis of the comparative method, that is, the real risk that the comparison we aim to carry out begins with a question that usually implies a normative model. For instance, the question of why some specific modernizing process took place in one region and not in others implies that the absence of a feature is being interpreted as a historical anomaly. Wong encouraged us to change perspectives and to assume that the normative

case is not the usual one in order to pose alternative and fresh questions (in fact, March Bloch himself suggested the idea of reciprocal comparisons). I found the results enlightening. The question remains, nevertheless, if comparison is an instrument for global history since as Jan de Vries (2013: 38) has asserted is not easy to avoid privileging one spatial area in the formulation of the comparative term.

Some authors have emphasized that the global turn continues or derives from some of the preoccupations of postmodern or postcolonial studies. Thus, Maxine Berg has asserted that the global "emerged from postmodernism and postcolonial directions where crossing boundaries and going beyond borders joined aspirations to write a new imperial history and to undertake comparative studies of the West and the East" (Berg, 2013: 3).

David Landes, in a confusing part of a confusing book, asserted that the attempt to discover pre-conditions for economic modernity in different parts of the world was part of a postmodern relativist project of finding good things in every society. For Landes this is part of 'anti-intellectual' 'Europhobia' (Landes, 1999: 514). But in truth, Landes confused without further consideration the authors who discussed the existence of special virtues of some ideal entity called Europe with those who defend the existence of primordial cultural traits and thus falls into the same anti-intellectual traps he claims to denounce.

More interesting is Patrick O'Brien's critique of Pomeranz's thesis. Pomeranz argued that the industrial revolution in England was a sort of sudden and unbalanced movement, more a rupture than a continuity and also insisted that small changes might be qualitatively relevant. He used the well-known metaphor of the butterfly effect to explain this (Pomeranz, 2000: 279-280). Furthermore, as has been already mentioned, Pomeranz insisted on the importance of the colonial bounty for avoiding a Malthusian trap that would have been a strong deterrent of the productive gains obtained through industrialization. O'Brian asserted that Pomeranz overemphasized the importance of colonial goods and raw materials coming from the Americas for the changes in productivity in Europe and that some sort of endogenous explanation of the industrial revolution is still necessary. Most important, for O'Brien, Pomeranz's idea of the importance of small changes in provoking major transformations is a 'postmodern' cliché that "simply destroys any claims that economic history might have to precision" (O'Brien, 2006: 78).

O'Brien and Landes are not alone in tracking the intellectual foundations of the new global history in the already old postmodern tendencies. De Vries, mentioned above, sees in the emphasis on connections, entanglements, circulation, and the attempts at decentering our historical narrative a continuation of the postmodern attacks on metanarratives (De Vries, 2013: 41).

The legacies of the so-called postmodern approaches, such as the linguistic turn or postcolonial studies, and their influence on the new global turn are still something that needs to be explored. Nevertheless, for me and for other researchers what made the global turn attractive was precisely the opposite: a challenge to the postmodern critique of the possibilities of history writing and a restatement of some central questions and some ways of doing history. In other words, I am not concerned here with the validity of the new interpretations in these particular case studies but with the mood in which we receive them.

Bayly's emphasized connections and decentered narratives, by paying attention to local and individual experiences other than the usual Eurocentric ones. But he did not dismiss the possibility of explanation. The 'why' played a role in his book and the possibility of a grand narrative was not totally discarded.[2] Bin Wong and Pomeranz explored the possibilities of comparison against the challenge of some postmodern positions, which by focusing on meaning as the main goal of historical analysis reject the search for commonalities. Furthermore, the return to the Annales also implies the recovery of the tradition of the *longue durée*. I will return to this point later. Last but not least, these new proposals were interested in spatial inequality, which I have been always concerned about.

But there were obvious problems as well. The most important for us, historians of Latin America, seemed to be the marginal role of the region for many of historians who follow the global turn. Why? I believe there are several reasons and some of them are paradoxical. First, the demise of dependency theory. To some extent, some of the production of the new global history was dealing with the preoccupations of dependency theory or with the question of development. But a generation of Latin American economic historians, thanks to solid empirical research, had already challenged the premises of dependency theory. The defeat of dependency theory changed the research agenda. Many historians abandoned the study of the economy. Others followed the cliometric fashion, which created a huge gap in the profession. More recently, the global history turn has touched Latin American economic history, but through the discussion of the so-called first globalization, influenced by the work of Kevin O'Rourke and Jeffrey Williamson (1999).[3]

Second, the success of the Latin American states in terms of their duration and stability of their borders and the defeat of alternative territorial constructions since the mid-19th century might also constitute a challenge to the diffusion of global history. A history that emphasizes connections across borders and the superfluity of the national framework for understanding some of the most significant historical questions found in Latin America: both stable borders and solid national historiographical traditions.

Last but not least, sometimes global history has served as a sort of replacement of Eurocentric history with Eurasian history. To a large extent this new agenda is concerned with the question of the 'rise' of Asia. As usual, our present circumstances loom large in the way we think about the past. (The concern with environmental history is another good example of this). As Aldo Marchesi remarked in his participation at the Rio Conference, the global turn began elsewhere and therefore Latin Americans' interests and preoccupations were not on the agenda. Marchesi then posed a pertinent question: should we, historians of Latin America, engage with the global turn and if so, in which ways?

Although we do not agree on what global history is – and we do not have to –, during the Rio Conference there was some common ground for discussion. Let me begin with the more obvious. We talked a lot about space (and much less about time, which I believe is revealing of the problems we are interested in). First, the discussion about Latin America in a global context is obviously a spatial discussion. Second, most historians accept the idea that global history is essentially about going beyond the national-space of the historiographical framework of the nation-state. Some of the participants in the Conference manifested their doubts about the possibility of neglecting the nation-state altogether. (In any case, this is a very modern concern. Historians working on earlier periods are not assailed by doubts about the pertinence of throwing out the national framework). Third, global historians dedicate long hours to the discussion about the spatial concepts and units we have to work with: the region, the local and the global, networks, connections, oceanic spaces, Latin America, the South, center, periphery, and so on. Last, in the field – and also at the Conference – constant references are made to the idea of 'de-centering' the perspective – which is a spatial idea – or to whether or not the concept of 'periphery' is valid because it offers an image of Latin America (or the South) as a victim of history, without agency.

And yet, I believe the discussion of space in this fashion is fraught with problems. Since we are not sure what global history is about, perhaps we can try to envision some role for the historian in public debates. What is our work (whether global or not) useful for? We know that professional history in the 19th century was associated with the nation-building process. Perhaps, we should insist more on going beyond nationalist histories rather than national histories *per se*. I will delve into this a little later on. Moreover, if we care about spatial inequalities - and I think we must care - to what extent can we discard with the idea of center and periphery, or better, the idea of centers and peripheries? How to account for spatial asymmetry without these concepts or some ideas about hierarchical territorialization? Perhaps one of our goals should be to analyze how these hierarchies are formed and changed in history. We should think of power as a property of space. And here, obviously, history of empires is still

significant. Fortunately, the history of empires is quite alive and the discussion about empire was a significant one during the Rio Conference.[4] To discuss empires, to compare empires, and to connect empires does not imply celebrating the achievements of empire builders, but rather recognizing the importance of a system of political organization of a space. On the other hand, ideas about connections, convergences, and networks are truly suggestive. But on many occasions they celebrated a flat world, a world in which inequalities are strikingly absent. Moreover, many networks are not worthy of celebration. Slavery is a good example of this.

At the Rio Conference, Ángela Vergara was afraid that global history could mean an imposition from top to down. She insisted on recovering the experience of the local, in particular for the field of labor history.[5] But she introduced a concept, which I also want to use, the idea of 'translocal'. Because in the end, what is the meaning of local? Are we sure that in order to understand the way of experiencing life from the bottom up we have to limit ourselves to the surrounding physical space of the people? How is the culture of Buenos Aires or Rio de Janeiro workers shaped in spatial terms? Global or transnational historians have paid significant attention to cities and ports because they are truly hubs of ideas and people. Cities seem to be ideal scenarios for studying connections and networks. Shelldon Pollock has also used the term 'translocal' to refer to the idea of the impossibility of conceived culture as essential, permanent and authentic. There is no such thing as an authentic culture, as those labeled by Pollock as 'indigenist' seem to believe.[6] And this is something that we historians (whether global or not) must try to transmit. Paulo Drinot's remarks during the Rio Conference that global history should serve to denaturalize the concept of Western or Europe goes in that direction. We should move definitively beyond the orientalist paradigm and we should avoid to 'orientalize' our space of studies, no matter if we talk about Asia, Latin America or Europe. By doing that, we will contribute to erode nationalist historiographies.

During the Rio Conference Ángela Vergara said, in a very interesting statement, that, "we gain in the engagement with the global by keeping it local." I would say, by keeping it translocal. We do not have to accept the indigenist proposition as a response to the global threat. Indigenists defend that the authentic way of existing in life is locally rooted. But this is not and has never been a universal historical law. There are many ways of belonging to the world and there have been many ways of belonging to the world in the past.

But at the same time, by emphasizing the translocal we are responding to the globalist utopia that assumed as unavoidable an impossible process of universal convergence toward some allegedly superior model. Here intellectual history plays a major role. I would say that intellectual history is by definition global. Martín Bergel's contribution to the Rio Conference was quite important in this sense. Bergel shows how the ideas of the Peruvian Haya de la

Torre, the founder of APRA, were shaped in a dialogue ("The Chinese mirror") with the Chinese nationalism of the Guomindang (Bergel, 2016 and 2015: 258 and ff). Therefore, even a phenomenon usually defined as the ultimate Latin American political trait, populism, was truly a translocal process.

As in the case of populism, the question of universalism(s) can only be addressed from the perspective of global intellectual history. And this would allow us to escape from the dichotomy between universal and relative values that many times seems to encapsulate and limit public debate. We, as historians, must remind our students and our small (or, if we are lucky, big) audience, that historically speaking competing universalisms but also entanglements between universalisms have always been the norm.

What about time? Is global history the history of a particular period? What are the main features of that period? Notwithstanding our professional bias as historians, in previous years we have devoted more attention to the question of space than to the issue of time in debates about global history. In fact, my own view about humanity entering a new global period is to some extent skeptical, which does not mean I am against periodization of any type. As mentioned above, my first readings in the field of global history caught my attention because of their interests in the *longue durée* (which does not necessarily mean only continuity). Again I believe this is about our role as historians. This is something that David Armitage and Jo Guldi have recently stated in their *Manifesto* (2014). We live in a period marked by short-time concerns. Historians have a sort of comparative advantage in the understanding of the long-term. We should take advantage of this. Obviously, long-term perspectives affect the spatial units or spatial relationships we are exploring and in this sense this is connected with the global turn again. Writing global history could mean also expanding the time period of our research. As Armitage and Guldi emphasize, calling for a focus on long-term processes is clearly a political statement.

Let us move to the issue of periodization. During the Rio Conference, Diego Olstein stated that global history is the history of the creation of a single global space since 1492, while Alexandre Moreli referred to the advent of a new era, an era of globalization or of global history since the 1970s or the 1980s. This was an era characterized by increased interdependence among human societies and the vanishing of distances: the world is flat, as Thomas Friedman put it (2005). Some authors have remarked on the existence of periods of globalization and creation (and destruction) of world systems even before 1492 (Abu-Lughod, 1991). As we have seen, many economic historians talk of a 'first period of globalization' in the last decades of the 19th century and up to WWI. These different propositions did not fit easily into each other and demonstrate that that we are far from consensus on when the global period of the human history began.

Furthermore, I have some doubts (only a few) about the label of globalization or about the existence or a new global period. Ryan Crew's discussion during the Rio Conference of a Hispanic-Asian Pacific Space in the colonial period is a good example of how 'global' or 'cosmopolitan' spaces can collapse. As he says in his paper: "global interactions and processes of change that instead move like advancing tides: waves of global history advance, recede, and move sideways in riptides" (Crewe, 2016). This is a good corrective to some teleological assumptions behind the narrative of globalization. Let us think reconsider economic historians' idea of first period of globalization and a second period of de-globalization in the Atlantic space. Periods of intense spatial connections and sudden (or gradual) disconnections often occurred in the history of human societies.[7] Also, is it not possible to think of spaces of connection and disconnection even in our supposedly global times? We have to be open to the possibility of new repetitions and not assume an unavoidable outcome. Again, thinking about our civic responsibilities as (global?) historians we must transmit the idea of agency and alternatives.

But also I am concerned about the characteristics of the most recent period, which does not necessarily imply challenging the idea of a turning point in the 1970s and the 1980s. Returning to Ryan's paper, Manila was a surprising cosmopolitan global city in the Early Modern Period. Something similar might be said of Singapore before WWII, Salonica before WWI, or Istanbul until the 1950s (Bayly and Harper, 2007: 9-10; Mazower, 2004). It would be difficult to find similar places in our world in which we assume that space has been abolished. The label of globalization for a new historical period is problematic, and in fact, global history could help us to go against the common sense or the ideas of the media about what globalization is. A global history perspective might help us to reveal connections in the past that would be almost impossible to conceive in our times.

In our cities, middle classes believe they live in a cosmopolitan atmosphere because they eat sushi or listen to world music. Yet, these experiences of the global (and they are experiences of the global) are also consumption experiences that keep us apart from others. It is part of a history of the increasing new barriers which have been constructed world-wide since the 1980s.[8] There is a wall in Palestine; Donald Trump won the US elections and among his electoral promises was the project of building a wall in the border between Mexico and the US; there is a wall of security in the Mediterranean frontier to deter the arrival of refugees; and there are physical and metaphorical barriers in the downtowns of our cities, which produce segregation, separation and divergence. This is not a history that fits smoothly into the narrative of globalization but is a history that we, as (global) historians, must tell and historicize.

Notes

1 The Global History Conference brought together the 2º Coloquio Internacional Latinoamérica y la Historia Global and the 2nd workshop Latin America in a Global Context. The event was hosted by the School of Social Sciences of Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, Brazil, in October 18-21, and was jointly organized by Fundação Getulio Vargas, Red LatinoAmericana de Historia Global, the University of Pittsburgh, Universität Bern, Labmundi/Universidade de São Paulo, and Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

2 In fact, Bayly launched a scathing critique of postmodern ideas about meta-narratives: "post-modernist works usually conceal their own underlying 'meta-narrative,' which is political and moralizing in its origins and implications" (Bayly, 2003: 9).

3 The papers of Andrea Lluch (2016) and Sandra Kuntz (2016) presented at the Rio Conference were two important contributions in this line.

4 Proof of this is the influence of the world history written by Jane Burbank and Frederick Cooper (2010).

5 See her fascinating transnational study of local labor movements (Vergara, 2016).

6 As Pollock expressively asserted: "all culture is really transculture. Indigenism is to the history of culture what creationism to the history of the cosmos" (Pollock, 2006: 533).

7 See also the suggestive idea of Frederick Cooper of spatial connections as 'lumpy,' that is, points of dense social and power connections along with others where the connections are flimsy (Cooper, 2005: 91-92).

8 A fascinating account of the Brexit referendum that emphasizes this issue of the building of new barriers can be found in Smith (2016).

Bibliography

ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European hegemony: the world system AD 1250-1350.* Oxford: Oxford University Press, 1991.

BAYLY, C. A. *The birth of the modern world, 1780-1914.* Oxford: Blackwell, 2003.

_____ and HARPER, Tim. *Forgotten wars. The end of Britain's Asian Empire.* London: Allen Lane, 2007.

BERG, Maxine. Global History: approaches and new directions. In: _____ (ed.). *Writing the History of the Global. Challenges for the 21st Century.* Oxford: Oxford University Press, 2013.

BERGEL, Martín. The Chinese mirror: Haya de la Torre, Kuo-Min-Tang and the global origins of Latin American populism. Paper presented to the Global History Conference, Rio de Janeiro, 2016.

_____. *El oriente desplazado: los intelectuales y los orígenes del tercermundismo en la Argentina.* Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

BURBANK, Jane & COOPER, Frederick. *Empires in World History: power and the politics of difference.* Princeton: Princeton University Press, 2010.

COOPER, Frederick. Globalization. In: _____. *Colonialism in question: theory, knowledge, History.* Berkeley: University of California Press, 2005.

CREWE, Ryan. Charting the Hispano-Asian Pacific World: Latin America on the State of Global History. Paper presented to the Global History Conference, Rio de Janeiro, 2016.

DE VRIES, Jan. Reflections on doing Global History. In: BERG, Maxine (ed.). *Writing the History of the Global. Challenges for the 21st Century.* Oxford: Oxford University Press, 2013.

FRIEDMAN, Thomas. *The world is flat: a brief History of the Twentieth-First Century*. NY: Picador, 2005.

GULDI, Jo & ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

KUNTZ, Sandra. Latin American first export era: parameters to reassess its economic contribution. Paper presented to the Global History Conference, Rio de Janeiro, 2016.

LANDES, David S. *The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor.* New York: W. W. Norton & Co., 1999.

LLUCH, Andrea. The South American meat industry from a global perspective: firms and markets until the Great Depression. Paper presented to the Global History Conference, Rio de Janeiro, 2016.

MAZOWER, Mark. *Salonica City of Ghosts: Christians, Muslims and Jews 1430-1950.* London: Harper Perennial, 2004.

O'BRIEN, Patrick Karl. The Divergence debate: Europe and China 1368-1846. In: BUDDE, Gunilla, CONRAD, Sebastian & JANZ, Oliver (eds.). *Transnationale Geschichte: Theme, Tendenzen und Theorien.* Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht GmbH & Co., 2006.

O'ROURKE, Kevin H. & WILLIAMSON, Jeffrey G. *Globalization and History: the evolution of a Nineteenth--Century Atlantic economy.* Cambridge, Mass.: MIT Press, 1999.

POLLOCK, Sheldon. *The language of Gods in the land of Men: Sanskrit, power, and culture in Premodern India.* Berkeley: University of California Press, 2006.

POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence: China, Europe and the making of the Modern World economy*. Ewing, NJ: Princeton University Press, 2000.

SMITH, Zadie. Fences: a Brexit Diary, *The New York Review of Books*, August 18, 2016.

THOMPSON, Guy. Mid-Nineteenth Century modernities in the Hispanic world. In: MILLER, Nicola & HART, Stephen (eds.). *When was Latin America modern?* New York: Palgrave MacMillan, 2007.

VERGARA, Ángela. International solidarity and department-store workers: a Transnational Labor History of Gath & Chaves. Paper presented to the Global History Conference, Rio de Janeiro, 2016.

WONG, R. Bing. *China transformed: historical change and the limits of the European experience*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

Latin America in Global History: an historiographic overview

América Latina na História Global:
uma visão historiográfica

América Latina en la Historia Global:
una visión Historiográfica

Diego Olstein

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100014

Diego Olstein é PhD em História pela Universidade Hebraica de Jerusalém (Israel) e professor de História da Universidade de Pittsburgh (Estados Unidos) (holstein@pitt.edu).

Abstract

World history can be arranged into three major regional divergences: the 'Greatest Divergence' starting at the end of the last Ice Age (ca. 15,000 years ago) and isolating the Old and the New Worlds from one another till 1500; the 'Great Divergence' bifurcating the paths of Europe and Afro-Asia since 1500; and the 'American Divergence' which divided the fortunes of New World societies from 1500 onwards. Accordingly, all world regions have confronted two divergences: one disassociating the fates of the Old and New Worlds, and the other within either the Old or the New World. Latin America is in the uneasy position that in both divergences it ended up on the 'losing side.' As a result, a contentious historiography of Latin America evolved from the very moment that it was incorporated into the wider world. Three basic attitudes toward the place of Latin America in global history have since emerged and developed: admiration for the major impact that the emergence on Latin America on the world scene imprinted on global history; hostility and disdain over Latin America since it entered the world scene; direct rejection of and head on confrontation in reaction the former. This paper examines each of these three attitudes in five periods: the 'long sixteenth century' (1492-1650); the 'age of crisis' (1650-1780); 'the long nineteenth century' (1780-1914); 'the short twentieth century' (1914-1991); and 'contemporary globalization' (1991 onwards).

Key words: Global History, Latin America, historiography, Great Divergence, globalization.

Resumo

A história mundial pode ser organizada em três grandes divergências regionais: a "Maior Divergência" a partir do final da última Era do Gelo (cerca de 15.000 anos atrás), que isolou o Velho e o Novo Mundo até 1500; a "Grande Divergência", bifurcando os caminhos da Europa e Afro-Ásia desde 1500; e a "Divergência Americana", que dividiu as fortunas das sociedades do Novo Mundo a partir de 1500. Assim, todas as regiões do mundo enfrentaram duas divergências: uma desassociando os destinos dos Mundos Velho e Novo, e a outra dentro do Velho ou do Novo Mundo. A América Latina encontra-se na difícil posição de, em ambas as divergências, terminar no "lado perdedor". Como resultado, uma historiografia contenciosa da América Latina desenvolve-se desde o momento em que foi incorporada a um mundo mais amplo. Desde então, emergiram e desenvolveram-se três atitudes básicas em relação ao lugar da América Latina na história global: admiração pelo grande impacto que o surgimento da América Latina no cenário mundial imprimiu na história global; Hostilidade e desprezo pela América Latina desde sua entrada no mundo; Rejeição e confrontação direta na reação ao cenário anterior. Este artigo examina cada uma dessas três atitudes em cinco períodos: o "longo século XVI" (1492-1650); A "era das crises" (1650-1780); "O longo século XIX" (1780-1914); "O curto século XX" (1914-1991); e a "globalização contemporânea" (1991 em diante).

Palavras chave: História Global, América Latina, historiografia, Grande Divergência, globalização.

Resumen

La historia del mundo puede organizarse en tres grandes divergencias regionales: La "Mayor Divergencia" a partir de finales de la última Edad de Hielo (hace unos 15.000 años) aislando el Viejo y el Nuevo Mundo hasta 1500; la "Gran Divergencia" que bifurca los caminos de Europa y Afro-Asia desde 1500; y la "divergencia americana", que dividió las fortunas de las sociedades del Nuevo Mundo desde el 1500 en adelante. En consecuencia, todas las regiones del mundo han enfrentado dos divergencias: una disociando los destinos del Viejo y del Nuevo Mundo, y el otro dentro del Viejo o del Nuevo Mundo. La América Latina se encuentra en la inquietante posición de que, en ambas divergencias, terminó en el "lado perdedor". Como resultado, una historiografía contenciosa de América Latina evolucionó desde el momento en que se incorporó al mundo más amplio. Desde entonces han surgido y desarrollado tres actitudes básicas hacia el lugar de América Latina en la historia global: la admiración por el impacto mayor que la emergencia en América Latina en la escena mundial imprimió en la historia global; Hostilidad y desprecio hacia América Latina desde que entró en escena mundial; y el rechazo directo en la reacción con el escenario precedente. Este artículo examina cada una de estas tres actitudes en cinco períodos: el "largo siglo XVI" (1492-1650); La "era de la crisis" (1650-1780); "El largo siglo XIX" (1780-1914); "El corto siglo xx" (1914-1991); Y "globalización contemporánea" (1991 en adelante).

Palabras clave: Historia Global, América Latina, historiografía, Gran Divergencia, globalización.

Introduction

"When Pizarro and Atahuallpa met at Cajamarca, why did Pizarro capture Atahuallpa and kill so many of his followers, instead of Atahuallpa's vastly more numerous forces capturing and killing Pizarro?... How did Pizarro come to there to capture him, instead of Atahuallpa's coming to Spain to capture King Carlos I?" With these rhetorical questions, Jared Diamond (1997: 74) underscores one of the greatest concerns of world history: the 'greatest divergence' between the development of Eurasia and America. His explanation, in a nutshell, stresses the lack of large mammals in America, the larger variety of plant species in Eurasia, and the geographical disposition of the continents (east-west axis for Eurasia; north-south axis for America) that enhanced or prevented, respectively, the diffusion of products and germs. These preliminary advantages amplified by division of labor and specialization resulted in a huge gap between the Old and New Worlds represented by guns and steel. Attention to a second 'great divergence' was to follow, as Kenneth Pomeranz (2000) addressed the divergent path of development within Eurasia. In this account, Europe moved ahead due to a large series of intertwined factors including the legacies of the feudal past and the richness of subsoil in coal, as well as the combination of maritime trade with naval power and collaboration between entrepreneurs and states, and finally, the exploitation of African slaves and American resources.

To these divergences between the Old World and the New, as well as that within Old World societies, a third major one can be added. This is the great divergence between North and Latin America; the 'American divergence.' Although the harvest of global history from the last two decades does not offer yet a systematic account of this third divergence as its main subject, many authors have tackled it in the past, advancing diverse arguments. For Louis Hartz (1964) timing was the key: the arrival of a medieval feudal 'fragment' in Latin America sealed its historical course, as opposed to the fate of the British North America created by a capitalist modern 'fragment.' Cultural legacies as well as historical ties between metropolises and colonies were frequently fostered as causal explanations for the divergence. According to James Lang (1975), the declining power of the Cortes in Spain, as opposed to the rising power of the Parliament in England, together with the territorial nature of the Spanish colonial enterprise as opposed to the

commercial emphasis of the English, amongst various differences, were behind the diverging fates of North and Latin America. This set of explanations even reached cultural essentialist extremes in a work by Claudio Véliz (1994) who looked at a series of dichotomies, confronting Catholic with Protestant ethics, centralist with federalist political systems, *mestizaje* with the domination of a single race, *Gemeinschaft* versus *Gesellschaft*, failure and success. American divergence from these last perspectives appears encoded in Anglo-Saxon and Latin cultures. Whether these are timing, historical ties, cultural legacies, or even essentialist traits, all these explanations point towards the European side of the Atlantic as the reason for the American divergence. Anthony Pagden went in the opposite direction to suggest that the sources of this divergence reside in the land of destination, not departure. In other words, densely populated, wealthy, urbanized, and politically involved areas generated the ambition and provided the resources for tight colonial control. By contrast, sparsely populated areas without valuable resources at their disposal, kept profits low and reduced the motivation to develop centralized colonization, paving the way instead to local and autonomous initiatives. Out of these constraints in the loci of arrival, two different types of empires and later nation-states were to emerge, regardless of the cultural and historical luggage brought from the Old World (Pagden, 1995). This reasoning was stressed further by J. H. Elliott (2002: 240) in a contra-factual exercise in which having Columbus serve Henry VII reversed the paths of the English and Spanish Empires.

Nevertheless, the fact remains that there are three major divergences in world history. One between the trajectories of the Old and New Worlds, the 'Greatest Divergence,' another within the fates of societies in the Old World, the 'Great Divergence,' and a third line dividing the fortunes of New World societies, the 'American Divergence.'



All world societies have thus confronted two 'challenges of divergence' according to this scheme, one between the Old and New Worlds, and the other within either the Old or the New World. Latin America is thus in the uneasy position that in both 'challenges of

divergence' it ended up on the 'losing side'. With this broad scenario in mind we are to expect a contentious historiography from the very moment that Latin America was incorporated into modern global history onwards.

Applying Occam's razor, the present essay portrays three basic attitudes towards Latin America's place in global history. The first attitude is one of admiration for the great impact that the appearance of Latin America on the world scene imprinted on global history. The second attitude is one of hostility and disdain towards Latin America since it entered the world scene. The third is a direct reaction, confrontation, and rejection of the former attitude. Each of these three attitudes can come either from outside or inside Latin America as the first attitude does. However, the second attitude is more prone to coming from the outside and the third from the inside. This paper follows the tracks of these three attitudes during five well established historical stages: the 'long sixteenth century' (1492-1650), the period of conquest and colonization by the Iberian powers; the 'age of crisis' (1650-1780), a period of decline of Iberian might and the incorporation of Latin America in a broader European and global context; 'the long nineteenth century' (1780-1914), a period of major transformations worldwide which tightened ties with Latin America; and 'the short twentieth century' (1914-1991), a century of major conflicts, confrontations, and ideologies. Finally, the last two decades of 'current globalization' in which a new global consciousness emerged, including the consolidation of global history, is also examined, including looking back at some preceding milestones in historiography.

1. The 'long sixteenth century' (1492-1650): A highly controversial opening

From the very beginning, reaching the Americas, more precisely several regions in the continent later known as Latin America, was perceived as a major turning point in world history. Francisco López de Gómara (1941) stated in 1551 that the discovery of America represented the most important event since the creation of the world, apart from the revelation and resurrection of its creator. In his 1569 *Historia General de las Cosas de Nueva España* Bernardino de Sahagún (2000) added that the discovery of America revealed concealed truths. Pedro Cieza de León (1998) combined both arguments, although in reference to Perú rather than México, by writing that the discovery of America was indeed the greatest event in secular history and that God's permission to find it was a major revelation after keeping this wonderful world hidden for so long.

This sense of revelation raised voices of pride and accomplishment, as in the *Report on the Discovery of Peru* by Francisco Xerez (1985), in which the author rhetorically asked:

"When has it ever happened, either in ancient or modern times, that such amazing exploits have been achieved? Over so many climates, across so many seas, over such distances by land, to subdue the unseen and unknown? Whose deeds can be compared with those of Spain?" Then came the reply: "Not even the ancient Greeks and Romans." It also led to a missionary effort, since Queen Isabella had ordered in her Will, in compliance with Pope Alexander's bull *Inter Caetera*, that Indians be treated with respect and dignity. Efforts to build churches and establish missions continued up to Philip II.

However, from a mundane perspective, and as recognition that native rights were not enforced, radical criticism as well as explicit declarations of guilt and shame were also made. The Dominican friar Bartolomé de las Casas' (1994) description, and probable exaggeration, of the crimes perpetrated by the Spaniards in New Spain, particularly in Hispaniola, in his *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* is the major example of this critical stance. In addition, the School of Salamanca, a group of theologians and jurists, challenged the legitimacy of the Spanish conquest on legal grounds. Francisco de Vitoria rejected, for example, the claim of voluntary submission or conversion on the part of the Indians. Yet he defended the right of the conquerors not only to propagate their faith, but also to dwell on the land and trade in them. As for expressions of guilt and shame, Mansio Serra Leguizamon's account of the conquest of Perú is a case in point. In his account he portrayed the Indians as initially free of crime and greed. This description is in diametric opposition to the way in which Spaniards are portrayed, who appeared as thieves, rappers, perpetrators of destruction, and ultimately as responsible for making the Indians evil people. Similar reports were written by Matias Paz, Zumarraga Mendieta, and Vasco de Quiroga, amongst others (Vitoria, 1967).

However, disruption of Indians' lives and rights resulted not only in criticism and shame but also in justification and apology. With his *De rebus hispanorum gestis ad Novum Orbem Mexicumque*, Juan Ginés de Sepúlveda (1987) became the champion of imperialist self-righteousness. In *De justis belli causis apud indios*, he elucidates the principles of the just war, accordingly to which a superior civilization must subdue an inferior one in order to civilize it, convert it to Christianity, and by so doing equaling it to that of their conquerors. Cannibalism and human sacrifice were advanced by Sepúlveda as proofs for Indians' lack of civilization.

These opposite views ended up colliding in 1550 in a debate in front of a royal *junta* at Valladolid. The debate was theoretically oriented, with Sepúlveda and Las Casas offering different interpretations of Aristotle's concept of barbarianism and natural slavery, and to what extent these concepts applied or not to the Indians. Indians' capability to adopt Christianity without coercion was another central dimension of the Valladolid debate. The stalemate between these positions unfolded in the Spanish conquests amidst statutes envisioned to

protect the Indians, such as the 'Ordinances Concerning Discoveries' issued in 1573 and the 'Recompilation of the Laws of the Indies' later in 1681 (Tyler, 1980), and local non-compliance with these.

This wide spectrum of attitudes ranging from revelation and triumphalism, rejection and shame, reassurance and self-rightness was perceived differently from the Indians' point of view. Spanish triumphalism appears as shock and dismay in the writing of native chroniclers, whose descriptions showed that charging horses, metal armor, steel swords, and artillery terrorized them. The conquerors' shame appears in Indian accounts as contempt for the greedy people scrambling for gold "like pigs" (León Portilla, 1962).

The Indians were not alone in vilifying the Spaniards. Several European writers, based on first hand contact with the New World or relying upon other accounts, especially Las Casas' *Brevissima Historia* (1994) and Theodor de Bry's (1992) engravings depicting Spanish atrocities, developed a critical stance towards the Spanish conquest of the Americas. Girolamo Benzoni (1519-1570?) represents the first option as he described his own experiences in the book *Historia del Mondo Nuovo* (1565). Benzoni (1967) stressed the atrocities perpetrated by the Spaniards and their hypocritical Christian behavior which prevented the Indians from fully embracing Christianity. In relation to the second option, writing about the New World without ever having visited it, one example is the *Essais* (1588) of Michel de Montaigne (1535-1592). There, he not only repeated the accusations of Spanish cruelty and hypocrisy, but also wrote sympathetically about the Indians, praising their refusal to succumb to tortures and remaining true to their beliefs. Moreover, far from being barbarians, their public roads and cities rivalled those of ancient Greece and Rome with their stateliness and beauty. In terms of military technology, however, he acknowledged Spanish superiority, but with a twist. Horses, armor, and canons, the pride of Spanish triumphalism and the cause of panic in Indian accounts, reappear in Montaigne's "On Cannibals" and "On Coaches" (1933), for diminishing Spanish triumphs by attributing them to the use of these weapons that the Indians had never seen before and could not match. The accumulation and reformulation of these kinds of arguments, many of which are coincidental with and partially relied upon De Las Casas' *Brevissima Relación*, were later to be known as the Black Legend, a defamatory anti-Spanish propaganda promoted by its traditional rivals, especially the English, Dutch, and French.

Black Legend propagandists were not the only ones to write about the New World during the long sixteenth century through the lenses of their well-established agendas. All the perspectives on the conquests and colonization of the areas that would become part of what now is known as Latin America had their stakes: Spanish triumphalism, the rejection of its results, and its justification; Indian consternation and grief confronting the collapse of

their societies; European envy towards Spanish imperialist success. Out of these perspectives, three different attitudes emerged vis à vis what would become Latin America: admiration of its major impact on the history of the world; hostility, disdain, and patronizing; and direct rejection of and confrontation with the former. These attitudes proved to be a recurring feature in the way that Latin America was contextualized within global history. However, the particular contents sustaining these attitudes changed over time as the following sections show.

II. The 'Age of Crisis' (1650-1780): marginal and crucial places in Global History

The Enlightenment adopted many of the prevailing themes of the Black Legend, such as cruelty towards Indians, a perverse desire for wealth, and characteristics of pride and sloth. For example, in his play *Alzire* (1736), set in Peru, Voltaire repeats the claims of Spanish cruelty in the Americas and their excessive desire for gold, as well as depicting the Indians as living in a state of innocence and natural humanity before the arrival of the Spanish (Voltaire, 2010). He made similar points in *Candide* (1759) whose plot takes place all across South America (Voltaire, 2003). However, not all enlightened scholars proved to be as sympathetic towards the New World and its peoples. In fact, the derogatory attitude towards what would become Latin America reached new dimensions during the Age of Enlightenment. Natural history is a case in point. As the 'father' of natural history during the second half of the eighteenth century, Georges-Louis Leclerc, Comte de Buffon (1828) advanced the thesis that nature is inferior in the New World in comparison with Eurasia. The lack of large mammals, the dense forests, and marsh odors were all presumably evidence for this, with the final result being that humans were also less virile. Cornelius Franciscus de Pauw (1771) was one of the scholars to follows in Buffon's steps. Considered to be an expert in the Americas despite never visiting the continent, he asserted that Indians were inferior to Europeans due to climatic and geographical conditions, discrediting in the process the Indians for devising the Mesoamerican calendar system. Moreover, these unfavorable conditions also impaired Europeans who moved into America, resulting in the decay of the Creoles. Natural history ended up permeating Hegel's philosophy of history (1975), in which climate, flora, and fauna, as well as the disposition of mountain ranges – from north to south instead east to west as in Eurasia – explain the marginality of America in world history.

Thomas Jefferson and James Madison took the lead in North America in refuting these arguments. In Latin America it was the friars once again, this time from the Jesuit order, who confronted this hostility. Juan Ignacio Molina accused de Pauw of degrading and discrediting

America and countered his claims by writing a natural history of Chile showing the rich variety of species, the wealth underneath the soil, and the high standard of life of the inhabitants of America (Molina, 1987). Francisco Javier Clavijero also reacted to de Pauw's work, looking at history rather than nature. In his account, *La Historia Antigua de México,* the Indians are described as peaceful and good while the Spaniards are depicted as merciless conquerors. He also dealt with the Mesoamerican calendar system as something that originated locally (Clavijero, 1987).

In addition to animosity and sympathy, hostility and defense, the Americas continued to be a source of admiration due to their powerful impact on world history. Adam Smith made this point very clearly in 1776 when he published the Wealth of Nations and asserted that the discovery of America together with the circumnavigation of Africa represented the major turning points in the history of the world.

III. 'The Long Nineteenth Century' (1780-1914): reaffirmed from within, neglected from without

Interestingly enough, it was not only the 'father' of economic liberalism who pointed to the discovery of the Americas as the major turning point in global history, but also the 'fathers' of communism. In the Communist Manifesto, Marx and Engels stated that the discovery of America and the circumnavigation of Africa represented the major turning points in the history of the world. This emphasis on the centrality of what would become Latin America in global history was entirely missing in the writing of subsequent macro-historians. In the writings of Toynbee (1988), Spengler (1991), Mumford, Dawson, and Sorokin we find a striking marginalization of Latin America's history in the global scene in both the pre-Columbian age and the modern period.

From a local perspective, the nineteenth century saw the reinvigoration of the third attitude, the confrontation of hostility and patronizing attitudes towards Latin America as a wave of independence movements swept across the region. In order to justify their rebellions, Latin-Americans emphasized the hardships of Spanish rule, which included overwhelming Spanish political control of America to the point that the residents felt they were powerless in their own communities. Examples of Spanish cruelty were readily found in the past, especially their treatment of native populations in the 16th century. In this way, Creole Latin Americans were rejecting their own cultural heritage, and while disassociating themselves from their Spanish ancestry as descendants of the *conquistadors* they were placing themselves in the position of the helpless Indians during the time of the conquest, forced to suffer Spanish

atrocities. This change of roles, succinctly defined as 'matricide' by Philip Powell (2008), fully justified the pursuit of freedom.

These issues were illustrated, for example, in the "Manifesto Directed to All Nations" (1816) from the Congress of the United Provinces of Rio de la Plata, in which the execution of Atahualpa, as well as of other leaders, the repression of the local population, and the destruction of cities and villages were all forcefully condemned (De Castro y Banos, 1819: 215-233). The theme of repudiation of Spain persisted even after many of the Latin American countries achieved independence. Jose Victorino Lastarria (1817-1888), a Chilean political and literary figure, argued in his book *America* (1867) that Latin America had succeeded in freeing itself from baleful Spanish influences and had set out on a new path towards progress, while declaring: "We are irresistibly directed to a life of reaction against the civilization of the mother country, and our progress depends on a rejection of our past." However, despite the romanticism in such declarations, the fact remains that rather than gaining independence, Latin America had only changed masters as the British Empire stepped into the Spanish vacuum. For all the potential contributions made by 'land of departure' and 'land of destination' approaches to the 'American divergence,' another important dimension of this was that the Thirteen Colonies gained their independence by detaching themselves from the emerging global empire by relying upon the support of the declining powers of France and Spain. The Latin American road to decolonization inverted this equation by expelling a declining empire by inviting a powerful emerging one to its shores. That is why Lord Canning, British foreign minister at the time, celebrated the occasion of Latin America's independence by stating: "Latin America is finally free, and it is ours!" (Lee, 2008) This advent of the British informal empire in Latin America would echo powerfully in the historiography of Latin America's place in global history and indeed in global history in general.

iv. 'The Short Twentieth Century' (1914-1991): new and old grievances coming full circle

Confrontational voices continued to rise against the legacy of Spanish conquest and in praise of Indian societies. José Carlos Mariátegui synthesizes these views in his *Seven Interpretative Essays on Peruvian Reality* (2000), condemning large landowners for the stilted economy of the country and the miserable conditions of the indigenous peoples in the region, advancing traditional forms of collectivism practiced by the Indians as the solution. However, starting in the 1940s, the most insistent confrontational voices addressed the new forms of economic exploitation rather than the old colonial legacy. In research on Latin America's

trade balance, Raúl Prebisch (1950) concluded that due to a larger elasticity of demand for manufactured goods, as opposed to primary products, as well as the imbalance of added value in favor of the former, the terms of trade between Latin America and the developed world were one of 'unequal exchange.' Under these terms of trade, trade partners were not equals like economically stronger states, trading relatively monopolized products and able to obtain surplus-value flowing from weaker states that traded under relatively free market conditions. These unequal exchanges, which were increasingly unbalanced and had resulted in an increasing polarization between core and peripheral states, had led Latin American societies into a new form of dependency in relation to the developed world. Dependency theory, the most outstanding contribution of Latin American social sciences, was born. A long list of scholars and thinkers developed and strengthened the theory, including Fernando Henrique Cardoso (1979), Enzo Faletto (1979), Theotonino dos Santos (1967), Silvio Frondizzi (1957), and Osvaldo Sunkel (1973). However, the single most far reaching publication which spread the dependency concept was *Las Venas Abiertas de América Latína* (*The Open Veins of Latin America*) by Eduardo Galeano (1973). The book offers a global history of Latin America from the colonial era up to the 1960's. Its main argument is that the region had been exploited since achieving formal independence, first by colonial empires (Spain and Portugal) and afterwards by imperialist states (mainly the UK and the US). Thus, the fates of Indian societies and of European offshoot societies were bundled together as a continuous history of exploitation. The 'Greatest divergence' and the 'American divergence' with their grievances appear side by side in this book, as in many dependency theory writings.

Dependency theory represented a new form of direct rejection of and confrontation with a newer patronizing view of Latin America: modernization theory. According to modernization theory a process of differentiation transformed traditional societies by creating new specialized institutions in the economic, political, cultural and social spheres. A series of preconditions in terms of values, institutions, and motivations were necessary for this transition to take place. Therefore, by meeting a set of preconditions and undergoing the process of differentiation, every society could move from the traditional stage toward modernization. Failure to do this would result in the inability of a particular society to meet the necessary conditions due to historical backwardness, in which case transference of technology, institutions, and values from modern (western) societies could put such a backward society on the path to modernization. Modernization theory understood each society in an enclosed fashion with possible corrective inputs from the outside. (Lipset, 1959: 69-105) Dependency theory confronted this assumption, viewing each society as shaped by the way in which it integrates with the world as a whole. Out of this framework and following very similar premises a new approach to social sciences

and history followed dependency theory's footsteps: The world systems approach (Huntington, 1968).

The world systems approach accounted for the rise and spread of capitalism globally. It was originally conceived by Immanuel Wallerstein (1976) in his *The Origins of the Capitalist World System* (1974) and Andre Gunder Frank is his *World Accumulation, 1492-1789* (1978). The world system is portrayed from a Marxist perspective as an exploitative one, both within societies, i.e. 'surplus value' extracted from the working class by capitalists, and between societies as core capitalist ones take advantage of peripheral societies. The world system approach is also indebted to the Annales School for the notion of 'world-economy' (*économie-monde*) and its long cycles (fourteenth century Italian city-states, the seventeenth century United Provinces, nineteenth century Great Britain, and twentieth century United States) as described by Braudel (1992). But first and foremost, it seems that dependency theory is the predominant substrate underlying the world systems approach. *Inter alia*, the world systems approach and dependency theory share the understanding that any society is shaped by the way in which it interacts with other societies. In other words, the enclosed orientation of national histories is displaced by larger units of analysis. In this way, dependency theory contributed, through the world systems approach, to paving the way for forms of historical writing that go beyond national boundaries and which ultimately became global history. But not without important stepping stones having been laid first.

V. 'Current Globalization' (1991-2016): Latin America and Global History

The impact of the world systems approach, a further development of dependency theory, on the emerging field of world and global history can be illustrated by the ways in which world history was written before and after its imprint on one of the pioneers in this field, William Mc Neill. His *The Rise of the West* (1963) is organized by a principle of balance between civilizations (focusing on the Chinese, Indian, Middle Eastern, and Western civilizations). According to this principle, the rupture of balance between civilizations results in a challenge that stimulates transformations. Following this principle, the chronology is divided into three major periods: 3000-500 BCE, in which Middle Eastern civilization destabilized the balance through the agricultural revolution and birth of cities; 500 BCE – 1500 AD, characterized by relative stability among civilizations, despite being shaken by the diffusion of Hellenism, Indian culture, and rise of Islam; and 1500-1990 in which first Europe and then the West broke the equilibrium among civilizations through the impacts produced by the *Ancien Régime* and the

twin revolutions (industrial and democratic). The underlying principle of homeostatic stability akin to functionalist sociology and modernization theory is in sharp contrast with McNeill's new synthetic book, *The Human Web: a Bird's Eye View on World History* (2003). Instead of enclosed civilizations, the basic building blocks in this second book are cross-boundaries networks. The interactions and exchanges in these networks, and not the disruption of balance between civilizations, constitute the fundamental process. In this new view the chronology of world history was also changed. A language revolution enabled the creation of networks that, nevertheless, were volatile until ca. 12,000 BP. After this, thicker networks evolved until the consolidation of 'metropolitan webs' around 6000 BP, with the emergence of cities. Over two thousand years, following the intermittent increase of flows and contacts, the 'Old World Web' spread across Eurasia and North Africa. The mastering of navigation around the Pacific Ocean led to the 'cosmopolitan web.' Finally, a century and a half ago, starting with the telegraph, this network began its electrification resulting in the current 'single global web.' The organizing principle of the web with its emphasis on interactions and exchanges, at least part of the time 'unequal,' is reminiscent of the world system.

Moreover, even before the emergence of Global History in the last two decades, the history of Latin America has been brought into contexts that are wider than the regional ones. Several theses, approaches, and themes have contributed to highlighting the significant impact of Latin America to histories that go far beyond the realm of the subcontinent, among them the concepts of the 'price revolution,' 'Columbian exchange,' and 'Atlantic history.' The 'price revolution' thesis, originally developed by Hamilton (1934), attributed the six-fold inflation in Europe during the long sixteenth century to the large influx of silver and gold arriving principally from Potosí and Zacatecas. These inflationary trends had far reaching consequences for the economies of Europe, crucially Spain and the Habsburg Empire, but also for the Ottoman Empire and China. The much debated price revolution thesis and more broadly the history of bullion have been receiving growing attention in the last two decades. This line of inquiry has been globally contextualized by insisting not only on the Atlantic flotilla carrying the precious load but also the Acapulco – Manila – Macao route and its repercussions. Arguably, it was this trade that was responsible for the first global 'price convergence' in the value of silver, therefore it was the first true globalization (Crosby, 1972) (Greene, 2009) (Flynn, 2004: 85–108).

The 'Columbian exchange' and subsequently the 'Magellan exchange' represent a second example of admiration for the major impact of what would become Latin America on the world scene. One can just to try to imagine Spain without tobacco, Italy without tomato sauce, Switzerland without chocolate, Romania without mămăligă (a meal based on corn flour), or Russia without potatoes, to realize the deep impact of the transference of produce

from the Americas to Europe. This exchange also transformed the landscape the other way, as the fields of Canada and Argentina are unimaginable without wheat, and cowboys and gauchos are inconceivable except riding their horses and herding their cows. Moreover, it was the arrival of cassava in Africa and sweet potato in China to which the major demographic growth there is attributed.

Eventually, the interest in bullion shipping, exchanges in biota, and many other flows between the New World and the New, such as free and forced migrations, labor systems – particularly slaves –, ideas, and political movements through the Atlantic Ocean resulted in the emergence of a wide unit of analysis, the Atlantic World. Since the mid-1980s, Bailyn has been organizing an annual international seminar at Harvard designed to promote scholarship in this field, supporting social and demographic studies. A large body of literature has evolved out of this approach (Bailyn, 1996: 19-44). By enlarging the unit of analysis beyond the boundaries of any single empire or future nation-state and emphasizing interregional contacts, flows, and networks, the Atlantic World approach also paved the way for the emergence of Global History. In fact, Atlantic History is an important part of Global History (Bailyn, 2005).

A major work in this category and especially in terms of the central place attributed to Latin America in the global scene is *Imagined Communities* by Benedict Anderson (1983). According to him, it was in Latin America that nationalism emerged, crossing the Atlantic eastwards and reaching the Old World. The roots of the transition from a world of empires up to the nineteenth century into a world of nation-states characteristic of the twentieth century are thus to be found in Latin America. This central role of Latin America in the political arena is reminiscent of the centrality that the world systems approach – echoing dependency theory, and before that the work of Marx and Smith – attributed to Latin America in the economic realm. Indeed, the modern world system envisioned by Wallerstein and Frank is geographically coincident with the Atlantic World and the triangular trade – encompassing Europe, America, and Africa – that linked much of the interaction within the Atlantic basin. In fact, both the world systems and Atlantic World approaches share several criticisms, ranging from the enclosed to the global scales of the historiographic spectrum. On the one hand, from an enclosed perspective (i.e. the history of a single empire, metropolis, or colony), these approaches are too expansive by intending to subsume both of the American continents, Africa and Europe, without seriously engaging with them. On the other hand, from a global perspective these approaches appear too narrow insofar they isolate the Atlantic rim from other oceanic rims and their respective networks. In the case of the world system approach the varieties of criticisms are even more extensive, including 'statist criticism' (i.e. the state appears entirely subsumed by economic forces rather than as an autonomous entity) (Evans, 1985),

'culturalist criticism' (i.e. the cultural domain is relegated to a position of epiphenomenon) (Aronowitz, 1990), and 'Marxist criticism' (also known as the Brenner debate (Aston, 1985), which argues that the world systems approach privileges trade over production and prioritizes world markets over intra-societal class structure and conflict). All of these criticisms emerged alongside the actual formulation of the approach during the 1970's. However, it was in the last two decades of current neoliberal globalization that criticism of the world systems approach and, more to the point, its Latin American predecessor dependency theory, sharpened and strengthened.

Neoliberalism entered Latin America twice. First, during the last round of military dictatorships in the 1970's and much more powerfully during the 1990's under newly established democratic regimes. Accompanied by heavy repression, the first wave of neoliberalism was forceful and resulted in the banishment and even assassination of dependency theory thinkers. Symbolically enough, *Las Venas Abiertas de América Latina* was banned by military dictatorships across the region. Its second wave in the region was far more consensual than coercive. This time it was not censorship that confronted dependency theory, but neoliberal globalization with its premises of 'states-out markets-in,' profound processes of privatization within each state, and free trade based on comparative advantages within the world economy. Rather than through censorship, *Las Venas Abiertas* was discarded in this round by broad segments of the public opinion as reflected in the *Manual del perfecto idiota lationoamericano* (*Manual of the Perfect Latin American Idiot)* by Plinio Apuyelo Mendoza, Carlos Alberto Montaner, and Álvaro Vargas Llosa, which bluntly confronts Galeano's book (2000). Moreover, while this quarrel evolved in the pages of popular literature, a stronger blow to dependency theory was Fernando Henrique Cardoso's – a former leading dependency theorist and later president of Brazil – neoliberal policy and its justification. In contemporary Latin America, polarized between neoliberals and neo-populists, the latter stick to the premises of dependency theory, or at least its discourse, as demonstrated by Hugo Chávez's gift to Barack Obama of a copy of *Las venas abiertas*.

The age of current globalization is, therefore, a contested stage for dependency theory: Latin America's greatest contribution of to the social sciences, a perspective that placed Latin America in a key role in the history of the modern world, and an important moment – through its application to other regions in the world and the formulation of the world systems approach – in the emergence of global history. Out of this contestation, several scholars have confronted the basic premises of dependency theory by re-contextualizing Latin America globally in a different way. That is the case of the debate of import-substitution versus 'open industrialization,' in which industrialization processes in Latin America are compared with

those in East Asia. The selection of East Asia as a contrasting case to Latin America is devised to argue that emergent economies flourished due to foreign investment and liberalized trade and labor markets, rather than state protectionism and interventionism as envisioned by dependency theorists and structuralist economists (Maxfield, 1997) (Kohli, 2004).

In addition, the transition to democratic regimes encouraged a globally contextualized series of comparisons between Latin America and other emerging democratic regimes such as Greece, Portugal, and Spain (Baloyra, 1987). While the economic comparison with East Asia was devised to highlight the remarkable differences between the two regions, the political comparison between Southern Europe and Latin America stresses the crucial agreements between the two areas, such as the replacement of shaky democratic foundations by authoritarian dictatorships, and finally the move since the mid-1970's toward democratization, first in the Mediterranean, then in the Atlantic. Over time, this type of comparisons of transitions toward democracy have adopted a global scope (Ethier, 1990).

Conclusion

Latin America was left behind in both the 'greatest divergence' and the 'American divergence.' As these unfolded, approaches to Latin America involved attitudes of both hostility and sympathy. Over the centuries, these contradictory attitudes were indeed the two sides of the same coin, that of fitting Latin America into western standards. Opposing attitudes toward the region were in fact two alternative pathways to fostering the transformation of the region accordingly to ideals brought first from Europe and, since the twentieth century, from the United States. During the 'long sixteenth century' (1492-1650) the major concern has been evangelization. Bringing salvation to the souls of Indians and Christianity to the New World was the concern of both the self-righteous camp justifying the conquest and those defending the rights of the Indians. The religious goal and/or justification of salvation was replaced under the auspices of the Enlightenment by the secular aim and/or excuse of the ideal of progress, both during the 'age of crisis' (1650-1780) and 'the long nineteenth century' (1780-1914), again by those adopting and hostile as well as sympathetic attitudes toward the region and its peoples. During 'the short twentieth century' (1914-1991) the ideal of modernization took the lead as a particular formulation of the ideal of progress. Nowadays and during the last two decades of 'current globalization,' the promise has been successful integration in the global economy.

All of these goals were locally contested, from the mourning of the Indian chronicles, through the pro-independence Creoles, and up to the dependency theorists. More than

externally imposed goals or deceptions, either in their sympathetic or hostile forms, and their local embracing or contesting responses, Latin America gained a central place in global history in the writing of early modern chroniclers marveling at the discovery and its implications, in the works of the founding fathers of Liberalism and Marxism, and in the historiography produced by two approaches developing since the 1970's and 1980's, world systems and Atlantic history respectively. Moreover, one of these approaches – world systems – emerged out of the major contribution made by Latin American scholars to Social Sciences, namely, dependency theory. Furthermore, the world systems approach is one of the informing pillars of global history as has been emerging for the last twenty years. Now is the time to see how global history will re-contextualize Latin America in the global scene and how Latin American historians will make their own inroads into global history.

Bibliography

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.

ARONOWITZ, Stanley. *The crisis in historical materialism: class, politics and culture in Marxist theory*. Basingstoke: Macmillan, 1990.

ASTON, Trevor & PHILPIN, C.H.E. *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe,* Cambridge [Cambridgeshire], New York: Cambridge University Press, 1985.

BAILYN, Bernard. The idea of Atlantic history, *Itinerario*, 20-1, 1996, p. 19-44.

_____, *Atlantic history: concept and contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

BALOYRA, Enrique (ed.). *Comparing new democracies: transition and consolidation in Mediterranean Europe and the southern cone*. Boulder: Westview Press, 1987.

BENZONI, M. Jeronimo. *La historia del mundo nuevo*, traducida por Carlos Radicati di Primeglio. Lima: Universidad de San Marcos, 1967.

BRAUDEL, Fernand. *The perspective of the world*. Trans. by Reynolds, S. Berkeley: University of California Press, 1992.

BUFFON GEORGES-LOUIS LECLERC, Comte de. *Ouvres completes*. Paris, 1828.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependency and development in Latin America*. University of California Press, 1979.

CIEZA DE LEÓN, Pedro de. *The discovery and conquest of Peru: chronicles of the New World encounter*, edited and translated by Alexandra Parma Cook and Noble David Cook. Durham, NC: Duke University Press, 1998.

CLAVIJERO, Francisco Javier. *Historia antigua de Mexico*. México: Porrua, 1987.

CROSBY, Alfred. *The Columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492*. Greenwood Press 1972.

DE BRY, Teodoro. *América, (1590-1634)*, edición Gereon Sievernich, traducción Adán Kovacsics. Madrid: Ediciones Siruela, 1992.

DE CASTRO Y BANOS, Pedro Ignacio. "Manifesto Directed to All Nations by the General Constituent Congress of the United Provinces of Rio de la Plata". In: Rodney, Caesar Augustus, Graham, John & Funesp, Gregorio. *The reports on the present state of the United Provinces of South America*. London, 1819, pp. 215-233.

DE LAS CASAS, Bartolomé. *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, edición, introducción y notas de José María Reyes Cano. Barcelona, España: Planeta, 1994.

DE PAUW, Cornelius Franciscus. *Recherches philosophiques sue les Américains*. Berlin, 1771.

DE XEREZ, Francisco. *Verdadera relación de la conquista del Perú*, edición y estudio introductorio de María Concepción Bravo Guerreira. Madrid, Historia 16, 1985.

DIAMOND, Jared. *Guns, germs, and steel: the fates of human societies*. New York: W. W. Norton & Co, 1997, p. 74.

DOS SANTOS, Theotonino. *El nuevo carácter de la dependencia; gran empresa y capital extranjera*. Santiago de Chile, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1967.

ELLIOT, J. H. Afterword. Atlantic History: A Circumnavigation. In: Armitage, David & Braddick, Michael J. (eds.). *The British Atlantic World*. New York: Palgrave Macmillan, 2002, pp. 240-243.

ETHIER, Diane (ed.). *Democratic transition and consolidation in Southern Europe, Latin America and Southeast Asia*. Basingstoke: Macmillan, 1990.

EVANS, Peter, Rueschemeyer, Dietrich & Skocpol, Theda (eds.). *Bringing the state back in*. Cambridge [Cambridgeshire], New York: Cambridge University Press, 1985.

FLYNN, Dennis & Giráldez, A. Path dependence, time lags and the birth of globalisation: a critique of O'Rourke and Williamson, *European Review of Economic History*, 8-1, 2004, pp. 85-108.

FRANK, Andre Gunder. World accumulation, 1492-1789, *Monthly Review Press*, New York, 1978.

FRONDIZZI, Silvio. *La realidad argentina: ensayo de interpretación sociológica*, Buenos Aires: Praxis, 1957.

GALEANO, Eduardo. Open veins of Latin America; five centuries of the pillage of a continent, translated by Cedric Belfrage, *Monthly Review Press*, New York, 1973.

GREENE, Jack P. and Morgan, Philip D. (eds.). *Atlantic history: a critical appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

HAMILTON, Earl. *American treasure and the price revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1934.

HARTZ, Louis, *The founding of new societies: studies in the history of the United States, Latin America, South Africa, Canada, and Australia*. New York: Harcourt, Brace & World, 1964.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lectures on the philosophy of world history*, translated by Johannes Hoffmeister. New York: Cambridge University Press, 1975.

HUNTINGTON, Samuel. *Political order in changing societies*. Yale University Press, 1968.

KOHLI, Atul, *State-directed development: political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge, UK, New York: Cambridge University Press, 2004.

LANG, James. *Conquest and commerce: Spain and England in the Americas*. New York: Academic Press, 1975.

LASTARRIA, José Victorino. *La America*. Gante, Impr. de E. Vanderhaeghen, 1867.

LEE, Stephen M. *George Canning and liberal toryism, 1801-1827*. Woodbridge, Boydell & Brewer, 2008.

LEÓN PORTILLA, Miguel (ed.). *The broken spears: the Aztec account of the conquest of Mexico,* translated from Nahuatl into Spanish by Angel María Garibay K.; English translation by Lysander Kemp. Boston: Beacon Press,1962.

LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy, *American Political Science Review,* 1959, 53-1, pp. 69-105.

LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco. *Historia general de las Indias*. Madrid, Espasa-Calpe, s. a., 1941.

MAXFIELD, Sylvia and Schneider, Ben Ross (eds.). *Business and the state in developing countries*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

MCNEILL, William, *The rise of the West; a history of the human community*. Chicago:, University of Chicago Press, 1963.

MCNEILL, John and MCNEILL, William. *The human web: a bird's-eye view of world history*. New York: W.W. Norton & Company, 2003.

MENDOZA, Plinio Apuleyo, MONTANER, Carlos Alberto & VARGAS LLOSA, Alvaro. *Guide to the perfect Latin American idiot*, translated by Michaela Lajda Ames. Madison Books, 2000.

MOLINA, Juan Ignacio. *Ensayo sobre la historia natural de Chile*, traducción del Prof. Dr. Rodolfo Jaramillo. Santiago: Eds. Maule, 1987.

MONTAIGNE, Michel de. *The essays,* translation by John Florio. New York: The Modern library, 1933.

PAGDEN, Anthony. *Lords of all the world: ideologies of empire in Spain, Britain and France c. 1500-c. 1850*. New Haven, CT: Yale University Press, 1995.

POMERANZ, Kenneth. *The great divergence*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.

POWELL, Philip Wayne. *Tree of hate: propaganda and prejudices affecting United States relations with the Hispanic world*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2008.

PREBISCH, Raúl. *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York: United Nations, 1950.

SAHAGÚN, Bernardino de. *Historia general de las cosas de Nueva España*. México, D.F., Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2000.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. *Historia del Nuevo Mundo*, introducción, traducción y notas de Antonio Ramírez de Verger. Madrid: Alianza, 1987.

SPENGLER, Oswald. *The decline of the West*, English abridged ed. prepared by Charles Francis Atkinson. New York: Oxford University Press, 1991.

SUNKEL, Osvaldo. *Past, present, and future of the process of Latin-American underdevelopment*. Budapest: Center for Afro-Asian Research of the Hungarian Academy of Sciences, 1973.

TOYNBEE, Arnold. *A study of history*. London: Thames and Hudson, 1988.

TYLER, S. Lyman. *Spanish laws concerning discoveries, pacifications, and settlements among the Indians: With an Introduction and the First English Translation of the New Ordinances of Philip II, July 1573, and of Book IV of the Recopilación de leyes de los reinos de las Indias, Relating to these Subjects*. Salt Lake City, American West Center, University of Utah, 1980.

VÉLIZ, Claudio. *The New World of the gothic fox: culture and economy in English and Spanish America*. Berkeley: University of California Press, 1994.

VITORIA, Francisco de. *Relectio de Indis o libertad de los Indios*, edición crítica bilingüe por L. Pereña y J.M. Pérez Prendes. Madrid, C.S.I.C., 1967.

VOLTAIRE. *Alzire: ou les Americains*. Kessinger Publishing, 2010.

_____. *Candide*. Barnes & Noble Classics, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel, *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1976.

ENTREVISTA COM ROBERT FRANK

Interview with Robert Frank

CONCEDIDA A ALEXANDRE MORELI

Paris, 10 de junho de 2016

http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000100015

Alexandre Moreli é professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV).

O entrevistador agradece a Cristiano Fagundes, Charlotte Riom, Raissa Pose Pereira e Iago Gama Drumond pelo trabalho de transcrição, revisão e apoio na redação das notas explicativas presentes no texto.

Nascido em 28 de janeiro de 1944 na Escócia, filho de mãe escocesa e pai polonês, Robert Frank fez seus estudos na França e na Inglaterra, tornando-se um historiador especializado em Relações Internacionais e herdeiro de uma das mais antigas tradições nesse domínio. É professor de História desde 1968, obteve o título de doutor em 1978 e a habilitação para conduzir pesquisas em 1990. Lecionou na Université Paris X-Nanterre de 1977 a 1991 e foi diretor do Instituto de História do Tempo Presente de 1991 a 1994. Nesse último ano começou a lecionar História das Relações Internacionais na Université Paris I – Panthéon-Sorbonne, tornou-se diretor do Mestrado em Relações Internacionais e assumiu também a direção do Institut Pierre Renouvin e do laboratório de pesquisas Identités, Relations Internationales e Civilisations de l'Europe do Centre National de la Recherche Scientifique. De 2010 a 2015 foi Secretário Geral do Comitê Internacional de Ciências Históricas. É autor de diversas obras, entre elas *Le prix du réarmement français (1935-1939)*, *Turbulente Europe et nouveaux mondes (1914-1941)*, *La loi des géants (1941-1964)* e *La hantise du déclin*, na qual o sintetiza seus trabalhos anteriores sobre as relações de segurança, poder e identidade no contexto do declínio da França entre 1914 e 2014. Atualmente, é professor emérito da Université Paris I – Panthéon-Sorbonne e membro da Comissão de Arquivos Diplomáticos do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da França.

Professor, preparei esta entrevista dividindo-a em quatro partes: o início da sua carreira, o campo da História das Relações Internacionais, o lançamento da revista *Monde(s)* e, para finalizar, uma breve reflexão sobre o futuro da disciplina. Li algumas entrevistas nas quais o senhor afirma que, sem a terrível Segunda Guerra, até mesmo sem Hitler e sem a guerra-mundo que ele provocou, colocando pessoas e realidades muito diferentes em contato, não teria havido a menor chance de seus pais se conhecerem. Poderia nos contar a origem de sua família?

Sim, tenho uma relação paradoxal com a Segunda Guerra Mundial, e bastante existencial, pois sem a guerra e, logo, sem Hitler, eu jamais poderia ter nascido [risos], porque meu pai, nascido em Varsóvia em 1918, e minha mãe, nascida na Grã Bretanha em 1925, jamais teriam conseguido se encontrar. Meu pai é judeu polonês, de uma família relativamente abastada à

época, de uma Polônia na qual uma parte da comunidade judaica se laicizava – minha família não viveu nos bairros judaicos de Varsóvia, eles inclusive eram um tanto aburguesados. Tanto isso é verdade que nos anos 20, com o renascimento da Polônia e os contatos com a França, uma boa parte da burguesia varsoviana colocava os filhos no Liceu Francês de Varsóvia, e foi lá que meu pai estudou. Em 1935, a família decidiu mandar aquele adolescente para Paris morar com os tios que já estavam lá, e foi então que meu pai ingressou no Licée Lakanal. Quando a guerra começou, em 1939, ele já estava na Faculdade de Direito em Paris. Após a derrota polonesa, o governo polonês veio para Paris e ele então participou da campanha de 1940 do exército polonês na França. E o exército polonês na França, como todos os outros exércitos na França... foi derrotado.

Após a derrota francesa meu pai permaneceu na França, mas mudou-se para Grenoble e continuou seus estudos de Direito até 1942, quando decidiu se juntar às forças polonesas na Grã-Bretanha. Ele passou pelos Pireneus, mas somente após a segunda ou terceira tentativa chegou ao campo [de concentração] de Miranda [na Espanha]. Lá lhe disseram: "Fique tranquilo, você será contatado por serviços dentro do campo, que o ajudarão a sair daqui". Foi o que aconteceu, via Gibraltar. Nessa época o exército polonês estava na Grã-Bretanha, mais precisamente na Escócia. Dá para deduzir o que aconteceu... Foi aí que ele encontrou minha mãe, escocesa. Eles se casaram em 1943 e eu nasci em 1944. E se eu chamo esse caso de "paradoxo", é porque foi graças a Hitler que eu nasci, mas por outro lado foi também por ele que toda a minha família judia polonesa foi exterminada.

O senhor fala bastante da guerra, mas não fala muito sobre o pós-guerra. Com referências familiares separadas pela cortina de ferro, até que ponto o senhor levou em conta os discursos e ações políticas que propagavam ou defendiam os dois lados da Guerra Fria?

É uma pergunta interessante porque, claro, naquela altura, logo após a guerra, eu ainda era uma criança, adolescente a partir dos anos 50. O mundo era visto muito através dos amigos, do ambiente em que se vivia, dos pais, e meu pai foi muito importante naquela minha primeira cultura política. Ele era de esquerda, era bem à esquerda, mas uma coisa ele não queria: o comunismo. Ele não queria voltar para a Polônia, que se havia tornado comunista. Ele sabia que, se voltasse, não poderia mais sair. E então ele me contava que estava entrando no Partido Socialista, que tinha um bocado de amigos comunistas que diziam: "Mas você tem as mesmas ideias que nós, por que você não nos acompanha?", e ele respondia: "Não, não posso... Sim, me sinto um pouco marxista, tenho mais ou menos as mesmas ideias que vocês,

mas a forma como o marxismo foi aplicado nos países comunistas sob tutela soviética, não é isso que eu quero".

Foi mais ou menos nesse ambiente que eu vivi, e assim, quando começou a *détente* na Polônia no fim dos anos 50, quando Gomulka chegou ao poder, nós recebíamos em casa alguns intelectuais poloneses que vinham à França e podiam retornar em seguida porque havia a *détente*. Então, nessa Guerra Fria, eu tive... como dizer... uma cultura um tanto mitigada, na qual o império soviético era o mal, mas em que o capitalismo tampouco era bom, uma cultura que, no limite, entendia que era preferível reformar o capitalismo por dentro do que importar o modelo soviético. Foi mais ou menos nessa cultura política que eu vivi um pouco da minha infância e a minha adolescência.

O senhor é herdeiro de uma importante tradição da História das Relações Internacionais na Europa continental. Seu interesse pelo estudo da disciplina histórica, de imediato, e posteriormente por essa subárea, manifestou-se quando, em sua trajetória? Sua entrada no campo da História está ligada de alguma forma ao seu percurso pessoal, familiar?

Eu diria que de início foi uma entrada, digamos, intelectual, em meio a esse banho de cultura que acabo de descrever. Quando comecei os estudos de História fui influenciado pela *École des Annales*, que na época dava muito mais importância à História Econômica, o que muitas vezes se esquece. Claro, mais tarde viria o que seria chamado de História Intelectual, História das Mentalidades, mas antes era a História Econômica com, digamos, um certo verniz – e eu tomo cuidado ao dizer isso – um certo verniz marxista, intelectualmente marxista, mas de forma alguma militante e ainda menos comunista. Mas a ideia de guerra de classes... sim, ela existia [risos], o que não levava necessariamente à dedução de que havia um sonho socialista absoluto. Mas enfim, esse método me interessava muito na História, ver a importância da História Econômica do ponto de vista explicativo. Foi por essa razão que em 1967, quando escolhi um tema para a dissertação do Diplôme d'Études Supérieures, o que chamamos de *Master* [Mestrado] hoje em dia, eu queria fazer História Econômica. Aliás, História Econômica e Social. Fui então econtrar o Pierre Villa, professor de História Econômica da Sorbonne, e disse: "Eu estou hesitando… Como eu conheço a língua inglesa, gostaria de ir para a Grã-Bretanha estudar História Britânica, ou mesmo História Social, talvez alguma coisa sobre a classe operária, ou enfim, História Econômica". Villa, que era realmente marxista e que havia feito uma tese de História Econômica sobre a Catalunha bastante extraordinária, disse: "Sobre História Social Britânica já há muita coisa escrita... Não, não, vá ver meu colega Eric

Hobsbawn" – que não era conhecido à época – "e ele o ajudará com um tema. Por que não um verdadeiro tema de História Econômica, que é algo formador? É mais difícil que História Social, mas é formador".

Como eu tinha uma bolsa, fui ver o Hobsbawm. E foi ele quem escolheu o meu tema. Ele estava totalmente de acordo com as minhas pretensões, disse que era preciso mesmo que fosse um assunto de História Econômica e me propôs fazer algo sobre a indústria armamentista britânica entre o fim do século XIX e o início do XX. O interessante de tudo isso foi a ideia de analisar e tentar entender os perfis, a influência dos industriais sobre o Estado, tentar descobrir se eles tiveram um papel importante tanto na corrida armamentista como na deflagração da guerra – aí estaria presente uma dimensão política, mas analisada através da História Econômica. Esse trabalho foi imensamente formador, e é aí que vemos que a História serve para alguma coisa [risos]... Eu pude perceber que, no plano econômico, as encomendas de armamentos pelos Estados representavam entre 3 e 5% de toda a produção de aço britânica. Claro, isso não era insignificante, mas também não era grande coisa. Não era isso que explicava a radicalização e os extremismos, era difícil validar a explicação leninista das causas da Primeira Guerra Mundial. Em contrapartida, no plano qualitativo, no plano das tecnologias, claro, a indústria armamentista conseguiu alavancar a indústria siderúrgica. Eu percebi que a História era muito mais complicada do que algumas explicações marxistas um pouco simplistas tentavam avançar. O extraordinário foi que Hobsbawm, de um lado, e Villa, de outro, ficaram encantados! [risos] O que interessava a eles era a pesquisa histórica e que, no fim das contas, se encontrássemos alguns resultados que contrariavam algumas hipóteses iniciais, isso era ciência histórica, e isso era formidável! Estávamos intelectualmente no mesmo plano, e digamos que isso também me fez evoluir, sob todos os pontos de vista.

Em seguida passei no concurso, me casei, tive um filho e fui à Tunísia em nome da [Política de] Cooperação [francesa]. Voltando, em 1971, fui encontrar o sucessor de Villa, Jean Bouvier, a quem disse que queria continuar na História Econômica e que estava procurando um tema de pesquisa. Ele disse que tinha um tema para mim, que era o financiamento do rearmamento francês nos anos 1930. Tratava-se, então, de uma história financeira. E esse momento de trabalho com história financeira, na minha opinião, no plano intelectual, foi muito, muito importante, porque através dos agentes financeiros pode-se ver tudo. Trata-se de um posto de observação. Quando você se depara com uma questão relacionada com o rearmamento, por exemplo, tem de investigar as questões orçamentárias, a indústria, as encomendas etc. Ao mesmo tempo, é preciso investigar a economia, que está por trás das finanças, e, como estamos lidando com finanças públicas, é preciso investigar o Estado, é preciso investigar os debates na Câmara dos Deputados, os debates no Senado... Em suma, é preciso investigar todos os aspectos políticos. Os agentes

financeiros são um posto de observação fantástico entre o econômico e o político. Além disso, como se tratava de rearmamento, era possível perceber as dinâmicas entre a realidade francesa e a realidade internacional. Sem surpresa, é possível perceber como essa história financeira do rearmamento foi me abrir as portas das relações internacionais...

Enfim, quando eu estava fazendo o doutorado, Jean Bouvier me fez ingressar no Comité d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale, na sua seção econômica. Claro, minha pesquisa era um estudo sobre o período imediatamente anterior à guerra, o que me permitia facilmente pensar sobre economia e finanças durante o conflito. Mas ao entrar nesse Comitê – lembrando que estávamos nos anos 1970 –, evidentemente eu me lembrei de toda a minha história familiar e disse: "Mas é isso, claro! Terminada a minha tese, esse é o período que me interessa".

Como o senhor chegou ao grupo de Pierre Renouvin na Sorbonne?

Quando eu estava no Comitê, havia alguém muito próximo do Bouvier, que era o René Girault [sucessor de Pierre Renouvin e de Jean-Baptiste Duroselle na Sorbonne]. Girault também vinha da História Econômica, mas já se encontrava na História das Relações Internacionais. Eu, que estava um pouco mais para a História Econômica, mas já interessado nas relações franco-britânicas, acredito ter de alguma forma chamado a atenção do Girault. Quando eu defendi a minha tese, claro, ele estava na banca. Eu lecionava no ensino médio, no Liceu de Boulogne, e buscava uma vaga de professor assistente, como se dizia à época, algo muito difícil, pois existiam pouquíssimas oportunidades na universidade. Um belo dia, Bouvier me disse: "Bom, ainda não existe vaga, mas se ela surgir... Aparentemente René Girault está pensando em você, mas será preciso uma certa conversão, ou seja, mesmo se você mantiver o interesse pela História Econômica, você migraria também para a História da Relações Internacionais". E eu, que praticamente já estava fazendo isso, disse: "Sem problema". E foi assim que aconteceu.

Percebe-se um certo diálogo com o marxismo e a presença de reflexões primando pela História Econômica no início da sua carreira, num percurso que agregou cada vez mais novas perspectivas de análise. No seu modo de ver, a interdisciplinaridade, ou mesmo o esfacelamento das grandes divisões das Ciências Humanas criadas no século XIX, aconteceu como e em que ritmo? Pode-se dizer que ao longo do século XX voltamos a construir um historiador de perfil erudito, um humanista típico do pré-positivismo?

Você está fazendo referência à passagem da História como disciplina fechada sobre ela mesma para uma disciplina em diálogo com as Humanidades, mais aberta?

Exato. Por exemplo, nota-se que a História Política da tradição de Albert Sorel [historiador diplomático francês] transformou-se ao dar um passo em direção à História Econômica entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nas décadas seguintes, tem-se a impressão de que esse tipo de mudança passou a acontecer muito mais rapidamente, de que o intercâmbio entre as Ciências Humanas se acelerou. Nota-se, por exemplo, que os historiadores passaram a tomar emprestadas as ferramentas metodológicas dos sociólogos, dos antropólogos, para conduzir suas pesquisas. Tem sido essa a sua impressão? Pode-se falar em uma aceleração desse fenômeno a partir de um certo momento?

Acredito que é isso mesmo. E aqui posso falar sobre a França, que é o caso que conheço melhor. Acredito, na verdade, que o entre guerras foi sem dúvida um momento extremamente importante nesse sentido. Existem, então, dois momentos para a disciplina histórica: um que eu chamaria de "intelectual" e outro, muito mais ligado à rivalidade entre os historiadores, entre grupos, um momento "psicológico", de atritos, de disputas. Eu me explico. Obviamente temos, em 1929 e início dos anos 30, a fundação da revista *Annales.* Temos Marc Bloch, temos Lucien Febvre, que, claro, proporcionaram diversos tipos de mudanças. Minha hipótese é a seguinte: temos Pierre Renouvin, que estaria no início de sua carreira fazendo uma história mais clássica, uma história política e, talvez, um pouco social. Antes da Primeira Guerra ele havia começado uma tese sobre as assembleias provinciais em 1787 – o que não tinha nada a ver com a História das Relações Internacionais. Já a experiência da Primeira Guerra Mundial, claro, fez com que ele percebesse a relevância das relações internacionais. Ele terminou a tese, mas já nos anos 20 ele estava nessa nova história, das relações internacionais. Seu percurso de então é conhecido: ele e outros foram encarregados pelo governo [francês] de rever as causas da Primeira Guerra Mundial com o desafio, digamos, político, de mostrar que a Alemanha havia sido responsável pela guerra e que o artigo 231 do Tratado de Versalhes – contestado pela Alemanha – estava bem fundamentado. Renouvin estava portanto nessa equipe, que ele iria rapidamente dirigir, quando aconteceram duas coisas. Em um primeiro momento, ele decidiu gastar o tempo que achava conveniente e não responder rapidamente à demanda política. Segundo, ele apresentou conclusões muito, muito relativizadas, que não responsabilizavam totalmente a Alemanha, talvez até reconhecessem uma responsabilidade austro-húngara e alemã maior que as outras, mas, de toda a forma, eram conclusões cheias de nuances. Aliás, todas essas conclusões apareceram somente em 1932, depois do fim da questão das reparações [risos], prova de que ele decidiu gastar o tempo que achava conveniente. De toda forma, o que é importante do ponto de vista intelectual e epistemológico é que, ao fazer esse

levantamento, a equipe se deu conta de que os arquivos diplomáticos são fundamentais para compreender as causas Primeira Guerra Mundial, mas não bastam. Assim, desde os anos 30 Renouvin – inspirado pelos *Annales*, apesar de não assumir isso [risos] – compreendeu que era preciso levar em conta uma outra história.

Por outro lado, também no início dos anos 1930, Lucien Febvre escreveu um artigo muito crítico em relação à História Diplomática, como se ainda não houvesse ocorrido uma mudança, como se ele não tivesse lido os primeiros artigos de Renouvin. Então temos, de um lado, uma História Diplomática que vai mudar de *status* e que vai se tornar, graças a Renouvin, uma História das Relações Internacionais, inspirada nos *Annales,* mas sem assumi-lo, e, de outro, os *Annales*, que vão fazer de conta que a História Diplomática não havia mudado, e vão permitir a seus integrantes – primeiro a Lucien Febvre e, depois da Segunda Guerra, Fernand Braudel – difamar severamente uma história que eles chamavam de tradicional, quando ela já havia mudado!

Após a Segunda Guerra Mundial, nota-se de forma muito marcada uma terrível rivalidade entre esses grupos, entre Renouvin na Sorbonne e Braudel na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, que acabava de ser criada. Tratava-se de algo muito mais pessoal, na verdade, de saber quem era o "dono" da História, de determinar o destino das vagas que se abriam. Entretanto, no plano intelectual, a diferença é menor do que se crê. Qual é a diferença? É que, enfim, Renouvin continuou a se interessar também pela História Política e a História Militar, mesmo querendo renová-la com uma História Social e Cultural, enquanto Braudel tendeu, como fizera Febvre 20 anos antes, a ter uma visão, digamos, caricatural da história que era feita por Renouvin.

Tudo isto é para dizer que, para além das disputas, no final das contas o conhecimento circula [risos]. Para além das disputas, existe no plano intelectual uma circulação que toca todos os espíritos, mesmo que no plano da pequena política tenham continuado a existir rivalidades em instituições como a Sorbonne e a EHESS, utilizando os debates intelectuais somente como pretexto.

Para continuarmos no plano epistemológico, é interessante pensar que Sorel estudou o conflito franco-prussiano somente alguns anos depois da guerra, lembrar que ele publicou a *História diplomática da Guerra Franco-Alemã* (1875) somente alguns anos após o fim do conflito. Mais adiante, Renouvin trabalhou a Grande Guerra pouco depois de ela ter terminado. Duroselle, por sua vez, logo depois da Segunda Guerra realizou diversos trabalhos junto com cientistas políticos americanos sobre o que seria a história recente. Tem-se a impressão de

que naquela época, talvez mais do que hoje, havia um contato dos historiadores com os cientistas políticos e com a Ciência Política (ainda que na época ela não tivesse esse nome). Como entender a evolução da História para além desse diálogo já mencionado com os *Annales*, considerando a tradição da Ciência Política?

Eu penso que esses historiadores mencionados, antes de se relacionarem com a Ciência Política, foram historiadores que se interessaram pela atualidade. Nesse sentido, ao se interessarem pela atualidade, eles faziam de forma vanguardista – pois eram ideias muito avançadas para o seu tempo – o que hoje chamamos de História do Tempo Presente... Sorel, de fato, iniciou seus trabalhos muito pouco tempo depois da guerra de 1870. Renouvin, muito pouco tempo depois da de 1914-18, lembrando também que esses homens haviam sido traumatizados por essas guerras... Esse foi de fato um paradoxo, pois logo depois da Segunda Guerra Mundial, e mesmo até os anos 1960, quando era o caso de se fazer História do Tempo Presente (lembrando que o Instituto de História do Tempo Presente foi criado por François Bédarida em 1979), houve reticências e resistências. Dizia-se: "Como podemos fazer a história de períodos tão recentes?", enquanto os predecessores, na verdade, já o faziam! Nos anos 1960, em nome da tradição [risos], alguns – e digo alguns – condenavam a História do Tempo Presente enquanto aqueles tidos como "tradicionais" já a haviam feito antes! Havia aí um imenso paradoxo. Essa batalha entretanto terminou, felizmente. Estamos falando, então, de pessoas que se interessam pela atualidade e, porque se interessam pela atualidade, dialogam com o que podemos chamar de Ciência Política.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que o trauma de 1914-18 é muito mais importante do que o trauma de 1870-71. Sim, ele é mais importante, mas por quê? Porque houve muitos mortos, foi uma carnificina. O próprio Pierre Renouvin foi mutilado, na própria carne. Não se trata, porém, de subestimar o trauma de 1871, que certamente resultou em muito menos mortos, mas foi uma derrota. Tanto é assim que a ideia das pesquisas em Ciência Política de Boutmy foi poder pensar sobre a formação das novas elites. As questões a serem então respondidas eram: teriam as elites francesas fracassado? Teriam as elites francesas demonstrado algum tipo de inferioridade diante das elites prussianas e alemãs, que venceram a guerra? A Sciences Po [Ecole Libre des Sciences Politiques] foi então criada para renovar essas elites, modificar o ensino, a formação etc., e Sorel, como historiador, estava plenamente envolvido nessa transformação. Daí sua entrada na Sciences Po e, portanto, sua ligação substancial com os cientistas políticos. Já para Renouvin, da geração seguinte, o que se passou foi talvez mais complexo. Não sei a data exata, mas acredito que logo depois da Segunda Guerra

Renouvin entrou rapidamente em contato com a Sciences Po, onde iria lecionar em razão da relevância da História das Relações Internacionais na formação dos alunos. Duroselle faria algo parecido ao fundar o CERI, Centre de Recherches Internationales, organizando até mesmo um seminário com Raymond Aron. Dessa forma, houve, sim, uma circulação entre historiadores, cientistas políticos, filósofos e sociólogos.

Nota-se, em suma, a importância das guerras, do contexto pós-guerra, criando uma ligação mais estreita desses historiadores com os cientistas políticos, fazendo com que a História Política subsistisse neles muito mais do que o que aconteceu do lado dos *Annales*, o que talvez explique a já mencionada diferença, ainda que todos esses que citei, com Renouvin à frente, tenham se inspirado nos *Annales.* A dimensão política era importante demais.

É interessante como ainda não mencionamos a expressão "forças profundas". Penso no pós-guerra e no período de sua vida que comentamos agora, o que nos faz lembrar da obra *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*, de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, publicada em 1964 (Paris, A. Colin), um marco na tradição da qual o senhor faz parte. Do seu ponto de vista, qual foi o lugar dessa obra dentro da História? Teria ela constituído o ápice de um ciclo de revisão da velha História Política ou apenas seu início?

Esse ciclo começa certamente antes! Na verdade, há um artigo de Renouvin do início dos anos 30 em que ele menciona pela primeira vez as "forças subjacentes". Ainda não usava a fórmula das "forças profundas", mas já mencionava as tais "forças subjacentes". "Força profunda" aparece, de fato, em 1954, no que eu chamo de "pequena introdução". Em 1953, Pierre Renouvin foi encarregado pela Editora Hachette de lançar uma coleção sobre a História das Relações Internacionais da Idade Moderna até nossos dias. Renouvin iria escrever somente os últimos volumes, sobre o século XIX e a primeira metade do XX, até 1945. Os volumes precedentes seriam escritos por outros, mas, claro, no primeiro volume, Renouvin fez uma introdução geral à coleção toda. Em 20 páginas, essa "pequena introdução" anunciava a grande introdução de 1964, que ele escreveu com Duroselle. E aí, passamos às "forças profundas".

Também aí, Renouvin mais uma vez se inspirou na *École des Annales,* que ele não cita, dizendo que havia "várias escolas" e que seria preciso levar em conta "todas essas escolas". Seria preciso, ele diz, ter em conta a escola clássica da História Diplomática, mas também a escola "estrutural", e aí é preciso entender que, de fato, tratava-se justamente dos *Annales*. É um longo percurso que está ligado de certa forma aos anos 30. Devido às rivalidades, ele cita Braudel só depois, num artigo, na verdade uma ou duas vezes, quase sem querer... [risos].

Percebe como os grandes historiadores são apenas homens [risos], e que as pequenas e mesquinhas rivalidades entre eles infelizmente também existem?

Sabemos bem o que seguiu nos anos 70 e 80, mas eu gostaria de abordar uma categorização muito utilizada hoje em dia, a da suposta "virada global". Gostaria de lançar o debate perguntando se é possível definir as mutações no campo histórico como consequência de uma "virada global" dos processos sociais nos últimos 30 ou 40 anos, como, por exemplo, através de uma suposta sincronização dos processos sociais causando repercussões na maneira como se pensam as Ciências Humanas.

Sobre esse assunto há muito a dizer, eu acredito. Acredito que talvez tenhamos tido, logo antes da "virada global", aquilo que poderíamos chamar de "virada cultural", ou seja, o real nascimento de uma História Cultural, que é independente da História Política e é feita por fora da História das Relações Internacionais. Como ocorre com frequência, essa História Cultural, de diferentes formas, dá fôlego à *École des Annales.* Valem alguns comentários, por exemplo, sobre a própria aparição da palavra "cultura", da palavra "cultural". Ela é tomada da Antropologia, claro, porque cultura e cultural vão mais no sentido antropológico, não se tratando somente da grande cultura, das belas artes, do Parthenon, mas também da cultura do cotidiano... Do lado da História das Relações Internacionais, as ferramentas e conceitos eram os mesmos que encontrávamos desde o início: as mentalidades, a psicologia social... Havia ainda a economia, também importantíssima na *École des Annales*, mas os termos cultura e cultural levaram um certo tempo para substituir essas palavras. Entretanto, a partir dos anos 80 essa mudança aconteceu, e a História das Relações Internacionais introduziu essa terminologia também na sua disciplina, incluindo a "história das representações". Não se falaria mais apenas em termos de "mentalidades", mas de "representação". Eu diria que, sobretudo a partir dos anos 1990, a História em geral e a História das Relações Internacionais em particular começam a se interessar ainda mais por essa história das percepções, por essa história das representações.

René Girault, por exemplo, no final dos anos 1990, lançou uma rede europeia para estudar a percepção de potência enquanto poder nas relações internacionais, analisando os anos de 1938, 1958 e os anos 1960. O objetivo era não somente pensar sobre as grandes potências ou sobre as potências médias em um plano objetivo, mas entender como elas criavam representações delas mesmas e das demais, e como as representações das potências criam poder ou o fazem desaparecer. Em outros termos, como a representação da realidade

transforma a realidade. Aí penso que se trata de uma virada essencial. Chamei tudo isso de virada cultural. Ao mesmo tempo, ou quase, um pouco mais tarde, ocorreu essa virada global e transnacional. Ou seja, a ideia segundo a qual é preciso sair dos quadros nacionais … [pausa] mas isso é dito há muito tempo! Marc Bloch já dizia isso em 1928 no Congresso de Oslo! Até mesmo Sorel dizia que, quando fazemos História Diplomática, é preciso ver não apenas os arquivos nacionais... até mesmo quando se pensa especificamente sobre a História da Política Externa da França! Bem... até aí, todos já estavam de acordo, mas, por causa de problemas materiais, nem todo mundo pode generalizar isso. Assim, a História global não demanda apenas sair das fronteiras nacionais, mas perceber as circulações internacionais que fazem o mundo. Isso é o que há de mais novo... o que, para mim, mais revoluciona.

Paralelamente à virada cultural, à virada global, existe a reivindicação por uma chamada virada transnacional, sobretudo através da influência da Ciência Política americana. Esse movimento parece ter colocado a escola de Pierre Renouvin em uma situação difícil, parece tê-la deixado um pouco cambaleante. Porque no fundo, essa chamada História Transnacional, ou o termo transnacional dentro desse movimento, pretende designar todas as relações através das fronteiras que não passavam pelos Estados, ou seja, todas as relações que não eram interestatais. Isso seria, então, chamado de transnacional. Ora, há então um problema! Vemos aqui como se fazem algumas ditas revoluções... Algumas se fazem, na verdade, sem levar em conta o que foi dito antes! Ora, se antes houve de fato uma revolução "renouviana" [risos], prolongada por Duroselle, foi precisamente através dos ditos em seu artigo dos anos 1930 ou, ainda melhor, nos ditos de sua "pequena introdução" de 1954 e na "grande introdução" de 1964. Ou seja, se nós [da escola francesa] preferimos a expressão "História das Relações Internacionais" à expressão "História Diplomática", é porque, para nós, e eu cito [Renouvin], "a história das relações internacionais não é somente a história das relações interestatais, mas é também a história das relações entre os povos". Sabemos que a palavra "povos" está em desuso hoje, mas ela equivale a "sociedades".

Finalmente, para Renouvin, então, a História das Relações Internacionais seria tanto a história das relações interestatais como o que hoje é chamado de relações transnacionais, ainda que a palavra não existisse à época. Tudo isso criou uma confusão, sobretudo porque nós propomos, ainda, outra coisa: reservar o termo transnacional às relações – pouco importando se são interestatais ou ainda menos se são intersocietais – que, de uma forma ou de outra, esquecem o nacional, ou ultrapassam o nacional ou transcendem o nacional, observando, porém, que nem todas as relações entre sociedades são transnacionais – por exemplo, quando um produto deixa um espaço nacional e vai até outro espaço nacional sem ser percebido como perdendo a sua origem, como sendo de uma outra nação, não há transformação! Em

contrapartida, se esse produto tem um valor simbólico que porta culturalmente aspectos de apropriação ou reapropriação, ou seja, de transferência e, assim, de esquecimento ou transcendência do nacional, então aí podemos chamar de transnacional! Evidentemente, a exportação de Coca-Cola para o mundo não se resume apenas a uma venda de refrigerante [risos], mas constitui uma série de símbolos que são reapropriados. E aí, de fato, tudo muda!

É por esse motivo que na conclusão do livro *Pour l'Histoire des Relations Internationales*, de 2012, dizemos que a ideia de forças profundas de Renouvin ainda é válida, mas também que é preciso adaptá-la, modificá-la, e metamorfoseá-la completamente. Por quê? Porque mesmo que Renouvin tenha sido o primeiro a dizer que as relações internacionais não são apenas as relações entre Estados, mas também relações entre povos, é preciso admitir que, em seus escritos, e nos de Duroselle também, apesar de tudo, foram estudadas essencialmente as relações interestatais. Mesmo que se estudassem as forças profundas, viam-se as forças sociais, culturais, econômicas, sobretudo num plano vertical, ou seja, como em uma sociedade, em um quadro nacional, influenciavam *bottom up* o Estado Nacional, assim como a rigor o Estado Nacional, com sua ação, podia *up down* metamorfosear as forças profundas. Era, então, uma espécie movimento vertical, de baixo para cima e de cima para baixo.

É interessante, assim, como nós propomos, de outra maneira, uma fórmula de "dinâmica internacional", ou "dinâmica transnacional" – e a propósito, uma bela coincidência, pois a palavra "dínamo" quer dizer "potência" em grego, "força" [risos] –, que considera movimentos horizontais que atravessam fronteiras. Quer dizer, com as forças profundas sendo vistas como formas de circulação através das fronteiras, como essas forças profundas nacionais atravessam fronteiras e são reapropriadas por outras e chegam a uma coalescência internacional ou transnacional que, finalmente, pode influenciar todos os Estados ao mesmo tempo, ou de forma sucessiva, e ao mesmo tempo transformar as relações internacionais.

Mas há muita cacofonia por trás desse debate! Para ir mais longe, ainda sobre o transnacional, confunde-se duas coisas: confunde-se a abordagem e o objeto. A abordagem é o método. O sentido de transnacional é sair do quadro de análise nacional, ver as circulações etc. Mas objeto é outra coisa! Não é porque temos uma abordagem transnacional que vamos encontrar objetos transnacionais [risos]. Talvez encontremos objetos transnacionais, mas às vezes eles serão absolutamente internacionais, objetos que vão de uma nação a outra, mas que guardam o caráter nacional de origem. Não encontraremos necessariamente objetos transnacionais. Supondo que encontremos objetos transnacionais por todos lados, seria algo praticamente ideológico, porque chegaríamos, assim, a uma espécie de mundo gentil, irônico, onde os fatos nacionais são ultrapassados e onde tudo vai bem graças às circulações culturais... Mas não é assim! A história também é trágica.

Estamos chegando a quase quatro anos da obra que o senhor organizou em 2012 (*Pour l'Histoire des Relations Internationales*), que, por sua vez, foi pensada em dez anos, e na qual o senhor advoga a herança de abordagens ou métodos que hoje são apresentados como inéditos. Seria já possível fazer um inventário dessa obra, do impacto ou até dos resultados que o senhor mostra em mais de 30 capítulos?

Penso que seria difícil. É uma obra que foi pensada ao longo de dez anos e que, logo, viveu um pouco todas essas viradas. Na verdade, o objetivo era mostrar em que sentido as aquisições antigas e recentes permaneceram importantes, mas também que as novíssimas aquisições poderiam enriquecer sem necessariamente negar as heranças. Em particular em nossa conclusão, chegamos à ideia de que, uma vez mais, é preciso tomar cuidado com as expressões que utilizamos. Na verdade, devido à chamada virada global e à virada transnacional, nos Estados Unidos e em outros lugares questiona-se se não se deve mudar o nome da disciplina e utilizar preferencialmente "História Internacional", que evoca um pouco da história transnacional, no lugar de "História das Relações Internacionais". E por que não? Quero dizer, se algum dia isso se impuser, impor-se-á. Mas se nós nos apegamos ao termo "relações"... [risos], é porque invertemos a problemática, a saber: todos os historiadores deveriam fazer história internacional. Todos. Em especial aqueles que fazem história nacional [risos]. Não podemos fazer a história de uma nação sem fazer a história internacional dessa nação. Explico: não somente a política externa, evidentemente, mas isso não é o mais importante, uma nação é feita de intercâmbios, de trocas, internacionais e transnacionais. Uma nação é uma construção histórica. Pode nascer e pode morrer. A *britishness* está morrendo devido ao *Brexit*. Quero dizer, o Reino Unido tem uma identidade britânica que está se desfazendo sob os nossos olhos. É, então, mortal. O que isso quer dizer é que a história da França, a história da Alemanha, a história do Brasil etc. não podem ser escritas sem essa visão internacional. Não podemos permanecer apenas nos arquivos do próprio país para explicar o país. Não podemos permanecer no interior das fronteiras desse país para explicar esse país. Toda história é, portanto, internacional. Nesse contexto, a nossa especificidade, nossa excepcionalidade são justamente as relações! Paradoxalmente, não é a palavra "internacional" que é original, porque todos deveriam praticá-la, mas as condições através das quais essas relações se organizam. Quando fazemos a história internacional da França, por exemplo, não buscamos analisar em detalhes as relações com outros países, as relações societais etc., buscamos somente aquilo que nos é interessante para explicar a França. Já na História das Relações Internacionais, justamente, estamos atrás de uma história um pouco geral dessas relações. Essa é a especificidade.

E não é pouco, sobretudo na América Latina, onde a história nacional é uma tradição muito forte.

O que é normal! Quer dizer, toda nação é uma construção perpétua, certo? Até mesmo as nações mais antigas, até mesmo a França, estão em perpétua construção. A nação brasileira, não quero dizer que é novíssima, ela já tem sua história, mas vai fazer 200 anos, não é isso? E não são nada 200 anos... nada... [risos]. O que quero dizer com isso é que é normal ver em todos os países, e particularmente naqueles que chamávamos no entre guerras de "países novos", que a história nacional ainda é importante. Mas precisamente, dentro dessa história nacional, é preciso fazer a história internacional do Brasil. E transnacional do Brasil.

Foi o que permitiu, por assim dizer, a pequena revolução trazida por Michel Espagne e Michael Werner, com a noção de transferência cultural, quando da reflexão deles sobre a história comparada. Eles queriam fazer a história comparada da França e da Alemanha, e se deram conta de que, enquanto o termo "história comparada" é muito bom, ao tomar a palavra "comparada" no seu sentido estrito, passariam a comparar um bloco e outro bloco, a França e a Alemanha. Identificariam, assim, diferenças, similaridades, mas como se fossem blocos! Justamente, o que embaralha a comparação é que não se trata de essências, que não são blocos, mas que, precisamente, existem relações culturais, fenômenos de transferência e de apropriação que fazem com que a França e Alemanha não sejam essências, mas se inspirem mutuamente.

Mas então, a tradição de Renouvin já respondia a essa atenção às perspectivas, porque essas "relações" estavam presentes desde o início das transformações epistemológicas que ele propôs para a disciplina.

Verdade. Isso tudo era dito, mas na prática, nos escritos que se sucederam, as relações interestatais venceram. É verdade, também, que nessa época se percebia que as sociedades exerciam um papel. O que Renouvin chamava de forças profundas exercia um papel. Ao mesmo tempo, apesar de já haver circulações internacionais entre essas forças profundas, elas eram talvez menos … óbvias, menos evidentes, menos espetaculares que desde os anos 70. A terceira globalização que hoje conhecemos tem uma particularidade em comparação com a globalização imperial do fim do século XIX, início do XX, ou com a segunda globalização dos anos 20, da multiplicação de todas essas circulações. O que faz com que tenhamos um fenômeno um tanto novo: a ascensão ao poder não das sociedades, mas da sociedade civil. É uma outra coisa. Ou seja, aquela parte da sociedade que se engaja em redes, associações,

organizações não governamentais, e que pesam na vida internacional. Claro, antes havia a Cruz Vermelha, mas era uma só ONG. Havia redes internacionais, mas digamos que a partir dos anos 1970 a sociedade civil tornou-se muito mais importante que antes. Trata-se da questão dos limites e não da inexistência da potência estatal.

Desse ponto de vista, Renouvin, tendo ideais novas que podemos finalmente aplicar completamente hoje em dia, não levou até o fim suas novas perspectivas. Porque era uma época em que as forças profundas estavam mais verticalizadas, como dizíamos há pouco, e, apesar de já existir, era menor a horizontalidade de circulação de forças que hoje se multiplicam em uma escala e um grau que modificam até mesmo sua própria natureza. Foi a própria História que mudou, e é preciso que os historiadores levem isso em conta. Sobretudo se estudarem uma época extremamente recente, dos anos 1970 para cá.

Há uma expressão cara ao senhor, e sobre a qual eu gostaria de um comentário seu, que é "pensar historicamente as relações internacionais". Como trabalhar essa relação entre Teoria e História das Relações Internacionais? Podemos fazê-lo?

As teorias me interessam, e me interessam porque me ajudam a pensar [risos]. Para mim, são ferramentas.... Não sou produtor de teorias, sou consumidor de teorias e eu vou às compras na teoria, pego aquilo que me interessa, escolho o que me interessa... Mas vejo que nenhuma teoria sozinha consegue produzir explicações. Por causa das inúmeras teorias, é importante que o historiador conceitualize. Para mim, o conceito está entre o fato e a teoria. Tudo isso significa que as teorias permitem que se reflita sobre a forma de agenciar os fatos, de reinterpretar os fatos. Entretanto, como nos damos conta rapidamente de que elas não conseguem dar cabo da riqueza dos fatos, é preciso parcelar as teorias e tomar emprestados os seus conceitos. Considerar cada pequena partícula, por assim dizer, das teorias. Talvez não todo o conjunto, mas certas partículas, que podemos encontrar tanto com os funcionalistas, os institucionalistas, os realistas, os idealistas, os transnacionalistas, os construtivistas. Seus conceitos, finalmente e efetivamente, nos servem para melhor reinterpretar os fatos ou para apresentar as interpretações dos fatos. Para mim, a palavra-chave é conceitualização.

René Girault, que o precedeu na Sorbonne, dizia que "todo historiador é prisioneiro do seu tempo". Temos aqui uma questão: não é paradoxal que o, digamos, combate dos historiadores globais, ou ao menos de alguns, contra o paradigma nacional, ocorra na mesma época em que há um aparente retorno muito acentuado da lógica nacional? O referendo britânico que o senhor

mencionou, não seria prova de que a história global deve existir somente ao lado da história nacional? Como se dá essa relação entre global e nacional hoje em dia e no século XXI?

Acredito que a história nacional enquanto disciplina, enquanto abordagem, continuará sendo necessária. Continuará a ser necessária em um plano social. Não é ilógico que, nas escolas, no ensino médio, aprendamos a história do mundo, claro, mas que, nessa história do mundo, a história do país onde vivemos tenha um lugar privilegiado. Afinal de contas, é o ambiente onde se está, mas essa história nacional deve ser renovada, justamente por essas viradas epistemológicas que são a história cultural, história global, história transnacional, a saber, por uma visão internacional da história de sua nação. E acredito que isso seja absolutamente necessário... Cito bastante Romain Gary que, em seu romance *Education Européenne*, tinha uma fórmula maravilhosa sobre patriotismo e nacionalismo: "O patriotismo é o amor dos seus. O nacionalismo é o ódio dos outros". É bem verdade que frequentemente confundimos os dois, atribuindo ao "nacionalismo" tudo aquilo que se refira à nação. Não, não, não! Tudo o que se refere a nação não é forçosamente nacionalista. Somente é nacionalista aquilo que, em uma nação, odeia os outros. Assim, podemos explicar um aspecto do nacionalismo de potência, que depende da oposição aos outros, que são tomados como concorrentes, o que não é o caso atualmente. As políticas de extrema direita já não constituem mais o nacionalismo de potência. Elas têm, ao contrário, um sentido de retração. De retração identitária, e o ódio por outros em seu próprio território, o ódio pelo estrangeiro, um pouco pelo estrangeiro fora das fronteiras, mas também e sobretudo pelo estrangeiro que está dentro das fronteiras. Razão a mais, eu diria, para ver a história nacional com ferramentas outras que as nacionalistas.

Gostaria de acrescentar somente mais uma ideia, sobretudo porque me parece um conceito extremamente interessante, sobre o qual trabalhei com outros, tendo sido René Girault o primeiro a trabalhá-lo. É um conceito que assusta, mas assusta, na minha opinião, indevidamente. Trata-se do conceito de identidade. Acredito que os historiadores em geral e os historiadores das relações internacionais em particular devem refletir sobre as identidades. O que é uma identidade? É um sentimento de pertencimento a um grupo.... familiar, do vilarejo, urbano e, claro, também, nacional que, no mundo de hoje, aparece como a principal identidade, mas está longe de ser a única. Há também identidades acima da nação: por que não uma identidade europeia? Ou talvez uma identidade latino-americana? Ou uma identidade norte-americana etc. A noção de identidade assusta porque muitos têm a impressão de que, se refletimos sobre as identidades, isso poderia significar que vamos enaltecer as retrações identitárias. Mas é justamente o contrário! Trata-se de ver como os grupos, os indivíduos, os

meios frequentemente participam de várias identidades ao mesmo tempo e sobre como, ao fazê-lo, cada indivíduo ou grupo desenvolve uma alquimia específica.

Durante muito tempo, sobretudo nos meios realistas, falou-se com frequência das relações internacionais em termos de "equilíbrio de potências", *balance of power*... em termos de equilíbrio europeu, de equilíbrio das forças no interior da Europa... que existiu, mas que não funcionou muito bem. Na atualidade, me parece que é preciso pensar o mundo e as relações internacionais, se quisermos chegar a um equilíbrio, não em termos de equilíbrio de potências, que não é o mais importante atualmente, mas de equilíbrio entre identidades harmonizadas. Quero dizer que, no fundo, a fonte de desordem internacional, principalmente hoje em dia, nos últimos 40 anos – e não quero dizer que ela não ocorreu antes, mas é particularmente perigosa hoje em dia –, são todas essas identidades humilhadas ou não harmonizadas que, acredito, desencadeiam, às vezes localmente, tensões ou mesmo guerras que obrigam outros a intervir.

Bem, deixemos um pouco as tensões do mundo e voltemos à Europa e ao referendo britânico. E aí posso mostrar que essa reflexão sobre as identidades é essencial. Qual foi o erro fundamental e comum de David Cameron e também de Boris Johnson – que, claro, estavam em campos diferentes, porque um estava a favor e o outro contra a saída da Grã-Bretanha? Um diz: "Eu sou *eurocéptico*, mas permaneçamos na Europa, sobretudo porque obtivemos concessões da Europa". E o outro diz: "Essas concessões não são suficientes, então, saiamos da Europa"... Mas o ponto de partida é o mesmo. Qual vai ser o resultado do Brexit? Suponhamos que seja concluído... não sabemos, mas tem chances de ser concluído. A Europa, em princípio, vai ser enfraquecida. Vai romper? Talvez, mas não é certo. O risco vem de outro lugar. Porque nem Cameron nem Boris Johnson refletiram sobre a questão das identidades. Como eu disse antes, é o Reino Unido que corre o risco de se desfazer, e não a Europa. Ora, se pegamos Cameron e Johnson, é muito interessante porque lidamos com tradicionalistas que, por definição, são muito apegados ao Reino Unido. E eles sequer pensaram sobre o assunto! Como se o Reino Unido fosse uma essência, como se fosse um bem conquistado. Eles nem pensaram sobre o assunto e, no dia seguinte [ao voto do *Brexit*], descobriram que a Escócia está praticamente em revolta!

Veja, eu nasci na Escócia e, por isso, sou sensível a esse problema. A questão do *Brexit* nos coloca a questão "do que é ser escocês". Um escocês, com o perdão pela obviedade, é um escocês [risos]. Ele tem uma identidade escocesa. Mas não apenas! Ele tem também uma identidade britânica, que é mais recente, uma construção histórica do século XVIII mais ou menos, mas essencialmente do XIX e do XX: com a armada colonial, a colonização, e os escoceses tendo uma promoção social graças ao exército britânico. O que Cameron e Johnson esqueceram é que todos eles têm uma terceira identidade! Eles se sentem europeus. Eles têm

essas três identidades! Então, de repente, os escoceses se levantaram na sexta-feira passada e, desde cedo pela manhã, como interpretaram o *Brexit*? "Os ingleses, estão nos forçando a sair da Europa!" E disseram mais ou menos isso: "Bom, somos escoceses. Europeus também. E sim, somos britânicos, mas cada vez menos, porque os ingleses nos forçam a escolher entre nossa identidade britânica e nossa identidade europeia". Não quero dizer que tudo isso seja assim tão simples. Há muitos escoceses, no caso de novos referendos, que irão optar pela identidade britânica e continuar a votar contra a Europa, mas há muitos escoceses, que vão mudar de opinião, que votaram contra a independência em 2014 e que votariam a favor caso houvesse um novo referendo.

Meu prognóstico não é seguro. Aqui falo sobre o hoje. Pode ser que, dentro de uns meses, tudo se pacifique, outros eventos aconteçam, o equilíbrio entre essas três identidades volte... e que os escoceses mudem de novo de opinião. O que quero dizer é que, se não refletimos sobre o sentimento de pertencimento na história das relações internacionais, passamos ao lado de muita coisa, tanto enquanto historiadores como enquanto atores políticos.

Antes de passar à revista *Monde(s)* e ao futuro, gostaria de fazer uma pergunta sobre uma instituição que é muito conhecida no Brasil, que o senhor presidia no início dos anos 90, que é o Institut d'Histoire du Temps Présent. Foi peculiar ter um internacionalista à frente do Instituto. Como foi essa experiência? Que agenda o senhor propôs na época?

Ah, foi uma experiência muito, muito bela. Infelizmente não durou muito tempo, pois fui aprovado [para a Sorbonne]. Fiquei apenas quatro anos. Quando Bédarida fundou o IHTP, em 1979, a ideia tinha vindo também do CNRS [Centre National de la Recherche Scientifique], onde havia um Comité d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale. Henri Michel, seu fundador, estava se aposentando, e alguns do CNRS, como Bédarida, diziam: "Afinal de contas, por que não aproveitar e fundar um instituto que continue a trabalhar com a Segunda Guerra Mundial, que é fundamental, mas corresponde a apenas 6 anos no século XX? Por que não estudar as décadas seguintes?" Quando Bédarida lançou essa ideia, eu já estava no comitê, em sua seção de História Econômica, e havia lançado com Bouvier uma pesquisa sobre as empresas na Segunda Guerra Mundial. Nessa transição, em 1980, foi feito um colóquio explicando que as pesquisas sobre a Segunda Guerra Mundial continuariam, mas que novas pesquisas iriam começar etc. E me disseram: "Faça uma apresentação!" E aí, qual o tema? Tive então uma ideia, acho que incentivado por minhas origens. O que me marcava nas discussões da infância com meu pai polonês e minha mãe escocesa é que tínhamos, precisamente na França, uma

versão afrancesada demais da Segunda Guerra, como se ela não fosse mundial. Não tínhamos necessariamente os outros pontos de vista e, sobretudo, eu ouvia em casa coisas com as quais não concordava, a saber: a gloriosa Grã-Bretanha, os americanos salvadores, os soviéticos que também fizeram uma bela guerra... e a França, que era tida como deplorável em meio a tudo isso.

No fundo, eu me dava conta de que a memória da Segunda Guerra Mundial envenenava a vida dos franceses. Então decidi dar uma palestra dizendo que haveria uma pesquisa fundamental, que faria a ligação entre a história da Segunda Guerra Mundial e a história do tempo presente. Essa conexão seria a história da Segunda Guerra Mundial na cabeça dos franceses depois de 1945. É interessante, aliás, que, nessa palestra, acredito, eu pronunciei a palavra "memória" uma única vez. A palavra "memória" ainda não estava na moda, mas era disso que eu falava, sem a palavra. A ideia vinha daí: como é que os franceses refazem a guerra em suas cabeças e como a explicam? O problema é que eles não conseguiam se identificar com ninguém. Dizia-se: "Os britânicos podem se identificar com a glória, eles resistiram e salvaram o mundo, os americanos também são salvadores. E por que não os soviéticos?". Na França havia de tudo: os heróis, os canalhas, os que estavam entre os dois, as vítimas, mas não havia aquela figura com a qual se identificar. Então eu disse: "É isso que precisamos lançar". Depois focamos mais, no que se tornou um projeto sobre a história das comemorações.

Mais tarde, quando Bédarida se aposentou, eles vieram falar comigo para que dirigisse o Instituto. De repente, já diretor do Instituto, eu repensei a Segunda Guerra Mundial, de que eu gostava pelas razões que já expus, mas em relação à qual era preciso pesquisar os anos mais recentes, para que o IHTP pudesse fazer por merecer seu nome [risos] e não fosse apenas o antigo Comité d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale – mesmo se a questão das comemorações fosse contemporânea, ela ainda fazia referência à Segunda Guerra Mundial. Felizmente, outras pesquisas já haviam sido lançadas, sobre história urbana etc. Mas era preciso lançar algo sobre os anos 60, os *sixties*, com a ideia de que fazíamos uma história, digamos, não hexagonal – não havia ainda os termos "global" e "transnacional" –, uma história que saía do quadro nacional, com a seguinte reflexão: no fundo, quando levamos em conta todas as gerações do século XX, todas elas conheceram épocas traumatizantes; todas conheceram um pré-guerra – antes de 14 –, uma guerra – 14-18 –, um pós-guerra, novamente o pré-guerra, a Segunda Guerra Mundial, o pós-guerra, com a crise de 30 entre as duas... Mas a partir dos anos 70, tudo mudou bastante. Os traumas de todos aqueles jovens desempregados mostravam que, se antes, do final do século XVIII até os anos 70, se acreditava no progresso, se acreditava que as gerações futuras viveriam melhor do que as precedentes, de repente, tudo se rompera. Não se acreditava mais no progresso, houve um recuo.

Os anos 60 foram os únicos que não foram nem anos de pré-guerra, nem anos de pós-guerra, nem período de crise. Além disso, havia arquivos se abrindo, e fomos estudá-los. Claro, na minha perspectiva pessoal, das relações internacionais, eu acrescentava ainda a questão da Guerra do Vietnã, porque tudo tomava ares de contestação nos "anos 68", como foram chamados. Era possível pensar como eventos internacionais haviam provocado aquela coalescência de contestações contra todas as autoridades, contra os pais de família, contra os professores universitários, contra o patrão, contra o presidente da República... De Gaulle era como um pai, mas a contestação era contra ele também, era contra o homem que estava no topo da pirâmide do mundo, o presidente dos Estados Unidos, porque a Guerra do Vietnã estava mostrando o fim da inocência americana, estava mostrando que a "América" também sabia utilizar um lança-chamas.

Passemos então aos "lugares de debate" para falar da revista *Monde(s)*, que o senhor lançou com seus colegas em 2012. Como ela foi pensada, sobretudo em relação ao global?

Nós estávamos na reflexão de que a História das Relações Internacionais deveria levar em conta a virada global e transnacional, mas guardando a especificidade da reflexão sobre as relações e preservando a dimensão da história política. Ao mesmo tempo, dizíamos: "Mas nos falta força...", pois havíamos partido de Paris 1 e do Instituto Pierre Renouvin, tínhamos especialistas em Relações Internacionais, um centro de história da América Latina, um centro de história norte-americana, um centro de história russa, um centro de história da Europa Central, um centro de história da Ásia, mas o mundo não estava todo coberto: faltava a África. E o acaso fez com que os africanistas de Paris 1 – que estão à parte em um instituto próprio –, que faziam parte de uma revista chamada *Afrique*, rompessem com essa revista. Eu então fui vê-los e disse: "Vocês não gostariam de fazer uma revista onde haveria ao mesmo tempo História das Relações Internacionais e, como dizemos em inglês, *area studies?* Vamos trabalhar juntos para pôr em simbiose nossos métodos, nossas abordagens..." Ele responderam rapidamente que sim. Fizemos várias reuniões e discutimos até o título – daí *Monde(s)*, tanto no singular como no plural. *Monde* no singular é a história global, e *Mondes* no plural são as diferentes regiões que fazem o mundo... Em seguida vinha o subtítulo *Relations*, que quisemos expressamente manter. Os especialistas das "áreas" regionais até questionaram: "Por que a palavra relações? Seria como utilizar a palavra militar ou político. Parece o tipo de história feito no passado!". Mas nós fizemos questão de manter a palavra, justamente porque ela contém a ideia de circulações, e não somente de relações entre os Estados. Assim, temos três palavras: *Histoire, Espaces, Relations*.

O que é apaixonante no Comitê Científico e no Comitê de Redação são as discussões, que são extremamente interessantes. Por quê? De um lado, quando um especialista em relações internacionais vai falar, alguém diz: "Cuidado, o ponto de vista dele é ocidental-cêntrico!" De outro, quando um africanista fala, alguém diz: "O seu ponto de vista não leva muito em conta a política", ou "Você não levou em conta o ponto de vista do dominador, você faz com que o ponto de vista do dominador não exista, mas ele deixou marcas". Vemos assim como é preciso que se permaneça científico, como é importante medir o grau de autonomia do dominado em relação ao dominador, os limites da europeização e da ocidentalização. Acredito que seja necessária uma abordagem que não evacue tanto a presença dos dominadores, senão não conseguiremos explicar a história. Não se trata de dizer se a dominação foi boa ou não, claro que ela não era boa, mas não deixa de ser verdade – e isso toda a história da humanidade atesta – que toda dominação deixa marcas com as quais as pessoas vivem, das quais não conseguem se desfazer. O que quero dizer com isso, precisamente, é que, se relacionarmos os *subaltern studies*, os *postcolonial studies* especificamente com a história transnacional, que reflete sobre esses fenômenos de apropriação e reapropriação, é possível fazer a conexão entre todos. E quando os relacionamos, nos damos conta de que os povos dominados guardaram muitas coisas de suas dominações. E inversamente também. Os britânicos jogam polo, que originalmente não tem nada de britânico [risos], é absolutamente indiano. Enfim, e é isso que é interessante, ver por que Roma, que vence a Grécia, se heleniza no apogeu do Império. Isso é que é interessante, esses cruzamentos, essa mestiçagem, como diria Serge Gruzinski.

Temos, enfim, discussões extremamente férteis e enriquecedoras, o que faz com que, desse ponto de vista, sejamos ao mesmo tempo uma revista de história global, transnacional e de relações internacionais. Do ponto de vista global, até o momento, somos a única revista em língua francesa que faz isso.

Não seria importante para a revista dar mais um passo? Considerar outros olhares? Quando observamos os membros do Comitê de Redação, vemos que são acadêmicos baseados na França. Até no Comitê Científico, onde há estrangeiros na equipe de redação, trata-se de historiadores atuantes em instituições do eixo Atlântico Norte...

É verdade. Mas estamos de portas abertas! Infelizmente, em geral, esse tipo de iniciativa é feito por redes informais, de amizade, mas, de fato, seria importante abrir, estamos totalmente de acordo. Vemos aí a dificuldade típica desse tipo de iniciativa intelectual. Podemos

ter boas ideias, mas quando as colocamos em prática, reencontramos os mesmos tropismos, os pesos, os hábitos... Podemos ter boas ideias, mas temos dificuldade de aplicá-las por falta de meios ou de imaginação.

Esse comentário é interessante, porque o senhor esteve à frente do Comité International des Sciences Historiques (CISH). Não foi ele uma boa plataforma para se ter uma visão mais completa do mundo acadêmico? É verdade que essa rede é muito menos conhecida no Brasil que o IHTP...

Sim, é uma pena e não deveria. Ela foi criada em 1926, tendo sido precedida por dois congressos mundiais. No CISH temos, de um lado, os comitês nacionais e, de outro, as organizações temáticas internacionais. O Brasil é um membro influente. Então é estranho o que você diz, que o CISH não seja conhecido no Brasil quando, na realidade, o Brasil é um membro influente. Dá medo [risos], porque quer dizer que há outros membros menos influentes onde o CISH deve ser ainda menos conhecido.

Na verdade, se o CISH não é conhecido, é bastante compreensível, porque uma das suas fraquezas, digamo-lo, é que em muitos países muitos dos grandes historiadores estão ocupados com suas obras ou têm uma relação muito distante com o comitê, o que é uma pena. Por outro lado, não será o CISH precursor de novos métodos e revoluções epistemológicas. A rigor, não poderia sê-lo, porque ele é feito de encontros. A primeira função do CISH é, a cada cinco anos, organizar um congresso. É uma máquina extremamente pesada. Portanto, ele não tem como ser um lugar de criação. É um contrassenso crer que ele é um lugar de criação. Em contrapartida, ele pode ser um lugar ideal para a circulação de informações, para servir de trampolim para inovações epistemológicas, que certamente vêm de outros lugares. Um trampolim para debates, para que, precisamente, o que se faça fora do CISH encontre nele, que é um espaço global, um verdadeiro espaço de confrontação, ou de informação.

Desse ponto de vista, a meu ver, o Congresso de Jinan, que se realizou em agosto de 2015, foi importante. Em primeiro lugar, a título simbólico, foi a primeira vez que um congresso mundial de ciências históricas se realizou fora da esfera ocidental. Quando vemos toda a série de congressos desde 1926, ou mesmo desde 1898, já que houve congressos mundiais muito antes do CISH, a sede era a Europa, sempre a velha Europa... Foi somente após 1995 que se estabeleceu uma alternância entre a Europa e outros lugares. Montreal em 95, Oslo em 2000, voltamos à Europa, Sidney em 2005, voltamos à Europa em 2010... Mas veja que Sidney ainda está na esfera ocidental! E, pela primeira vez, em 2015, Jinan, China! Criou-se assim certo estímulo novo, pois um dos temas centrais foi a China em

perspectiva global. Estávamos aí, portanto, realmente na história transnacional e internacional da China, ou seja, de como a China, através de diferentes épocas, se abriu para o mundo, como o mundo entrava na China e como, portanto, todas essas circulações podiam se dar entre a China e o mundo.

O segundo grande tema foi a historicização das emoções. Sobre esse tema, há alguns anos, alguns teriam dito "mas que tipo de história é isso? O que quer dizer?". Acredito que não foi a CISH que inventou a história das emoções, mas ela permitiu aos que eram pioneiros nessa história se expressar. O terceiro grande tema foi o tema das revoluções: conexões e comparação, mas pela primeira vez fizemos um quarto tema maior – em geral havia apenas três temas grandes. Dissemos que era preciso um quarto tema que fosse sobre epistemologia, método ou fontes. Assim, falamos sobre a virada digital. *Digital turn,* em que ela modifica nossa visão histórica e nosso ofício.

Outro novo fenômeno foi que, pela primeira vez, demos um prêmio internacional de história. Às vezes, para fazer graça, dizemos que é um "Prêmio Nobel de história", porque não há essa categoria no Prêmio Nobel. Ele veio bem a calhar, porque o primeiro a receber esse prêmio foi Serge Gruzinski, que, justamente, é um pioneiro da história global e transnacional. Eu diria mesmo da verdadeira história transnacional. Quer dizer, não é alguém que a faz porque está na moda [risos]. É um pioneiro, porque muitos fazem uma geleia transnacional e global, tendo por trás dessa geleia só verniz. Ele é realmente autêntico. Desse ponto de vista, portanto, espero que o CISH seja realmente um lugar de reunião, uma caixa de ressonância das viradas epistemológicas e de um tipo de debate que, na verdade, já acontecia. Se voltarmos a 1928, claro, chegaremos à famosa intervenção de Marc Bloch sobre a necessidade de sair dos quadros nacionais e fazer uma história comparada.

Para passar ao futuro e terminar: pela primeira vez em 41 anos a Associação de Historiadores dos Estados Unidos constatou que em 2016 o número de postos de trabalho anunciados foi menor que a metade do número de doutorados obtidos no ano anterior. Qual é o seu diagnóstico sobre a situação da História das Relações Internacionais para os jovens que querem seguir carreira?

Sim, na França também estamos muito inquietos porque, de modo geral, para a ciência histórica, há de fato muitas teses. Do ponto de vista do conhecimento, do avanço da ciência histórica, é muito bom que haja todas essas teses. É evidente que se raciocinarmos somente em termos econômicos e com relação ao número de vagas de emprego, talvez possamos dizer que, sim, há muitas teses para poucas colocações. Claro, podemos nos consolar dizendo que

os excelentes pesquisadores, autores de teses excelentes, têm dificuldades para encontrar cargos, mas, no fim das contas, encontram. Ainda que se passem anos.

Sobre a História das Relações Internacionais, o que me inquieta especialmente é que, com o advento da virada cultural, que, claro, foi fundamental, alguns historiadores que não trabalham com relações internacionais, assim como fizeram Lucien Febvre nos anos 30 e Braudel nos anos 50 com relação a Renouvin, estejam impregnados da ideia de que a História das Relações Internacionais – ou a História Militar, ou ainda História Política – é uma história caducada, uma maneira desusada de se fazer história, a ponto de preferirem, para essa ou aquela vaga, escolher alguém que faça História Cultural "pura", ou História Social "pura" etc. Claro, estamos falando de candidatos também excelentes, e não tenho nada a dizer sobre isso. Entretanto, essa má imagem das relações internacionais é negativa no momento de algumas escolhas, e isso é um problema. É preciso lutar contra isso. Tanto é preciso lutar contra isso – e é minha convicção, ainda que, claro, eu possa estar errado –, que a História Cultural, hoje, deveria tomar cuidado [risos]. Um dia ela também estará em perigo! E já antevejo as premissas, porque frequentemente – não sempre, felizmente – para alguns ela está se transformando em uma história que anda em círculos. Uma história que já não é criativa como era há 20 ou 30 anos, mas que, devido ao seu empenho em encontrar objetos novos, interessantes, se torna uma história unicamente descritiva, feita com belas palavras que são transformadas em conceitos, os quais, ao serem examinados rapidamente, nota-se que não são conceitos, mas apenas palavras. De fato, é o que ocorre em sabatinas, diante de comissões... Quando essas lindas e poéticas palavras são pronunciadas por um candidato, todos fazem "Ohhh...!", admirados, mas quando vamos ler, por trás delas não há grande coisa! Já alguém que talvez tenha conceitos muito mais, como dizer… sólidos, ou mesmo alguém que tenha em mente a História Cultural ou Social e que não deixe de falar de Ciência Política, vai parecer caduco, sobretudo porque não pronunciou as palavras mágicas. Eu acredito que, a partir do momento em que ciência se torna mágica, ela corre sério risco... [risos].

Uma outra condição que, imagino, irá mudar muito nas próximas décadas, são as fontes. Até aqui, ao menos, as fontes privilegiadas dos historiadores das Relações Internacionais têm sido os documentos, além da história oral. Com a era digital, parece que teremos uma enorme transformação. Tomemos como exemplo a gestão Bill Clinton nos Estados Unidos dos anos 90. Produziram-se então 40 milhões de e-mails. Mais adiante, somente o Departamento de Estado, no período em que teve Hillary Clinton à sua frente, produziu dois bilhões de e-mails. Esses exemplos dão uma ideia do que temos diante de nós. A pergunta é: como os historiadores do futuro conseguirão gerir a informação?

Pois é... trata-se de uma questão gigantesca. Ligados a ela, temos dois aspectos. Por que não digitalizar os acervos antigos? A rigor, com a digitalização de arquivos antigos – o que é gigantesco sob o ponto de vista orçamentário – haverá a vantagem da disponibilização instantânea para o mundo inteiro. Não haverá necessidade de vir a Paris ou de ir a Roma ou a Londres para pesquisar. Será possível pesquisar na internet. A outra coisa é o arquivamento de dados digitais de hoje, mas que já são produzidos desde os anos 90. Nos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores [da França], por exemplo, existe todo um plano para levar essa questão em consideração e para disciplinar os diplomatas e os tomadores de decisão no âmbito militar para que abram seus arquivos eletrônicos e deem respostas... mas tudo isso é gigantesco!

Como você disse, é um trabalho vastíssimo, mas, é bem verdade, tememos pelo historiador do futuro. O que ele poderá fazer? Há, no entanto, uma consolação em tudo isso. Por exemplo, Kissinger, em seu livro *Diplomacia*, lamentava o trabalho do historiador do futuro. Dizia que muitas coisas estavam sendo ditas não por escrito, mas por telefone, e portanto não haveria mais vestígio delas! Agora, com a era digital, as pessoas se telefonam menos [risos] e enviam mais e-mails, nos fazendo voltar à escrita. Pelo menos há isso! Mas é claro que podemos ficar pessimistas com os milhares de e-mails, é preciso gerir isso. Por hora, é sobretudo um problema de arquivamento. Se conseguirmos arquivar tudo, o problema do historiador do futuro será de gestão. Como ele fará? [risos] Como gerir, como fazer a triagem, como se encontrar? Felizmente, a vantagem do digital é que existem funções de pesquisa. Quando você tem um papel, não há função de pesquisa, é preciso ler todo o documento. Com o digital é possível, no mínimo, pesquisar por palavras-chave. O inconveniente é que, como sabemos, sem pensar nas palavras certas, deixamos escapar muita coisa [risos].

O que é interessante é que a fonte, seja ela qual for, escrita tradicional, oral ou digital, exigirá as mesmas qualidades, as mesmas competências e muitos dos mesmos métodos, a saber: cruzamento de fontes. Há muitos métodos tradicionais de historiadores que não se modificarão fundamentalmente, mas o trabalho em si vai mudar. Mesmo se os métodos não mudarem necessariamente em relação às fontes, o ofício, em si, mudará.

Sabemos que está aposentado, mas o senhor é professor emérito da Sorbonne e ainda trabalha muito. Quais são seus projetos hoje? O que podemos esperar?

Acabo de sair de dois projetos. Um de 2015, que é um enorme projeto em que trabalhei anos: uma obra coletiva com 40 e tantos autores, em que fui ajudado por uma colaboradora, Alya Aglan. Dirigimos a obra *1937-1947: la guerre-monde* [Paris, Gallimard, 2015]. Nossa

ideia foi trabalhar uma guerra-mundo, que foi realmente mundial e que, por isso, merece uma história global [risos]. E aqui existe, talvez, uma nova contradição, porque temos 44 autores, e a maioria, infelizmente, é francesa [risos]. Felizmente nossa honra está salva, pois temos também não franceses, mas essa é outra demonstração da dificuldade de aplicar, na prática, novas abordagens. Publicamos 2.500 páginas em dois volumes, em que buscamos romper um pouco a cronologia, sem eurocentrismo, sem considerar uma guerra de 1939 a 45. Situamos entre 1937 e 47. Por que 47? Porque os tratados de paz, não os da Alemanha, mas dos outros, foram assinados em 47, e 37 porque queríamos levar em conta a Ásia. Claro, a questão da Manchúria vem antes de 37, mas a ideia é que entre 1931 e 37, mesmo com a Manchúria, os conflitos estavam separados, e a partir de 37 estavam ligados.

O outro projeto, que me deixou muito feliz e que é completamente diferente, foi o livro *Nossas humanidades*. Fui procurado pela Editora Helium, que em princípio faz livros para crianças, livros para os pais lerem para os filhos. A ideia é justamente contar um pouco da história global, não falar somente da França ou da Europa, mas de todas as humanidades, e de como as diferentes humanidades fazem uma só e mesma humanidade, através de desenhos [e pequenos textos]. Assim, produzi diversas introduções que ao todo somaram cerca de 60 mil caracteres. O escritor Da Silva, que fez as legendas, produziu cerca de 30 ou 40 mil caracteres, e ainda assim o livro tem 500 páginas, quer dizer, é essencialmente desenho. Ele sairá em novembro próximo.

Estou bastante atrasado com outro projeto, que comecei através de um artigo na primeira edição de *Monde(s)*, sobre as emoções em relações internacionais. Falar de emoções... fazer uma reflexão histórica sobre as emoções em relações internacionais no século XIX e século XX. Então, como você vê, tem coisa no forno! [risos]

Lista de Pareceristas/Número 60/ Perspectivas Globais e Transnacionais

Adriana Schor (USP)
Alberto Harambour Ross (Universidad Austral de Chile)
Alessandro André Leme (UFF)
Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)
Angela Maria de Castro Gomes (UNIRIO)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Berthold Unfried (Universidade de Viena, Áustria)
Carla Simone Rodeghero (UFRGS)
Carlo Patti (UFG)
Carlos Alberto Medeiros Lima (UFPR)
Carlos Antonio dos Reis
Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Cristiana Schettini Pereira (Universidad Nacional de General San Martin, Argentina)
Denise Scandarolli Inacio (UNICAMP)
Eduardo Romero de Oliveira (UNESP)
Fábia Fernandes Carvalho Veçoso (UNIFESP)
Fernando Purcell (Pontifícia Universidade Católica do Chile)
Frederico Ágoas (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Gabriel Passetti (UFF)
Giovani José da Silva (UNIFAP)
Guilherme Grandi (USP)
Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (UFF)
Hector Maldonado (Universidade Nacional Maior de São Marcos, Peru)
Helen Sabrina Gledhill Barreto (Universidade da California, Estados Unidos)
Helena Maria Bomeny Garchet (UERJ)
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho (UFSC)
Isabel Aparecida Bilhão (UNISINOS)
Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues (Universidade de Coimbra, Portugal)
Jerry Dávilla (Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, Estados Unidos)

João Fábio Bertonha (UEM)
João Júlio Gomes dos Santos Júnior (UECE)
João Márcio Mendes Pereira (UFRRJ)
João Paulo Garrido Pimenta (USP)
João Roberto Martins Filho (UFSCar)
José Carlos Vilardaga (UNIFESP)
Kleber Antonio de Oliveira Amancio
Larissa Rosa Corrêa (UNICAMP)
Leonardo Affonso de Miranda Pereira (PUC-Rio)
Leonardo Weller (EESP/FGV)
Lívio Sansone (UFBA)
Lucia Grinberg (UNIRIO)
Luciana Borgerth Vial Correa (PUC-Rio)
Lucileide Costa Cardoso (UFBA)
Maíra Siman Gomes (PUC-Rio)
Maria Clementina Pereira Cunha (UNICAMP)
Maria de Lourdes Rabetti (UNIRIO)
Maria João Brilhante (Universidade de Lisboa, Portugal)
Martín Bergel (Universidade Nacional de Quilmes, Argentina)
Nicholas B. Miller (Universidade de Göttingen, Alemanha)
Norma Breda dos Santos (UnB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Petrônio José Domingues (UFS)
Pedro Henrique Pereira Campos (UFRRJ)
Rafael de Bivar Marquese (USP)
Rafael Rossotto Ioris (Universidade de Denver, Estados Unidos)
Rodrigo Camargo Godoi
Rodrigo Nabuco de Araújo (Universidade de Toulouse-Le-Mirail, França)
Roquinaldo Ferreira (Universidade Brown, Estados Unidos)
Sidney Aguilar Filho (UNISAL)
Sílvia Adriana Barbosa Correia (UFRJ)
Silvia Hunold Lara (UNICAMP)
Thaís Leão Vieira (UFMT)
Thiago Nascimento Krause (UERJ)
Vagner Camilo Alves (UFF)

Foco e escopo

A revista *Estudos Históricos* tem como objetivo a publicação de trabalhos inéditos, com perspectiva histórica, de pesquisadores da comunidade acadêmica nacional e internacional das áreas de História, Ciências Sociais e afins.

O periódico aceitará somente trabalhos inéditos de doutores e doutorandos sob a forma de artigos e ensaios bibliográficos. Caberá aos Editores avaliar previamente os textos com o intuito de identificar qualquer conduta imprópria relacionada a plágio ou autoplágio, conferindo para tanto publicações anteriores de terceiros e dos próprios autores sobre o mesmo tema. Quando identificada conduta imprópria, a revista recusará a publicação do artigo e comunicará a decisão aos autores.

Todos os artigos apresentados aos Editores serão submetidos a dois ou mais pareceristas para que emitam sua avaliação. Será mantido sigilo quanto à identidade tanto dos pareceristas quanto dos autores. Os pareceres poderão recomendar: a) a aceitação integral do texto; b) a recusa integral; c) a aceitação com pequenas modificações; d) a aceitação com modificações significativas, sendo o texto, nestes dois últimos casos, reenviado ao(à) autor(a) para as alterações.

A decisão final sobre a publicação ou não do texto será sempre dos Editores, que estarão atentos à distribuição geográfica dos(as) autores(as) a serem publicados e se reservam o direito, igualmente, de solicitar alterações nos originais. As alterações referentes à padronização e redação, introduzidas pelos próprios Editores, visarão sempre a manter a homogeneidade e a qualidade da revista, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores. Os textos apresentados em inglês e espanhol, quando aceitos pelos Editores, serão publicados na língua original.

Todo artigo enviado à revista deverá ser acompanhado de uma lista de até seis palavras-chave que identifiquem os principais assuntos tratados e de resumos em português, inglês e espanhol, com 100 palavras no máximo, em que fiquem claros os propósitos, os métodos empregados e as principais conclusões do trabalho.

Caso o artigo resulte de pesquisa subvencionada por agência financiadora, esta deverá ser mencionada. Deverão ser igualmente encaminhados aos Editores dados sobre o(a) autor(a) (titulação, vinculação institucional etc.) e duas declarações: a primeira, de responsabilidade e originalidade, e a segunda, de cessão de direitos autorais (cf. modelos infra). Os artigos publicados na revista poderão também ser disponibilizados em diferentes mídias e na Internet.

Os ensaios bibliográficos deverão estar estruturados em torno de uma análise crítica de bibliografia relevante, nacional e/ou internacional, produzida nos últimos cinco anos e relacionada à temática específica do número da revista.

Após a publicação de um texto em *Estudos Históricos*, o(a) autor(a) será submetido(a) a um período de dois anos de carência, durante os quais não poderá apresentar nova proposta de artigo. Os(As) autores(as) que atuarem como pareceristas em um número da revista não poderão submeter artigo para publicação no mesmo número.

Estudos Históricos não cobra taxa de submissão.

Diretrizes para os(as) autores(as)

1. Texto – Os textos submetidos aos Editores deverão ser escritos em português, inglês ou espanhol e apresentados no formato DOC, DOCX ou RTF (desde que não ultrapassem 5MB), fonte Times New Roman 12, espaço duplo, página A4. Nesse padrão, os textos deverão ter um mínimo de 35 mil caracteres e um máximo de 50 mil (com espaços) para artigos, e um mínimo de 20 mil caracteres e um máximo de 35 mil (com espaços) para ensaios bibliográficos, incluindo os títulos, notas e referências bibliográficas e excluindo os resumos.

A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e da opção 'Propriedades' do documento Word ou RTF, garantindo dessa forma o critério de sigilo da revista.

2. Notas e remissões bibliográficas – As notas deverão ser sucintas. As remissões bibliográficas não deverão ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto. Na remissão deverá constar o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, separados por dois pontos.

Exemplos: Segundo Cassirer (1979: 46), a síntese e a produção pelo saber...
O eu que enuncia "eu" (Benveniste, 1972: 32)...

3. Referências bibliográficas – As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética. Deverão obedecer às normas da NBR 6023:2002, conforme os seguintes modelos:

I) tratando-se de livro: a) sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome; b) título da obra (itálico); c) no da edição; d) local de publicação; e) nome da editora; f) data de publicação.
Exemplo: BACHELARD, Gaston. *La terre et les rêveries de la volonté*. Paris: Librairie José Corti, 1984.

II) tratando-se de artigo: a) sobrenome do autor (em letra maiúscula), seguido do nome; b) título do artigo; c) nome do periódico por extenso (itálico); e) local de publicação; f) volume e no do periódico; g) data de publicação.
Exemplo: CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 1, 1984.

Documentos

Declaração de responsabilidade e transferência de direitos autorais
Cada autor(a) deve concordar com os documentos abaixo relacionados:

- (1) Declaração de ética, responsabilidade e originalidade
- (2) Transferência de direitos autorais.

Envio de manuscritos

Os artigos somente poderão ser submetidos à editoria através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, disponível no portal da Biblioteca Digital da FGV, no endereço http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh.

Toda correspondência referente à publicação de artigos deverá ser enviada para eh@fgv.br.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores(as) são obrigados(as) a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A declaração de ética, responsabilidade e originalidade será firmada nos seguintes termos:

"Certifico minha responsabilidade pelo conteúdo do texto, concebido por mim ou com minha participação, e atesto não ter omitido quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre mim e agências que possam ter interesse em sua publicação. Atesto igualmente que o texto submetido é original, não contém plágio, autoplágio ou publicação de resultados de pesquisa fraudulentos. Atesto, ainda, que o manuscrito não foi nem será enviado a outro periódico, seja no formato impresso ou no eletrônico, enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela revista *Estudos Históricos*".

2. Transferência de direitos autorais:

"Declaro que, em caso de aceitação do artigo, a revista *Estudos Históricos* passará a deter os direitos autorais referentes ao texto, que se tornará sua propriedade exclusiva, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada por mim. Se obtida a autorização, declaro que farei constar o competente agradecimento à revista".